

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

VOLUME II — Tomo 1

A Historiografia Conservadora

BRASILIANA
(GRANDE FORMATO)

Volume 23

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Coordenação editorial

Ana Cândida Costa

Preparação de originais

Vicente Cechelero

Revisão

Maria Aparecida Amaral

Leni Marchi Boriero

Maria de Lourdes N. E. R. Rúbio

Gladys Knoch

Maria Luiza Favret

Elaboração do índice remissivo

Lêda Boechat Rodrigues

Secretária

Sandra Shirley Silva Oliveira

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

História da História do Brasil

VOLUME II — Tomo 1

A Historiografia Conservadora

Com o apoio técnico e financeiro do
MinC/PRÓ-MEMÓRIA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

R613h
v.1-2

Rodrigues, José Honório, 1913-1987.
História da história do Brasil / José Honório Rodrigues. -- São Paulo : Editora Nacional ; [Brasília, DF] : INL, 1978-1988.
(Brasiliense. Grande formato ; v. 21. 23-24)

Bibliografia.

Conteúdo: v. 1. Historiografia colonial -- v. 2., t. 1. A historiografia conservadora -- v. 2., t. 2. A metafísica do latifúndio ; O ultra-reacionário Oliveira Vianna. ISBN 85-04-00214-4 (obra completa)

1. Brasil - História - Historiografia 2. Vianna, Oliveira, 1883-1951 I. Instituto Nacional do Livro (Brasil). II. Título. III. Título: Historiografia colonial. IV. Título: A historiografia conservadora. V. Título: A metafísica do latifúndio. VI. Título: O ultra-reacionário Oliveira Vianna. VII. Série.

87-1616

CDD-981.0072
-907.202
CDU-930(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Historiadores : Biografia e obra 907.202
2. Historiografia : Brasil 981.0072

ISBN 85-04-00214-4
85-04-00215-2
Foi feito o depósito legal

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Distribuição e promoção:
Rua Joli, 294 - Fone: 291-2355 (PABX)
Caixa Postal 5.312 - CEP 03016 - São Paulo, SP - Brasil
1988.
Impresso no Brasil

OBRAS DO AUTOR

Livros

- Civilização Holandesa no Brasil*. 1º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Ed. Nacional, 1940. (Em colaboração com Joaquim Ribeiro.)
- Teoria da História do Brasil*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949; 2ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1957, 2 vols. (Brasiliana Grande Formato); 3ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1969; 4ª e 5ª eds., id., id., 1978.
- Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.
- As Fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951.
- A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua Evolução e Problemas Atuais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952; 2ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1969; 3ª ed., id., id., 1978, 4ª ed., id., 1982.
- Brasil. Período Colonial*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.
- O Continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Edições São José, 1954.
- Historiografía del Brasil. Siglo XVI*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1957.
- A Situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- Brasil e África. Outro Horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961; 2ª edição id., id., 1964, 2 vols, 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*. São Paulo, Fulgor, 1963; 2ª edição, id., id., 1965; 3ª ed., id., id., 1965; 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- Historiografía del Brasil. Siglo XVII*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1963.
- Conciliação e Reforma no Brasil. Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- História e Historiadores do Brasil*. São Paulo, Fulgor, 1965.
- Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Vida e História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- História e Historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- O Parlamento e a Evolução Nacional. Introdução Histórica, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972. 1º vol. da série "O Parlamento e a Evolução Nacional. Seleção de Textos Parlamentares", 3 vols. em 6 tomos, e 1 vol. de "Índice e Personalidade". (Organizados com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octaviano Nogueira.)
- A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 5 vols.

- História, Corpo do Tempo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- O Conselho de Estado. O Quinto Poder?* Senado Federal, Brasília, 1978.
- História da História do Brasil*. 1ª Parte. A Historiografia Colonial. São Paulo. Ed. Nacional, 1979, 2 edições.
- Filosofia e História*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982.
- História Combatente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- História e Historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- O Parlamento e a Consolidação do Império (1840-1861)* – Contribuição à História do Congresso Nacional do Brasil, no Período da Monarquia. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.

Livros traduzidos

- Brazil and Africa*. Traduzido por Richard A. Mazzara e Sam Hileman. "Introduction" por Alan K. Manchester. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1965.
- The Brazilians. Their Character and Aspiration*. Traduzido por Ralph Edward Dimmick. "Foreword" e "Additional Notes" por E. Bradford Burns. Austin e Londres, University of Texas Press, 1967.

Opúsculos

- "Capitalismo e Protestantismo. Estado Atual do Problema." Sep. de *Digesto Económico*, São Paulo, 1946.
- "Alfredo do Vale Cabral." Rio de Janeiro, 1954. Traduzido para o inglês. Sep. da *Revista Interamericana de Bibliografia*, Washington, 1958.
- "Capistrano de Abreu, ein Freund Deutschlands." Sep. do *Staden Jahrbuch*. São Paulo, 1958.
- "Antônio Vieira, Doutrinador do Imperialismo Português." Sep. da *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, 1958.
- "La Historiografía Brasileña y el Actual Proceso Histórico." Sep. do *Anuario de Estudios Americanos, Sevilha*, 1958, t. XIV.
- "Algumas Idéias Políticas de Gilberto Amado." Sep. da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1959.
- "D. Henrique a Abertura da Fronteira Mundial." Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1961.
- "Nueva Actitud Exterior del Brasil." Sep. do *Foro Internacional*, México, janeiro e março de 1962.
- "The Influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa." Sep. de *Journal of African History*, Londres, 1962, vol. 3.
- "The Foundation of Brazil's Foreign Policy." Sep. de *International Affairs*, Londres, 1963, vol. 3.
- "Alfredo de Carvalho. Vida e Obra." Sep. dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1963, vol. 77.
- "Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras." Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1970, nº 81.

- “O Livro e a Civilização Brasileira.” Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, abril de 1971, vol. 67, nº 3.
- “O Liberalismo no Brasil”. Sep. dos *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1972, vol. 20.
- “O Clero e a Independência.” Sep. da *Revista Eclesiástica Brasileira*, junho de 1972, vol. 32, fasc. 126.
- “Mattoso Câmara.” Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, junho/julho de 1973, vol. LXVII.
- “O Sentido da História do Brasil.” Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1974, nº 100.
- “África, Angola e Brasil.” Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, maio de 1976.
- “Toynbee e a História das Civilizações.” Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1976, nº 105.
- “Os Estudos Brasileiros e os Brazilianists.” Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1976, nº 107.
- “A Revolução Americana e a Revolução Brasileira da Independência (1776-1822).” Sep. da *Revista de História da América*, México, janeiro-junho de 1977, nº 83.
- “O Tempo e a Sociedade.” Sep. da *Revista de História da América*, México, julho-dezembro de 1977, nº 84.
- “Taunay e a História do Brasil.” Sep. da *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1977, nº 189.
- “O Centenário da Morte de Pimenta Bueno, 1803-1878”. Sep. da *Revista de América*, México, enero-junio, 1978, nº 87.
- “Centenário da Morte de José Tomás Nabuco de Araújo”. Sep. da *Revista de História de América*, México, julio-diciembre, 1978, nº 88.
- “O Bravo e Liberal Osório”. *Carta Mensal*, Janeiro, 1980.
- “História e Cliometria, Métodos Quantitativos”. *Carta Mensal*, julho, 1980.
- “Candido Mendes de Almeida”, *Carta Mensal*, março, 1982.
- “O Centenário de Guilherme Guinle, 1882-1982”. *Carta Mensal*, setembro, 1982.

Colaboração em livros coletivos

- “Webb’s Great Frontier and the Interpretation of Modern History.” In A. R. Lewis e T. F. McGann (eds.), *The New World looks at its History*. University of Texas Press, 1963.
- “Brazil and China. The Varying Fortunes of Independent Diplomacy.” In A. M. Halpern (ed.), *Polices Toward China. Views from Six Continents*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1965.
- “Brazilian Historiography, Present Trends and Research. Requirements.” In Manuel Diégues Júnior e Bryce Wood (eds.), *Social Science in Latin America*. Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.
- “As Tendências da Historiografia Brasileira e as Necessidades da Pesquisa.” In Centro

- Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, *As Ciências Sociais na América Latina*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- “Problems in Brazilian History” e “Capistrano de Abreu and Brazilian Historiography”. In *Perspectives on Brazilian History*. (“Introduction” e “Bibliographical Essay” por E. Bradford Burns.), Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.
- “History Belongs to our Own Generation.” In Lewis Hanke (ed.), *History of Latin American Civilization*. Little Brown, 1967, vol. II (The Modern Age).
- “José Bonifácio et la Direction du Mouvement d’Indépendance.” In *Études offertes à Jacques Lambert*. Paris, Édition Cujas, 1975.

Índices anotados

- “Índice Anotado” da Revista do *Instituto do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.
- “Índice Anotado” da Revista do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1961.

Edições críticas

- Johan Nieuhof. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. Confronto com a Edição Holandesa de 1682*. Introdução e nota, crítica bibliográfica e bibliografia. São Paulo, Livraria Martins, 1942. 2ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
- Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial*. 4ª edição, Revisão, Notas e Prefácio. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1954; 5ª edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963; 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

Direção e Prefácio de publicações oficiais

- Os Holandeses no Brasil*. Prefácio, Notas e Bibliografia. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.
- Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948-1963, vols. 66 a 74.
- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1955, vols. 71 a 110.
- Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- José Maria da Silva Paranhos. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.

- Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1960-1962, vols. 43 a 50.
- O Parlamento e a Evolução Nacional. Seleção de Textos Parlamentares, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972, 3 vols., 6 tomos, 1 vol. de Índice. (com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octaviano Nogueira.)
- Atas do Conselho de Estado*. Brasília, Senado Federal, 1973, vols. 1, 2 e 9.
- Atas do Conselho de Estado*. Brasília, Senado Federal, 1978. 13 vols.

Prefácios

- J. E. Pohl. *Viagem ao Interior do Brasil Empreendida nos Anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.
- Daniel de Carvalho. *Estudos e depoimentos*. 1ª série. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- Guilherme Piso. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957 (Prefácio e bibliografia).
- J. Capistrano de Abreu. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e Estudos*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e Estudos*. 2ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e Estudos*. 3ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e Estudos*. 4ª série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *O Descobrimento do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- Eduardo Hoonart, Riolando Azzi e outros. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- Thales de Azevedo. *Igreja e Estado em Tensão e Crise*. São Paulo, Ática, 1978.
- José Gonçalves Salvador. *Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- José Gonçalves Salvador. *Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- Discursos Parlamentares* de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- Cândido Mendes. *Pronunciamentos Parlamentares, 1871-1873*. Senado Federal, Brasília, 1982, 2 vols.
- Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Biblioteca Nacional, 2ª ed. Universidade de Brasília, 1982, 3 vols.
- Riolando Azzi. *Os Salesianos no Rio de Janeiro*. Editora Salesiana Dom Bosco, São Paulo, 1982.

SUMÁRIO

Apresentação [INL], XV

José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira, XVII

Introdução, XXXIII

Abreviaturas, XXXIV

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA CONSERVADORA

1. A CONCEPÇÃO CONSERVADORA DA HISTÓRIA, 1
2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CORRENTE CONSERVADORA BRASILEIRA, 2. 2.1. A defesa da razão de Estado, 3. 2.2. Defesa das classes dominantes e exaltação dos grandes estadistas, 5. 2.3. Pregação da continuidade histórica e combate à ruptura, 6. 2.4. Conformismo e dizer-amém aos poderosos, 6. 2.5. Fracassos explicados como erros humanos, 6
3. BASES DO CONSERVADORISMO HISTÓRICO NO BRASIL, 7. 3.1. A Independência foi um produto da política portuguesa, 7. 3.2. A Abdicação é um ato ilegítimo, 7. 3.3. Direito sagrado da propriedade, 8
4. INTERPRETAÇÃO CONSERVADORA DE JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, 8
5. A LINHA HISTÓRICA, 13. 5.1. Francisco Adolfo de Varnhagen, 13. 5.2. Joaquim Manuel de Macedo, 27

CAPÍTULO II

A HISTORIOGRAFIA MONARQUISTA

1. PRINCÍPIOS MONÁRQUICOS DEBATIDOS NO PARLAMENTO, 33
2. C. F. F. VON MARTIUS, 40
3. JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, 41

4. AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO, VISCONDE DE OURO PRETO, 43
5. DOMINGOS ANDRADE FIGUEIRA, 49
6. EDUARDO PRADO, 51. 6.1. Formação, 51. 6.2. Sua geração, 53. 6.3. Viagens, 54. 6.4. Seus amigos, 55. 6.5. Suas obras. Influência de Rio Branco, 55. 6.6. *A arte brasileira*, 56. 6.7. *A Imigração*, 57. 6.8. O Barão do Rio Branco e Eduardo Prado, 59. 6.9. Eça de Queirós e Eduardo Prado, 61. 6.10. A pesquisa histórica, 63. 6.11. Seus estudos não completados: Manuel de Moraes e Antônio Vieira, 64. 6.12. Outros estudos completados, 67. 6.13. O historiador combatente, 72. 6.14. A luta contra a República, 75. 6.15. *A Revista de Portugal* e os artigos de Prado, 76. 6.16. *Destinos políticos do Brasil*, 77. 6.17. *Os Fastos da Ditadura Militar*, 82. 6.18. O sétimo *Fastos*, 89. 6.19. *A Ilusão Americana*, 91. 6.20. A Consagração, 94
7. AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO, CONDE DE AFONSO CELSO, 98
8. JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, 114
9. OS HISTORIADORES DO MONARQUISMO, 129
10. D. LUÍS DE ORLÉANS E BRAGANÇA, 130

CAPÍTULO III

A LINHA REACIONÁRIA E A CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

1. O PENSAMENTO REACIONÁRIO OU CONTRA-REVOLUCIONÁRIO, 137
 2. JOSÉ DA SILVA LISBOA, VISCONDE DE CAIRU. Biobibliografia, 142. 2.1. A influência de Adam Smith, 144. 2.2. A abertura dos Portos, 146. 2.3. Vinda de Silva Lisboa para o Rio de Janeiro. Sua carreira como magistrado e alto funcionário, 154. 2.4. Atuação constituinte e parlamentar, 159. 2.5. Bibliografia de José da Silva Lisboa, 161. 2.6. Atividade histórica. Cronista-mor, 162. 2.7. O cronista da *História dos Principais Sucessos*. Debates no Senado, 165. 2.8. *A História dos Principais Sucessos*, 171. 2.9. A obra — seu plano, 172. 2.10. Os benefícios políticos, 182
 3. A HISTORIOGRAFIA DA EXTREMA DIREITA, 191. 3.1. Hélio Viana, 193. 3.2. Gustavo Dodt Barroso, 196
- ÍNDICE REMISSIVO, 201

APRESENTAÇÃO

O 2º volume da *História da História do Brasil*, mais uma grande contribuição de José Honório Rodrigues à moderna historiografia brasileira, que a Companhia Editora Nacional lança em co-edição com o Instituto Nacional do Livro, é fruto de uma vida dedicada ao estudo e à pesquisa, da qual sempre resultaram trabalhos direcionados para uma nova visão dos acontecimentos e dos homens que fizeram a história do nosso país.

É uma honra para o Instituto Nacional do Livro ter ligado à sua história o nome de José Honório Rodrigues que trabalhou com Augusto Meyer, primeiro Diretor do INL, na Seção da Enciclopédia e do Dicionário, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Um de seus primeiros livros, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, foi lançado pelo INL em 1949, quando o historiador era Chefe da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Em 1952, o INL publicou também a 1ª edição de sua obra *A Pesquisa Histórica no Brasil: Sua Evolução e Problemas Atuais* e, em convênio com a Editora Nacional, participou de sua 3ª edição (1978). Com a mesma editora publicou a 5ª edição de sua *Teoria da História do Brasil* (1978) e o 1º volume da *História do Brasil* (1972).

De 1954 a 1956, o INL lançou os três volumes da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, coletada e organizada pacientemente por José Honório Rodrigues. Participou também, juntamente com a Editora Civilização Brasileira, do lançamento das quatro séries dos *Ensaços e Estudos* e outras obras de Capistrano de Abreu, preparadas por José Honório Rodrigues, além da reedição da *Correspondência*.

Do INL, em 1982, o nosso moderno historiador, tão grande como Varnhagem e Capistrano de Abreu, recebeu o Prêmio Literário Nacional de História. Em 1986, quando já se achava enfermo, foi agraciado, pelo conjunto de sua obra, com o Prêmio Rafael Heliodoro Valle, da Universidade do México, destinado aos maiores historiadores da América.

Responsável pela mudança dos rumos da historiografia brasileira, José Honório, infelizmente, desapareceu do nosso meio sem poder completar a extensa obra a que se havia proposto, mas não sem ter delineado métodos para a escrita e a compreensão de nossa história.

Esperamos ver em breve editados seus *Ensaio Livres*, artigos publicados desde 1940 até 1980, bem como outras duas obras inéditas, *Capítulos da História do Açúcar no Brasil* e *Capítulos das Relações Internacionais no Brasil*.

Esta edição, neste momento, quando seu autor já não está entre nós, deixa de ser a simples realização de uma obra no programa de co-edições do INL para tornar-se também a homenagem póstuma deste Instituto ao grande historiador.

Wladimir Murtinho
Diretor do INL

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
E A
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A trombose cerebral sofrida por José Honório Rodrigues aos 22 de maio de 1986 deixou-o hemiplégico e com a fala prejudicada. Seguiu-se um tempo “de sofrimento, paciência e amor à vida”, nas suas próprias palavras escritas a Fábio Lucas, então Diretor do Instituto Nacional do Livro.

Pouco antes ele havia separado e enfileirado no chão, ao seu alcance, como era seu costume, os livros para começar a composição do 3º volume da *História da História do Brasil*, Historiografia Liberal.

Depois do derrame, sem condições de trabalhar, ainda assim pedia para ser levado na cadeira de rodas à sua biblioteca; olhava de longe e com carinho os livros, que esperava utilizar no futuro. Determinava, então, se queria ir para o quarto, a sala ou a varanda, onde tomava sol pela manhã e, à tarde, ficava horas olhando o mar.

Quando vieram as provas do tomo 1, Historiografia conservadora, conseguiu resolver a maioria das dúvidas levantadas pelo revisor da editora. Uma delas dizia respeito à data da publicação da “Bibliografia do Visconde de Cayru”, por Vale Cabral. Certeiramente mandou tirar da última fila superior de uma das estantes um livro de lombada verde. Colada do lado de fora estava uma folha branca com este título impresso: Arquivo Nacional. Abri-o: não tinha índice. Então eu disse: “Não é este”. Ele replicou: “É sim. Traz aqui que eu mostro”. Folheou o volume e, lá pelo meio, misturado com outros trabalhos avulsos, estava o ensaio de Vale Cabral. Não podia haver dúvida: sua memória estava perfeita. Indicara, num acervo de quase 27.000 peças, aquele folheto, que nem sequer possuía encadernação separada.

As provas do tomo 2 chegaram mais tarde, na época em que ele estava hospitalizado pela segunda vez, malíssimo. Quando lhe disse que as recebera e iniciara a revisão, advertiu-me: “Mesmo que você a termine, não devolva o texto antes que eu volte para casa. Quero ver o volume”.

Voltou dias depois, num sábado, mas nem quis vê-lo. Na segunda-feira autorizou-me a devolver para São Paulo o texto revisto.

Uma semana depois era novamente internado e, no fim de um dia e meio ligado a máquinas de respiração no Hospital Samaritano, faleceu na madrugada de 6 de abril de 1987. Apagava-se a chama que brilhara tão intensamente e que lhe permitiu produzir uma Obra tão importante, tão extensa e variada. Deixar incompleta esta *História da História do Brasil* deve ter-lhe custado muita dor.

Afora estes tomos que hoje vêm a lume, sairão futuramente mais três livros: *Capítulos da História do Açúcar no Brasil*, *Capítulos das Relações Internacionais do Brasil*, e *Ensaios Livres*, abrangendo, estes últimos, matéria variada, desde os seus primeiros artigos historiográficos de 1940 e 1941, publicados em jornais diários, até ensaios políticos da década dos 1980.

* * *

O ano de 1953 marcou o auge das comemorações historiográficas em torno do centenário de Capistrano de Abreu. Mas foi também um ano que demonstrou não ser o Brasil um país sério.

A Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, integrada também pela Seção de Iconografia e de Manuscritos, vinha preparando há muito a “Correspondência de Capistrano de Abreu”, contando com o acervo da própria Biblioteca e procurando com todo empenho obter outras coleções pertencentes a particulares. À medida que todos percebiam a seriedade dos trabalhos dirigidos por José Honório Rodrigues, afluíam novos originais que iriam elevar a três os volumes publicados.

O Ministério da Educação criara um prêmio para a melhor biografia capistraneana e havia um clima de tensão e nervosismo cada vez maior entre os futuros biógrafos, que sabiam encontrar-se nas cartas de Capistrano um filão riquíssimo de informações sobre a sua vida e os seus trabalhos. As insistências cresciam e o Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações passou a ser um pouco visto como o vilão da história, que se negava, terminantemente, a liberar as cartas.

Era impossível desmembrá-las para dar acesso aos estudiosos. Haveria sempre o perigo de perda (com as cartas datadas apenas com o Santo do dia), de rasgarem-se papéis antigos e de não boa qualidade, e de mil outros acidentes imprevisíveis.

A letra de Capistrano de Abreu, sempre pequena, fora-se tornando minúscula com o tempo.

Nessa época eu sabia tudo que se passava na Biblioteca Nacional e JHR chegava ao cúmulo de rejeitar secretárias, pondo-as a serviço da Divisão. A conseqüência é que a secretária lhe fazia realmente falta e ele trazia a correspondência da repartição para eu fazer. Toda gente

sabia disso. Além da correspondência, inúmeras cartas copiei de Capistrano, que vinham da família Prado, do Castelo das Pedras Altas (RS) de Assis Brasil, entre muitas outras.

Quando chegou do Ceará, Capistrano vinha com grandes planos. Escrevia nos jornais e em poucos dias preparou a tese de concurso para a cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II, com o título "O Descobrimento do Brasil". A família aumentava. A vida parecia ir bem. Mas, de repente, tudo mudou e desgraças sobre desgraças começaram a chover sobre o cearense de Mecejana. A cadeira de História do Brasil pouco depois foi eliminada e Capistrano passou do rol de professor em efetivo exercício ao de professor aposentado. Pobre destino: aposentado. Em seguida, morreu-lhe a mulher. A filha Honorina entfa para um convento e ele, agnóstico, jamais se conformou em ser "sogra de Jesus". Morre depois o seu filho mais querido, que apelidara de Abril porque, dizia, tudo que lhe acontecera de bom ocorrera nesse mês. Suas cartas refletem sua dor desesperada.

Nos últimos anos, vestindo um terno preto, o único que lhe restara, deixou-se dominar pelo pessimismo e passou a assinar-se João Ninguém e Zero. Sofria, inesperadamente, as piores humilhações: chegando a São Paulo pelo noturno, dirigiu-se para a casa de Paulo Prado, que a esta hora estava dormindo. O mordomo recusou-se a deixá-lo entrar e ele ali, do lado de fora, ficou exposto ao frio e à garoa até que Paulo acordasse. Ao saber pelo mordomo que aquele velho o esperava lá fora, Paulo pulou imediatamente da cama, pediu desculpas ao amigo, que logo lhe solicitou um banho quente, e despediu o mordomo. Quando podia, passava temporadas em Pedras Altas e correspondia-se com a Sra. Assis Brasil.

Nos bons tempos, ia às vezes às estações de águas, pagando 5 mil réis de diária, com todas as refeições.

Como estranhar que a sua letra se transformasse de tal modo que no final fosse quase ilegível?

José Honório chegou à conclusão de que era necessário mudar os planos. Parou a "Correspondência" e pôs todos os funcionários da Divisão trabalhando exclusivamente na Exposição Comemorativa do Centenário de Capistrano de Abreu. Era preciso ver o entusiasmo com que cada um se empenhava em dar o melhor de si mesmo para o sucesso dessa comemoração. Achavam-se todos imbuídos de que estavam colaborando numa obra da maior relevância, dedicada a quem ocupara um lugar importantíssimo na historiografia brasileira. JHR dava a orientação geral, era a abelha-mestra, e todos agiam em redor dele em perfeita sincronia. Isso não o impedia de rever a perfeição dos detalhes e dar o toque final.

Afinal chegou o grande dia. Procurando, como sempre, auxiliar JHR, muito ocupado com os últimos pormenores, eu me pusera ao telefone e convocara cada um dos nossos amigos intelectuais, escritores, historiado-

res, biógrafos, dizendo-lhes e às vezes insistindo que a sua presença era indispensável, pois seria ela que daria importância e brilho à abertura da mostra. Conseguimos levar à Biblioteca Otávio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, naturalmente avessos a tais inaugurações. Se o assunto lhes interessava, preferiam ir num dia mais calmo e ver tudo sem atropelos.

O *hall* fora se enchendo. O Ministro José Linhares, cearense, meu amigo, presidente do Supremo Tribunal Federal, onde eu trabalhava desde 1936, chegou às 17h05. Maior pontualidade seria impossível. Conversou bastante com o General Jaguaribe de Matos. Às 17h15 chegou Lourival Fontes, amigo de JHR, Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Postou-se perto da fita inaugural com a sua tradicional piteira e foi logo cercado, não lhe faltando interlocutores. Mas o tempo ia passando sem que se pudesse inaugurar a Exposição, devido à ausência do Sr. Ministro da Educação.

Havia algo de estranho no ar. Circulando entre os vários grupos, apurei que haviam se formado, por assim dizer, dois times de torcedores entre os funcionários. Os favoráveis a JHR afirmavam que a Exposição seria aberta; os contrários, que o decreto exonerando da interinidade o historiador chegaria a tempo de impedi-lo de inaugurá-la. Um dos assessores do Ministro da Educação se sentira prejudicado por um ato administrativo de JHR na véspera e jurara vingança.

De minuto em minuto a situação ia se tornando insustentável. Às 17h55, alguém telefonou da Biblioteca Nacional diretamente para o Sr. Ministro da Educação, advertindo-o de que o Chefe do Poder Judiciário e o Chefe da Casa Civil da Presidência da República estavam no saguão da BN há quase uma hora, esperando a chegada de S. Ex^a, afinal, o dono da casa.

Num átimo, o Sr. Ministro da Educação chegou. Demonstrava embaraço. O Ministro José Linhares descerrou logo a fita e ele e Lourival Fontes tomaram a dianteira, sem ligar se o Ministro da Educação os seguia ou não. A inauguração foi brilhante, os convidados especiais portaram-se com a maior elegância, como se fossem eles que tivessem chegado adiantados e tudo correu na maior harmonia.

No dia seguinte, entretanto, às 11 horas em ponto, hora regulamentar da abertura da repartição, lá estava o decreto demitindo JHR da Direção Geral Interina da Biblioteca Nacional. Mas isto não era tudo. Uma Direção Geral Interina dá-se e tira-se sem maiores problemas. É um incidente administrativo de regra sem maior importância.

No caso, porém, tratava-se de coisa inteiramente diferente. Atribuía-se o caráter de punição a um funcionário que acabava de prestar à instituição um serviço relevante. Outorgara-se a um dos maiores historiadores brasileiros, autor de teses inovadoras na historiografia brasileira, o lugar que ele merecia. Em vez de exaltar e louvar a tarefa cumprida com

tanto zelo pela Divisão de Obras Raras e Publicações em seu conjunto, veio esta ordem: “Nenhuma das vitrinas da Exposição poderia ser fotografada; era proibida a feitura do *Catálogo da Exposição*. Se houvesse algum vazamento dessa ordem para a imprensa diária, seria aberto inquérito administrativo e o responsável seria severamente punido. JHR estava de mãos e pés atados. Em 23.10.53, foi nomeado Diretor Geral Interino da Biblioteca Nacional o Sr. Medeiros Lima” (1).

A Biblioteca Nacional, que devia orgulhar-se de ter sido cumprida a tempo e à hora uma tarefa tão difícil e delicada, que demonstrara a competência de seus funcionários mais qualificados, reduzia a validade daquele esforço a uns poucos dias em que a Exposição ficaria aberta ao público. O *Catálogo* teria sido um instrumento da maior utilidade para os estudiosos de todo o mundo e serviria de exemplo de como organizar-se esse tipo de exposição.

Mas a direção da Biblioteca Nacional e o Ministro da Educação não tinham noção de nada disso. Ou tinham e foram instrumento de uma vingança mesquinha? Sem o *Catálogo* cada peça voltaria ao lugar de origem e jamais seria possível reconstituir a Exposição para a posteridade.

Dias depois, manifestando sua enorme curiosidade de apreciar a mostra, o Professor Robert C. Smith, uma das maiores autoridades na arte brasileira e portuguesa, membro da Ordem da Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul, apressava-se a transmitir a José Honório, em carta redigida em português, sua opinião inteiramente insuspeita:

“Hotel Serrador, 27 de outubro [1953]

Meu caro José Honório Rodrigues:

É com o mais vivo prazer que lhe escrevo estas linhas para o felicitar na ocasião da nova Exposição Capistrano de Abreu. Como antigo diretor de exposições da Biblioteca do Congresso [EUA], tive especial interesse em visitá-la. Encontrei nas esplêndidas vitrinas da sua biblioteca a maior evolução de um homem de letras que tenho visto realizada com aquela encantadora erudição dinâmica, que distingue tudo quanto você faz. Achei a seleção, a combinação de cartas, livros, jornais e fotografias, brilhantíssima e, através desses elementos, consegui pela primeira vez perceber a verdadeira natureza daquele extraordinário homem de letras que foi João Capistrano de Abreu.”

(1) Vide Waldir da Cunha, “Diretores da Biblioteca Nacional, 1810-1984”, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 104, Rio de Janeiro, 1987, p. 251. Medeiros Lima, já falecido, ocupava o cargo de diretor da Divisão de Circulação da BN, acumulando-o ilegalmente com a direção do jornal *Última Hora*, em São Paulo, onde residia.

Esta foi, na abalizada opinião de Robert C. Smith, a magnífica Exposição do Centenário de Capistrano de Abreu, que em vez de figurar num Catálogo como um importantíssimo instrumento bibliográfico para os seus contemporâneos e os seus pósteros, fulgiu por uns poucos dias e isso foi tudo.

* * *

Em 1967, no volume *Perspectivas da História Brasileira*, com uma "Introdução e Ensaio Bibliográfico", por E. Bradford Burns ⁽²⁾, foram incluídos nove ensaios, sendo três de José Honório Rodrigues ⁽³⁾.

Na Introdução, o Professor Burns escreve: "José Honório Rodrigues, o historiador contemporâneo que contribuiu mais que qualquer pessoa para o estudo da historiografia brasileira (...) também ressaltou [ao lado de Viana Moog] a necessidade de 'uma história interpretativa'" (p. 2). A seu ver, "a variabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis os dois pólos do trabalho histórico. Mas, para distinguir as sombras e obscuridades, as teorias são indispensáveis" (p. 2 e p. 254 da *Teoria da História do Brasil*, 1ª ed., 1949).

Na nota introdutória ao primeiro ensaio de José Honório Rodrigues (1913-[1987]), o Professor Burns declara que a bibliografia do Autor "é extensa e sua quantidade equivale à sua qualidade" (p. 102). Enumera seus principais livros, fala da preocupação do historiador brasileiro com a historiografia e prossegue: "Ele escreveu mais que qualquer outro brasileiro — na verdade, possivelmente mais do que todos os outros brasileiros reunidos — sobre este assunto. É o autor de três dos nove ensaios incluídos neste livro, e senti a constante tentação de incluir outros ensaios seus. Estes, no entanto, serão mais que suficientes para demonstrar a profundidade e proeminência de sua contribuição ao estudo da historiografia brasileira".

Na nota introdutória ao segundo ensaio sobre a periodização da História Brasileira, o Professor Burns acentua que para melhor compreender-se a História é aconselhável dividi-la em períodos coerentes. Devo acentuar que JHR tratou extensamente da periodização do ponto de vista teórico em seu livro *Teoria da História do Brasil*. O Professor Burns refere-se às várias tentativas de periodização da História do Brasil, discute-as e afirma que nenhuma delas foi tão convincente quanto a apresentada por João Capistrano de Abreu (p. 114).

Na nota introdutória ao terceiro ensaio sobre Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira, o Professor Burns cita uma frase de JHR,

(2) *Perspectives on Brazilian History. Edited with an Introduction and Bibliographical Essay* by E. Bradford Burns. New York & London, Columbia University Press, 1967.

(3) "Problemas da História e da Historiografia Brasileiras", pp. 102-113; "A periodização da História do Brasil", pp. 114-138; "Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira", pp. 156-180.

onde ele disse: “Capistrano de Abreu tornou-se uma legenda no campo da historiografia, onde todos prestam seu culto ao mestre” (4). Afirma, a seguir, “que o Professor Rodrigues sugere neste ensaio muitas das idéias originais e inovações introduzidas na historiografia brasileira por João Capistrano de Abreu. Por exemplo, este iniciou um importante movimento de revisão histórica, ao chamar a atenção para a importância do interior brasileiro e suas contribuições para a formação nacional” (pp. 156-157).

É curioso observar, continua o Professor Burns, “que em 1889, quatro anos antes de Frederick Jackson Turner ler o seu discurso sobre a fronteira americana, Capistrano de Abreu, em seu *Os Caminhos Antigos*, sustentou a teoria da importância da fronteira na formação do caráter nacional” (p. 157).

Os outros seis ensaios incluídos neste volume foram os de K.P.K. von Martius, “Como a História do Brasil Deveria Ser Escrita” [1843], de Pedro Moacir Campos, “Uma Síntese da Historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX”, de Caio Prado Júnior, “Um Guia para a Historiografia do Segundo Império”, de Oiliam José, “A Periodização da História de Minas Gerais”, de João Capistrano de Abreu, “Uma Crítica de Francisco Adolfo de Varnhagen” e de Sérgio Buarque de Holanda, “O Pensamento Histórico no Brasil do Século XX”.

No “Ensaio Bibliográfico” final, o Professor Burns afirma que José Honório Rodrigues “escreveu muito e bem sobre temas historiográficos. Não é por mero acaso que tantos dos ensaios traduzidos nesta coleção sejam de sua autoria. Um ponto de partida essencial para qualquer estudo da historiografia brasileira seria a sua *Teoria da História do Brasil* (S. Paulo, 1957). Esta excelente obra trata da historiografia em geral e da historiografia brasileira em particular” (p. 197). Lembra que no mesmo ano saiu em Sevilha, Espanha, um artigo do Autor sobre “La Historiografia Brasileña y el Actual Proceso Historico” (*Anuario de Estudios Americanos*, vol. XIV, 1957).

E comenta: “Este excelente ensaio trata das tendências da historiografia brasileira contemporânea. O Professor Rodrigues teme que os historiadores brasileiros não estejam desempenhando um papel útil na sociedade. Acredita que estes têm valiosos préstimos que deveriam dar à Nação” (p. 197).

A seguir, acrescenta que estes ensaios foram precedidos por outros menos valiosos, “mas ainda assim altamente informativos”, como *A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua Evolução e Problemas Atuais*; (5) *As Fon-*

(4) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v. 1, p. LV.

(5) O Professor Burns cita a 1ª ed. de 1952, publicada em formato pequeno, com 286 p. Em 1969 e 1979 saíram a 2ª e a 3ª edições, muito ampliadas, que transformaram este livro em obra muito importante.

tes da História do Brasil na Europa (1950) e *Notícia de Vária História* (1951). Neste livro reproduziu seis ensaios historiográficos: *Historiografia Brasileira em 1945*, idem em 1946, *Historiografia Pernambucana*, idem *Cearense*, Rodolfo Garcia e Afonso Taunay, e, finalmente, Rodolfo Garcia.

Escreveu ainda o Professor Burns: “O número de artigos e ensaios de natureza historiográfica que o Professor Rodrigues publicou ao longo dos anos e o número de conferências pronunciadas sobre esta matéria é impressionante. Recentemente, alguns desses ensaios, artigos e conferências, amplamente esparsos, foram reunidos e publicados em dois volumes: *História e Historiadores* (1965) e *Vida e História* (1966). As duas coleções são úteis e oportunas” (pp. 197-198).

Após 1967, ano da saída do livro do Professor Burns, apareceram outras obras de José Honório Rodrigues, total ou parcialmente dedicadas a esta matéria: *História e Historiografia* (1970), *História, Corpo do Tempo* (1976), *História Viva* (1985), e *Vida e História* (1986).

Também vieram a lume as Separatas: “Os Estudos Brasileiros e os Brazilianists” (*Revista de História*, São Paulo, 1976, nº 107); “Taunay e a História do Brasil” (*Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1977, n.º 189).

Em 1976, a Editora Civilização Brasileira reeditou todas as obras de Capistrano de Abreu e todas elas levaram prefácios de José Honório Rodrigues.

Nada superou em importância, do ponto de vista puramente historiográfico, a *História da História do Brasil*. 1ª Parte. A *Historiografia Colonial*, seguida agora do II volume, t. 1, *A Historiografia Conservadora*. t. 2, *A Metafísica do Latifúndio: o Ultra-reacionário Oliveira Viana*. Esta obra, planejada em cinco volumes, seria o coroamento do tríptico que ele imaginara realizar em 1944: *Teoria, Pesquisa, Historiografia*.

José Honório, muito solicitado, cedeu demais aos convites dos quais deveria ter se poupado. Aceitava tarefas que lhe roubavam tempo e nada acrescentavam à sua Obra. Chegou a gastar três meses para escrever o prefácio de um livro com o qual nada tinha a ver, encomendado por um milionário muito conhecido. Nenhuma remuneração fora preestabelecida e ao receber o prefácio, este mandou-lhe um livro comum de presente. Recriminei-o, acentuando que ele nunca escrevera de graça antes. Ia engolir esse livro como pagamento de três meses de trabalho, de pesquisas exaustivas sobre um assunto que desconhecia? Por que não escrevera uma página ou uma página e meia desincumbindo-se de uma tarefa que o Dr. Alceu Amoroso Lima rejeitara e indicara o seu nome? Teses enormes, livros grandes foram inúmeros os que leu e nos quais fez emendas e sugestões guiado apenas pelo prazer de servir.

No mais, como acentuou o Professor Francisco Iglésias⁽⁶⁾, não tinha *hobbies* e sua única distração era o futebol do Flamengo. No Maracanã, onde possuía cadeira perpétua, vibrava, xingava o juiz, agredia com palavras ou gestos os que torciam pelo time contrário.

* * *

José Honório era extremamente metódico e escrevia muito depressa, sempre a mão. Sua letra, à primeira vista, parecia mais regular e fácil do que realmente era. Planejava antes, mentalmente, o roteiro do trabalho e quando se sentava para escrever tudo lhe vinha de um só jorro, sem emendas ou paradas. Num dia de oito horas úteis enchia, invariavelmente, quarenta páginas de papel ofício, o que dava, conforme o tamanho da letra, de dez a doze páginas datilografadas.

Ao encerrar a tarefa cotidiana, deixava sempre no meio a frase para poder retomá-la na manhã seguinte, sem quebra de raciocínio. Observava religiosamente suas caminhadas de manhã, na praia de Ipanema ou na Lagoa Rodrigo de Freitas (5 km²), e à tarde no varandão da frente, das seis às sete e meia, quando parava para jantar. Ouvia o noticiário da TV às 8 horas e depois — apesar de proclamar que não gostava de falar ao telefone —, usava-o durante aproximadamente uma hora, se não recebia visitas.

Seu açodamento quando acabava de escrever qualquer trabalho era tal, que nunca se detinha para revê-lo. Tinha pressa de entregá-lo. Eu lhe sugeria rever, dizia que havia repetições. “Eu gosto de repetir e não gosto de rever”, respondia-me. Aquilo que acabara de escrever ficara para trás, era passado, e ele já começara a pensar no escrito próximo. Lia muito, porém somente leitura especializada num sentido amplo. Romances só lera quando estudante. Poesia, somente a engajada de Carlos Drummond de Andrade. Gostava sobretudo de escrever, escrever sempre, sem parar, se possível. Não gostava de música. Dizia que esta não o deixava pensar. Em silêncio, seu cérebro criativo não parava de sugerir-lhe novas hipóteses de trabalho ou complementações de assuntos já tratados.

Era extremamente generoso intelectualmente com os estudantes que o visitavam quase todas as noites, sobretudo na década dos 60.

Aos seus amigos e professores brasileiros e estrangeiros saudava com carinho especial e atenções múltiplas. Mal conhecia um professor ou estudante mais qualificado estrangeiro e já o convidava para jantar em casa. Dava tudo de si mesmo e do seu conhecimento aos estudantes e professores. Às perguntas mais variadas, amplas ou minudentes, surgidas durante a conversação, tendo por objeto a história e historiografia brasileira, ele

(6) “José Honório Rodrigues e a historiografia”, O Estado de S. Paulo, 16-5-87, nº 350, pp. 6-7 (suplemento Cultural).

respondia como se tivesse passado o dia estudando aquele assunto. Aqui e ali abria novas perspectivas de pesquisa, de planos de trabalho, de metodologia, de bibliografia. A alguns chegava a emprestar e a dar livros.

Alguém nos contou que numa reunião anual da Associação dos Historiadores Americanos, à qual comparecem muitos recém-formados em busca de emprego, correu a seguinte piada: “O número de estudantes americanos que batem à porta do apartamento do Professor Rodrigues em Ipanema é tão grande, que ele é obrigado a fugir pela porta dos fundos”. Os inventores da piada sabiam que ele nunca fugia: ao contrário, recebia a todos de braços abertos.

Julgo apropriado transcrever aqui alguns trechos de cartas que recebi depois da morte de JHR:

Richard Graham, professor da Universidade do Texas em Austin: “As contribuições de José Honório Rodrigues como historiador viverão como seu legado. (...) Recordo também as numerosas vezes, quando eu era ainda principiante, em que ele e você me receberam tão gentilmente e ele me ajudou a encontrar o livro certo e a entrar em contato com a pessoa certa” (Carta de 16.5.87).

Leslie Bethell, da Universidade de Londres e diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da mesma Universidade: “José Honório foi uma figura importante em minha vida, como você sabe: através de sua personalidade, suas idéias, sua cultura e sua amizade. Eu sempre incluí você e José Honório como os dois mais antigos e íntimos amigos brasileiros” (Carta de 27.4.87).

Em 1968, em Londres, Leslie convidou-nos e ao secretário particular de Harold Wilson para jantar em sua casa. Este admirou-se do lindo rosbife e perguntou: “Você se dá ao luxo de comprar este tipo de carne?” Bethell respondeu-lhe: “Tornei-me historiador devido à influência de José Honório Rodrigues”. No Rio, era assíduo freqüentador de nossa mesa, inicialmente sozinho e depois com sua mulher. Vira José Honório na praia, nos jogos de futebol, discutindo política e falando apaixonadamente sobre a renúncia de Jânio Quadros, sendo diretor do Arquivo Nacional, historiador e professor. Então por que não tornar-se também um historiador? E a carreira de historiador foi a que ele escolheu, com resultados tão brilhantes.

Aos 20 anos, quando veio pela primeira vez ao Rio, jantou conosco no apartamento do Leblon e quando ia sair chovia a cântaros. José Honório ofereceu-lhe seu guarda-chuva, propondo-lhe devolvê-lo no dia seguinte no Arquivo Nacional, onde ele estava pesquisando. Muito empertigado, respondeu: “Professor! Eu sou um Trabalhista!! Não uso guarda-chuva”.

Para os que não sabem ou não se lembram: o Primeiro-ministro conservador Neville Chamberlain fora à Alemanha nas vésperas da

Segunda Guerra Mundial visitar Adolf Hitler. Fotografaram-no ao lado deste com um guarda-chuva no braço, que se tornou objeto de irrisão dos trabalhistas ingleses.

Stuart Schwartz, professor da Universidade de Minnesota: “José Honório foi o primeiro historiador brasileiro a receber-me em sua casa, e eu sempre antegozava as minhas visitas ao seu apartamento e as nossas animadas discussões. O Rio nunca mais será o mesmo para mim!! Sua morte significa uma grande perda para a vida intelectual brasileira em geral. Todos nós, aqui nos Estados Unidos, que devemos tanto a ele, sentimos a sua morte. (...) Sua memória viverá até muito depois dele, não somente pela sua cultura como pela sua bondade, encorajamento e amizade” (Carta de 21.5.87).

Neill Macaulay, professor da Universidade da Flórida: “De todos os historiadores que conheci, devo mais a José Honório do que a qualquer outro. Muitos dos meus colegas, brasileiros e norte-americanos, são igualmente devedores a ele. Apesar de seus livros continuarem a orientar os futuros historiadores, estes não sentirão o poder inspirador de sua inteligência como nós sentimos através do nosso contato pessoal. Aqueles de nós que estudamos com ele e gozamos o privilégio de sua amizade, fomos verdadeiramente afortunados. Pranteamos sua morte” (Carta de 14.5.87).

Neill Macaulay foi colega de *Stanley Hilton*, que freqüentou os Seminários de 1963-64 e 1966, em Austin. Ia seguir Letras e foi convertido à História por José Honório Rodrigues.

Robert Levine, professor da Universidade de Miami: “Lembro-me com prazer de sua generosa hospitalidade em 1964 e 1965, quando eu era “bem mocinho” e quando você e José Honório foram tão corteses e prestimosos não somente comigo, mas com os outros jovens estudantes graduados que vinham ao Brasil para estudar” (Carta de 5.5.87).

John Johnson, professor da Stanford University, California, ex-Diretor da *The Hispanic American Historical Review*: “Lembrei-me tanto daqueles meses de 1949 (...) quando José Honório, então diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, me tomava a mão e me guiava até os materiais que enriqueceriam a minha pesquisa. Fui um dos muitos a favor dos quais ele sacrificava seu próprio trabalho para, amigavelmente, servir aos seus colegas historiadores. Todos nós, eu sei, somos profundamente gratos a ele” (Carta de 19.5.87).

Robin Humphreys, ex-professor da Universidade de Londres e ex-Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da mesma Universidade: “José Honório teve uma carreira eminente. Ninguém que o tenha conhecido pode esquecer sua energia, seu entusiasmo, sua devoção à história brasileira e sua vasta contribuição à mesma. Sua perda será grandemente sentida” (Carta de 1.5.87).

Em 1968, depois de participar de um Congresso de Arquivistas em Ottawa, no Canadá, José Honório foi convidado a voltar à Inglaterra durante 15 dias pelo Conselho Britânico. Eu estava com ele e ao chegarmos a Londres fomos logo procurar Humphreys. Ele era, no momento, Presidente da Royal Historical Society, da qual José Honório era o único membro brasileiro. Por esses dias seria comemorado o centenário daquela sociedade e Robin convidou-nos para comparecer ao grande banquete comemorativo, que exigia *smocking*.

Foi uma noite inesquecível. O Conselho Britânico mandou-nos buscar num automóvel *Princess* enorme, com um chofer uniformizado e enluvado. Ao chegarmos, abriu-nos a porta e indicou-nos o caminho a seguir. À entrada, Robin e Elizabeth, sua mulher — que trabalhara com Arnold Toynbee e nos levara para conhecê-lo na Chatham House em 1950, filha de um grande historiador, formada em História —, recebiam os historiadores que iam chegando de várias partes do país e do Brasil.

À sobremesa começaram os discursos. O primeiro a falar foi o Ministro da Justiça. Referiu-se a um escândalo recente de seu antecessor com uma *call-girl*, amplamente explorado pela imprensa. “Imaginem se fosse eu que estivesse no lugar dele e fosse fotografado pelo *Daily Mirror!*...” Houve uma gargalhada geral. Eu e José Honório nos entreolhamos atônitos. Perguntei ao senhor ao meu lado: “Este é o estilo dos discursos em ocasiões como esta?” Indagou-me a minha nacionalidade e respondeu: “Claro. Se o orador não conseguir fazer o auditório rir às bandeiras despregadas, o discurso é considerado horrível”.

Ao chegar a vez de Humphreys falar — ele que é o retrato da sisudez e do feitio fechado inglês, com poucas exceções —, conseguiu incluir na sua oração duas piadas, de maneira meio desajeitada. E seus colegas riram. Estava salva a pátria.

Se Rui Barbosa tivesse assistido a uma comemoração igual a essa, certamente a incluiria nas suas *Cartas da Inglaterra*, pois é o contrário de tudo o que se pratica em Portugal e no Brasil em matéria de discurso solene!

Charles R. Boxer, ex-Professor da Universidade de Londres, onde sucedeu Edgar Prestage na cadeira “Camoens” do King’s College: “A morte de José Honório é uma perda para a cultura brasileira em geral e para todos os historiadores interessados na História do Brasil de 1500 a 1987. Sempre guardarei na memória a minha amizade com vocês dois, desde o nosso primeiro encontro há mais de 40 anos até agora. Aprendi muito com José Honório e sempre o considerei o meu *Mestre Exímio* na História do Brasil. Serve um pouco de consolo saber que os seus livros viverão muito depois de sua partida, e eu, particularmente, tenho em alta estima o exemplar da sua *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, que ele me deu em janeiro de 1950, e seu *Vida e História*, que me ofereceu na minha última visita” (Carta em inglês de 7.5.87).

Refere-se a dezembro de 1986, quando veio ao Rio receber a Medalha de Ouro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Contou-nos sua acompanhante que as suas primeiras palavras ao saltar do avião foram: “Quero ir à casa de José Honório Rodrigues”. Não sabia que seu velho amigo estava hemiplégico e com a fala prejudicada, depois de um derrame cerebral sofrido em 22 de maio daquele mesmo ano. Viu-o numa cadeira de rodas e não conseguiu entender nada do que José Honório tartamudeou. Desolado, deixou escapar este lamento: “Que lástima! Só um milagre!!”

Politicamente foi um liberal. Foi um humanista pela catolicidade de seus interesses e do seu conhecimento. Como historiador nada que fosse humano lhe era estranho. Tudo aquilo que, ainda de longe, pudesse interessar à história ou à historiografia ele fichava ou recortava dos jornais. Sua coleção de recortes é enorme.

Certa vez um jornal de São Paulo pediu-lhe um artigo sobre o ex-Presidente Geisel. José Honório disse: “Não posso responder agora. Por favor, telefone-me amanhã”. Recorreu à sua coleção de recortes e lá encontrou cinco pastas cheias, fichas, indicações sobre Geisel. Quando lhe telefonaram no dia seguinte, informou: “Podem mandar buscar o artigo. Está pronto”. Sempre que havia urgência era eu a datilógrafa. Eu fazia, mas detestava tal tarefa, porque sou péssima datilógrafa.

Escrevia de modo absolutamente claro e positivo, salvo quando, traído por uma cascata de orações subordinadas, esquecia-se da oração principal. Não havia necessidade de procurar sentido oculto nas entrelinhas. Ele não admitia desconversas. Se admirava e gostava, dizia-o sem subterfúgios. Se não gostava, agia com a mesma franqueza, assumindo às vezes um tom exageradamente agressivo. Era o seu jeito. Sempre foi assim. Um de seus colegas de turma na Faculdade de Direito disse-me que em seus ataques mais violentos faltava caridade, uma das virtudes teológicas a que ele se referiu no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, aos 5 de dezembro de 1969.

Em carta de 21.9.50, o professor *Charles R. Boxer*, da Universidade de Londres, lhe escrevia em português: “Acabo de receber hoje a *Bibliografia de História do Brasil*, 1º e 2º Semestres de 1950, que contém notícias tão lisonjeiras suas acerca dos meus ensaios sobre Luís Velho e Salvador Correia de Sá, que muito e mui sinceramente agradeço-lhe. As suas notícias são tanto mais agradáveis para mim, porque vejo que o meu amigo e colega não poupa a crítica a trabalhos e pessoas que não estão à altura do seu *standard*, como vejo das notícias sobre os livros de J. F. de Almeida Prado e mesmo do ilustre Gilberto Freyre... Ainda bem! Porque nestes nossos dias, seja cá na Europa ou lá na América, os escritores e historiadores estão prontos demais a chamar uns aos outros ‘mestres’, e a qualificar qualquer obra nova, tão cheia de banalidades, ou

superficial que seja, de 'trabalho de mestre', 'livro insigne', 'ensaio magnífico', etc. Bem haja que JHR lá está para dar uma pancada em tal adulação vã e perniciosa”.

José Honório teve algumas amigas sinceras e dedicadas como, por exemplo, uma prima mais velha, Maria Luiza Dannemann, e ex-alunas, como Diana Zaidman — e muitos amigos, alguns dos quais chamava até de frater-nos. Suas maiores amizades, porém, com exceções, terminavam de repente, por um mal-entendido qualquer. Ele às vezes era o autor do mal-entendido e não compreendia porque o amigo se zangava: “Eu não fiz nada!”. Podia ocorrer, raramente, um reatamento de relações, nunca, entretanto, com a espontaneidade original. Também provocava muitos desafetos. E aí, ainda, podia haver reatamentos que me deixavam perplexa, pasma. Como podia ele esquecer os agravos que lhe tinham sido feitos? Depois de morto, confirmou-se a minha suspeita: ele simplesmente *não lia* nada que fosse contra a sua pessoa ou os seus escritos. Na gaveta de sua mesa de trabalho encontrei um envelope fechado com as iniciais H.C. Eu conhecia a pessoa e as iniciais. Não contive a curiosidade. Abri o envelope. E logo imaginei o que ocorrera: H.C. o encontrara na praia e ouviu dele que desconhecia qualquer ataque. H.C., que julgava a matéria importante, ficou de lhe enviar um recorte. José Honório, ao receber o envelope com as iniciais do amigo, jogou-o na gaveta sem abri-lo. Diante de uma notícia desagradável, interrompia-a dizendo: “Este assunto não me interessa”. Ouvi várias vezes esta frase, quando falava sobre os EUA. Ele achava que eu devia estudar o Brasil e não a Suprema Corte americana.

A compreensão é a penúltima meta do historiador — a última é a composição — atingida depois de consultada a bibliografia e completada a pesquisa, resolvidos todos os problemas, estudadas as hipóteses sugeridas pela formação e imaginação do historiador. A compreensão histórica era o forte de José Honório Rodrigues. Grande era a sua intuição. Grande o seu saber histórico de toda a História do Brasil, de 1500 a 1986. Sua história não era cubicular, mas insuflada por uma excepcional inteligência que sabia, à perfeição, ver o conjunto. Jamais confundia o verdadeiro “fato histórico” com o “lixo” da História, que deve ser jogado fora, como ele doutrinou na *Teoria da História do Brasil*.

Eu admirava sobretudo sua maneira magistral de terminar vários dos seus escritos. Era o toque mágico do escritor, do grande historiador e grande historiógrafo que ele foi. O próprio José Honório demonstrava total confiança no lugar que lhe estará reservado na história e na historiografia brasileiras.

Robert Conrad, conhecido autor de um livro sobre a escravidão no Brasil, escreveu que “o intervalo entre Varnhagen e José Honório Rodrigues é muito grande e foi preenchido por Capistrano de Abreu. É sugestivo o fato de Rodrigues, *que é o maior dos três* [grifo meu] apesar de

ser menos crítico de Capistrano, do que Capistrano o foi de Varnhagen, revelar hoje a mesma devoção profissional a Capistrano que este devotou a Varnhagen”⁽⁷⁾.

Que elogio maior lhe poderia ser dado em 1965, quando ainda tinha vinte e um anos de realizações pela frente, do que ser considerado maior do que Varnhagen e maior do que Capistrano de Abreu? Ele acreditava que somente o fato de ser, na opinião do professor Conrad, o maior dessa Trindade, já lhe bastava para confiar no julgamento do futuro.

Lêda Boechat Rodrigues

Dezembro de 1987.

* * *

(7) Robert Conrad, "João Capistrano de Abreu, Brazilian Historian", *Revista de Historia de America*, México, nº 59, Enero-Junio de 1965, p. 162.

INTRODUÇÃO

Esta obra constitui o segundo volume da *História da História do Brasil* — Historiografia Colonial, publicada em 1979. A classificação da matéria seria cronológica, como o foi no México — *Historiografía del Brasil — Siglo XVI* (México, 1957) e *Historiografía del Brasil — Siglo XVII* (México, 1963) — mas preferi tomar o caminho temático. Ela só trata dos mortos. Evitei os vivos para não levantar polêmicas.

Este segundo volume está, por sua vez, dividido em dois tomos, a saber: “A Historiografia Conservadora”, tomo 1, e “Oliveira Viana”, tomo 2. Oliveira Viana foi o maior pensador de direita que o Brasil produziu e influenciou como autor intelectual tanto no movimento rebelde de 1930, como na contra-revolução de 1964-85.

Início logo o terceiro volume, *A Historiografia Liberal*, seguido do quarto, *A Historiografia Católica, Republicana e Positivista*, e do quinto, *Do Realismo ao Socialismo*. Acrescentarei um sexto volume, que versará sobre *A Historiografia Estrangeira sobre o Brasil*, compreendendo os brasilianistas que existem desde o começo do século XIX.

São seis volumes em sete tomos o conjunto da obra que completa meu sonho quando, em 1944, vindo da preparação nos Estados Unidos, pensei em publicar a *Teoria da História do Brasil* (1ª ed., 1949; 5ª ed., 1978), a *Pesquisa Histórica* (3ª ed., 1978), e a *História da História do Brasil*, ora em andamento.

Agradeço ao Sr. Yunes, presidente da Companhia Editora Nacional, o acolhimento que tem dado a estas obras eruditas e de difícil venda, bem como ao querido amigo Herbert Salles e agora ao meu velho companheiro Fábio Lucas, o apoio que têm dado à Companhia para a edição destes livros e com os quais conto para a continuação da obra.

Junho de 1985.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

ABREVIATURAS

- ACD* — *Anais da Câmara dos Deputados; também aparece como APB CD: Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados.*
- AMP* — *Anais do Museu Paulista.*
- JB* — *Jornal do Brasil.*
- RABL* — *Revista da Academia Brasileira de Letras.*
- RIC* — *Revista do Instituto do Ceará.*
- RIHGB* — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*
- RIHGSP* — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.*

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA CONSERVADORA

1. A concepção conservadora da História

Sempre acreditei, no exame refletido da História do Brasil, ao longo dos anos, que somos por tradição portuguesa um povo (incluo aqui todas as classes em conjunto) extremamente conservador. E as ondas portuguesas na Colônia, imigratórias no Império, só fizeram aumentar a visão conservadora da história e da política. Tanto em *Aspirações Nacionais*⁽¹⁾ quanto em *Conciliação e Reforma, um Desafio Histórico-Cultural*⁽²⁾, acentuei o conservadorismo brasileiro, herança portuguesa ao longo de toda a nossa história. Na verdade, o domínio conservador das minorias foi sempre tão grande e contínuo que as classes médias e trabalhadoras, escravas primeiro e livres depois, revelaram sempre uma deferência, um respeito, um acatamento para com seus superiores, que não só amoleceram as lutas de classes, como mantiveram “no seu devido lugar” as classes sociais majoritárias. A deferência favorece o domínio, mantém o tradicionalismo geral e o conservadorismo político. Ele foi um aspecto social e psicossocial originário da fase colonial, que se preservou no Império e vem tendo seu declínio a partir da República.

A superioridade das forças dominantes não só decresce, como seus valores dominantes são postos em dúvida e as ambigüidades se acentuam. A participação política tem crescido, mas não de forma a abalar a força e autoridade das minorias dominantes. O problema central se concentra na resposta que os membros subordinados dão aos valores poderosamente disseminados para apoiar os interesses das classes dominantes. Em que condições respondem os subordinados aos valores que parecem apoiar os interesses de sua própria classe e sob que condições eles se submeterão aos valores dominantes?

O conservadorismo depende não só da posse da força do capital e militar, mas psicologicamente dessa deferência que mantém a dominação. Os valores dominantes e subordinados se movem dentro de conceitos cívicos mais gerais e representam inequivocamente valores políticos opostos. O valor dominante na cultura política é o que se pode chamar *tradicionalismo*, com algumas complicações recentes resultantes de valores tecnológicos e o principal valor subordinado aparecendo na forma de igualitarismo.

(1) 1a. ed., São Paulo, 1963; 4a. ed., Rio de Janeiro, 1970.

(2) Rio de Janeiro, 1965; 2ª ed., Rio de Janeiro, 1982.

O problema consiste em relacionar valores rivais às posições de classe e daí às combinações resultantes da conduta política. Nem se pode esquecer que o conservadorismo penetrou tão fundamente na vida política brasileira que não é estranho que a classe média nas suas variações e até trabalhadores se liguem a interesses do grupo dominante e abjurem as intenções do seu próprio grupo. Mas há um aspecto que deve ser bem medido: a considerável descontinuidade entre a tendência do povo a dar consentimento formal a valores dominantes abstratos e sua resposta a situações práticas imediatas, nem sempre concordantes com os valores das classes dominantes.

Além disso, vem-se acentuando a decadência das velhas elites conservadoras substituídas por minorias militares (gerais) — técnicas que mantêm idéias obsoletas, antiquadas e arcaicas na defesa do conservadorismo, assaltando o poder e mantendo-o em defesa das minorias decadentes.

O conservadorismo sempre defendeu a tese de que a história seria favorável às fases em que o poder foi exercido por estadistas sectários do princípio da autoridade e não pelos partidários do liberalismo, mais ardente e generoso que refletido.

Os conservadores sempre acharam que o Partido Conservador no Brasil havia consolidado as instituições, salvo a integridade da Monarquia, restabelecido a ordem e a tranqüilidade pública. Não conquistara o poder no tumulto das revoluções, nem por surpresas inconstitucionais. Suas vitórias eram conseguidas por meios legítimos: a imprensa, a tribuna e o consentimento implícito dos próprios adversários.

Muitas vezes eles usaram de instrumentos de opressão para afastar seus adversários ou obrigá-los mesmo a se submeterem ou ainda a recorrerem aos meios mais violentos para que uma reação os exterminasse, embora a verdade é que os liberais em conjunto nunca foram excluídos ou exterminados, ainda que uns ou outros tivessem sofrido até as penas do exílio.

O exílio foi uma pena usada por ultraconservadores contra aqueles que tiveram a audácia de enfrentá-los e, desde José Bonifácio até D. Pedro II, o exílio ocupou um lugar honrado na nossa história, assim como ocupou em toda a civilização ocidental, tal como exemplificam os casos de Tucídides, Ovídio, Dante, Heine e Marx.

O pensamento conservador está sempre associado ao medo da mudança ou à resistência a ela, o que caracterizou a política brasileira do Império e maculou a atividade liberal brasileira, também dominada pelo temor das grandes mudanças, como era o caso da abolição da escravidão.

2. Principais características da corrente conservadora brasileira

A corrente conservadora brasileira tem como principais características as seguintes:

2.1. A defesa da razão de Estado

Não preciso aqui resumir as idéias de Maquiavel em *O Príncipe*, senão lidas diretamente, influentes indiretamente. É rara a citação, nos discursos parlamentares, de Maquiavel, mas ela aparece num ou noutro orador de maior força conservadora. Creio que *O Príncipe* foi mais falado que lido, mas suas idéias básicas, bastante difundidas, tiveram grande influência no pensamento conservador brasileiro. Tive oportunidade de escrever, em 1957, um artigo sobre *A Idéia da Razão de Estado, na História Moderna*, a importante obra com que Friedrich Meinecke estudou o maquiavelismo⁽³⁾. A obra de Meinecke⁽⁴⁾ representou o mais completo exame do conceito da razão de Estado como norma de ação política e lei motora do Estado, que diz ao homem de governo o que ele deve fazer para conservar o Estado vigoroso e forte.

A questão principal que Meinecke tentou estudar era a de como a existência e preservação do Estado se reconcilia com os padrões morais de aplicação universal. O livro traça a idéia da razão de Estado desde Maquiavel, os pensadores políticos da França e Itália nos séculos XVI e XVII até Frederico, o Grande, o arqui-realizador da razão do Estado e a figura central do livro pela dualidade de seus padrões morais e sua consciência do fato, e termina com uma visão rápida sobre as origens da Primeira Guerra Mundial.

A grande contribuição do livro consiste em que ele discute os problemas centrais da vida política, a dificuldade de reconciliar a teoria e a prática, os padrões duplos da moralidade pública e privada, a relação entre a política externa e interna, o problema de reconciliar os interesses particulares dos Estados soberanos individuais com a crença na lei universal.

Na verdade, o princípio de Maquiavel foi o de que “era necessário que o Príncipe que desejasse manter-se a si mesmo soubesse como cometer o erro, de acordo ou não com a necessidade”. Foi uma teoria que representou, segundo Meinecke, “uma espada afundada nas costas da humanidade ocidental”. Mas era uma teoria que parecia corresponder aos fatos, assim como os grandes Estados nacionais absolutistas substituíram as monarquias feudais da Europa.

Embora *O Príncipe* de Maquiavel fosse apresentado em forma de injunções ou preceitos para os dominadores, sua doutrina consistiu de fato em generalizações empíricas sobre os meios que os príncipes que desejavam ter sucesso deveriam realmente usar. Maquiavel escreveu sobre a política como ela era, e não como devia ser.

No campo da ação política, o maquiavelismo levou ao reconhecimento e, conseqüentemente, à mais ampla adoção da razão de Estado, como aquilo que

(3) “A Razão de Estado”, *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1957.

(4) *Die Idee der Staatsraison in der neueren Geschichte*, 1a. ed., 1924. Trad. italiana, Firenze, 1942; trad. inglesa com o título *Machiavelism*, Londres, 1957.

justificava a rejeição pelo governo de padrões reconhecidos de moralidade e, neste sentido, Frederico, o Grande, e Bismarck são os herdeiros modernos de Maquiavel, tomados como exemplos por Meinecke.

As doutrinas de Maquiavel são um desafio às regras de conduta que a Igreja e, primitivamente, os pensadores da Antigüidade proclamaram ser universais. Na verdade, o que Maquiavel estava formulando já estava sendo praticado na sua época, tão paradoxal que um Alexandre VI pôde tornar-se papa. As regras da conduta cristã tinham sido rompidas, mas tal quebra era regularmente reconhecida como pecaminosa. O conselho de Maquiavel e de seus sucessores era o de que essas regras só deveriam ser usadas quando servissem ao dominador; elas estariam ligadas unicamente às leis da segurança e da preservação do seu próprio Estado.

Seria errôneo ver no pensamento de Maquiavel e de seus sucessores simplesmente a negação brutal e nihilista de todos os valores. Ele acreditava que seus conselhos poderiam servir à regeneração da Itália. Mas a doutrina ensinava que todos os meios eram justificados para preservar o Estado, sem estabelecer a que fins o Estado deveria servir.

Nos próprios dias de Maquiavel e nos séculos seguintes, a idéia da razão de Estado foi um desafio às doutrinas da justiça e da moralidade universal pelas quais sempre lutara a Igreja Católica. Foi também um desafio à idéia da ordem internacional baseada nos ideais cristãos de justiça e nos princípios do Direito Natural.

A doutrina teve de enfrentar, no século XVIII, outro corpo de idéias e tensões ainda maiores devidas à incompatibilidade entre a política do poder e a doutrina cristã.

Daí em diante o conflito entre as necessidades práticas do Estado e a crença no progresso universal da humanidade se manteve através de várias vicissitudes. A estrutura orgânica do Estado continuou a crescer com um poder total, que se viu exemplificado sobretudo na época contemporânea nos Estados autoritários, nazistas, soviéticos e militares. Com ele cresceu também uma tradição anarquista que declarou com insistência que o Estado era o responsável pela corrupção do homem e que somente com a destruição do Estado se poderia chegar a fazer emergir uma sociedade de homens virtuosos.

Os conservadores nunca chegaram a nenhum desses excessos que a razão de Estado, na versão maquiavélica, sugeria e fez nascer. Mas eles acreditaram sempre na razão de Estado, na necessidade de assegurar o *statu quo*, com modificações mínimas e lentas, e que entre o Estado existente e a revolução deveriam sempre defender o primeiro e esmagar a segunda. Conseqüentemente, os historiadores conservadores defenderam sempre as ações dos governos, as razões de Estado, as minorias dominantes e a dominação, os líderes, tudo, enfim, que representasse os interesses da ordem vigente.

Ao defenderem o uso de todos os instrumentos legais ou ilegais na defesa do Estado, ligaram-se ao maquiavelismo, embora não tenham evitado ou ten-

tado evitar os abusos dos que sempre falam em nome da razão de Estado, agora chamada *segurança nacional*.

Assim, se defendiam o Estado, não concordaram com aquelas famosas palavras de Frederico, o Grande: “S’il y a à gagner à être honnête homme, nous le serons, et, s’il faut duper, soyons donc fourbes”.

Deve-se, portanto, distinguir entre a razão de Estado necessária e inelutável nas crises sociais e econômicas e a tendência violenta e perigosa de, em seu nome, assenhorear-se um homem da consciência dos outros e da sociedade.

2.2. Defesa das classes dominantes e exaltação dos grandes estadistas

A segunda característica do conservadorismo é a defesa intransigente das classes dominantes e a exaltação dos grandes estadistas. Para os conservadores, a liderança foi quase perfeita, modelar, com pequenos senões em raríssimas ocasiões. É a história dos senhores do poder, dos governadores, das elites.

Salústio, na *Guerra de Jugurta*⁽⁵⁾, investiu contra os senhores do poder: “E quem são, então, esses homens que se tornaram donos do Estado? Celerados, com as mãos tintas de sangue, de uma insaciável cupidez, monstros ao mesmo tempo da perversidade e do orgulho, para quem a lealdade, a honra, a piedade, o bem e o mal, tudo é mercadoria. Para uns o assassinato dos tribunos da plebe, para outros processos contrários ao direito, para quase todos o massacre dos vossos tem sido os meios de se pôr ao abrigo. Assim, quanto mais eles são criminosos, mais estão em segurança”.

Por mais forte que seja essa descrição, ela revela como, desde a Antigüidade, os historiadores mais livres souberam ver os abusos dos senhores do poder, tão admirados pelos conservadores e tão louvados pelos historiadores conservadores.

Capistrano de Abreu advertira Taunay de que não devia escrever história de capitães-generais, de governadores, enfim da minoria dominante, e preferir o estudo dos grandes temas como as bandeiras, o café e o tráfico negreiro, a que Taunay dedicou sua vida⁽⁶⁾.

Os efeitos depressivos dessa historiografia conservadora estão bem claros na grande maioria das histórias gerais do Brasil, com o desfilarmos feriados nacionais e a exaltação dos estadistas, com as biografias apoloéticas.

(5) Salústio, *Conjuration de Catilina. Guerre de Jugurtha. Fragments des Historiens*, Paris, 1947, p. 155.

(6) Vide *Correspondência de Capistrano de Abreu*, org. por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954, 3º vol., p. 276; “Discurso de Recepção do Sr. Afonso Taunay, 6 de maio de 1930” in *Discurso Acadêmicos (1927-1932)*, Rio de Janeiro, 1937, p. 214; e José Honório Rodrigues, “Afonso Taunay e o Revisionismo Histórico”, in *História e Historiografia*, Petrópolis, Vozes, 1970, p. 170.

2.3. Pregação da continuidade histórica e combate à ruptura

Os conservadores pregam a continuidade histórica e combatem a ruptura que se exprimiu primeiro na defesa da ex-metrópole e do seu colonialismo, que durou o quanto pôde. A louvação da história colonial no Brasil e em geral foi feita sempre sistematicamente desde Varnhagen; segundo a defesa do braganatismo, só examinado criticamente, embora com excessos de linguagem, por Manuel Bonfim, especialmente em *O Brasil na História*⁽⁷⁾ e o *Brasil Nação*⁽⁸⁾, livros que merecem hoje o reexame crítico, bem como sua real e positiva colocação na historiografia brasileira, embora tenham sido por longo tempo marginalizados.

2.4. Conformismo e dizer-amém aos poderosos

A concepção conservadora ensina o conformismo e diz sempre *amém* aos poderosos. É anticombativa, é passiva, aceita os fatos tal como acontecem e se põe sempre ao lado dos vencedores. Por isso, a história conservadora do Brasil é sempre a história dos vencedores e os vencidos são sempre censurados e condenados. Como o povo brasileiro é politicamente um povo derrotado em toda a sua história — embora seja o construtor do país — ele pouco aparece nas histórias escritas por conservadores.

A concepção conservadora não tolera os homens de muita opinião que ou são esmagados, ou aprisionados, ou exilados. A frase de Capistrano de Abreu, “O povo brasileiro foi sempre capado e recapado, sangrado e ressangrado”, tem inteira aplicação neste contexto: uma história feita pelos vencedores para os vencedores. Ter muita opinião foi sempre intolerável para os conservadores em geral e sobretudo para os autoritários. César, falando dos gauleses, escreveu que eles eram os mais obstinados dos seus adversários e, por isso, não atenderia a seus apelos⁽⁹⁾. No Brasil houve sempre gente de muita opinião que sofreu por seus ideais e convicções, desde José Bonifácio até aqueles homens derrotados em Canudos que não se entregaram porque eram gente de muita opinião⁽¹⁰⁾.

2.5. Fracassos explicados como erros humanos

O conservadorismo justifica os fracassos como *erros humanos* e não pela falta de reformas necessárias. Os insucessos se devem a causas naturais que fo-

(7) Rio de Janeiro, 1931.

(8) Rio de Janeiro, 1931.

(9) César, *La Guerre des Gaules*, Paris, 1944, p. 139.

(10) Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 14a. ed., Rio de Janeiro, 1938, pp. 603-604.

gem ao controle administrativo. Acaso, azar, acidentalidade fazem parte do vocabulário político do conservadorismo, embora sua definição e qualificação no processo histórico nem sempre sejam por ele conhecidas.

O conservadorismo sempre defendeu a tese de que a história favorecia as fases em que o poder foi exercido pelos sectários do princípio da autoridade e não pelos partidários do liberalismo mais impulsivo e generoso que refletido.

O conservadorismo resiste às exigências populares, exalta sempre a vitória das forças conservadoras sobre as revolucionárias e defende as barreiras criadas contra o radicalismo. Em resumo: os conservadores não seguem idéias políticas, mas defendem interesses e soluções práticas.

3. Bases do conservadorismo histórico no Brasil

No Brasil, as bases do conservadorismo histórico foram as seguintes:

3.1. A Independência foi um produto da política portuguesa

A Independência não foi um ato de rebeldia, mas um produto da política portuguesa. A legalidade monárquica tem uma filiação contínua de Ourique (25 de julho de 1139) ao Ipiranga (7 de setembro de 1822). A Independência é uma doação da dinastia e, ainda que fosse considerada como uma revolução, seria uma revolução legítima, produzida sob a direção da autoridade legítima que era o Príncipe D. Pedro.

Essa é uma visão conservadora monarquista, defendida sobretudo por Domingos Andrade Figueira e João Camilo de Oliveira Torres, que será melhor tratada na variante monarquista do conservadorismo. Assim também nos liberais e radicais se defenderá a tese diametralmente oposta.

3.2. A Abdicação é um ato ilegítimo

Como consequência, todo movimento revolucionário deve ser condenado e o 7 de Abril de 1831, a Abdicação, é um ato ilegítimo. Foram os conservadores que consolidaram as instituições, salvaram a integridade da Monarquia, restabeleceram a ordem e a tranqüilidade públicas. Não conquistaram o poder no tumulto das revoluções, nem por surpresas inconstitucionais.

Suas vitórias foram conseguidas por meios legítimos, a imprensa, a tribuna e o consentimento implícito dos próprios adversários. Se usaram sempre de todos os recursos para se manter no poder, obrigando os adversários a se submeterem ou criando atmosfera de terror para que estes, recorrendo à violência, os obrigassem a uma reação feroz, o certo é que os liberais conviveram

com os conservadores e não foram excluídos ou exterminados. A conciliação e a reforma foram os instrumentos políticos de manutenção conservadora no poder, como tentei demonstrar em meu livro *Conciliação e Reforma no Brasil — Um Desafio Histórico-Político*⁽¹¹⁾.

3.3. Direito sagrado da propriedade

Daí resulta a apoteose da monarquia, até a hora em que esta descuidou de interesses dos conservadores, com a abolição dos escravos, isto é, negligenciou o que há de mais sagrado nos conservadores, que é a propriedade.

4. Interpretação conservadora de Justiniano José da Rocha

O conservadorismo político teve como sua expressão ideológica e seu pensador inicial a figura de Justiniano José da Rocha (1811-1862) com seu livro *Ação : Reação : Transação*⁽¹²⁾, admirável síntese do pensamento conservador na interpretação da nossa história, vista como uma luta eterna da autoridade com a liberdade. Os conservadores criaram um verdadeiro cesarismo histórico ao fazerem a apoteose da monarquia, ao exaltarem a dinastia reinante, ao sustentarem que foi a monarquia que criou a nação e não a nação que criou a monarquia. O país nada deveu a si, viveu do favor dos príncipes e estaria retalhado se não fora a ação da realeza. A verdade histórica que o cesarismo criou e professou publicamente em detrimento dos brios nacionais e da evidência dos fatos é que a monarquia criou a nacionalidade brasileira e a manteve.

Não traço aqui a bibliografia de Justiniano José da Rocha, já realizada⁽¹³⁾. Em seu famoso folheto de 1855, sustentou que “desde os dias da independência até 1851 vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se, trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lhe-famos sucumbido, se não nos valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e de bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e paixões”. Sustenta, a seguir, que havíamos chegado à fase da transação, mas afirma que a mesquinhez do espírito humano, a satisfação de interesses no aviltamento dos indivíduos

(11) Rio de Janeiro, 1965.

(12) Rio de Janeiro, 1a. ed., 1855. Reproduzido por R. Magalhães Jr. in *Três Panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, 1956.

(13) Vide seu discurso autobiográfico de 26 de maio de 1855; Elmano Cardim, *Justiniano José da Rocha*, São Paulo, 1964, e introdução de R. Magalhães Jr. à reedição do seu *Ação: Reação: Transação*, in *Três Panfletários do Segundo Reinado*, 1951, pp. 127-159.

perturbaram o que foi chamado de *conciliação*: “Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor da nova ação (...)”.

Seu estudo divide a história política em cinco períodos: “De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje [1855], arrefecimento das paixões, quietação no presente, ansiedade no futuro; período de transação”.

Analisa depois cada um dos períodos, curtas descrições críticas, um quadro excepcionalmente lúcido e claro, visto e examinado de acordo com sua posição conservadora. Termina escrevendo sobre o período de sua época — o da transação — que havia começado em 1853: “Dizei-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disso vede aí que palavra puseram por diante os parlamentares, quando se levantaram contra o ministério que precedeu o atual?

“A conciliação. E esse ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostrava senão as de uma conciliação que, ao menos quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado? E que movimento social era esse que todos os políticos pressentiam, a que obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as posições, acabadas todas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação.” Finalizava lembrando os deveres do poder: “Cumprir que o poder espontaneamente se desarme de quanto lhe foi dado, não por não ser-lhe essencial para desempenhar os seus tutelares encargos, mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que se viu colocado; cumpra-lhe renunciar ao arbítrio com que suprime a liberdade individual, com que subjugou a nação militarizada. Cumpra-lhe ver, entre “as idéias que os liberais puseram por diante nos dias de suas lutas (idéias que felizmente foram escritas em três programas notáveis), quais as que satisfazem às verdadeiras necessidades públicas, quais as que, sem perigo, dão ao elemento democrático algum quinhão na organização política do país; cumprir que o que é do povo seja restituído ao povo”⁽¹⁴⁾.

Nesse mesmo ano, como deputado pela Província de Minas Gerais, pronunciou Justiniano José da Rocha vários notáveis discursos. Aos 19 de maio

(14) *Op. cit.*, pp. 53-54.

começou louvando o chamamento pela Coroa do Marquês de Paraná, “uma das principais notabilidades do país, um dos homens que maiores e mais seguras garantias tinha dado ao partido [Conservador], ainda no poder, e que tinha sido um dos formuladores dos dogmas do seu credo político”. E depois começou a revelar sua separação da fórmula de conciliação: “Esperei, esperei ansioso. Não me enganei”.

Declarou então que, organizado o gabinete, foi na tribuna do Senado apresentado o programa de governo e nele se dizia: “Não há mais saquaremas nem luzias; as lutas passadas estão extintas; o governo é conservador-progressista, ou progressista-conservador; aceita todas as questões políticas, que têm sido pontos de divergência até agora, para, na calma das paixões, nessa substância geral de ódios políticos, discuti-las e resolvê-las; a tempo de evitar que no futuro fiquem como ocasiões de novas fermentações, de novos ódios. Conservador-progressista, eu dou a fiança do meu nome e do meu passado aos conservadores; aos progressistas porém, a quem não posso dar a mesma fiança, asseguro-lhes que os convencerei dando os primeiros passos ao seu encontro”.

Ouvindo isso, Justiniano José da Rocha se encheu de satisfação e disse: “Eis aqui explicada a causa de toda essa confusão que há nas nossas falanges: o nosso chefe no-la mostra, hoje não existem mais as antigas, e portanto não há mais a antiga bandeira; cumpre-nos tomar uma bandeira nova, e a meditação sobre as necessidades do país, [que] no-la entrega; é a bandeira da conservação progressista”.

Passa então a examinar o programa de Paraná: “Havia muito tempo que o Partido Democrático dominava, e dominava tão completamente que, por toda a parte, tinha amoldado a autoridade à sua feição. Tinha posto ao pé da força de linha, que procurava dissolver e anular a guarda nacional, por ele armada, exército democrático que ele próprio elegia, os chefes temporários a quem queria obedecer. Em substituição de grande unidade política do Império à unidade brasileira deu-nos um arremedo de federação republicana; estabeleceu corpos legislativos provinciais, criando assim a diversidade provincial, talvez para o futuro e diversidade da legislação”.

E por aí vai atacando o que chamava os “excessos democráticos”, quando sabia que os liberais vinham emergindo de penoso ostracismo. A um aparte de Figueira de Melo, conservador convicto, responde: “Pois pensa o nobre deputado que eu estou enfeudado ao passado, e que porque em tais e tais circunstâncias, em frente de tais necessidades do país pensei de um modo, devo pensar do mesmo modo quando as circunstâncias são outras, e diametralmente opostas às necessidades?”⁽¹⁵⁾.

Depois de revelar sua capacidade de renovação, seu permanente espírito dialético, pergunta quais as reformas que poderão acabar com as divergências

(15) *ACD*, 19 de maio de 1855, 1857, t. 1, pp. 43-59.

políticas maiores, dizendo que um único projeto de lei política foi apresentado. O projeto da reforma judiciária apresentado por Nabuco de Araújo, tão bem estudado por seu filho Joaquim Nabuco⁽¹⁶⁾, foi adiado indefinidamente. Mas a lei eleitoral de 19 de setembro de 1855, chamada Lei dos Círculos, foi uma das realizações do Gabinete Paraná. Ela tinha três idéias capitais: as incompatibilidades eleitorais, a divisão das províncias em círculos ou distritos de um só deputado e a eleição de suplentes de deputados.

Justiniano José da Rocha parecia não estar satisfeito com essa e outras reformas propostas pelo Gabinete da Conciliação. E solta no discurso de 19 de maio de 1855 esta frase, contestada por apertes da maioria e sobretudo pelo próprio chefe do Conselho de Ministros: “Caminhávamos, senhores, dominados pela grande necessidade da salvação da ordem, da salvação da sociedade, atacada pelo espírito revolucionário e chegamos às vizinhanças do absolutismo (...)”. E explica seu pensamento dialético: “Eu disse que estávamos na vizinhança do absolutismo. E alguns de vós estranharam a palavra, que talvez esteja no coração de muitos. Ou, o que é o absolutismo? É a concentração de todo o poder social nas mãos de um homem ou de uma corporação, pois eu vos digo que este absolutismo quase existe. Existe no governo em cujas mãos tudo está concentrado”⁽¹⁷⁾.

Nem quer o que chamou os “excessos da liberdade democrática”, nem os excessos da concentração do poder, que para ele os conservadores-progressistas da Conciliação praticavam. Mas ao mesmo tempo, nesse mesmo discurso, talvez por se encontrar em oposição, ele sustenta que onde mais se desenha o absolutismo é na supressão da liberdade individual: “Se em todas as partes do Brasil nem sempre deixou de haver abusos de prisões arbitrárias (...)”, mesmo nas cidades populosas, no Rio de Janeiro, são grandes os abusos.

No final desse discurso esboça um quadro resumido da atualidade: “no interior, a falta de segurança individual, os ataques reiterados e desregrados aos últimos resquícios do poder popular, a concentração de toda a autoridade na Secretaria do Império”.

No famoso discurso de 26 de maio de 1855⁽¹⁸⁾, Justiniano José da Rocha conta sua vida, os jornais que dirigiu, as contribuições oficiais que recebeu, revela suas fraquezas, soluça, chora, comove o plenário e a assistência.

Depois de seu ataque ao Gabinete Paraná, no discurso anterior, Paraná respondeu-lhe com a energia e dureza que lhe eram peculiares. Joaquim Nabuco, na obra famosa sobre seu pai, diz, com razão, que foi um dos mais singulares e comoventes discursos da Câmara.

O Marquês de Paraná, no discurso-resposta desse mesmo dia, afirmou: “Não somos meros continuadores do ministério passado. Havemos de dirigir

(16) *Um Estadista do Império, Nabuco de Araújo*, 2a. ed., São Paulo, 1936, 1, pp. 136-150.

(17) Discurso citado.

(18) *ACD*, 1857, t. 1, pp. 132-137.

os negócios públicos segundo nossas inteligência e consciência. Pertencemos à opinião que se tem apelidado conservadora, porém essa opinião tal qual eu e meus colegas a professamos não exclui o progresso. Pelo contrário, entendemos que não há boa conservação sem que haja também progresso”.

Em 3 de julho de 1855, Justiniano José da Rocha pronuncia um belíssimo discurso sobre a tolerância política e a mudança social. Reconhece que as circunstâncias variam e as fases sociais se modificam. Declara que o panegírico feito à obra de 1848 se justificava porque se começara a reconstrução do poder contra as paixões desregradas, contra os perigos que então surgiram, mas de 1848 a 1855 “temos andado, o horizonte mudou, o inimigo que nele desponta é outro, o perigo da sociedade é outro, o abismo outro”.

É um conservador dialético que vê sempre como a história muda, e muda em face de contradições variáveis: “Senhores, a obra política das nações, a obra material da organização do país, a obra intelectual da organização das sociedades humanas, não pára porque nunca chega ao ponto da perfeição: cada dia mostra um progresso, cada dia, como disse há pouco, o horizonte expande-se; é necessário caminhar constantemente, é lei da nossa natureza e condição; o bem de hoje amanhã será mau, porque além já vemos um ponto mais perfeito, que desejamos alcançar: caminemos pois. Porque em 1848 salvamos o país, devemos ficar aí? E a civilização é estacionária? E as inteligências humanas param? Não”. Mais adiante afirmava: “Senhores, o dever de todos nós é defender a sociedade brasileira, encaminhá-la para o maior bem-estar individual e social (*apoiados*); não é para mantermos tal ou qual legislação, tal ou qual pensamento político, aceito para socorrer a necessidades que passam e debaixo de condições que constantemente se alteram”.

E faz um apelo, ao final, para que todos sejam tolerantes, jurem que procurarão ser e reconheçam que deverão ser. Sua peroração final revela a originalidade do seu pensamento conservador: “Todos sempre quisemos, todos queremos o bem da pátria; todos obedecemos à lei do progresso social, uns seguindo sua razão por este caminho, outros seguindo sua razão por aquele outro: de onde a arrogância de querer que à minha razão se subordinasse a razão dos outros? Lutamos; na hora da luta podemos ter sido intolerantes: é a condição fatal da fraqueza humana; nos dias de luta as paixões se assoberbam e nos arastam à intolerância; cessa porém a luta, acalmam-se as paixões, a alta razão, a indulgência, a docilidade do brasileiro lança mão sobre todo o passado o véu do esquecimento”⁽¹⁹⁾.

Como se vê, o pensamento de Justiniano José da Rocha, apesar de conservador-governista, pela força de seu conteúdo dialético, se contrapunha a medidas que lhe pareciam nocivas à própria transação, como ele escrevia, ou conciliação, como dizia o governo do Marquês de Paraná. O apoio conser

(19) ACD, 3 de julho de 1855. Rio de Janeiro, 1. 3, 1875, pp. 26-29.

vador não foi fácil, e não só para os maiores, como o Marquês de Olinda, Eusébio de Queiroz e o Visconde do Uruguai, mas para os mais moços, a exemplo de José de Alencar, para o qual a Lei do Círculo não foi senão o aviltamento do sistema representativo, e a morte de Paraná evitou-lhe a decepção de ver o fracasso de sua tentativa política⁽²⁰⁾. A mútua e solene mistificação, como a chamou Tavares de Lyra, alimentou desertores conservadores e liberais no seio dos ministérios que sucederam ao de Paraná⁽²¹⁾.

Na verdade, a pequena obra de Justiniano José da Rocha constitui a suma do pensamento conservador escrito. Falado, é possível encontrar nos discursos parlamentares de Eusébio de Queirós, do Visconde do Uruguai, do Visconde de Itaboraá, a formulação mais desenvolvida do pensamento conservador brasileiro.

Como bem acentuou o professor canadense Roderick J. Barman, “a fonte original da teoria da ação, reação, transação era estranha ao arsenal brasileiro. (...) Ela é nada menos que a dialética hegeliana, que vê a história em termos de tese (ação), antítese (reação) e, finalmente, a síntese (transação). Esta última representa a reconciliação e a culminação de uma longa dialética que deve resultar na perfeição política”. Para Rocha, acrescenta o professor Barman, não é estranha a afirmação de que, se o governo fizesse concessões ao liberalismo, o Brasil se ajustaria suavemente aos seus eixos constitucionais. Nem tampouco que faltasse qualquer referência aos fatos econômicos, pois a dialética pré-marxista não tinha conotações econômicas. A sua aplicação da dialética à história era estritamente política⁽²²⁾.

Na verdade, o opúsculo de Justiniano José da Rocha deu aos brasileiros uma interpretação conservadora do seu passado imediato e um instrumento de ação política futura. Justiniano teve uma posição clara, lúcida, sólida.

5. A linha histórica

5.1. Francisco Adolfo de Varnhagen

Varnhagen foi o primeiro historiador brasileiro a aplicar os princípios conservadores à construção de sua história do Brasil. O grande tema de seu livro é a obra da colonização portuguesa no Brasil. Embora monarquista convicto, o que caracteriza sua obra não é o monarquismo, mas o colonialismo que defende e o conservadorismo que marca sua interpretação. Era devoto de D. Pe-

(20) Vide *Ao Imperador. Cartas Políticas de Erasmo*, 1ª ed., Rio de Janeiro, 1866, pp. 19-20.

(21) A. Tavares de Lyra, “Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida”, *RIHGB*, vol. 172, 1942, p. 308.

(22) “Justiniano José da Rocha e a Época da Conciliação. Como se escreveu *Ação : Reação : Transação*”, *RIHGB*, vol. 301, 1973, pp. 3-32.

dro II, a quem deve sua carreira, mas seu livro é sobre a história colonial, não lhe dando oportunidade de revelar seu monarquismo e bragantismo.

Queira ou não Varnhagen, o sentido da história do Brasil que transparece em sua obra se revela na luta até o extermínio dos índios, na submissão dos escravos negros, nas rebeliões e insurreições de uns e outros, no terror oficial da política portuguesa, na insegurança de todos, principalmente da maioria na força dos potentados, nas grandes fomes e grandes epidemias, nas fraquezas e demora da Justiça, enfim, no solo encharcado do sangue dos mais humildes e modestos.

Quem ler a *História Geral do Brasil* verá que, neste país, durante a Colônia, o grande problema foi sempre o de garantir e assegurar os direitos da maioria contra os abusos da minoria possuidora do poder e da riqueza. Perseguições políticas e religiosas, discriminações raciais, censura, absolutismo, falta de ensino, de imprensa, somam-se aos excessos dos castigos exemplares dados às maiorias conservadas sempre em estado de minoridade política e civil. Abusos de autoridades, lutas entre governadores e magistrados, corrupção e relação das minorias dirigentes com o povo, a sociedade — governos longos, de 30, 25, 15 anos não são exceção — dão à *História Geral do Brasil* um sentido revelador: o historiador conservador não consegue ocultar as mazelas do colonialismo português.

O longo e sinuoso caminho colonial da história do Brasil não foi escondido por Varnhagen. Não é surpresa que um homem tão solidamente fortificado na sua ideologia conservadora e na sua política pragmática, que jamais colocou o debate no terreno abstrato e absoluto da Justiça, mas no da convivência e da utilidade, como observou Capistrano de Abreu, deixasse ocultas as fraquezas essenciais do colonialismo. E não é surpresa não só porque é forte a sua convicção de que serve à verdade, como toda a crítica moderada ao colonialismo não aparece em conjunto, mas parceladamente. As mazelas vão aparecendo aos poucos e, muitas vezes, não são consideradas como tais, pois em matéria de índios e negros, por exemplo, Varnhagen aceita como lícita a escravatura: desde 1849, no *Memorial Orgânico*⁽²³⁾, acha que “não temos outro recurso para não estarmos à espera que eles [os índios] queiram civilizar-se do que o de *declarar a guerra aos que não resolvam a submeter-se e ocupar pela força* [grifo do Autor] essas terras pingues que estão roubando à civilização”.

Os avanços e recuos da política indígena portuguesa, as sublevações indígenas, as insurreições negras que marcam nossa história mereceram sempre sua total reprovação.

A opinião de Varnhagen não era isolada, mas representativa da política colonial portuguesa dominante na época. O tenente norte-americano Herndon contou a Handermann que um português do Pará lhe dissera, em 1852, que, em matéria de reforma dos índios, o melhor seria enforcá-los a todos.

(23) *Memorial Orgânico que à Consideração das Assembléias Geral e Provinciais do Império Apresenta um Brasileiro*, 1849, p. 34.

A memorável nota de João Francisco Lisboa “Sobre a Escravidão e a *História Geral do Brasil*” de Varnhagen⁽²⁴⁾ não somente o reprova como restabelece na historiografia brasileira a linha generosa do pensamento liberal brasileiro em relação aos índios, imolados e exterminados pelos colonos portugueses, e estes por ele louvados.

Muitas vezes é tal a aversão de Varnhagen às populações brasileiras das camadas sociais mais baixas e modestas, que trechos de sua *História* se convertem em noticiário de ocorrências policiais, o que não é muito estranho à nossa historiografia menos qualificada.

Preconceitos políticos, sociais, religiosos se revelam sempre, especialmente no julgamento das figuras e no tratamento dos inconformismos. Na sua *História Geral* do futuro Visconde de Porto Seguro se destacam as chaves do nosso processo evolutivo, não só a colonização espoliativa, como o terror, o juridicismo e a escravidão com que foram submetidas as maiorias brasileiras.

Faltava-lhe, como observou Capistrano de Abreu, o espírito compreensivo e simpático que o tornasse contemporâneo e confidente dos homens e dos acontecimentos. É verdade que a segunda edição — que serviu de base à terceira integral — revela, neste aspecto, um avanço considerável. Os capítulos sobre a Conjuração Mineira e a Revolução de 1817 sofreram retoques importantes. Naturalmente, Varnhagen sentiu-se à vontade ao rever sua exposição sobre as rebeldias de gente qualificada como a da Conjuração e a de 1817, mas não as outras, as dos índios e negros, ou de gente miúda, como a dos sapateiros, na Bahia, em 1798, cujos movimentos lhe faziam tremer a mão de indignação.

Na primeira edição de sua *História Geral*, Varnhagen chamara Tiradentes de *insignificante e indiscreto*, a que o martírio do patíbulo conferira méritos que não tinha, e restringiu-lhe a glória de primeira tentativa de Independência, que fora obra de patricios ilustres e de vários indivíduos de letras e ciência. Na segunda edição melhorou o tratamento de Tiradentes, de quem aliás transcreve aquele trecho condenatório do colonialismo espoliativo, no qual se diz “porque poderia assim suceder que esta terra se fizesse ¹¹uma República e ficasse livre dos governos que só vêm cá ensopar-se com riquezas”⁽²⁵⁾. E mais, retirou o trecho depreciativo de Tiradentes no suplício, mas continuou a chamar de *piadosa* àquela rainha [D. Maria] de execrável memória.

Sobre a Revolução de 1817, ele pede ao leitor que decida em consciência se lhe parece haveria motivos para que se intentasse uma revolução contra o *benéfico* D. João VI e declara ser um assunto para seu ânimo tão pouco simpático que, se lhe fora permitido passar sobre ele um véu, deixá-lo-ia fora do qua-

(24) Obras de João Francisco Lisboa, Lisboa, 1901, vol. II, pp. 207-230.

(25) *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1936, vol. I; e ed. nova, Câmara dos Deputados e Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.

dro que se propusera traçar. Fingia esquecer que D. João, como príncipe regente e como rei, fora o chefe de governo absoluto contra o qual mais vezes aqui e em Portugal se insurgira o povo. E seu papel no Brasil fora travar a Revolução Brasileira ou desviá-la de seu rumo, como conseguiu, com seu filho.

A missão do historiador não é lisonjear nem adular ninguém, e ainda mais quando os descendentes ocupam o poder real. A Revolução de 1817, segundo Varnhagen, não devia ser considerada como glória nacional — e ele se julgava com autoridade para assim opinar, porque fizera remontar a Independência à abertura dos portos em 1808. Sua opinião era apenas uma opinião, pois a abertura dos portos não nos dera a Independência, muito menos com um rei absoluto, que guerreava oficialmente índios e os brasileiros que desejavam a Independência.

Na segunda edição dessa obra de Varnhagen, que serviu de norma para as demais, esse capítulo é melhor, pelo maior conhecimento dos fatos, pela exposição mais ordenada e, felizmente, pelo reconhecimento de que havia queixas dos povos, males econômicos, impunidade, carestia e corrupção. Agora Varnhagen já não se deslumbrava mais pelas aparências do quadro lisonjeiro que pintara na primeira edição.

Mas continuavam as contradições. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de quem se dizia em Pernambuco que era Caetano no nome, Pinto na coragem, Monte no tamanho e Negro nas ações, ora era varão probo, iluminado e prudente, ora acusado de indolente, acostumado por mais de 20 anos de governo em perfeito ócio, seja em Mato Grosso desde 1796 (1796-1802), seja em Pernambuco desde 1802 (1802-1817). Parece aceitar agora, ao citá-la, a opinião do general Francisco de Lima e Silva, de que a propaganda das idéias libertárias da Europa era a origem da rebelião, produto de uma facção europeizada —, idéias estrangeiras, subversivas — mas não recrimina o terror das comissões militares, nem a injustiça das perseguições a que se referira Lima e Silva; pelo contrário, o terror é só revolucionário, e não, também, imperial.

Ele, como conservador e monarquista, defende sempre e sempre a Casa de Bragança, lisonjeando os feitos de D. João, de D. Pedro I e de seu protetor, D. Pedro II. Porque ressalvava sempre o governo de D. João e a assistência do Príncipe D. Pedro na hora dos excessos do terrorismo oficial, para acusar o preposto de Sua Majestade ou o livro quinto das Ordenações.

O capítulo sobre a Conjuração e o relativo à Revolução de 1817 são pífios, tão pífios quanto o que escreveu sobre as minas de ferro. Varnhagen não foi só injusto, sem generosidade, sem compreensão para com todos os rebeldes, os inconformados, os perseguidos, especialmente os das classes mais modestas. Foi, muitas vezes, extremamente parcial, adulando os poderosos. D. João era um “perfeito modelo de um soberano. amante do povo” e rebaixou-se ao revelar sua animosidade contra José Bonifácio, retratando-o mal, diminuindo-lhe os méritos e exaltando o papel de outros, menores na conquista da Independência. Negou a José Bonifácio o título de Patriarca da Independência e,

para justificar-se, declarou que, no exercício da missão de historiador, ele não se deslumbrava com agaloados uniformes, com honrarias da Corte ou com as excelências dos deus-guardes. Não. Tem havido muitos ministros de Estado sem dignidade, sem idéias de política e de administração, da mesma forma que houve no Brasil capitães-generais e governadores analfabetos. Declara acreditar que a máxima grandeza e elevação dos Estados se devem às providências de seus pensadores mais profundos e cita José da Silva Lisboa, o Bispo Azeredo Coutinho e Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça.

Esse trecho serve para muitas reflexões. Primeiro, o idealismo que defende, crendo que a História é produto dos grandes homens e nem sequer dos homens de ação, mas de pensamento; segundo, a escolha de Azeredo Coutinho e Cairu é simbólica, pois ambos não foram apenas conservadores, mas ultra-reacionários. (No capítulo sobre essa corrente conservadora extremista, a ele voltaremos.)

Opor a esses dois, que nunca dariam um passo a favor da Independência, outro anônimo, diretor do *Ideário*, Hipólito da Costa, cuja ação influente era exercida de longe sobre uma pequena camada intelectual, e José Bonifácio, o homem que, segundo a opinião insuspeita dos cônsules estrangeiros no Brasil, era o mais adiantado dos brasileiros, estando cinquenta anos adiante de qualquer de seus conterrâneos, era, realmente, assumir uma atitude tão parcial que sua gravidade e compostura conseguiam ocultar o ódio que alimentavam pelo parecer escrito por José Bonifácio depois de sua visita à Fábrica de Ipanema, em 1820, cheio de críticas à administração de Varnhagen pai.

Pombalino, partidário do absolutismo ilustrado, adversário dos jesuítas e antipático à Inquisição, Varnhagen jamais aceitaria que a História não fosse fruto de personalidades mais ou menos cultas, nem deixaria de querer impor uma concepção histórica em que o Brasil é íntegro, uno, independente por obra e graça da Casa de Bragança.

Assim foi e assim dedicou sua *História Geral do Brasil* a D. Pedro II desde a primeira edição. Nesta, afora a dedicatória no primeiro volume, aparece no segundo volume o prefácio no qual revela sua posição política e social, matéria retirada da segunda edição, repetida nas demais ultimamente publicadas.

“Politicamente”, escreveu o autor nesse trecho do prefácio da primeira edição, desaparecido na segunda⁽²⁶⁾, “sendo por fortes convicções monarquista⁽²⁷⁾, admiramos também a bela instituição das nossas assembléias anuais, fo-

(26) A primeira edição retira pequeno trecho da p. VIII e termina no começo da p. X, fazendo desaparecer as páginas X, XI, XII, XIII e XIV, sendo que desta última apenas a metade. O trecho que aqui publicamos está na pág. X.

(27) Neste trecho remete à p. 279 da 1a. edição, quando escreveu, em parte retirada da 2a. ed. e demais outras: “admiradores, como somos, da instituição monárquica, temo-la por viciada em seus fundamentos, com a exclusão da sucessão das princesas”. Segue trecho maior contra a Lei Sálica e retorna o escrito ao parágrafo que começa com “O alferes Silva Xavier”, o qual aparece na p. 407, vol. 4, da 3a. ed. integral. Esse capítulo sobre a Conjuração Mineira foi dos mais modificados.

mentadoras da integridade da nação, atalhias do seu governo e rebelamo-nos sempre contra todo o exclusivismo de poderes, contra toda absurda tirania, contra todo arbitrário absolutismo, parta donde parta. Socialmente, quanto aos Índios e aos Africanos, cremos que devêramos ser mais justos e mais humanos do que se é geralmente. Somos de opinião que estamos sendo no país injustos com aqueles, por cruel filantropia, com desvantagens do estado que podia e devia aproveitar dos seus braços; e com os últimos, por excesso de rigor, sem nenhuma utilidade pública, nem particular. Inclinao-nos a que deveriam os primeiros ser submetidos e avassalados, e entregues a uma espécie de clientela, resolvendo-se isso nobremente e sem hipocrisias, e os segundos ser melhorados na sua condição social; convertendo também a escravatura em clientela, embora continue esta vitalícia e hereditária, e isto pelo simples meio de acabar com as compras e vendas. Civilmente somos defensores dos prestígios honoríficos, com que em proveito do Estado os governos tiram partido da natural vaidade humana; somos advogados da criação, independentemente das academias que existem, de uma Universidade central, ou pelo menos de uma escola politécnica em Minas; propendemos a considerar um *sacerdócio* a instrução *primária* [grifos de Varnhagen] e admiramos o sistema de certas escolas gratuitas para o estado, que tem produzido proficuos resultados em outros países; e não disfarçamos as nossas inclinações à colonização empreendida por conta dos particulares e não do governo, a um sistema tributário menos indireto, começando pelo censo territorial, a outra forma de recrutamento, etc. etc.”⁽²⁸⁾.

Aí está o auto-retrato de um conservador intransigente e convicto, monarquista como eram todos os conservadores da sua época. Por não ser o monarquismo o que caracteriza sua concepção histórica, mas o conservadorismo, é que o colocamos como o carro-chefe do conservadorismo histórico-político brasileiro e deixamos noutra capítulo que se segue as figuras e concepções caracteristicamente monarquistas na obra e na ação.

Varnhagen não escreveu sobre o Império, a respeito do qual teria oportunidade de exercitar suas plenas convicções monarquistas. Foi conservador ainda por querer um regime representativo e se rebelar claramente contra o exclusivismo dos poderes, a absurda tirania e o arbitrário absolutismo. Nesse ponto é que começa a fraquejar a unidade de seu pensamento. O absolutismo é irmão gêmeo do colonialismo e sua obra, louvando o colonialismo português, exaltava o absolutismo que o acompanhava.

É conservador, também, quando, em relação aos índios e africanos, as opiniões que defende sugerem praticamente a conservação do *statu quo*, sem falar uma palavra a favor da liberdade. Num trecho anterior do prefácio, conservado nas edições seguintes⁽²⁹⁾, nenhum dos que o precederam insistiram “na ver-

(28) Prefácio do 2º vol. 1a. ed., pp. X-XI.

(29) Prefácio pp. XX e XXI, 2º parágrafo da 3a. ed. integral, *cit.*

dadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África e do de selvageria dos povos, últimos invasores nômades, que ocupavam em geral o território hoje chamado Brasil. No tratar dos colonizadores portugueses, dos bárbaros africanos e dos selvagens índios procuramos ser tão justos como nos ditaram a razão, o coração e a consciência. Era essencial partir de apreciações justas e imparciais para justa e imparcialmente poder caminhar de frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brasil, sentenciando imparcialmente os delinquentes e premiando o mérito sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se da África, se da Europa ou se do cruzamento de sangue. De outro modo, mal houvéramos podido conscienciosamente condenar aos ferozes assassinos do nosso primeiro bispo, aos bárbaros aquilombados, aos cobiçosos Mascates e aos infelizes revolucionários de 1798, nem vitoriar devidamente o índio Camarão, o preto Henrique Dias, o português Conde de Bobadela e o pardo sertanejo Manduaçu”.

Declara então não querer eximir-se de dar seu parecer, assumindo assim a responsabilidade pelo seu julgamento, e não fugindo a descontentar aos que com ele não concordam. Este é um trecho que sempre louvei, porque se vê que Varnhagen tinha a consciência mais íntima e essencial de seu dever como historiador: a de que lhe cabe a responsabilidade do julgamento, ainda que erre, pois na raiz grega da palavra *história* está a função de juiz, a de julgar.

Segue-se, então, outro trecho igualmente importante, quando ele escreve que a respeito do que dissera “dos colonizadores e dos colonos africanos, cremos que em geral apenas haverá discordância de opiniões. Outro tanto não sucede, porém, respectivamente aos índios, filosófica e profundamente pouco estudados, e que não falta quem seja de voto que se devem de todo *reabilitar* [grifo de Varnhagen], por motivos cujas vantagens de moralidade, de justiça ou de convivência social desconhecemos — nós que como historiador sacrificamos tudo às convicções da consciência, e estamos persuadidos de que se, por figuradas idéias de brasileiro, os quiséssemos indevidamente exaltar, concluiríamos por ser injustos com eles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que toda constitui uma raça, e portanto com a nação atual brasileira a que nos gloriamos de pertencer”⁽³⁰⁾.

É um trecho antológico pelo senso de responsabilidade, pela convicção da justiça, da clareza da posição político-social. Como nele se revela, vê-se sua discriminação, antiíndio, antinegro, anti-revolucionário. Seus exemplos são os daqueles que se submeteram e se avassalaram, os que se colocaram ao lado dos invasores portugueses, dos colonizadores brancos e europeus, do seu lado, ele brasileiro de primeira geração, isento de impurezas de sangue e de fé, e contra os *brasileirismos*, a começar pelo nacionalismo caboclo. Seu livro, independente

(30) Prefácio, 3a. ed. integral, pp. XX-XXI.

de seu mérito factual, está tingido desses preconceitos, dessa visão unilateral, que nunca olhou com simpatia, com compreensão, para os inconformados, os vencidos, os derrotados.

Nesse mesmo ano de 1857, quando assinava o referido prefácio contendo um esboço de seus princípios político-sociais, escreveu a D. Pedro II uma carta de profunda significação pessoal e político-social. Tinha 41 anos quando completou sua *História Geral do Brasil* e, escrevendo de Madri a D. Pedro II, “declarou que, sem querer referir-se aos 15 anos de aturados trabalhos e em serviço efetivo do Império, além dos 15 de anterior freqüência na Europa de estudos regulares, sem querer referir-se a todo o estudo, vigílias, roubados ao descanso e aos divertimentos, aos 40 anos de idade, ele, tão respeitador das hierarquias sociais e não meio socialista como o Sr. Herculano, estava muito elevado com o modesto tratamento de V. M.^{cc}, do cargo de encarregado e o hábito de Cristo, que é tudo quanto possuía de honras e que, ao ver as grandes listas de despachos e nelas generosamente contemplados com títulos de conselho, com crachás, com fidalguias a tantos que ele acreditava terem feito pelo país e por S. M. menos que ele, gemeu e calou”.

Vê-se que, além de procurar destacar sua posição conservadora em relação a Alexandre Herculano, ele desejava, como todo conservador imperial, ser agraciado com títulos e crachás. E insistiu na argumentação ao escrever adiante, com falsa modéstia, que “nós os pequenos temos que ambicionar o ser menos pequenos”, se não forem ambiciosos dentro de certos limites, “ou terão sentimentos baixos, ou desprezarão, já à força do orgulho e de desenganos, as honras sociais, e estarão neste último caso na pendente para o socialismo. [...] Se eu fora ambicioso — fora da razão, revolucionariamente — houvera começado por adular a multidão, em vez de combater suas opiniões erradas; houvera tratado de lhe pregar os seus direitos e não os seus deveres; houvera prezado o subversivo *caboclisto* [grifo de Varnhagen], que por fim tinha de contender com V. M. I., e houvera por último, como certo réptil, dito que o Brasil ainda intelectualmente está escravo de Portugal, etc., etc.”.

“Em geral” — acrescentou — “busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique a tanta declamação e *servilismo à democracia* [grifo de Varnhagen]; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade, preguei quanto pude, a par da tolerância, a unidade religiosa, agora que é moda ser-se irreligioso e ter de molde, como Herculano, meia dúzia de dictérios contra o Papa, os bispos e os frades [...] e já me diz a consciência que tranqüilo baixará o meu corpo à terra, quando Deus me chame deste mundo”⁽³¹⁾.

(31) Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência Ativa*, ed. por Clado Ribeiro Lessa, Rio de Janeiro, 1961, pp. 242-247.

Atacava sempre que podia o “perigoso brasileiro cabloco”⁽³²⁾, pleiteou os títulos de Barão e Visconde com que foi agraciado⁽³³⁾, livrando-se assim do nome alemão incômodo, já que no exterior não o achavam estrangeiro como seu nome fazia supor⁽³⁴⁾. Quando foi feito Barão de Porto Seguro, escreveu a D. Pedro II que “ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa — e especialmente da Alemanha em virtude do meu apelido, como menos brasileiro (motivo por que o Sr. Magalhães [Domingos Gonçalves de] era de voto que V.M.I. m’o devia mudar) não pensava já agora separar-me, sem saudade, nem estranheza desse nome”⁽³⁵⁾.

Tentava, assim, convencer o imperador — de quem era protegido — de que era um conservador e não um liberal como Alexandre Herculano, com tendências socialistas, e que, se atacava o brasileiro cabloco, não era menos brasileiro, tanto que desejava abjurar seu nome alemão por um brasileiro e, no caso, o mágico nome de Porto Seguro veio a calhar, pois havia 40 anos se ocupava da região de Cabral⁽³⁶⁾.

O repúdio ao nacionalismo cabloco foi um ponto básico na sua ideologia e na concepção de sua História do Brasil. Em 1857, na sua *História Geral do Brasil*, ao tratar da morte de Bobadela, ele sente as lágrimas arrasando-lhe os olhos, entusiasmado na presença de tanto brio, de tanto zelo, de tanta virtude, de tanto patriotismo. “Sim” — continua ele, desconfiado de que o leitor se surpreenda com tanto patriotismo —, “pois, embora nascido na Europa, Bobadela era todo do Brasil, onde governara quase 30 anos” [...] “dos menos partidários do incoerente sistema do patriotismo cabloco (empregando a feliz expressão de um ilustre contemporâneo) não poderíamos deixar de proclamar ante o Brasil de hoje, por mais patriotas os antigos colonos probos, embora filhos da Europa, mãe da América atual, do que quaisquer filhos do país, inúteis ou até prejudiciais a ele e à sua civilização”⁽³⁷⁾.

O patriotismo cabloco, ou mameluco, na expressão de João Ribeiro, fonte do nacionalismo atual, não merece apenas esse reparo. Em Carta a D. Pedro II, de 14 de julho de 1857, já lembramos sua repulsa manifesta ao *subversivo caboclisto* e, ainda em 21 de novembro desse mesmo ano; em carta ao mesmo D. Pedro II, ele declara que vai responder ao Sr. D’Avezac sobre a questão do Oiapoque, “ainda na parte que parece querer-me desconceituar-me, como pouco patriota, *por não ser cabloco* [grifo de Varnhagen]”⁽³⁸⁾.

(32) *Op. cit.*, pp. 235 e 254.

(33) Primeiro em 1872; vide *op. cit.*, p. 371, e o título de Visconde em 1874, p. 425.

(34) *Idem*, p. 213.

(35) *Id.* p. 371.

(36) *Ibidem*.

(37) *História Geral do Brasil*, 1a. ed., Rio de Janeiro, 1857, vol. II, p. 211; 3a. ed. integral, vol. IV, p. 231.

(38) *Correspondência Ativa*, ed. cit., pp. 218 e 254.

Como se vê, era uma constante preocupação de Varnhagen, muito consciente das conseqüências políticas e sociais do nacionalismo caboclo. Num trecho da primeira edição de sua *História Geral*, retirado na segunda, relativo à Conjuração Mineira, mas sobretudo a Tomás Antônio Gonzaga, escreveu que este era lembrado para chefe, apesar de nascido na Europa, e então sai esta frase condenatória do exclusivismo natal: “Esta circunstância nos revela que então não se associavam ao espírito de independência as idéias de exclusivismo contra os nascidos fora no Brasil, que depois se desenvolveram com excesso tal, que se o sistema continuasse, pouco poderíamos contar com a colonização de gente européia ilustrada, que nos interessa promover”⁽³⁹⁾.

Seu princípio contra o patriotismo caboclo o levaria à defesa do europeu na colonização primitiva de sua época. Ele mesmo afirmou, em sua carta a José Carlos Rodrigues, que apelava para centenas de passagens da sua *História Geral* “a fim de que decidam se acaso sou dos que, por mal entendido amor à terra em que nasci, ou pelos filhos dela, deixo de tributar a devida justiça aos beneméritos e abnegados amigos do Brasil, vindos ao mundo do outro lado do Atlântico”⁽⁴⁰⁾. Enfim, ele não poderia ser pouco patriota, “*por não ser caboclo*” [grifo de Varnhagen]⁽⁴¹⁾.

Essa a ideologia de Varnhagen, que sempre o guiará na própria seleção dos fatos e na sua apreciação crítica. Seu horror a todo inconformismo, fosse mais rebelde ou não, a facilidade com que denomina todo movimento mais exaltado de *anarquista*, sua condenação aos princípios democráticos republicanos — são várias suas censuras às macaqueações dos princípios dos Estados Unidos —, sua decidida reprovação a todos os movimentos revolucionários, de gente qualificada ou não, sua ojeriza ao outro lado ou às outras opiniões, à oposição radical, sobretudo, sua inata repulsa às idéias de Frei Caneca, haveriam de guiá-lo, como o guiaram, a sustentar certos princípios fundamentais que estão sempre presentes em sua obra histórica: o colonialismo, o oficialismo e a rejeição ao nacionalismo caboclo.

Varnhagen era convicto monarquista e sempre adulou o imperador com a expressa declaração de suas convicções, chegando a supor que os países da América do Sul iam acabar cansando-se de seu regime e abraçando a monarquia⁽⁴²⁾.

Na verdade, quem o ler de fio a pavio, como aconselhava Capistrano de Abreu, verá que são inúmeras as passagens de louvor e de compreensão até para com os erros da colonização portuguesa. Nunca fez uma crítica geral ao colonialismo, mas apenas críticas parciais, como a relativa aos fins do século

(39) *História Geral do Brasil*, 1a. ed., vol. II, p. 273.

(40) *Correspondência Ativa*, ed. cit., p. 485.

(41) *Id.*, 254.

(42) *Id.*, p. 287.

XVII, aos começos do século XVIII, à época pombalina e, finalmente, à administração de D. João⁽⁴³⁾. Estas duas últimas são realmente as únicas apreciações críticas de sua *História*.

No prólogo da segunda edição, declara querer ser imparcial, tolerante, objetivo, ser um filho do povo, pragmático, que buscou a verdade nas fontes e na rigorosa seleção dos fatos. O certo, porém, é que não alcançou, em conjunto, esses fins. Não é filho do povo quem adula tanto o imperador e seus ministros, especialmente o Visconde de Rio Branco, como se vê nas cartas publicadas. Pela sua origem, situação social buscada desde o começo, seu combate desenfreado aos povos submetidos, como índios e negros, cuja escravidão defendeu, ou os colonos modestos, cujas revoltas combateu sem compreensão de seus motivos, ele nunca revelou, às novas gerações às quais se dirigia e procurava esclarecer, “aquela liberdade e desengano de soldado veterano, que nem receia mal pelo que disser nem espera bens pelo que lisonjear”, como escreveu Diogo do Couto.

É verdade que a segunda edição é relativamente muito mais livre. Logo no prólogo defendeu os colonos “submetidos ao antigo regime, que hoje com razão tanto reprovamos — e cujos males eles mais do que nós sofreram, ameaçados com os rigores do livro quinto das Ordenações e até com as fogueiras da Inquisição, muitos nos legaram ações meritórias e de abnegação e desinteresse, que não só por gratidão, como até por conveniência, nos cumpre comemorar”. Reconheceu que, entre as nações da América, a brasileira “foi a que custou mais esforços e maiores trabalhos aos seus colonizadores, antepassados em grande parte, como fica dito dos atuais cidadãos”⁽⁴⁴⁾.

Portugal foi o tutor do Brasil — escreveu Varnhagen — “que lhe encaminhou os passos, na infância da sua civilização, também Portugal não se esquecerá jamais dos socorros que lhe ministrou o seu rico pupilo americano, enquanto existir uma pedra no enorme aqueduto de Alcântara, no pomposo monumento de Mafra, ou nas ruas regularissimamente alinhadas da baixa da antiga Ulysipo. Esta é a verdade, por mais que (nem que apostados a evitar justas, políticas e convenientes conciliações) defendam partidos opostos às opiniões extremas, acerca de quem deve ou é devedor. Não cremos razoável, nem generoso, nem nobre, nem animador da colonização européia de que tanto carecemos, lembrar de parte a parte só o que há de queixa, sem pôr ao lado o muito que pede louvor e gratidão.

“Do lado da Metrópole, e mais ainda dos agentes dela, sabemos que houve muitas vezes despotismo, injustiças, incoerências, ignorância e por conseguinte mau governo. Mas não é menos verdade que a Corte mostrava sempre

(43) *História Geral do Brasil*, 3a. ed. integral, vol. III, pp. 328-335; vol. IV, pp. 320-325 e vol. V, pp. 100-110.

(44) *Id.*, Prólogo, p. VIII.

desejos de caminhar com o possível acerto, e não deixava de repreender e de castigar o procedimento dos governadores menos observantes das leis. A própria independência que concedia aos magistrados, às câmaras, aos bispos e às ordens religiosas que foram causa de tantas desordens, eram, para essa corporações e para os povos, verdadeiras garantias de liberdade, que não existiriam em governos propriamente despóticos.

“Além de que, as faculdades dos mesmos governadores não deixavam de estar sopeadas pela independência do poder judicial, exercido pelas relações, ouvidores e juízes, pelas garantias aos empregados do fisco, e pela autoridade de certas juntas e até das câmaras ou municipalidades. Não faltaram, é verdade, governadores, em geral saídos da classe militar, ignorantes dos mais triviais princípios do governo político, que se intrometessem a alterar as formas dos processos, que se envolvessem nas questões de propriedade, dando sesmarias já concedidas a outros, que fossem menos observantes das leis, que às vezes até ignoravam”⁽⁴⁵⁾.

Além disso, que é muito pouco num livro tão volumoso, Varnhagen cai em constantes contradições. Em 1849, no *Memorial Orgânico*, ele escrevera que “o Brasil se declarou independente, proclamou o Império e depois de um quarto de século se acha quase na mesma e com mais ar de colônia ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta. Como colônia vende seus produtos à porta de casa; e como colônia se sustenta, e vive quase que exclusivamente do comércio exterior. Com tanto território fertilíssimo de sertão continua a descuidar este, e a esquecer-se de que só daí lhe podem vir sólidos recursos e legítima segurança e energia”⁽⁴⁶⁾.

Em 1857, na *História Geral*, fala várias vezes em emancipação colonial e na ruptura dos grilhões coloniais, e censura a política do Marquês de Aguiar, que impôs “ao país uma súbita importação de instituições estranhas a ele, as quais de ordinário radicam mal, se é que já em tempos anteriores não revela a própria história colonial que foram improficuamente ensaiadas (...) Mingua-do de faculdades criadoras para sacar da própria mente e da meditação fecunda as providências que as necessidades do país fossem ditando, o Marquês de Aguiar parece ter começado por consultar o Almanaque de Lisboa, e à vista dele ter-se proposto a satisfazer a grande comissão que o Príncipe lhe delegara, transplantando para o Brasil, com seus próprios nomes e empregados (para não falar de vícios e abusos) todas as instituições que lá havia, as quais se reduziam a muitas juntas e tribunais, que mais serviam de peias que de auxílio à administração, sem meter em conta o muito que aumentou as despesas públicas e o ter-se visto obrigado a empregar um sem-número de nulidades, pelas exigências da chusma de fidalgos que haviam emigrado da Metrópole, e que, não recebendo dali recursos, não tinham que comer”.

(45) *Id.*, vol. IV, pp. 320-321, vol V. pp. 100-110.

(46) *Op. cit.*, s.l, 1849, p. 2.

A seguir, Varnhagen censura o cômodo plágio e cópia de tudo quanto havia na Europa feito, pelos que, para legislarem para a América, por conhecê-la melhor, receberam e aceitaram a missão de autores e arquitetos: “censuramos que, em um país em que faltava absolutamente o ensino superior, não se instituisse logo uma universidade, embora não existisse ela em Lisboa; censuramos que onde tanta riqueza jazia, em terras por dar, com tantos pleitos nas sesmarias dadas, com tanta conveniência de favorecer a colonização européia, em uma época em que grande parte da Europa, perseguida pelas revoluções, estava disposta a emigrar, não se organizasse um ministério de terras públicas e sesmarias, ao qual se podia anexar a instrução pública, com escolas de engenheiros civis que se ocupassem da abertura de estradas para os mais saudáveis distritos do interior; censuramos também que não se criasse outro ministério de obras públicas, minas e matas, reduzindo os outros”⁽⁴⁷⁾.

O importante nos parece ser o seu recuo de 1849 para 1857. Ele sabia que o Brasil não romperia os grilhões coloniais e continuava a usar legislação colonial, especialmente tributária, e ele mesmo se refere a vários tributos que pesavam sobre o povo brasileiro ainda em 1830, como a contribuição ao casamento da princesa de Portugal com o rei da Inglaterra, à Paz da Holanda, ambos de 1661, o auxílio à reconstrução de Lisboa, arruinada pelo terremoto de 1755, sem falar no pagamento pelo reconhecimento da Independência, da dívida pública portuguesa contraída em Londres, e das indenizações pelos bens e despesas portuguesas no Brasil, sem contar ainda com a enorme dívida passiva que o regime colonial nos legou.

Leiam-se os primeiros relatórios do Ministério da Fazenda e ver-se-á se o Brasil romperia ou não os grilhões coloniais. Ele hesitou sempre e nunca foi claro e incisivo. Suas críticas se espalham ao longo do livro primeiro contra os grandes quinhões de terras doadas, que viriam a formar os grandes latifúndios e criar a necessidade da reforma agrária, até hoje uma exigência estrutural não satisfeita: “Com doações pequenas, a colonização se teria feito com mais gente e naturalmente o Brasil estaria hoje [1854] mais povoado — talvez — do que os Estados Unidos”⁽⁴⁸⁾. “É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levam dias a percorrer-se, bem que às vezes só a décima parte esteja aproveitada; mas se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos”⁽⁴⁹⁾.

Acredita Varnhagen que a colonização no Brasil tenha adquirido um caráter feudal, matéria a ser discutida em outra oportunidade, mas que, como as outras observações críticas, compõem um conjunto crítico ao colonialismo por-

(47) *História Geral do Brasil*, 3a. ed. integral, vol V, 109-110.

(48) *Id.*, vol. 1, p. 174.

(49) *Id.*, p. 175.

tuguês⁽⁵⁰⁾. Pelo contrário, formula sentenças desprovidas de sentido realístico-crítico quando, ao tratar das capitanias hereditárias, declara que a Coroa cedia em benefício do donatário a maior parte de seus direitos majestáticos e concluir: “Quase que podemos dizer que Portugal reconhecia a independência do Brasil antes dele se colonizar”⁽⁵¹⁾.

Nem sempre é coerente o pensamento conservador de Varnhagen. Exprime que, muitas vezes, “um só homem, uma só idéia ou pensamento fecundo pode salvar de todo um país”; noutras, escreve não ser fatalista, na História, o “fatalismo embrutecedor”, mas achava que “uma guerra de tempos em tempos pode erguer um país de seu torpor”⁽⁵²⁾.

Reconheceu várias vezes a insuficiência e ignorância do governo da Metrópole, como os governos coloniais das capitanias⁽⁵³⁾ e a espoliação do Brasil com a passagem das famílias ricas para o Reino, levando tudo em metal e não em letras⁽⁵⁴⁾.

Conservador, Varnhagen não oculta em seu livro as inumeráveis fomes sofridas pelo povo, as grandes diferenças entre ricos e pobres e as ligações e conluios dos primeiros com o governo, as guerras contra índios e as sublevações de negros, os dois povos mais sofridos e humilhados ao longo da história do Brasil. Sua história de 300 anos registra a opressão, o genocídio, a espoliação, a corrupção, a fome, o terror, os privilégios, o enriquecimento de pequenas minorias e a ligação entre os ricos e o governo, ou, melhor ainda, o governo dos ricos que da Colônia à República dominou a história do Brasil.

Conservador, monarquista, adulador, cortesão, Varnhagen nunca foi claro e incisivo. Nunca escreveria as páginas com que Southey condenou o despotismo, o sistema de vigilância policial, a falta de segurança do cidadão, a falta de instrução e imprensa, os monopólios, os agravos que tanto frearam o curso livre da história nacional.

Nem, como Handermann, ele reconheceria que, ao contrário dos Estados Unidos, “aqui um povo trabalhou quase sem auxílio estrangeiro algum, na obra da civilização” e que lhe reservaram sempre um lugar, senão no inferno, ao menos no purgatório, pois o paraíso esteve sempre reservado para uma minoria privilegiada. Nem iria além, conseqüentemente, para dizer, alto e bom som, que o colonialismo longo e espoliativo é causa primeira do subdesenvolvimento nacional, agravado pela incapacidade de lideranças sucessivas.

Daí o oficialismo de sua *História*, que usou sempre mais as fontes oficiais que as da oposição, que aceitou as teses e justificativas das minorias dirigentes, pintando-as em cores róseas, pouco desvendando seus erros, condenando os

(50) *Id.*, p. 180.

(51) *Id.*, p. 182.

(52) *Id.*, vol. I, p. 183 e vol. III, pp. 198-199.

(53) *Id.*, vol. III, p. 329.

(54) *Id.*, p. 325.

vencidos, louvando os governos, cujos resultados são bastante conhecidos, tendo um respeito sagrado — este sim, bastante sagrado — pela razão de Estado e não pelo seu povo, que é a única encarnação da pátria, onde ela vive eternamente.

5.2. Joaquim Manuel de Macedo

Pode parecer estranho que um homem que sempre militou no Partido Liberal, que sempre foi considerado liberal, deputado liberal pelo Rio de Janeiro (1864-1866, 1867-1868 e 1878-1881), jornalista de *A Nação* — órgão liberal dirigido por Ferreira Viana, chamado de *ultraliberal* pelo Conde d'Eu⁽⁵⁵⁾ ou de *liberal-tradicionalista* por Joaquim Nabuco⁽⁵⁶⁾ — seja colocado entre os que mais colaboraram para impor à juventude uma concepção conservadora da história do Brasil. Macedo se apresentava politicamente como liberal, e sua obra literária, especialmente *A Moreninha*, de gosto popular e/ou pequeno-burguês, apresentava-se, como escreveu Franklin Távora ao fazer-lhe o elogio histórico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião de sua morte, como a cópia de uma feição vivaz da sociedade tal qual era. *A Moreninha* era apreçada, assim entendia Franklin Távora, “como o tipo do romance brasileiro, pelo mimo, pela simplicidade, por algum tanto da familiaridade e do grotesco dos costumes nacionais de há cinqüenta anos”⁽⁵⁷⁾.

Os exemplos vinham do romantismo liberal, de Garrett, Herculano, Rebelo Silva, Walter Scott, Balzac, e Macedo foi diretamente por eles influenciado, como o foram Maciel Monteiro e Francisco Otaviano — o primeiro, liberal como Macedo, o segundo, mais coerente e sólido. Era um liberalismo extremamente conservador, uma heresia, praticada pela maioria liberal que defendia a escravidão negra, que se afastara do liberalismo mais definido ou mais radical de 1817, 1824, 1848-1849, e voltara a se redefinir nos liberais reformistas dos monarquistas representados pelos dois Nabucos, ou pelos republicanos e federalistas.

Quer como jornalista, quer como deputado, Macedo é liberal formalmente, mas substancialmente um conservador. E nestas duas atividades sua ação é apagada, como reconhece o próprio Franklin Távora, seu contemporâneo, ao fazer-lhe o elogio.

Num *Memorial sobre os Negócios Públicos Dirigido ao Imperador D. Pedro II*⁽⁵⁸⁾, ele declarou que “pertencia ao Partido Liberal, mas pretende libertar-se da sua influência suspeita” e “concentrar-se nos interesses da nação e da monarquia”.

(55) Ver Alberto Rangel, *Gastão d'Orleans*, São Paulo, 1935, p. 422.

(56) *Um Estadista do Império*, 2a. ed., São Paulo, 1936, p. 71.

(57) Franklin Távora, “Discurso Recitado na Sessão Magna de Encerramento pelo Orador Interino...”, *RIHGB*, t. 45, 2a. parte, 1882, pp. 507-529.

(58) Manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 333, Doc. 60.

Contraditório na sua opinião, ele parece, a seguir, desmentir a suspeição que revelara ao imperador sobre o Partido Liberal, ao escrever: “O desgosto é geral e profundo. Nas ruas, nas conversas, as pessoas se queixam e julgam mal de V. M.”, e acha que outro governo não poderá ser pior. Acha que o momento não pode ser de disputas partidárias, nem entre cidadãos; estes devem unir-se em prol de uma única idéia. Só vê dois caminhos: ou o conservadorismo enérgico, firme, com o emprego da força material, ou o liberalismo decidido, firme, com reformas das leis que degeneram o sistema representativo. Sustenta, então, que só a corrente liberal seria capaz de garantir de forma duradoura a Monarquia constitucional (teme estar sendo parcial). Afirma não ser popular no Brasil o Partido Conservador. Indica reformas jurídicas, eleitorais, descentralização administrativa; e não diz uma palavra sobre emancipação, apenas que as reformas abririam o caminho seguro em direção à libertação dos escravos. E assim, adiando a reforma do elemento servil e sem sugerir nada na estrutura das forças econômicas, simpático a um regime forte, Macedo, liberal ou conservador, esperava se realizasse uma revolução pacífica, a qual evitaria a revolução violenta que ameaçaria o sistema monárquico-constitucional. Como todos os conservadores, ele quer evitar a revolução violenta, que os liberais tentaram vez por outra, ao lado das pseudo-revoluções, como a de 1842 e 1835-1845: a primeira, sem nenhuma significação social e econômica; a segunda, republicana e com forte tendência separatista.

Numa carta de 12 de janeiro de 1869, escrita ao Conde d’Eu, sobre o projeto de emancipação dos escravos, com o qual diz estar de acordo, ele acha que vai acarretar acirrada luta entre os partidos⁽⁵⁹⁾. Noutra também dirigida ao Conde d’Eu, de 1869, declara que a causa da emancipação perturbará ambos os partidos, porque no Liberal também havia escravajistas, e aconselhava coubesse aos partidos a responsabilidade da decisão.

Como se vê pela pequena amostra documental, Macedo é conservador, embora se aprese como liberal — isto no campo da política. Seus romances têm um caráter popular ou, pelo menos, pequeno-burguês, embora sua visão política seja conservadora.

Mas é como professor de História no Colégio Pedro II, secretário (1852-1856) e orador efetivo (1857-1881) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que seu nome e sua obra entram no presente estudo. Ele pertenceu ao Instituto por 37 anos e falou como presidente em 1876, sendo que, como orador, pronunciou 20 discursos solenes.

Como historiador, Macedo escreveu muito pouco: as “Dúvidas sobre Alguns Pontos da História”⁽⁶⁰⁾. Nessa obra debateu três questões sobre a invasão holandesa no Brasil: primeiro, a acusação que, em geral, se faz ao general Matias de Albuquerque de se haver descuidado de fortalecer a capitania, amea-

(59) *Id.*, Lata 276, Doc. 23, datado de Itaboraí, 12 de janeiro de 1869.

(60) *RIHGB*, t. XXV, 1862, pp. 3-41.

çada de uma invasão estrangeira; segundo, a glória que se atribui a João Fernandes Vieira; e, terceiro, as causas da deserção de Calabar.

Afora esse único estudo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o demais se compõe de relatórios e orações necrológicas. Macedo escreveu *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*⁽⁶¹⁾, considerado por Astrogildo Pereira um atilado cronista dos costumes cariocas ou um intérprete autorizado dos nossos sentimentos, cronista meticoloso e fidedigno da nossa vida social nos meados do século passado. Astrogildo Pereira escreveu não ter encontrado em *Um Passeio* “a menor descrição de festas ou cerimônias religiosas, nem de festas populares de outra natureza”. Mas foi, segundo o mesmo crítico, na fidelidade amorosa pela cidade, de que suas páginas se acham impregnadas, que residiu o mérito essencial do fecundo escritor⁽⁶²⁾.

As *Memórias do Rio de Janeiro*⁽⁶³⁾ apareceram como folhetins no *Jornal do Commercio* e, como uma crônica romantizada, representaram uma contribuição à história de uma rua, a mais importante da cidade à sua época, repleta de informações sobre costumes sociais, usos, modas, preços, numa interpretação testemunhal e fidedigna.

Macedo deixou incompleta a *Efeméride Histórica do Brasil*⁽⁶⁴⁾ e escreveu o *Ano Biográfico Brasileiro*⁽⁶⁵⁾, preparado para a Exposição de Filadélfia⁽⁶⁶⁾.

Mas é como professor do Colégio Pedro II, colégio modelo no Brasil, que sua influência foi perdurável no campo da História. Ele formou as gerações da segunda metade do século passado e lhes deu a concepção conservadora, oficial, da história do Brasil. É neste sentido que reside toda a sua importância, como divulgador e professor de uma história conservadora, inteiramente contrária à posição política liberal-moderada de Macedo. As *Lições de História do Brasil para Uso dos Alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II*⁽⁶⁷⁾, bem como as *Lições de História do Brasil para Uso das Escolas de Instrução Primária*⁽⁶⁸⁾, foram obras de grande sucesso didático, não pelo seu valor intrínseco, mas pela informação oficial.

Dominando o ensino secundário e primário na capital do Império, Macedo tornou-se, com as duas *Lições*, o grande formador da consciência histórica

(61) Rio de Janeiro, 1862, 2 vols. Várias edições, sendo recomendável a prefaciada por Astrogildo Pereira, Rio de Janeiro, 1942.

(62) Prefácio citado a ed. cit. de *Um Passeio*.

(63) Rio de Janeiro, 1878.

(64) *Loc. cit.*, 1877.

(65) *Loc. cit.*, 4 vols. 1876-1880.

(66) Sobre a tradução, a remessa dela para os Estados Unidos e a omissão do nome de Evaristo da Veiga, vide “Cartas Inéditas do Romancista da Cidade”, in *Tribuna das Letras*, 22 de janeiro de 1955, editadas pelo autor deste trabalho.

(67) Joaquim Manuel de Macedo, 1a. ed., Rio de Janeiro, 1861, com muitas edições, atingindo, em 1884, 2 vols. Garnier.

(68) Rio de Janeiro, s.d., várias edições, em 1905 revistas e atualizadas por Olavo Bilac, e em 1922 por Rocha Pombo, que modernizou as edições de 1914 a 1922.

de várias e várias gerações, dando-lhes a concepção conservadora que as *Lições* possuem. Professor também das princesas D. Isabel e D. Leopoldina, a autoridade didática de Macedo tornou-se indiscutível e ele pôde formar e fortalecer nas classes altas e médias o sentido conservador da nossa formação histórica. Um quadro oficial, predominando a matéria sobre o governo e a administração, com sete capítulos sobre a guerra contra os holandeses, as guerras no Sul, os reinados de D. João V, D. José I e a vinda da família real para o Brasil, as *Lições* contêm apenas um capítulo sobre a Conjuração Mineira, nada sobre as outras, que Macedo desconhece ou oculta, um capítulo sobre 1817, a revolução portuguesa de 1820, a regência de D. Pedro, três capítulos do Fico a 1824. Não há uma palavra sobre as Bandeiras, nem sobre o povo, as condições sociais, a estrutura econômica, produção, exportação, uma pobreza total do ponto de vista social e econômico, ao lado da política oficial dominante e vencedora. O mal que esse livro deve ter feito a gerações e gerações de brasileiros foi irreparável, porque não só lhes deu uma noção falsa da formação histórica brasileira, como influiu na posição política das classes dominantes.

Seria exagero querer que Macedo fosse bem orientado na crítica histórica, mas não seria demais dar ao livro a feição liberal, ainda que moderada, que pública e partidariamente ele assumia.

Quando Capistrano de Abreu comunicou ao Barão de Rio Branco que pretendia escrever uma História do Brasil “modesta, a grandes traços e largas malhas”, reunindo o que estava esparso, encadeando melhor os fatos, chamando atenção para aspectos até então menosprezados, ele pretendia “dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda hoje são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas”⁽⁶⁹⁾.

Macedo, baseado em Varnhagen, construiu um mundo histórico árido, seco, desprovido de interesse, sem lugar para o povo, sem sociedade e economia, no qual predominam as instituições oficiais e as guerras. As guerras são as exteriores, porque a matança de índios, a submissão negra, o domínio sobre os lavradores e colonos, nada disso aparece, pois predomina o sentimento de que tudo que ocorreu foi certo, não havendo o que contar ou censurar, a não ser a insubmissão dos povos aos excessos, arbítrios e tributos dos governos.

Conta o Dr. Vieira Fazenda — erudito cronista do Rio de Janeiro, discípulo de Macedo em 1865, no Colégio Pedro II, no sétimo e último ano — que naquele tempo não havia liberdade dos alunos com os professores e escreve: “Macedo conservava sempre na aula ar austero, conquanto soubéssemos que ele cá fora era lhano, espirituoso e uma das principais figuras da célebre Socie-

(69) Carta ao Barão do Rio Branco, de 17 de abril de 1890, in *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. org. por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954, vol. 1, p. 130.

dade Pedagógica. (...) Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitisse a seus alunos apreciar a nossa História, com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais. Se Nabuco fosse vivo não me deixaria mentir. Muitas vezes fui chamado à ordem, quando pretendia fazer considerações sobre a guerra holandesa, Inconfidência Mineira, Pedro I, a dissolução da Constituinte, etc.

“E quando dava na mente transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? Aquilo era grande cacetada, diminuída pelo socorro de algum companheiro, verdadeiro ponto soprador, como se usa no teatro.

“Nesses dias Macedo levava a escrever folhetins para a *Revista Popular* ou a rever provas de escritos seus. De quando em vez, levantava a cabeça, ou não via a ‘cola’ ou se mostrava despercebido, enquanto o pobre paciente suava em bicas e almejava a hora de terminar a aula. Quando Macedo foi para a Câmara dos Deputados, teve por substituto Salvador de Mendonça. Este, sim, moço cheio de esperanças, fazia belíssimas preleções, dignas de estudantes adiantados”⁽⁷⁰⁾.

Como se vê, além de ter escrito um péssimo livro didático, na concepção conservadora, na secura da narração factual, na aridez seletiva, na excessiva concentração sobre o governo, administração e guerras, Macedo foi um professor medíocre, embora dois de seus muitos discípulos tenham-se distinguido no campo da própria História: o Dr. José Vieira Fazenda, o melhor memorialista do Rio de Janeiro, e Joaquim Nabuco, que vai representar, na historiografia, a dissidência liberal.

(70) Vieira Fazenda, “O Dr. Macedo”, in *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, t. 95, vol. 149, 1924, pp. 246-250. O artigo se refere e comenta o de Ernesto Senna in *Jornal do Commercio*, 24 de junho de 1911.

A HISTORIOGRAFIA MONARQUISTA

1. Princípios monárquicos debatidos no Parlamento

Todas as características dos conservadores são também dos monarquistas. A defesa da razão de Estado, a justificativa do poder das classes dominantes aliadas à realeza, a exaltação dos grandes estadistas, o reconhecimento da continuidade histórica, de Ourique ao Ipiranga, a lição de conformismo e resignação das demais classes, a condenação de todo inconformismo e, ainda mais, de qualquer rebeldia e o reforço à tese de que a Independência é uma doação da dinastia. A apoteose da monarquia é ato de conservadores.

Só mais tarde — depois de 1870 — será possível conciliar conservadores e republicanos. Na verdade, os republicanos foram mais conservadores que liberais, e um liberal radical como Joaquim Nabuco permaneceu fiel à monarquia.

Para os monarquistas seria impossível a monarquia sem o conservadorismo, mas, na verdade, os liberais diriam o mesmo, embora não no mesmo número e nem com a mesma convicção. Nuns como noutros, o que a política procurava não era a verdade política-social-econômica, mas a verdade da ordem.

Bernardo Pereira de Vasconcelos retratava bem o pensamento conservador-monarquista ao dizer que a idéia do mundo não é a do movimento e que melhor lhe pode caber a idéia de resistência. Resistência à mudança, às transformações e, sobretudo, às rebeliões. Como era natural, o governo monárquico representativo pensava representar os interesses da sociedade, quando representava os interesses de uma classe. A imutabilidade das instituições é um princípio monárquico, nem sempre declarado, mas sempre desejado. Acreditam os monarquistas que há princípios e sentimentos invariáveis na sociedade.

Quais são os princípios monárquicos, não na doutrina, mas na prática brasileira, exposta e debatida no Parlamento, onde se exhibe o pensamento político brasileiro, mais que nos publicistas? É um princípio cardeal na monarquia representativa que o monarca não pode fazer bem nem mal e, para que isso se realize, é preciso que alguém se responsabilize pelos seus atos.

Dizia Paula Sousa que, se ele tivesse que fazer uma Constituição, excluiria duas atribuições: a de dissolver a Câmara e o Ministério. A Constituição de 1824 dizia que os ministros eram responsáveis pelos atos do Poder Executivo; era preciso atender a outro princípio cardeal no sistema representativo: quem é o responsável pelos atos do Poder Moderador? Se o monarca, apesar de ter quem o obrigue pelos seus atos, muitas vezes tem a responsabilidade moral de-

les, quando o ato fosse assinado por ele, se não tivesse quem o anteparasse, acabaria a monarquia representativa, desapareceria seu ideal.⁽¹⁾

A Constituição de 1824 (Arts. 98 a 100) determinava que a pessoa do imperador era inviolável e sagrada: ele não estava sujeito a responsabilidade alguma. Assim, os atributos de inviolabilidade e de irresponsabilidade são inseparáveis da monarquia: “são dogmas políticos consagrados por justo e irrecusável interesse público. É um princípio de ordem e segurança nacional, princípio quanto ao poder perfeitamente resguardado pela responsabilidade ministerial e quanto aos fatos individuais pela fundada crença de que tão alta posição, a majestade e suas virtudes e ilustração jamais terão ocasião de infringir as leis”⁽²⁾.

Acrescenta Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente, que “as razões de interesse público, que dão em parte inviolabilidade ao senador, ao deputado, e até aos membros das assembléias provinciais, atuam a respeito do imperante em toda sua força; ele não é sujeito nem à responsabilidade legal, nem à censura, que a lei não pode tolerar sem culpável contradição. A qualidade de imperante é inseparável da pessoa que a exerce. (...) O imperante é a primeira e a mais elevada representação da soberania e majestade da nação; seus títulos devem ostentar esse alto poder, sua suprema autoridade interior, sua ampla independência exterior. (...) A qualificação de constitucional ligada ao imperante é um tributo, uma homenagem à lei fundamental do Estado”⁽³⁾.

Para que o monarca fosse impecável, seria necessária uma monarquia representativa, que alguém se responsabilizasse pelos seus atos, ensina Paula Souza⁽⁴⁾. E dizia — sendo liberal — que, para se obter uma monarquia representativa, seria preciso dar-lhe todos os corolários necessários. O primeiro deles era a inviolabilidade e a irresponsabilidade do monarca⁽⁵⁾.

Vasconcelos, líder conservador do Senado, em oposição ao liberalismo, no mesmo debate aponta uma diferença sutil sobre a irresponsabilidade do monarca, sustentando-a. Disse ele que tem ouvido manter-se que “não podendo existir monarquia representativa sem irresponsabilidade do monarca, e não podendo a irresponsabilidade do monarca existir sem que haja ministros que anteparem a coroa, é evidente que não havendo a responsabilidade pelos atos do poder moderador, a responsabilidade recairá sobre o monarca, e assim ficará ele descoberto e entregue às facções, e acontecerá que dentro de pouco tempo desaparecerá do Brasil a monarquia representativa”. E continuava: “Eu, Sr.

(1) Sessão de 8 de junho de 1841, *ACD*, Sessão de 1841, t. III, Rio de Janeiro, 1884.

(2) José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Rio de Janeiro, 1857, p. 206; 2ª ed., Rio de Janeiro, 1958, com “apresentação do Ministro Seabra Fagundes, pp. XIII-XVI.

(3) *Op. cit.*, pp. 206-207.

(4) *ACD*, discurso cit., p. 1052.

(5) Discurso de 9 de julho de 1841, *op. cit.*, pp. 1069-70.

Presidente, sou da opinião diversa, entendo que o monarca é irresponsável, não porque os ministros cubram o monarca (*apoiados*), mas porque a constituição declara que sua pessoa é inviolável e sagrada (*apoiados*). Ora, quem tem uma cobertura tão boa, como é a constituição, necessitará da cobertura transparente dos ministros? Eu não sei, Sr. Presidente, se minha opinião tem sido sustentada por alguém, estou convencido e suponho que convém os ministros referendam os atos do poder executivo, mas não é daí que deduzo a irresponsabilidade do monarca, nem julgo que da responsabilidade dos ministros, pelos atos do poder moderador, depende a persistência no país da monarquia representativa”⁽⁶⁾.

No mesmo sentido de Francisco Paula Sousa, afirma o senador Vergueiro, respondendo a Alves Branco, o monarquista mais conservador de sua época, que “todos reconhecem que o monarca não pode fazer mal, e o modo por que isso se verifica é havendo quem responda pelos males que possam resultar da execução de suas deliberações”⁽⁷⁾.

Paula Sousa volta a sustentar sua tese contra a de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este dissera que o monarca tinha o antemural da Constituição e, por isso, de nada mais precisava. Observa Paula Sousa:

“Se porque a constituição em tese declara que o poder moderador é a chave da organização política, e delegado privativamente ao imperador, cuja pessoa é inviolável, sagrada e irresponsável, não fosse preciso mais nada, então não carecia de todas as garantias que a constituição dá para o exercício dos poderes políticos. Mas é sabido que uma tese da constituição por si só não basta; é preciso seu desenvolvimento para que esta tese produza o efeito necessário; e estabelecida a tese de que o imperador, como o que exercita o poder moderador, é irresponsável pelos atos que praticar, é necessário que haja as competentes garantias para que a tese se realize e produza efeito.

“A Constituição estabelece como tese que ninguém pode ser preso sem culpa formada. Estabelecido o princípio do nobre senador, segue-se que não se precisa dar garantias para que ninguém seja preso sem culpa formada; porém sem o desenvolvimento da tese, sem se darem as necessárias garantias, não poder-se-á realizar. Logo, se o princípio cardinal da monarquia constitucional é que o monarca seja inviolável, para que ela se realize, é preciso que alguém se responsabilize pelos atos do poder moderador, que são atos emanados do monarca, mas se ninguém se responsabiliza, se o monarca for o responsável, embora moralmente, então esta tese da constituição é ociosa, porque ainda que ela diga que é inviolável, uma vez que os atos do poder moderador prejudicam o público, o fim da constituição se malogra, porque se hão de imputar a ele os males que resultarem. Logo, para que a irresponsabilidade do monarca seja uma

(6) Bernardo Pereira de Vasconcelos, discurso de 12 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1097.

(7) Aparte na sessão de 12 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1095.

realidade da constituição, para que essa tese não seja ociosa, é preciso que haja alguém que fique responsável pelos seus atos”⁽⁸⁾.

Só assim se tornava, para Paula Sousa, efetiva a irresponsabilidade, e nunca anteparando-se o ministério com a pessoa do imperador⁽⁹⁾. Paula Sousa acentua, com o acordo de todos os conservadores, que “o ideal da monarquia representativa, ideal que está expresso na constituição, é que os poderes políticos sejam divididos; ela classifica esses poderes e marca as atribuições de cada um; mas como esses poderes podem chocar-se entre si, era preciso que houvesse uma autoridade superior a tudo, que, para interesse do país, pudesse harmonizar esses poderes. É isso o que a constituição determinou criando uma monarquia hereditária. Os interesses próprios desse monarca hereditário e os de sua família estão identificados com os interesses nacionais”⁽¹⁰⁾.

Para a montagem desse modelo, era necessário à sua própria coerência que se travasse o processo histórico, especialmente considerando-se que a nação monarquista nascera havia pouco e se passara de um estado colonial para um representativo, sempre evitando, como de costume e como será sempre observado, mudanças rápidas.

Alves Branco, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, sustentou que a realeza é o pensamento da ordem. Como os partidos entram em luta, nasce a necessidade urgente de criar uma barreira poderosa, inacessível às paixões do momento, sempre interessada em defender os princípios sem os quais ela não pode existir bem em época nenhuma. Qual é esse abrigo, esse pensamento, que impede a desordem, a revolução? Alves Branco, o mais conservador dos monarquistas ou o monarquista mais conservador, afirmava com toda a convicção: “A realeza é a guarda desses princípios fixos e invariáveis; aquela instituição sendo superior a todas as vicissitudes e paixões pode ser garante dos ditos princípios, dos interesses e dos sentimentos os mais sublimes, impedindo que os partidos se destruam precipitadamente e contra a ordem natural, e só consentindo a mudança do que é mudável por sua natureza e quando se possa fazer com vantagem real e sem dano da associação”⁽¹¹⁾.

E o que acontece? O senador Vergueiro, liberal desde o nascimento do país, que se envolverá um ano adiante numa revolta e sofrerá o exílio, declara com toda a ênfase: “Concordo em que a realeza é princípio de estabilidade e ordem, e que a estabilidade e ordem entre nós essencialmente se deve à realeza”⁽¹²⁾. Para isso é preciso sempre defender a dignidade da família imperial, a realeza no seu conjunto, como esclarece Bernardo Pereira de Vasconcelos⁽¹³⁾.

(8) Discurso de 12 de julho de 1841, *op. cit.*, pp. 1100-1101.

(9) *Op.cit.*, p. 1103.

(10) *Op.cit.*, p. 1104.

(11) Alves Branco, discurso de 6 de julho de 1841, *op. cit.*, pp. 1022-1023.

(12) Discurso de 7 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1025.

(13) Aparte e discurso em 7 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1030.

O ato principal do Poder Moderador, exclusivamente exercido pelo imperador, era a dissolução da Câmara e a dissolução do Ministério. Um poder imenso, não-absoluto, devido aos limites impostos pela Constituição. Daí a original denominação de *imperialismo*, única no vocabulário político, diferente da usual, marxista. O imperialismo no sentido usado por Tito Franco de Almeida significava o abuso do poder pessoal do imperador. Ficava, assim, o imperador com a possibilidade de chegar às aberrações do poder, à tirania, que foi realmente um anacronismo no Segundo Reinado, mas não o foi na República, nas duas, e sobretudo na contra-revolução de 1964.

É verdade que Carneiro de Campos, o autor da Constituição de 1824, declarara, ao se discutir a criação do Conselho de Estado, que “o Poder Moderador não é senão uma espécie de ditadura, ditadura, porém, restringida a certos e poucos objetos, a certos e bem determinados atos particulares. A experiência mostrou que os povos que queriam ser livres eram obrigados muitas vezes a recorrer às ditaduras, como os romanos: estes povos recorreram muitas vezes a um poder sem limite algum”.

Estes ditadores, que não eram absolutamente dependentes de alguém que assinasse os seus atos, fizeram muito mal, é verdade, mas por quê? Porque sua ação se estendia a todas as coisas; eles eram senhores da vida e da morte dos cidadãos, dispunham da sua propriedade; os cidadãos não tinham recurso algum. Como se mostrou que esses ditadores alagaram a terra de sangue, os sábios contemplaram todas essas coisas e quiseram ver se acaso era possível que a sociedade progredisse entre os povos livres, com sua espécie de “ditadura plácida”, nas palavras de Carneiro de Campos, que não fosse tão mafélica, como era a daqueles ditadores, mas que fosse sempre uma espécie de ditadura ou autoridade irresponsável e absolutamente independente; “e o que aconteceu então foi que a nossa constituição expressamente adotou esse princípio, e assinalou bem determinadamente os atos em que se há de exercer essa ditadura, sem o que virá a anarquia infalivelmente”⁽¹⁴⁾.

Paula Sousa volta a definir sua concepção constitucionalista ao dizer, sobre esse poder ditatorial, perpétuo, que pretende salvar a sociedade, “que em uma sociedade, principalmente quando é constitucional, só podem as suas autoridades marchar segundo as regras marcadas na constituição daquela sociedade; não pode nenhuma autoridade ter mais poderes que aqueles que estão definidos na lei”. E para se tornar mais explícito, afirma não ver na Constituição nenhum poder ditatorial, e que “o monarca é o diretor geral da sociedade, é quem está incumbido de fazer cessar os conflitos entre os outros poderes políticos, mas não é um poder ditatorial”⁽¹⁵⁾.

(14) Discurso de Carneiro de Campos em 8 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1053. Citado pela primeira vez por José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Senado Federal, Brasília, 1976, pp. 168-170.

(15) Discurso de 9 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1068.

Alves Branco, o doutrinador monarquista, volta à carga num discurso importante, para esclarecer bem seu pensamento: “O Imperador é pai comum, todos são seus filhos, todos são seus súditos, amigos ou inimigos do ministério; eis a excelência da realeza, da forma de governo que cria um poder neutro, um poder sempre desinteressado, impassível, e por isso inviolável; as mais formas de governo puramente eletivas, por mais que aspirem a ele, não o podem estabelecer convenientemente, já porque isso se opõe à sua própria natureza, já porque seus chefes não podem ser invioláveis, como era conveniente. Este poder, entre nós e as monarquias representativas que existem, têm a grande missão de conservar o que está, não admitindo mudanças senão quando são indispensáveis e realmente úteis”⁽¹⁶⁾.

A condenação do poder absoluto é unânime e se dá como exemplo Napoleão: “Mesmo porque quando um gênio extraordinário está à testa do estado, se este gênio exerce o poder absoluto, não se pode conservar. Napoleão caiu porque abusou, porque se imputaram a ele todos esses atos do seu governo”⁽¹⁷⁾.

Esse Poder Moderador, que Benjamin Constant idealizou e delineou, foi realizado por D. Pedro I e D. Pedro II na prática do regime. Assim se desenvolveu uma concepção monarquista que influiu na história brasileira. Mas a mais genuína visão conservadora monarquista foi exposta, sem intenções doutrinárias, ao correr dos debates parlamentares.

Teófilo Ottoni fizera, aos 7 de julho de 1841, um discurso sobre o orçamento da repartição dos negócios do Império e nele discutiu matéria variada, desde o orçamento propriamente dito até as questões do Prata e, ao final, insinuara a existência de conferências ministeriais, com personalidades que estão para entrar no gabinete, após a coroação, e que se têm discutido “alguns grandes golpes, e entre eles o de dar por nulo o Ato Adicional”. Disse mais que, se o ministério atual (1841) se julgasse com direito de usurpar os direitos da Câmara dos Deputados, prejudiciando a eleição, acreditava não haver mais eleição no país “e que se o ministério continuasse a praticar atos dessa natureza, o governo do Rio de Janeiro seria um governo de fato, tão legítimo como o de Piratinim”⁽¹⁸⁾.

Foram essas declarações que provocaram a intervenção de Carneiro Leão. Este começou lastimando que Ottoni tivesse recorrido a boatos para atacar o governo. Condena os golpes de Estado como meio ordinário de governar, mas pensa que há circunstâncias que colocam o país na necessidade de um golpe de Estado: “Não ousou, como disse, afirmar que os golpes de Estado nunca são admissíveis; considero que as sociedades humanas em casos raros podem se achar em circunstâncias tais que os golpes de Estado nunca sejam justificáveis e necessários, mas não julgo que entrem na jurisprudência ordinária, e que devam governar o país, e até aqui sempre tenho procurado obstá-los (*apoiados*) e

(16) Discurso de Alves Branco de 10 de julho de 1841, *op.cit.*, p. 1080.

(17) Paula Sousa, discurso de 12 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1103.

(18) Sessão de 7 de julho de 1841, *APB CD*, 1888, t. II, 105-106.

em toda a minha carreira pública não se achará que eu os tenha promovido, apoiado ou animado”.

Vem depois a parte mais importante, quando Ottoni comparou o governo monárquico ao de Piratinim: “Esta doutrina é inteiramente falsa, aplicada ao nosso país; é eminentemente falsa, é uma doutrina anárquica e incendiária (*apoiados*). Eu concebo que seja professada nos clubes e que detrás das barricadas se diga que o governo é um governo de fato, que está fora da lei e que é preciso derrubá-lo, mas não concebo que na tribuna nacional se possa dizer isso (*apoiados*), porque temos a lei de responsabilidade. Qual é o maior crime que pode cometer um ministro? É o de alta traição contra a independência e a integridade do Império, contra a forma de governo, contra a pessoa do imperador, e fazer com que os poderes políticos não tenham livre exercício [...] mas quando algum destes crimes cometesse o ministério, nem por isso podia chamar o governo do imperador governo de fato (*numeroso apoiados*). O governo será sempre legítimo a cuja testa está o poder moderador (*numerosos apoiados*). O Imperador é sempre chefe de um governo legítimo (*numerosos apoiados*) e não pode em coisa alguma ser comparado ao governo de Piratinim (*numerosos e repetidos apoiados*)”.

Trava-se a seguir um debate entre Ottoni e Carneiro Leão. Este refuta os argumentos sobre a legitimidade do governo a cuja testa está o imperador e chega a dizer que é sempre legítimo e “não só enquanto respeitar a constituição”. Porque, ainda que o ministério fosse traidor, que violasse a Constituição, oprimisse a nação, devia-se punir os ministros que tivessem traído a nação e o imperador, “mas o governo do Imperador é sempre legítimo”:

“Sr. Ottoni — O governo do Imperador é legítimo pela Constituição.

“Sr. Carneiro Leão — Não há tal, a Constituição o reconhece, mas o Imperador é tal por unânime aclamação dos povos, antes da constituição (*numerosos apoiados*). Não é exato que a autoridade do Imperador só viesse da constituição; a constituição reconheceu em fato preexistente no Brasil, que foi a sua unânime aclamação.

“O Sr. Ottoni — Pare a Constituição.

“O Sr. Carneiro Leão — O que quer dizer isto? As minhas doutrinas são as doutrinas dos maiores liberais amigos da ordem e do país (*apoiados*) [...] Ora, se tentar destruir a forma do governo estabelecido é crime de alta traição punível pela lei, como é que uma simples dissolução da Câmara, por mais irregular que fosse, havia de constituir o governo em governo de fato? Senhores, eu torno a dizer — detrás das barricadas algum incendiário pode produzir semelhante proposição, e talvez evitaria o merecido castigo, mas no tribunal nacional tal proposição deve ser completamente rebatida (*numerosos apoiados*), como contrária à constituição estabelecida no país, à lei e a toda espécie de ordem (*numerosos apoiados*)”⁽¹⁹⁾.

(19) Carneiro Leão, discurso de 9 de julho de 1841, *op. cit.*, Rio de Janeiro, 1883, t. II, pp 135-144.

A tese de que é legítimo todo governo que tem à sua chefia o imperador, independentemente da Constituição, é a mais monárquica de todas, e não basta ser conservador para sustentá-la. Com ela, ampliando, em face da experiência de 1964, se poderia sustentar, como se sustentou, que é legítimo todo governo que tem à sua testa um general. Embora nenhum conservador monarquista admitisse tal hipótese, primeiro porque, como dizia Alves Branco, “a força não é um poder político, é um instrumento material, físico, auxiliar, e que se acha à disposição de todos os poderes, e a que por isso a constituição chamou essencialmente obediente. Deus nos livre de que a sociedade brasileira seja governada por um poder executivo, que entenda que ele é a força material, que a força é a rainha do mundo”⁽²⁰⁾.

Em segundo lugar, Holanda Cavalcanti, o futuro Visconde de Albuquerque, disse, a propósito da rebelião do Rio Grande do Sul, que “assim nós devemos de achar sempre grandes embaraços, como seja o necessitarmos de presidentes-generais ou generais-presidentes, donde resultam divisões de autoridades, e não nos poderemos habilitar nem para conter os inimigos internos, nem para repelir os inimigos externos”⁽²¹⁾.

A concepção conservadora monarquista, como se vê, em resumo, centraliza no imperador e nos seus estadistas a ação da História. Ela é sempre pela ordem, com progresso ou sem progresso, mas sempre a ordem pela realeza. A autoridade sagrada e inviolável, irresponsável — e a grande brecha da monarquia será a responsabilidade do monarca, tal qual os generais de 1964 —, o monarca por direito divino e os generais em nome da segurança nacional.

A história que daí resulta apresenta um visão personalista, institucional maculada, não popular, continuísta. Ela não parte do povo, apesar de reconhecer que o imperador é imperador por aclamação popular, antes quer o povo submisso, baseia-se numa forma de produção latifundiária, escravocrata e de monocultura.

2. C. F. F. von Martius

Fora do pensamento político debatido no Parlamento, a concepção conservadora monarquista foi exposta por Carlos Frederico Filipe von Martius, no seu famoso ensaio “Como se Deve Escrever a História do Brasil”⁽²²⁾. Este ensaio filosófico-metodológico, exercido por um cientista cuja obra científica foi extremamente importante, conclui com uma observação que o enquadra neste capítulo: “Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião,

(20) Discurso de 9 de julho de 1841, *op. cit.*, 1883, t. II, p. 1080.

(21) Discurso de 7 de julho de 1841, *op. cit.*, p. 1040.

(22) *RIHGB*, 2a. ed., 1865, t. VI, pp. 389-411.

ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal: para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-lo por uma maneira de fora da inexecutabilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um grande número de escravos (...) deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes seus habitantes na sustentação da monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. (...) Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua Pátria deverá escrever como um autor Monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”.

3. José Clemente Pereira

Um homem que participou ativamente do movimento da Independência; apesar de ser português, José Clemente Pereira desempenhou papel importante até 1842, quando foi pela última vez ministro e passou a integrar o Senado até sua morte em 1854. Ele teve também uma visão conservadora monarquista da história, apesar de ter começado sua carreira como liberal. Liberal, na fase da Independência, tem um sentido muito restrito, politicamente falando, e, ao correr do tempo, de volta do exílio que sofreu no começo de sua carreira política (1822-1823), tornou-se um conservador bem definido, solidamente contrário a todas as manifestações liberais que encheram nossa história de 1823 a 1842⁽²³⁾. Desde então teve uma carreira oficial ininterrupta até sua morte, em março de 1854, sempre a favor do poder, representado pelo imperador, lusitanista, absolutista, cortesão, adúlador, serviçal, mas cheio de serviços de natureza social, como os melhoramentos urbanos no Rio de Janeiro, as iniciativas na Santa Casa e a criação do Hospício Nacional dos Alienados.

O Barão de Rio Branco, conservador e monarquista, chamou-o “notável estadista”, tendo sido José Clemente deputado três vezes (1826-1829, 1830-1833, 1838-1841), ministro sete vezes (Justiça, Império, Estrangeiros, Fazenda, Guerra duas vezes e Marinha), senador de 1842 a 1854, conselheiro de Estado

(23) Vide sua biografia política in José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Rio de Janeiro, 1976, vol. IV, pp. 40-52 e segs.

(1850-1854), presidente do Tribunal do Comércio. Como se vê, ocupou vários cargos no Legislativo e no Executivo, foi autor de um projeto de Código Criminal (1827) e principal autor do projeto de Código Comercial.

D. Pedro admirava-o e ofereceu-lhe uma estátua trabalhada em mármore, inaugurada em 14 de junho de 1857 na sala de honra do Hospício dos Alienados, a princípio chamado Hospício D. Pedro II. Teve também, no ano seguinte, 2 de novembro de 1858, inaugurado um monumento em sua homenagem, no Cemitério São Francisco Xavier.

Esse homem, inteiramente oficial, nascido, alimentado, crescido nos corredores do poder, capaz de todas as ações, as mais brutais contra inconformados, que recebeu as mais violentas críticas dos opositores, liberais e radicais, não só propôs que se criasse no Instituto Histórico um livro, *Crônica do Sr. D. Pedro II*⁽²⁴⁾, com que revelou a baixeza da sua adulação logo no segundo ano da fundação do Instituto, como no discurso proferido em 3 de dezembro de 1843, como orador da deputação incumbida pelo Instituto de cumprimentar o imperador pelo seu aniversário natalício⁽²⁵⁾.

Nesse discurso, o cortesão revela toda a sua concepção monarquista da história. Primeiro, diz que as demonstrações de regozijo público não eram atos cortesãos, mas simbolizavam o profundo reconhecimento de um grande princípio político, o princípio da excelência do Trono Constitucional de S. M. I., seguro penhor “da ordem social das instituições, de que deriva a legitimidade da sua origem; (...) não há coração brasileiro, que se não eleve na glória do passado e não se anime na esperança do futuro, quando atento reflete nos imensos benefícios que o Brasil deve ao Trono Imperial”.

Atribui a D. Pedro I “os tantos e tão incomparáveis benefícios alcançados com a Independência, com a elevada preeminência de nação soberana, na posse de instituições liberais, sem passar pelos sofrimentos dos penosos sacrifícios que às mais nações têm custado. E mais, os flagelos da desgraça não experimentados na Independência oprimiram o Brasil depois dela; os ingratos filhos afugentaram para longe D. Pedro I e o Brasil estava ameaçado de perecer na orfandade, se o Trono, cobrindo-nos com seu escudo invulnerável, não nos salvasse, graças a V. M. I., anjo tutelar do Céu, enviado pelo direito de sua soberania como nosso salvador, nesta crise, como em outras tantas.

“E o nosso salvador e defensor perpétuo há de V. M. I. continuar a ser, para manter a ordem pública, firmar a paz, e comprimir com a força de seu braço movimentos que a impune rebeldia de novo ouse tentar; que só o trono tem força assaz poderosa para sustentar nossas instituições, e fazer a prosperidade do Brasil, como a experiência do passado atesta com fatos irrefragáveis de gloriosa recordação.”

(24) *RIHGB*, 2ª ed., 1840, t. II, pp. 403 e 410.

(25) *RIHGB*, 1843, t. V, pp. 539-541.

Como se vê, é uma peça exemplar de bajulação e servilismo, os quais marcaram a vida de José Clemente, mostrando atribuir tudo à ação e obra da Casa de Bragança.

4. Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto

Todos os monarquistas, independente da denominação partidária que os separou, foram conservadores, sem necessidade de maiores definições doutrinárias liberais e conservadoras, e só ao fim da monarquia, pré-derrubada ou pós-derrubada, sentiram-se na necessidade de justificar a excelência das instituições monárquicas entre 1822 e 1889.

Como vimos no capítulo introdutório, eram os parlamentares em sua totalidade monarquistas, fossem conservadores ou liberais, e ninguém punha em dúvida a indispensabilidade da Monarquia para a manutenção da integridade e unidade nacionais. A não ser alguns liberais radicais (que serão estudados em capítulo à parte), a unanimidade dos parlamentares e publicistas acreditava na monarquia como um regime necessário à organização nacional.

Afonso Celso de Assis Figueiredo (Minas Gerais, 1837 - Rio de Janeiro, 1912), foi ministro da Marinha aos 29 anos, no gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1866-1870), quando construiu uma esquadra que muito concorreu para a atuação da Marinha na Guerra do Paraguai; foi depois ministro da Fazenda no gabinete sob a chefia de João Luís Vieira Cansansão de Sinimbu (1878-1880), presidente do Conselho de Estado e ministro da Fazenda (1889).

Como se vê, sempre ministérios liberais, inclusive o dele, com o qual finou a Monarquia. Nunca necessitou defender a monarquia ou formular qualquer concepção monarquista da história, pois nunca foi posta em dúvida sua indispensabilidade. Foi somente na apresentação de seu programa de governo que Ouro Preto declarou ter afirmado a S.M.: “(...) que em algumas províncias agita-se uma propaganda ativa, cujos intuitos são a mudança da forma de governo. Essa propaganda é precursora de grandes males, porque tenta expor o país aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições e não podem fazer a sua felicidade (*apoiados gerais*).

“No meu humilde conceito, é mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la, não deixando que se avolume. Os meios de consegui-lo, não são os da violência ou repressão; consistem simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria, sem perturbação da paz interna, em que temos vivido durante tantos anos (*apoiados gerais*).

“Chegaremos a este resultado, Senhor, empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social, econômica, inspiradas na escola democrática.”

Concluía definindo a situação nesta frase: “necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais”. O discurso era grande e continha todas as reformas liberais que Ouro Preto pretendia realizar⁽²⁶⁾. Apresentada uma moção de desconfiança, foi a mesma aceita aos 11 de junho e aos 17 do mesmo mês foi lido o decreto de dissolução da Câmara, convocando outra para reunir-se extraordinariamente a 20 de novembro, o que não sucedeu porque a 15 mudou o regime por um golpe militar.

Já nessa mesma discussão, Gomes de Castro, deputado conservador pelo Maranhão, que apresentou a moção de desconfiança, dissera em aparte que Ouro Preto era o homem para realizar o fim que anunciara, de combater e esmagar o movimento republicano. Depois de criticar a queda de um gabinete conservador com maioria conservadora na Câmara, substituído por um gabinete liberal, Gomes de Castro afirma: “este governo, francamente liberal, francamente reformador, quase revolucionário, apesar de suas tendências monárquicas”; ao que respondeu Ouro Preto: “monárquicas, constitucionais e representativas”⁽²⁷⁾.

Segue-se o discurso explosivo e inesperado do padre rio-grandense-do-norte João Manoel de Carvalho, quando declarou que “tudo está indicando evidentemente que este país, fadado por Deus aos mais gloriosos destinos, em breve passará por transformações profundas e radicais, e que as velhas instituições que nos têm humilhado tendem a desaparecer deste solo abençoado, onde não puderam consolidar-se nem produzir frutos benéficos (*sensação*)”.

Numa crítica cerrada, enérgica, João Manoel atacou o poder irresponsável, o Senado, o Conselho de Estado, a organização do ministério de Afonso Celso: “dissolve-se a situação conservadora, pujante de força, representada nesta Casa por 90 deputados e chama-se ao poder o Partido Liberal, que apenas pode contar aqui com uma pequena minoria”.

E num discurso muito incoerente, no qual defende João Alfredo mas ataca também os chefes do Partido Conservador, João Manoel acusou Afonso Celso de apresentar-se ao Parlamento como um triunfador, ao que replicou Afonso Celso que ele é que se supõe uma vítima. João Manoel lhe diz então: “Como se engana S. Ex.^a! A sua vitória é uma vitória de Pirro. S. Ex.^a preparou a jeito uma escada para subir, e por esses mesmos degraus escorregadios há de rolar caindo na praça pública execrado e coberto de maldições (*sensação*), porque nutre e afaga o pensamento sinistro de atentar contra as liberdades públicas e a soberania nacional (*Oh! Oh!*)”.

(26) *Organizações e Programas Ministeriais*, Rio de Janeiro, 1889, pp. 243-247.

(27) *ACD*, sessão de 11 de junho de 1889, Rio de Janeiro, 1889, pp. 143-145.

Acrescenta que ele vem para assustar a República e que Afonso Celso “representa no Ministério o olho áulico, esse olho presidencial que tudo espreita e tudo vê para salvaguardar os interesses da monarquia”. “Fez-se crer, nas regiões olímpicas, que a permanência do Partido Conservador no poder aumentava o número dos adeptos da República. Chegou-se mesmo a dizer que só o Partido Liberal podia salvar a monarquia do naufrágio a que estava exposta e, de todos os seus chefes, foi escolhido o nobre presidente do Conselho como o mais capaz de, usando das próprias palavras que lhe são atribuídas, esmagar a cabeça da hidra republicana, afogando a idéia nova em vilipêndios e em sangue.”

Diz-lhe estar enganado, “não ter forças para conter esse movimento que se levanta possante, para abafar essa onda de opinião que cresce temerosa, que se avoluma, que sobe impávida e que há de assoberbar e envolver a todos aqueles que ousaram opor-lhe barreiras. [...] Não nos iludamos, a república está feita. Só lhe falta a consagração nacional. Abolida a escravidão, que nos envergonhava, é preciso abolir o poder que nos oprime e esmaga, esterilizando todas as fontes de riqueza e estancando todas as forças vivas da Nação. [...] Abaixo a Monarquia e Viva a República (*Muito bem! Muito bem! Apoiados e não-apoiados. Aplausos prolongados nas galerias e no recinto*)”⁽²⁸⁾.

Sobe à tribuna Afonso Celso: “*Viva a República não! (Aplausos prolongados no recinto e nas galerias)* Não e não; pois é sob a monarquia que temos obtido a liberdade que outros países nos invejam e podemos mantê-la em amplitude suficiente para satisfazer às aspirações do povo mais brioso! — Viva a monarquia que é a forma de governo que a imensa maioria da Nação abraça e a única que pode fazer a sua felicidade e grandeza (*Entusiásticos aplausos da Câmara e das galerias abafam por momentos a voz do orador*). Sim! Viva a monarquia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica que seria a primeira a conformar-se com os votos da Nação e a não lhes opor o menor obstáculo, se ela, pelos seus órgãos competentes, manifestasse o desejo de mudar de instituições (*Muito bem, muito bem, grandes manifestações de adesão*)”.

Lastima que um discurso como esse tivesse soado naquele recinto e responde às acusações dos discursos. Mas a resposta não tem a altura, a força, a convicção que se poderia esperar de uma defesa, a última do Império. É casuística, pessoal, fulano não é áulico, beltrano não é cortesão, e acaba reconhecendo que o Ministério não tem maioria, aceitando, assim, seja posta em votação a moção de desconfiança apresentada pelo deputado maranhense Gomes de Castro, a qual sai vitoriosa (79 votos contra 20), de que resulta a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de novas eleições a 20 de novembro, ficando o governo administrando, enquanto esperava a realização das mesmas⁽²⁹⁾.

(28) *Id.*, pp. 146-149.

(29) *Id.*, pp. 149-152.

Nas “Reminiscências”⁽³⁰⁾, Afonso Celso manifesta sua disposição à época de realizar a Federação e declara não ter sido obstáculo às idéias adiantadas. Acentua o papel tolerante do imperador em relação às idéias republicanas e, sobretudo, em face da agitação promovida por Benjamin Constant nos meios militares, bem como destaca a deslealdade de Floriano Peixoto.

Implantada a República, exilado Afonso Celso, somente em 1891 ele publicou *O Advento da Ditadura Militar no Brasil*⁽³¹⁾, uma minuciosa narrativa do 15 de Novembro, repleta de transcrições de conversas, conferências e documentos, mas somente na conclusão defende mais D. Pedro II e seu governo do que a monarquia. Revelou até o final uma firme e inabalável crença na monarquia constitucional representativa. Seus livros *A Esquadra e a Oposição Parlamentar*⁽³²⁾ e *A Marinha de Outrora*⁽³³⁾ são históricos, relativos à Guerra do Paraguai, quando dirigiu o Ministério da Guerra, mas nada têm a ver com uma concepção monarquista da História. Neles, é o historiador que aparece.

Sua atividade de monarquista renasceu com seu folheto *Aos Monarquistas*⁽³⁴⁾, conjunto de dois artigos publicados em *O Commercio de São Paulo*, que antecedeu a *O Estado de S. Paulo*, discutindo no primeiro a possibilidade de uma restauração monárquica e, no caso de perdurar a República, produziria a bancarrota, o desaparecimento da unidade nacional e a constante violação da soberania territorial por potências mais fortes. No segundo, defende a necessidade de se agremiarem os monarquistas formando um partido.

Sua posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro serve para revelar sua fidelidade a D. Pedro e sua crença na História, a grande justiceira⁽³⁵⁾. Ao falecer em 1912, estando na presidência do Instituto seu filho, seu elogio foi feito pelo orador daquela instituição, Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Este traçou-lhe a biografia e, como sempre fazia, louvou-lhe a obra política como ministro da Marinha e da Fazenda, e sobretudo a envergadura moral com que cedeu à força dos triunfadores, sua compostura e dignidade diante da tropa rebelada pelos seus chefes⁽³⁶⁾.

Sua biografia foi muito mal traçada pelo filho Afonso Celso na obra *Visconde de Ouro Preto (Excertos Biográficos)*⁽³⁷⁾ e seus discursos foram reunidos por uma equipe da Câmara dos Deputados e prefaciados por Costa Porto⁽³⁸⁾. Esta coleção é muito mal orientada e seus principais defeitos são a sele-

(30) *RIHGB*, 1911, t. 73, parte 2, pp. 125-140.

(31) Paris, 1891, reeditado in *RIHGB*, 1924, t. 96; Rio de Janeiro, 1927.

(32) Rio de Janeiro, 1892.

(33) Rio de Janeiro, 1893.

(34) Rio de Janeiro, 1895, p. 36.

(35) *RIHGB*, 1902, t. 63, parte 2, pp. 524-528.

(36) *RIHGB*, 1913, t. 75, parte 2, pp. 574-577.

(37) Porto Alegre, 1936.

(38) *Perfis Parlamentares. 5. Afonso Celso de Assis Figueiredo*. Rio de Janeiro-Brasília, p. 19

ção dos perfis, aparecendo os menores antes ou junto dos maiores, sem nenhuma precedência natural de merecimento ou até de simples cronologia. A seleção não é feita pelo responsável pela introdução e misturam-se discursos e outros documentos privados e públicos. Diante do que se vem publicando nos Estados Unidos sobre as grandes figuras políticas, essa coleção é uma vergonha. Os textos não estão separados dos comentários e muitos discursos são apenas reproduzidos em parte. O maior defeito consiste na falta de indicação do volume, ano e página dos *Anais* donde foi extraído o sumário comentado pelo organizador. Em uma palavra, e este reparo serve para toda a coleção, este é um exemplo de como não se deve editar documentos históricos⁽³⁹⁾.

A questão do imperialismo de D. Pedro II, crítica aos abusos do Poder Moderador, atribuído ao imperador, aparece pela primeira vez estudada por Tito Franco de Almeida no livro *O Conselheiro Francisco José Furtado*⁽⁴⁰⁾, D. Pedro II fez numerosas notas críticas ao livro e quem leu pela primeira vez e comunicou ao Instituto Histórico esse achado foi Max Fleiuss. Assim aparece na ata da sessão de 3 de setembro de 1906⁽⁴¹⁾.

O Visconde de Ouro Preto, que estava presente, fez várias considerações sobre o aparecimento do livro e a decisão de contestá-lo foi promovida pelo gabinete de 3 de agosto de 1866, presidido pelo liberal Zacarias de Góis. O Visconde contou, pela primeira vez, a escolha dos nomes de Manoel Pinto de Sousa Dantas, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, que por sua vez confiaram a tarefa ao deputado pernambucano Antônio Alves de Sousa Carvalho, a quem se atribuía o *Imperialismo e Reforma*⁽⁴²⁾, e que era autor de *O Brasil em 1870 — Estudo Político*⁽⁴³⁾ e *A Eleição de Senador pela Província da Paraíba e os Srs. João Alfredo e Diogo Velho*⁽⁴⁴⁾ e discutiu a *Reforma Eleitoral*⁽⁴⁵⁾ de 1880, como antes debatera *A Crise da Praça em 1875*⁽⁴⁶⁾.

Sousa Carvalho, segundo o depoimento de Ouro Preto, era correligionário prestimosíssimo e desinteressado. Afirmava isso porque ele, em vida e depois de morto, foi muito injustamente acusado e nunca o vira propugnar pretensão própria e, sim, proteger as de outrem, amigos ou adversários. Mas Sousa Carvalho entregou o trabalho ao inteligentíssimo Dr. Luís de Carvalho Melo Matos, que foi o autor das *Páginas de História Constitucional*, resposta liberal-conservadora aos liberais-conservadores do Pará, sobretudo a Tito Fran-

(39) A edição de seus *Discursos na Sessão Legislativa de 1879*, Rio de Janeiro, 1880.

(40) Rio de Janeiro, 1867; 2a. ed., São Paulo, 1944.

(41) *RIHGB*, 1908, vol. 69, parte 2, pp. 415-418.

(42) Rio de Janeiro, 1865.

(43) Rio de Janeiro, 1870.

(44) Rio de Janeiro, s.d.

(45) Rio de Janeiro, 1880.

(46) Rio de Janeiro, 1875.

co, criador do conceito político-nacional *imperialismo*, como significando abuso das prerrogativas do Poder Moderador. Declara que o autor foi obrigado a recorrer ao imperador, que se prestou a dar-lhe todas as informações, sobretudo a de Sepetiba, como “eu era muito moço, começava a exercer minhas funções e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução”. Ouro Preto remata suas reminiscências contando uma conversa com D. Pedro, na qual este lhe dissera que a propaganda republicana se desenvolvera diante da impassividade com que foram combatidas e caluniadas as instituições vigentes e seus representantes, e ainda a convicção de ser caminho seguro para chegar aos cargos mais elevados a agressão à dinastia. D. Pedro II respondeu-lhe: “Sou sensível às injustiças e me doem os ápodos, mas meu dever não me permite que, por injúrias pessoais, prive o país dos serviços dos brasileiros distintos”⁽⁴⁷⁾.

As “Notas do Imperador” ao livro de Tito Franco de Almeida foram primeiramente publicadas por Max Fleiuss⁽⁴⁸⁾. Augusto Tavares de Lyra publicou a *Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida* com uma introdução sua, intitulado-a “Tito Franco e o Imperialismo”⁽⁴⁹⁾.

A obra de Luís José de Carvalho Melo Matos, *Páginas de História Constitucional*⁽⁵⁰⁾, abrange os anos de 1840 a 1848. Adota um tratamento anual e factual, é maçuda, ilegível e enorme.

A obra maior que Afonso Celso dirigiu e para a qual escreveu alguns ensaios é a *Década Republicana*⁽⁵¹⁾, um exame crítico implacável dos 10 primeiros anos da República (1889-1899). No primeiro volume, que foi reeditado⁽⁵²⁾, estuda Afonso Celso as *Finanças da Década*, replicando sobretudo ao trabalho de Rui Barbosa, *A Fazenda Nacional a 15 de Novembro de 1889*⁽⁵³⁾. Nele, Afonso Celso faz um exame monarquista da obra republicana, o exame do processo histórico da República, numa clara historiografia de combate. É um livro importante como exame crítico-histórico, mas nele se vislumbra um pouco do que se poderia chamar uma concepção monarquista econômica da história. Já no quinto volume da *Década* a contribuição de Afonso Celso volta a ser sobre a *Armada Nacional*⁽⁵⁴⁾, uma catilinária sobre a Marinha na fase republicana.

A monarquia terminou sob a direção de um liberal, com uma maioria parlamentar conservadora. Afonso Celso assumiu o gabinete sem noção dos peri-

(47) Ata da 14a. sessão ordinária em 3 de setembro de 1906. *RIHGB*, 1908, t. 69, parte 2, pp. 415-418.

(48) “Notas do Imperador”, *RIHGB*, 1915, vol. 77, parte 1, pp. 245-289.

(49) *RIHGB*, 1942, vol. 177, pp. 271-507.

(50) Rio de Janeiro, 1870.

(51) Rio de Janeiro, 1899. 7 vols.

(52) 2a. ed., Rio de Janeiro, 1902.

(53) Reproduzido in *Obras Completas de Rui Barbosa. A Queda do Império*, 1889, vol. XVI, t. VIII, pp. 161-181.

(54) *A Década Republicana*, Rio de Janeiro, 1900, vol. V, pp. 5-220.

gos republicano-militares que o cercavam. É combativo, nacionalista, contra a intervenção estrangeira e sobretudo a influência dos Rothschild, que Rui Barbosa buscou desde o primeiro momento.

Em seu estudo, Afonso Celso tenta mostrar que, nos 10 primeiros anos, a República passou por duas fases: a primeira megalomaniaca, com delírio de grandeza, e a segunda uma fase de terror, que descobre perigos e ameaças por toda parte e em tudo. Há um delírio de perseguição.

No volume sobre as *Finanças*, examinou a herança monárquica e estudou com grande rigor crítico a versão republicana. Mostrou, ao contrário de muitos conservadores, que “não conseguiu o Brasil a independência política sem luta e sem sangue, como afirmam alguns magnatas da atualidade, que parece se conjuraram para adulterarem a história pátria. O Brasil armou-se, organizou exército e esquadra, engajou oficiais de marinha de renome, houve guerras, em uma palavra”. Tudo isso relembrou para mostrar as grandes despesas iniciais e explicar o primeiro empréstimo.

Não evita apontar a espoliação inglesa, no que se distancia de muitos liberais monarquistas. Não se esqueceu de acentuar a enorme diferença entre o país pobre, desagregado e em atraso que era ao se separar da Metrópole e a nação que se formara no fim do Império.

Finalmente, estudou o “Parlamentarismo no Império”⁽⁵⁵⁾, comparando o Parlamento no Império e o Congresso na República, exaltando a obra do primeiro.

5. Domingos Andrade Figueira

Domingos Andrade Figueira (Rio de Janeiro, 06.10.1833/14.08.1910) foi deputado pelo Rio de Janeiro em cinco legislaturas, de 1869 a 1889, e presidente da Província de Minas Gerais (1868-1869)⁽⁵⁶⁾. Foi um monarquista convicto, que não apenas se opôs à República, como contra ela conspirou e combateu depois que estava vitoriosa. Lutou na guerra civil da armada de 1893 e mais tarde participou da conspiração de 1900, durante a presidência de Campos Sales⁽⁵⁷⁾. Na *Década Republicana* escreveu dois volumes, *Coisas da República*⁽⁵⁸⁾

(55) *Oito Anos de Parlamento: Reminiscências e Notas*, Rio de Janeiro, 1901.

(56) *Discurso proferido pelo dr. Domingos de Andrade Figueira, Deputado pelo 4º Distrito do Rio de Janeiro na Sessão da Câmara dos Deputados de 30 de Maio de 1871, na Discussão do Voto de Graças*, Rio de Janeiro, 1871.

(57) Sobre *Andrade Figueira, a Conspiração Monarquista de 1900*, vide Lêda boechat Rodrigues. “Habeas-Corpus a Favor de Monarquistas e da Família Imperial”, in *História do Supremo Tribunal Federal*, Rio de Janeiro, 1968, vol., II, pp. 13-19.

(58) Rio de Janeiro, 1900-1901, vols. VI e VII, pp. 574 e 382.

e *A Conspiração Policial*⁽⁵⁹⁾. No correr dos dois volumes se revela conservador e defensor da realeza, sustentando teses desta natureza: 1) o Brasil é um produto monárquico e católico⁽⁶⁰⁾; 2) foram os reis de Portugal que fundaram a nacionalidade brasileira, num esforço de três séculos⁽⁶¹⁾.

Na sua visão monarquista da história brasileira, Andrade Figueira sustenta que: 1) a dinastia real portuguesa nos encheu de benefícios e amou o Brasil — dela se criou a dinastia real nacional, que não praticou qualquer ato merecedor de reprovação; antes se conteve sempre com correção dentro dos moldes constitucionais⁽⁶²⁾; 2) o imperialismo, isto é, o poder pessoal do imperador, não o assustava, já que era exercido por uma dinastia nacional⁽⁶³⁾; 3) a legitimidade da rebeldia de D. Pedro I, da regência e do governo de D. Pedro II, proclamados por golpes de Estado, e que eram invocados pelos republicanos como exemplos históricos.

Em forma de cartas, respondendo a Campos Sales, ele indagava “qual seria o interesse que podia mover o Governo republicano a pôr em dúvida a questão da legitimidade do 1º Império, a legitimidade da Regência, a legitimidade do 2º Império?”. “Para matar ou eliminar as veleidades monarquistas não pode ser, porque com V. Ex.^a todo o partido republicano afirma que a restauração é uma insensatez, que todos os brasileiros se acham hoje dentro do queijo republicano.”

Andrade Figueira desenvolve o tema da legalidade monárquica e sustenta idéias manifestadas por todos os conservadores: “longe de ter sido um ato de rebeldia, a Independência era o produto da política sagaz e liberal da Corte portuguesa”, que elevou a Colônia à categoria de Reino Unido e abriu por uma política larga seus portos ao comércio estrangeiro.⁽⁶⁴⁾ Afirma ainda mais que a Independência, a união das Províncias foi obra de D. Pedro⁽⁶⁵⁾; o Império foi liberal, a República tem sido tirânica⁽⁶⁶⁾; a República é um regime incompatível com qualquer superioridade⁽⁶⁷⁾; o Brasil é e deve ser grato ao colonialismo português⁽⁶⁸⁾.

Filho de português, beirão da Figueira da Foz do Mondego, Andrade Figueira se revelou sempre na obra, na ação política e parlamentar, pró-português, e pró-Igreja Católica, a fiel aliada dos reis, do colonialismo, do absolutismo, de tudo aquilo que Andrade Figueira amava e defendia. O livro *Coisas da Re-*

(59) Rio de Janeiro, 1901, p. 265.

(60) *Op. cit.*, pp. 52, 138-140, 534 e 560.

(61) *Op. cit.*, p. 138.

(62) *Op. cit.*, p. 485.

(63) *Op. cit.*, pp. 484-485.

(64) *Op. cit.*, p. 541.

(65) *Op. cit.*, p. 542.

(66) *Op. cit.*, pp. 124 e 379.

(67) *Op. cit.*, p. 298.

(68) *Op. cit.*, pp. 134-144.

pública é a louvação do Império, o ataque à República, e a clara, coerente e lógica concepção monarquista da história, mais harmoniosa que a de Afonso Celso e provavelmente a de qualquer outro monarquista, exceto João Camilo de Oliveira Torres, que nele deve ter-se inspirado. Enfim, o que sustentou devotamente foi a legitimidade da monarquia e da Igreja como cooperadoras na formação da nacionalidade⁽⁶⁹⁾.

Andrade Figueira, baseado nesta concepção monarquista da história do Brasil, tornou-se um dos maiores combatentes da República com seus dois volumes, *Coisas da República* e *A Conspiração Policial*⁽⁷⁰⁾, manifestando neste último sua mal contida indignação contra as torpezas da situação política republicana e contra a sua detenção, por cinco meses, acusado de conspiração anti-republicana, de cuja acusação foi absolvido pelo Tribunal do Júri.

6. Eduardo Prado

6.1. Formação

Eduardo Prado (São Paulo, 1860-1901) era filho de família antiga, poderosa e rica de São Paulo. Seus pais foram o Dr. Martinho da Silva Prado e sua sobrinha D. Veridiana da Silva Prado, neta do Barão de Iguape, Antônio da Silva Prado. Ela tinha 13 anos quando casou com seu tio, 14 anos mais velho; tiveram seis filhos — o último, Eduardo, 20 anos mais moço que o primeiro, Antônio da Silva Prado, futuro conselheiro, ministro, empresário, político. Os pais se separaram em 1877, quando ele tinha 64 anos e ela 50. Eduardo ficou sempre sob a influência poderosa de sua mãe.

Escreveu Cândido Mota Filho que Eduardo, “à medida que ia se tornando homem, ia sentindo, no seu íntimo, a influência materna e a autoridade que dela se irradiava. Ela era conselheira e confidente, sem deixar de ser a voz que, habitualmente, lhe dava ordens, suavizadas em forma de conselhos”⁽⁷¹⁾. A família Prado era ilustre, importante, opulenta, e D. Veridiana adquiriu grande prestígio na sociedade paulista e brasileira. O Desembargador Sousa Pitanga, como orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao saudar Eduardo Prado, disse que “tanto quanto é possível, sem violar o recato do lar, dizendo que já é para a vossa família um início de tradição, sem a formalística da genealogia heráldica, muito deve ter contribuído para essa elevação de toda uma estirpe nobilitada pelo talento e pelo civismo, a ação tutelar dessa vene-

(69) *Op. cit.*, pp. 534 e 535.

(70) Rio de Janeiro, 1901.

(71) *A Vida de Eduardo Prado*, Rio de Janeiro, 1967.

randa senhora que já hoje não é simplesmente a diretora de uma família, mas um modelo excepcional de matrona interferindo por atos de notória filantropia e de iniciativa patriótica na vida nacional. Não só em São Paulo, mas em diversos pontos do Brasil tenho ouvido proferir o nome da mãe dos Prados, como em Roma se proferia o da mãe dos Gracos”⁽⁷²⁾.

Teve professores particulares e, cursado o ginásio, entrou para a Academia de Direito de São Paulo, na qual teve como companheiros Valentim Magalhães e Afonso Celso, Pedro Lessa, Júlio de Castilho, Júlio de Mesquita, Assis Brasil, Raul Pompéia.

Estudante, escreveu para jornais acadêmicos, juntamente com Raul Pompéia e Valentim Magalhães⁽⁷³⁾. Logo a seguir começava a escrever no *Correio Paulistano* — órgão da União Conservadora, formada, em 1879, por seu irmão Antônio da Silva Prado — crônicas políticas tendo por base os trabalhos da Assembléia estadual, unanimemente liberal, nas quais revelava sensibilidade crítica e irônica, independência de caráter, coragem, virtudes que dominam sua vida de escritor combatente.

A União Conservadora era chefiada publicamente pelo Dr. Antônio Prado, mas de fato e intelectualmente manejada e dirigida pelos doutores Dutra Rodrigues, Rodrigues Alves, Antônio Augusto da Fonseca e várias outras mentalidades de superior envergadura, como escreveram os jornais na época de seu falecimento. No *Correio Paulistano* escreveram também Caio Prado e Almeida Nogueira.

Eduardo era ainda estudante e suas críticas cheias de sagacidade, vivacidade, ironia, mostravam aos deputados liberais a capacidade e superioridade moral e intelectual daquele jovem conservador, que se fez respeitar pelos seus adversários políticos. Dizem ser suas crônicas modeladas pelas lições da imprensa francesa, cujos jornais lia sempre, humorísticas, de uma sagacidade delicada e impertinente, cortês e impiedosa, de tal modo que uma assembléia política, composta de representantes de um só partido, o Partido Liberal do governo, encontrou nas “Crônicas da Assembléia” uma verdadeira bancada oposicionista.

(72) *RIHGB*, 1901, vol. 64, parte 2, p. 243. Nas comemorações do centenário de Dona Veridiana, promovidas pelos Diários Associados, em São Paulo, houve uma série de conferências pronunciadas por Wanderley Pinho, Gilberto Freyre (este escreveu excelente artigo: “A Propósito de Dona Veridiana”, publicado no *Diário de Notícias* de 5 de junho de 1949), Sérgio Buarque de Holanda, Cândido Motta Filho, Spencer Vampré, Yan de Almeida Prado, Freitas Valle, Jorge Pacheco Chaves Filho, citado por Cândido Motta Filho em *A Vida de Eduardo Prado*, Rio de Janeiro, 1967, pp. 19 e 27, nota 19. Não diz se foram publicadas. Cândido Motta escreveu seu livro profundamente inspirado nas cartas de Capistrano de Abreu, cuja *Correspondência*, em 3 grossos volumes, foi editada, com muito esforço, por José Honório Rodrigues, e a este não se refere, como se se tratasse de obra de Capistrano de Abreu.

(73) Vide Teodoro Sampaio, “Discurso no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, a 1º de novembro de 1901, *RIHGSP* (necrológio), 1901, vol. VI, pp. 574-591.

6.2. Sua geração

E só podia ser assim, porque ele fora primorosamente educado por seus pais, que se esmeraram, como disse Sousa Pitanga, por dar à pátria uma plêiade de homens feitos e aparelhados para o seu serviço. Eduardo Prado não foi, como seus irmãos, atraído para a carreira política, nem para professá-la como estadista ou administrador, como fizeram seus irmãos Antônio, Caio e Martinho Prado, ao lado dos empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais. Eduardo foi fazendeiro e comerciante de café.

Escreveu Alceu Amoroso Lima que Eduardo Prado se colocou arrogantemente ao arrepio de sua geração, com suas convicções conservadoras, monarquistas, antiliberais⁽⁷⁴⁾. Baseado numa crônica de Gonzaga Duque⁽⁷⁵⁾ sobre a geração deste e a de Eduardo Prado, Alceu Amoroso Lima acentuou “o estado de espírito contra o qual Eduardo Prado, quase sozinho, entre seus companheiros, reagia com uma coragem, um desassombro, uma arrogância juvenil e firme que iriam para sempre gravar a sua personalidade inconfundível nos anais de nossa história política e cultural”. Era uma geração cientificista, positivista, experimentalista, que repudiava o romantismo, atacava Alencar, gozava a agonia de Macedo e apedrejava a memória de Castilho. Acrescentou Alceu Amoroso Lima que, ao contrário de Gonzaga Duque e da generalidade de seus contemporâneos, “desafiou Eduardo Prado o espírito do seu tempo e de seus companheiros, desde os bancos da Faculdade, marcando desde moço sua posição anti-revolucionária e tradicionalista, e da qual teria sido o paladino solitário. Antiliberal, conservador, monarquista, anti-republicano, antipositivista, Eduardo moço já é combativo e luta contra a pressão social de sua geração e a apatia do meio social, indiferente aos destinos do país”.

Formado em Direito e Ciências Sociais, Eduardo Prado ganhara reputação de bom estudante e alheara-se, ao contrário dos irmãos, da política. “Deliciava-se de ler”, escreveu Capistrano de Abreu, “possuía já bastante ilustração, principalmente literária, quase exclusiva de obras francesas”. Começa, então, uma fase de total alheamento político daquele estudante-repórter que, em uma coluna de jornal, fazia frente a 36 deputados, o traço que mais fundo apreciava Teodoro Sampaio, o grande cientista, que o conheceu ao longo da vida do menino-combatente ao historiador-militante, que 20 anos depois reapareceu para combater a República, defender a Monarquia e a Igreja, e censurar o militarismo⁽⁷⁶⁾.

(74) “Eduardo Prado, Sempre Vivo”, *Autores e Livros*, Suplemento Literário de *A Manhã*, 13 de fevereiro de 1944, reproduzido in *Correio do Dia*, Belo Horizonte, 23 de agosto de 1951.

(75) *Revista Contemporânea*, outubro de 1950.

(76) Teodoro Sampaio, “Discurso do Aniversário do Instituto Histórico de São Paulo”, lido em sessão magna do mesmo Instituto, de 1º de novembro de 1901, *RIHGB*, 1901, vol. VI, pp. 572-591.

6.3. Viagens

Nesses 20 anos, Eduardo Prado viajou muito pelo mundo⁽⁷⁷⁾, escrevendo suas impressões em forma de cartas, publicadas em 1882, na *Gazeta de Notícias*. Escreveu Capistrano de Abreu que “não me agradaram muito, além do mais, por certos *tics* e certas afetações de estilo da moda”⁽⁷⁸⁾.

O desagrado de Capistrano se refere às cartas sobre o Prata, mas logo que atravessa os Andes a correspondência de Eduardo assume outro tom e revela outro homem. Do Pacífico dirigiu-se aos Estados Unidos, onde “não gostou do que viu e esta primeira impressão nunca se esvaneceu”. Quando Domício da Gama foi servir de secretário da Missão Rio Branco junto ao governo de Washington, Eduardo afirmou que ele “há de ficar mal impressionado; há de achar-se deslocado e coacto; uma alma de artista não pode sentir-se bem naquela terra”. Não se deve esquecer esta primeira impressão como elemento de compreensão da sua futura *A Ilusão Americana*⁽⁷⁹⁾.

A *Viagem ao Rio da Prata*, a *Viagem pelo Pacífico*, o *Diário de Viagem em Volta do Mundo* (Paris a Nova York, a São Francisco, a Honolulu, a Auckland, a Sidney, etc., durante seis meses) não lhe agradaram tampouco, embora se colha aqui ou ali uma ou outra reflexão que são sementes de seus futuros combates. Escreveu, por exemplo, que “a fala imperial tem sobre a republicana, sem falar no sal da sabedoria, que lhe dá o direito divino, o grande merecimento de ser curta, de ter brevidade, a primeira virtude das falas, de que se devem sempre capacitar — dos males, o menor é sempre preferido”⁽⁸⁰⁾. Logo adiante, ao lado desse louvor ao Império, aparece a censura à República: “(...) continuando a idéia geralmente aceita de que, nas Repúblicas espanholas, as presidências levam sempre ao exílio, ou à sepultura”⁽⁸¹⁾.

Conhecido o mundo, Eduardo Prado serviu durante curto período na legação brasileira em Londres, sem fazer parte do corpo diplomático e sem vencimentos, quando era ministro o Barão de Penedo, Francisco Ignáciq de Carvalho Moreira. Até então não tinha recebido distinção alguma do governo imperial e nunca se aproximara do trono; nenhum cargo público exerceu, a política não o seduzira, nem o funcionalismo⁽⁸²⁾.

(77) *Viagens, Sicília e Egito*, Paris, 1886; 2ª ed., São Paulo, 1902; *Viagens, América, Oceania e Ásia*, 1a. ed. São Paulo, 1903.

(78) “Eduardo Prado”, *Jornal do Commercio*, 5 de setembro de 1901, reproduzido in *Ensaios e Estudos*, 1a. série, Rio de Janeiro, 1931, pp. 339-348; 2ª ed., Rio de Janeiro, 1975, pp. 233-240.

(79) 1a. edição, São Paulo, 1893; 2a. ed., Rio de Janeiro, 1933; e várias e contínuas reedições.

(80) *Viagens, América, Oceania, Ásia*, 1a. ed., 1903, p. 95.

(81) *Op. cit.*, pp. 105-106.

(82) Teodoro Sampaio, *op. cit.*, p. 578.

6.4. Seus amigos

Viveu desde 1886 em Paris, cercado de amigos intelectuais como Eça de Queirós, Rio Branco, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins. Parece, ao que se refere a esses 20 anos de vida em Paris ou na Fazenda Brejão, anos de alheamento ao país, de alienação de um aristocrata rico, ilustrado, cercado de tudo o que a civilização francesa pode dar a quem pode pagar o preço que ela exige. No apartamento da Rue Rivoli reúne Eduardo uma biblioteca brasileira repleta de raridades e livros esgotados, e tudo faz crer que seu silêncio, como o de Rio Branco, esconde apenas, numa falsa alheação ou alienação, o castigado e rude, o duro sacrifício das horas de estudo dedicadas ao Brasil, à sua formação histórica.

6.5. Suas obras — Influência de Rio Branco

Ele e Rio Branco colaboraram com Elisée Reclus na elaboração da parte brasileira da *Encyclopédie* dirigida pelo sábio francês. Enquanto Rio Branco colaborava no *Le Brésil*, livro para a Exposição Internacional de São Petersburgo, em 1884, dirigido por F. J. de Sant'Anna Nery, no *Le Brésil* de E. Levasseur, a que nos referimos, juntamente com Eduardo Prado, e no *Le Brésil en 1889*, sob a direção do mesmo F. J. de Sant'Anna Nery⁽⁸³⁾, Eduardo era seu companheiro de estudos e escritos.

No *Le Brésil en 1889*, Rio Branco escrevia a *Esquisse de l'Histoire du Brésil*⁽⁸⁴⁾, e Eduardo Prado colaborava com dois admiráveis estudos, "Immigration"⁽⁸⁵⁾ e "L'Art"⁽⁸⁶⁾. Antes de falar desses dois ensaios, é necessário assinalar que Eduardo deve muito a Rio Branco sua devoção aos estudos brasileiros. Com razão escreveu Capistrano de Abreu que "dos Estados Unidos passou à Europa, onde se ligou intimamente ao Barão do Rio Branco. Talvez desta circunstância se originasse o amor pela história do Brasil; certo é que este amor se tornou verdadeira paixão, e nele acabou cedo com o vago diletantismo de que todos nós padecemos; possuía conhecimentos extensos e profundos, e tinha o orgulho muito justo e legítimo de ser um dos primeiros especialistas no assunto"⁽⁸⁷⁾.

(83) Paris, 1889.

(84) 1889, p. 105 e segs; trad. brasileira, com nota de Eduardo Prado retirada da coletânea, com prefácio de Bernardino Paranhos da Silva, e estudo sobre o barão por Max Fleiuss, Rio de Janeiro, 1930. Reedição francesa, Rio de Janeiro, 1958, com introdução de José Honório Rodrigues.

(85) *Op. cit.*, pp. 473-507; reproduzido in *Collectaneas*, São Paulo, 1904, vol. I, pp. 1-126.

(86) *Op. cit.*, pp. 519-562; reproduzido in *Collectanea*, ed. cit., pp. 129-230.

(87) "Eduardo Prado", in *Ensaio e Estudos*, ed. cit., p. 340.

6.6. A arte brasileira

O estudo sobre a arte começa com a arte portuguesa, a indígena (a arte plumária), a arquitetura, a pintura, sobretudo das igrejas, os grandes artistas mineiros e cariocas, a escultura e as fontes. Ele atribui grande influência ao desenvolvimento artístico brasileiro à chegada da corte portuguesa e valoriza a ação de D. João VI, embora reconhecendo que o caráter brasileiro fora deformado por dois séculos de regime colonial. Relembra a Missão Francesa, os seus grandes nomes, e chega, até o momento em que escrevia, aos trabalhos de R. Bernardelli, que fez as duas estátuas eqüestres de Caxias e Osório. Examina o progresso da arquitetura brasileira — a casa brasileira é a casa portuguesa —, as construções do Estado, a arte dos jardins, e trata de algumas indústrias brasileiras com caráter ornamental. Abre um capítulo sobre ornamentos diversos, sobretudo a cerâmica. Valoriza a expressão musical brasileira, a poesia popular, o lundum, a modinha, os grandes músicos, sobretudo José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), David Peres (1752-1779), Marcos Antônio Portugal, Francisco Manuel da Silva, Antônio Carlos Gomes. É um resumo de todas as manifestações artísticas produzidas no Brasil, revelando nossas vocações.

Como sua cabeça era política, Eduardo Prado em todas as suas manifestações revelou suas opiniões: “A riqueza do Brasil é muito grande na natureza. O Brasil ainda não explorou um centésimo de seus recursos. Pode-se dizer que a democracia, que é a verdadeira organização política do Brasil, é também a da sua constituição social. Não se conhecem as enormes fortunas, fora de proporção com as dos outros cidadãos, as quais criam, nos Estados Unidos, uma situação que torna nominais todas as liberdades e igualdades impossíveis. Sob este ponto de vista prático, o Brasil é uma democracia, na qual não se encontra uma aristocracia de fato, rica e poderosa, necessária ao desenvolvimento do luxo e das artes”.

Ele reconhecia que, do ponto de vista da arte, deviam-se considerar duas espécies de instrução: a instrução geral da nação, que não dependia senão de sua civilização e de sua riqueza, e a instrução técnica e profissional de uma certa classe de indivíduos.

Relembra o papel da Academia de Belas-Artes, a fundação de vários liceus de artes e ofícios, e adverte, com razão, que a educação estética de um povo não se faz nos cursos, nem nas escolas especiais. Ela se faz em toda parte, nas ruas, vendo as belas construções, e nos museus. O grande papel do governo deve ser o de favorecer por todos os meios a educação artística. Se o governo adota esta causa nacional, e se os particulares a protegem, o futuro artístico do Brasil poderá ser brilhante, porque ele acredita numa predisposição artística do povo brasileiro.

Nessa época já era um crente no Brasil e termina afirmando que, possuindo a unidade política — condição indispensável para formar um grande país —, o Brasil terá no desabrochar da variedade de seus elementos a ocasião de mostrar também nas artes o poder de sua vida e de seu gênio.

6.7. A imigração

Eduardo Prado acreditava que, ao escrever a história da imigração, escrevia a história do Brasil. O Brasil tinha, em 1889, 14 milhões de habitantes e ele julgava que a grande maioria descendia dos representantes das raças do Antigo Mundo, que deitaram suas raízes no Brasil. É uma pequena história, que fala da vinda dos colonos portugueses, dos espanhóis, dos franceses, dos holandeses, dos judeus.

Exalta os bandeirantes paulistas, trata do desaparecimento dos índios e do aparecimento dos negros, e acentua que o aumento da população foi sempre insignificante, pela vinda em pequena escala de portugueses e a proibição de entrada aos estrangeiros. Fala nos açorianos no Rio Grande do Sul, quando eles vieram para várias partes do Brasil, sempre no começo de uma colonização, como foi o caso do Maranhão e, depois, do Rio Grande do Sul. Ocupa-se da proporção dos brancos em relação aos índios e negros, e reconhece que os portugueses não se fixam em terrenos desocupados do Interior; e que se deve aos bandeirantes, mestiços de brancos e índios, esta tarefa de penetração e ocupação do território. Além disso, a própria existência de escravos afasta o português do cultivo do solo, e o que não tem terra para a grande exploração açucareira se transforma num pequeno comerciante. São os próprios portugueses que reconhecem que a escravidão desonrou o trabalho e tornou uma sociedade que poderia ser rica numa mediocridade, se a cultura do solo não tivesse sido julgada desonra para o homem livre.

Trata com desenvoltura da vinda dos imigrantes, os primeiros suíços em 1820 para fundar Nova Friburgo, os segundos os alemães para São Leopoldo em 1824, e a vinda de alemães nesse ano até o fim do Império, com os altos e baixos da crítica e proibição dos governos alemães e a boa acolhida brasileira.

Louva muito os resultados da colonização oficial, que representou um acréscimo considerável da riqueza nacional do Brasil e, o que ele julgava muito importante, a influência moral e civilizadora que exerceram os imigrantes. Contava-se em 1889 com 250 mil alemães no Brasil.

Elogia a experiência do sistema de parceria criado pelo senador Vergueiro, tão criticado por Davatz e por autoridades alemãs, e acha que a fazenda de Ibiacaba é o modelo do trabalho livre ao lado do escravo.

Compara a escravidão nos Estados Unidos e no Brasil e escreve que lá os costumes têm uma crueldade que excede o rigor da lei, tornando ilusória a lei que emancipa o escravo. No Brasil — escreve ele — a manumissão é uma realidade política e social, a cor não excita nenhuma repugnância e a tolerância dos costumes vai mais longe que a liberalidade das leis. Não via os preconceitos e as discriminações que macularam a história brasileira. Achava que ia haver uma preponderância numérica da raça branca européia, que simultaneamente favoreceria a reabilitação do escravo, fazendo cessar o tráfico. Ao lado do imigrante, todo africano deve tornar-se brasileiro.

A imigração deveria mudar o sistema das grandes propriedades — pensava ele — e escrevia que, no Brasil, nem os costumes, nem as leis, nem as condições físicas se oporão a que o imigrante se aproxime do escravo, combinando os meios da prosperidade material de um com os meios de emancipação do outro.

Ele mesmo considerava essas previsões sobre a influência da imigração na abolição como proféticas, ajuntando que, no último período da escravidão, os abolicionistas brasileiros sempre serão sustentados pelos estrangeiros estabelecidos no Brasil, com exceção dos mercadores portugueses do Rio de Janeiro e um pequeno número de americanos do Norte estabelecidos em São Paulo.

Hoje sabe-se que os aliados dos comerciantes portugueses do Rio de Janeiro foram os fabricantes de navios da costa leste dos Estados Unidos.

E nessa linha política sobre a imigração, um pouco adivinhatória, um pouco profética, se desenvolve seu ensaio sobre o papel dos italianos, favoráveis à imigração, e sobretudo sobre a relação íntima entre escravidão e imigração. Para ele, que julgava interpretar o papel dos patriotas brasileiros, pensava-se seriamente que sem a vinda dos imigrantes seria impossível abolir a escravidão.

A verdade — escrevia — é que foi necessária a chegada de alguns milhares de imigrantes para tornar possível essa abolição. Pode-se dizer que a questão da escravidão no Brasil foi resolvida em São Paulo. Sem a imigração branca e sem o grande número de trabalhadores europeus, que fizeram valer a terra em São Paulo, a abolição não teria podido fazer-se em 1888, “pela admirável maneira que tem sido feita num acordo que é bem raro em semelhante matéria e aplaudida por todos os espíritos práticos e todos os corações generosos”.

Revela os desentendimentos com as autoridades consulares da Alemanha, de Portugal e da Suíça, os erros da seleção imigratória e as medidas tomadas na Europa contra a emigração para o Brasil. Tudo isso provocou uma parada na corrente imigratória, sobretudo a guerra do Paraguai e o pequeno número entrado entre 1860 e 1870.

No fim da guerra, veio a prosperidade da agricultura brasileira, principalmente a do café.

Trata, em seguida, das iniciativas do Partido Conservador para acabar com a escravidão, enumerando e comentando as várias leis, desde a do Ventre Livre, e dá as médias da entrada nos anos de 1864-1872, 1872-1886, 1887 e 1888, ano em que escrevia e no qual os dois portos, do Rio e de Santos, receberam 131.268 imigrantes.

Distingue muito os esforços de São Paulo e sobretudo da sociedade dirigida pelo seu irmão Martinho Prado Jr. Ele acreditava que a instabilidade dos ministérios no Brasil, como em toda parte, foi freqüentemente uma causa de erros em matéria de imigração e, conseqüentemente, de decréscimo na entrada.

Mas o aumento da produção em São Paulo ele o atribui à imigração européia e o declínio do Rio de Janeiro, cujas terras pertenciam a grandes proprietários e nas quais se poderiam estabelecer facilmente colônias à margem de numerosas estradas de ferro, devia-se a nada ter empreendido no sentido da imigração.

Desenvolve a parte sobre as colônias de imigrantes em São Paulo e seu progresso, sobretudo as italianas, à instalação de estradas de ferro, acentuando que a imigração é possível e será um sucesso somente no Sul do país, mas será um fracasso no Norte, em face do clima.

Reconhece também que, nas terras onde se estabeleceu o imigrante europeu, os brasileiros já repeliram os índios ou os absorveram. Não há, para ele, nenhum problema de consciência sobre a questão indígena e as terras dos índios: os brasileiros prestaram à civilização os mesmos serviços que fizeram os espanhóis ou os índios civilizados pelos jesuítas. Como o Norte não recebera a imigração européia, devia ser ajudado sob a forma de redução de impostos, da extensão dos caminhos de ferro, da melhoria de seus portos, do aperfeiçoamento de seus instrumentos industriais e econômicos.

Termina antes da instalação da República, pois afirma, enfático, que “os europeus chegados ao Brasil viverão no meio de uma nação civilizada e amiga; gozarão de inteira segurança e de completa independência; terão, enfim, apoio e proteção sob a égide de um governo e de instituições que deram ao país, durante um período de quarenta e dois anos, uma era ininterrupta de paz e prosperidade”⁽⁸⁸⁾.

O ensaio visava fazer propaganda do Brasil, atrair imigrantes, e sua visão era inteiramente europeísta. Nunca lhe passaria pela mente que, tendo recebido cinco milhões de imigrantes, dos quais um milhão e meio voltaram, os imigrantes não fossem o fator predominante do crescimento populacional e econômico brasileiro, pois a população brasileira é autóctone, cresceu devido à fertilidade da mulher e ao maior número da natalidade sobre a mortalidade. O que não se podia esperar é que elas viriam a formar minorias reivindicatórias de poder político, a tal ponto que, hoje, filhos de primeira geração de imigrantes ocupam posições de mando no governo brasileiro sobre uma enorme população originária.

6.8. O Barão do Rio Branco e Eduardo Prado

Já transcrevi o trecho em que Capistrano de Abreu afirmou que a influência de Rio Branco deve ter sido decisiva para que Eduardo Prado se dedicasse aos estudos brasileiros e formasse sólida cultura nacional, que ele possuía e que lhe permitirá terçar armas contra a queda da Monarquia, a implantação da República e os males do militarismo.

O Barão do Rio Branco e Eduardo Prado muito se assemelham. Por influência de Rio Branco, que em Paris e Londres acumulava um saber histórico e geográfico fantástico sobre o Brasil, Eduardo começou a reunir sua bibliote-

(88) *Op. cit.*, pp. 229-230.

ca de estudos brasileiros, fez pesquisas e estudou muito a formação histórica brasileira. Tudo, a riqueza, a influência de Eça de Queirós, a vida em Paris, tenderia a fazer dele um dândi alheado, um alienado total do Brasil.

Quem impediu essa tendência na linha evolutiva da personalidade de Eduardo foi Rio Branco, que vivia estudando o Brasil e era aqui reconhecido como um grande conhecedor da nossa história e geografia, por homens como Capistrano de Abreu. Mas ambos preferiram viver em Paris a viver no Brasil, a tal ponto que Rio Branco resistiu o quanto pôde a aceitar o lugar de ministro pelo horror de viver no calor do Rio de Janeiro, e grande parte da sua administração exerceu-a em Petrópolis.

Eduardo se refugiava no Brejão, na fazenda de café, no interior de São Paulo, onde, afinal, reuniu seus 14.000 volumes. Capistrano de Abreu, que conheceu a biblioteca e nela trabalhou, refere-se várias vezes, na sua correspondência, às raridades singulares da coleção de Eduardo Prado, infelizmente vendida em leilão e, em parte, comprada pelo governo paulista⁽⁸⁹⁾.

Pode-se notar bem a influência de Rio Branco sobre Eduardo no artigo que este escreveu sobre aquele. “No Barão do Rio Branco encontra-se essa rara superioridade: a de ser, por herança e por educação, um homem votado, exclusivamente, às coisas da Pátria”.

O estudo revela a admiração completa e total que Eduardo nutria pelo barão, desde seu aspecto físico, nas suas “linhas corretas e solenes”, até a sua devoção ao país, sua ideologia conservadora, sua paixão e competência histórica brasileira, e sua tradição familiar e nobiliárquica. Sua devoção não se resume ao filho, mas estende-se ao pai, Visconde do Rio Branco, um homem superior por todos os títulos e que consumou o plano que o Brasil seria forçado a seguir, sob pena de um suicídio mais ou menos rápido: a hegemonia brasileira em toda a vertente atlântica do continente sul-americano.

É um ensaio muito bem feito e bem escrito, que se lê com muito agrado. Rio Branco filho teria renunciado às ambições da política e às agitações do jornalismo em que estreará para preferir a obscuridade de um consulado-geral no qual pudesse isolar-se nos estudos de sua predileção desde o Colégio Pedro II e da Faculdade de Direito de São Paulo.

Quando escreveu sobre o barão em 1897, este contava 52 anos e não fora senão cônsul em Liverpool, mas “a erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é, por assim dizer, salomônica. (...) O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa”. Conta, então, o que tem sido muito repetido, a famosa história do ajudante-de-ordens do General Moltke, que, rompida a guerra com a França, acordou-o e Moltke lhe disse: sossegadamente: “— Ve-

(89) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 3 vols., edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954-1956; vol. I, pp. 145, 168, 175, 184, 291, 298, 301, 334, 399 e 400; vol. II, pp. 63, 86 e 226; vol. III, pp. 67 e 211. Sobre a venda, ver *Correspondência*, ed. cit., vol I, pp. 245, 279, 289 e 341; vol. II, pp. 19 e 91; e vol. III, pp. 21 e 33.

ja na secretária a segunda gaveta à esquerda”; e voltou-se para a parede, para continuar seu sono.

Eduardo escreveu, então, que o barão, sobre qualquer assunto brasileiro, tem sempre nalguma gaveta a última palavra e que, “obrigado por uma promessa e instado, escreveu em 15 dias a admirável *Esquisse de l’Histoire du Brésil*”.

Para ele, o barão era uma enciclopédia viva a respeito do Brasil e, especialmente, da sua história e geografia. Louva a defesa que fez dos direitos do Brasil ao território de Palmas e considera sua *Memória* como um modelo no gênero, que não pode ser feito por estudos de ocasião, para atender a necessidades momentâneas: “Aquela esplêndida *Memória*, verdadeiro monumento histórico e geográfico, faz a maior honra ao seu autor, e a opinião pública brasileira bem compreendeu tudo isto, quando, em unanimidade, hoje bem rara, aclamou o nome do Barão do Rio Branco, nome que, fora e acima das lutas da política, é hoje um símbolo respeitado de saber, de honra e de patriotismo indiscutíveis e indiscutidos”. E logo adiante acrescenta que nela havia o sentimento que vivificava e nobilitava: “Não é o orgulho de uma erudição estéril; é o desejo de servir à sua terra”⁽⁹⁰⁾.

6.9. Eça de Queirós e Eduardo Prado

Eça influenciou sobre Eduardo Prado e foi por ele influenciado. Negativamente, no sentido da alienação sofrida por Eduardo em Paris, debaixo do seu exemplo, libertado pela força do brasileiro do barão e, em seguida, libertadora do próprio Eça. Não cabe aqui desenvolver esta tese, já tratada por outros na enorme bibliografia queirosiana⁽⁹¹⁾.

Eduardo Prado, num estudo sobre Eça de Queirós⁽⁹²⁾, escreveu que ele parecia “a uma geração portuguesa que, na sua mocidade, se enchia de emoção com a mudança de um ministério, sob o regime do Segundo Império, e que, às vezes, não sabia os nomes dos homens que em Lisboa estavam governando Portugal. Chorava lágrimas de desespero com a perda da Alsácia e da Lorena e ignorava até que, pelo seu [dele, Eça] desleixo, Portugal estava, então, a perder ele mesmo [Portugal] em África, territórios do seu velho patrimônio e que eram dezenas, centenas de Alsácias e Lorenas próprias e não alheias”.

Para Eduardo Prado, nessa análise da posição política de Eça de Queirós parecia haver “um entorpecimento aparente e invencível da fibra patriótica e que, pela desnacionalização de um povo, todo o passado nacional se esque-

(90) “O Barão do Rio Branco”, *Revista Moderna*, 15 de dezembro de 1897, reproduzido in *Collectaneas*, São Paulo, 1904, vol. 1, pp. 335-349.

(91) Vide sobretudo o Apêndice à “Bibliografia Queirociana Sistemática y anotada”, in Ernesto da Cal, *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*, Coimbra, 1975.

(92) “Eça de Queiroz. O Passado — O Presente”, *Revista Moderna*, 20 de novembro de 1897.

cia”, e que “Eça nada tinha a ver com Portugal”. “Eça de Queirós teve a grande desvantagem de, intelectualmente, nascer um francês do Segundo Império.”

Descreve, então, esse processo de falta de identidade nacional e de alienação que se processou em Eça e explica que, embora vendo tão mal, Eça e Flaubert pintaram tão bem. Era devido ao gênio, pois os escritores de gênio adivinham e os seus quadros são as melhores pinturas, como as instantâneas são as melhores fotografias.

A notoriedade lhe veio com as *Farpas* e, quando estas apareceram, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós eram franceses e a afrancesada a sociedade que os lia.

Ambos olhavam para Portugal “como um país estranho, que muito mal conheciam, que amavam com um amor vago, muito indefinido, que nem ousavam até confessar. Viam o seu país ridículo, porque o ridículo é apenas a desconveniência das coisas que vemos com as idéias que temos. (...) Portugal não lhes quadrava, não se justapunha aos seus moldes franceses, não entrava nos compartimentos da sua concepção de vida”.

As *Farpas* eram, segundo Eduardo Prado, uma apresentação cômica das coisas e dos homens de Portugal: eles riam de Portugal e a parte letrada e mundana da sociedade portuguesa ria com eles do seu próprio país. Afirma que, depois da morte de Garrett e do silêncio de Herculano, estancara o movimento nacionalista, que ficou sem influência no sentimento português.

De 1870 em diante — esclarece a seguir — tudo mudou e, depois do centenário de Camões, o movimento só fez crescer, mas Eça deixara Portugal quando esse movimento começava, e sua estada em Havana, nos Estados Unidos, na Inglaterra, fez-lhe mudar de posição. O que passava a ver com intensa visão que supria a realidade em Portugal. A influência inglesa sobre Eça contribuiu apenas para desafrancesar o português; sua mudança para Paris completou a desilusão e ele começou a compreender que, grande ou pequena, pobre ou rica, cada nação aspirava a viver por si. Nem escreveria que Vila Real ficava na Beira (Trás-os-Montes), “fazendo com que Herculano, cheio de desprezo, não mais o lesse, morrendo, portanto, sem saber que deixava atrás de si um prodigioso escritor da sua língua”.

A identidade nacional como reconhecimento de pertencer a uma personalidade histórica singular, que possui uma continuidade histórica, com uma história nacional própria, só começa a ser reconhecida por Eça em Paris e sua produção, a partir desse momento, perde o caráter alienado que possuía. Retoma as raízes nacionais, identifica-se com seu povo, integra-se na estrutura da substância da sua história.

A alienação de Eça de Queirós, que Eduardo Prado viu, significava que sua realidade, sua ficção, estava desumanizada, já que desconhecia, repelia, ridicularizava seu próprio povo. O processo de alienação está sempre em oposição ao processo de humanização e ao momento histórico em que vivia, ou à terra e ao povo em que foi gerado.

Mas Eduardo Prado — não o estudante cronista, mas o das viagens e dos primeiros tempos em Paris, o boêmio da *garçonnière* — era também um alienado, tão alienado quanto Eça. O processo da sua desalienação se inicia ao contato do Barão do Rio Branco, que o enche de brasilianismo — e o de Eça também se deve às relações com Eduardo e o Barão do Rio Branco.

Para mostrar esse processo de desalienação, Eduardo conta, no ensaio a que nos referimos, que o romancista se tornou crítico, moralista, ensaísta, cronista, e começou a armazenar uma cultura portuguesa que o transformou num erudito vivo e humano. Eduardo Prado relata que Eça começou a percorrer alfarrabistas, comprar livros raros portugueses e revelar grande alegria quando adquiria um livro não registrado por Inocêncio Francisco da Silva. Pergunta, então, o que Camilo Castelo Branco, que sempre reconhecera talento naquele escritor, mas em quem sempre viu ou fingiu ver um estrangeirado, antiportuguês, diria se soubesse que andava a comprar livros portugueses velhos e a consultar Inocêncio. E acrescenta: “A procura da perfeição na sua obra levou Eça de Queirós, corrigido do estrangeirismo que enfurecia Camilo, à grande consolação de ter amor e entusiasmo pela sua terra”.

Creio que Eduardo Prado passou por um processo semelhante. O moço-repórter, conservador mas integrado à sua terra e gente, alienara-se com as viagens e a vida relaxada de burguês rico, servido por um criado inglês. O processo da sua reintegração nacional deveu-se mais bem à conscientização brasileira promovida pela relação contínua, íntima, amiga, influente do Barão do Rio Branco. Forma sua biblioteca, pouco a pouco, comprando raridades e singularidades da bibliografia brasileira até chegar à respeitável coleção de 14.000 volumes, que traz para o Bregião.

6.10. A pesquisa histórica

Pesquisou em arquivos e bibliotecas européias, buscando maiores informações, enriquecendo seu conhecimento da história brasileira. Capistrano de Abreu registrou, em sua *Correspondência*, algumas pesquisas de Eduardo Prado referentes não só aos seus próprios trabalhos, como informativas de caráter geral⁽⁹³⁾.

Escrevendo ao Barão do Rio Branco, disse Capistrano que, “graças a nosso Eduardo Prado, já possuo o *Genesis* e o *Evangelho de S. Matheus*, na língua escauoio, falada na Guiana, e, segundo parece, quase idêntica ao caxinauá. Não menos de quatro vezes encomendei este livro, sem resultado. Se não fosse Eduardo (...)”⁽⁹⁴⁾.

(93) *Op. cit.*, vol. I, pp. 13, 52 e 125.

(94) *Correspondência*, ed. cit., vol. I, p. 135.

Suas pesquisas eram amplas e de caráter geral. Capistrano soube por ele que havia muita informação sobre Martim Soares Moreno no processo de Manuel de Moraes que Eduardo estudava na esperança de escrever um estudo sobre o jesuíta que se passou para o lado holandês durante a invasão holandesa. Possuía, na sua famosa biblioteca, coleção de manuscritos preciosos, consultados por Capistrano, que a eles se refere⁽⁹⁵⁾.

6.11. Seus estudos não completados: Manuel de Moraes e Antônio Vieira

Durante muito tempo dedicou-se Eduardo Prado a examinar a vida dos dois padres jesuítas Manuel de Moraes e Antônio Vieira, duas figuras totalmente diferentes, em que a última é incomparavelmente superior à primeira, quer como personalidade, quer pela ação histórica e quer pela obra realizada.

Manuel de Moraes (São Paulo, c. 1596?) foi biografado por Oliveira Lima⁽⁹⁶⁾ e por Afonso Taunay⁽⁹⁷⁾, e o processo que sofreu na Inquisição foi publicado⁽⁹⁸⁾, bem como estudado. Sua obra historiográfica foi examinada por José Honório Rodrigues no primeiro volume dessa obra⁽⁹⁹⁾.

Eduardo Prado estudou profundamente a vida e ação de Manuel de Moraes. Capistrano de Abreu, que o conheceu bem, escreveu que outro assunto de preferência prendeu-lhe e por último fixou-lhe a atenção: “(...) o Padre Manoel Moraes, também jesuíta, natural de São Paulo, missionário entre índios da capitania de Pernambuco, chefe de guerrilhas na invasão holandesa, passado ao inimigo quando este tomou a Paraíba, converso ao calvinismo, emigrado para a Holanda, onde casou e serviu de teólogo à Companhia das Índias Ocidentais, naturalista, tornado ao Brasil ao tempo da revolução pernambucana, preso, mandado à Inquisição e por ela processado.

“Para este livro fez extensas investigações: desencavou em Simancas a correspondência de Matias de Albuquerque, obteve em Roma o *curriculum vitae* de seu herói, enquanto pertenceu à Companhia de Jesus, copiou em Lisboa o processo perante o Santo Ofício, conseguiu diversos escritos inéditos, como uma resposta de Moraes ao *Papel Forte* de Vieira, e uma classificação de plantas brasileiras existente em Leipzig. Não encontrou sua *História do Brasil*, mas dei-

(95) *Op. cit.*, vol. I, p. 334 e 399; vol. II, pp. 16, 31-32, 86 e 91.

(96) *RIHGSP*, 1907, vol. XII, pp. 331-346. Vide A. Batista Pereira, “Eduardo Prado”, in *Digesto Econômico*, 159, V-VI, 196.

(97) *AMP*, t. 2., 1925, 7-49.

(98) *RIHGB*, 1907, t. 70, parte 1, pp. 1-165.

(99) *História da História do Brasil* — 1a. parte, *Historiografia Colonial*; 1a. e 2a. edições, São Paulo, 1979, pp. 442-444.

xou claro que se tratava de uma história natural e não civil; podemos, pois, descansar que não devia ser muito diversa da de Gabriel Soares, dos *Diálogos das Grandezas*, ou do livro de Piso e Marcgrave. Também lhe escapou o *Paradoxo Político* em defesa de D. João IV, de que, apesar de impresso, não se conhece hoje um só exemplar, porque Manoel de Moraes recolheu a edição, segundo parece; mas pela resposta da Caramuel pode fazer idéia exata do conteúdo e apresentá-lo.”

Trata, depois, Capistrano do conteúdo do livro de Eduardo exposto em uma conversação que com ele tivera. Começava “com uma descrição de São Paulo nos fins do século XVI, onde e quando o padre nasceu; transporta-o para o Rio, lugar de seus primeiros estudos; estuda, a propósito da Bahia, onde continuou o sistema de educação e a organização jesuítica da colônia, tal qual se adaptaram às contingências do meio, e a tomada da cidade pelos holandeses; passa às missões do Norte e às guerrilhas pernambucanas; termina, enfim, no Tribunal da Inquisição. Veja V. — dizia com legítima satisfação — uma personagem de nossa história sobre a qual todas as notícias se apuravam em meia dúzia de linhas; agora fica uma das mais conhecidas. O processo contém sobre as Capitânicas do Norte as notícias mais novas e mais interessantes; depõe João Fernandes Vieira, depõe Martim Soares Moreno a quem o padre atribui todas as desgraças e perseguições, por se seu inimigo; depõe o Camarão, declarando depois do combate das Tabocas que tem menos de cinquenta anos, o que bem mostra como andam às tontas essas histórias todas que o dão batizado no tempo das pretensões do Prior do Crato.

“A história do Padre Manoel de Moraes — história porque não se trata de simples minúcias biográficas, mas coloca-o sempre no meio em que agiu —, a história, assegurava, está concluída, dá um volume de 700 páginas do formato da biografia de Nabuco. Um dos fins de sua recente viagem ao Rio era procurar editor que quisesse publicá-la”⁽¹⁰⁰⁾.

Assim terminava Capistrano de Abreu o artigo sobre Eduardo Prado logo após sua morte.⁽¹⁰¹⁾ Um ano antes, aos 11 de novembro de 1900, Eduardo escrevia a Capistrano: “Levo, quase acabada, uma memória sobre o Pe. Manoel de Moraes, que V. achará interessante. Entre os documentos inéditos que sobre esse padre publico, há um extrato dos arquivos dos jesuítas de Roma, com o histórico da vida escolar do padre. Por esse extrato, vejo-o estudando língua latina em Piratininga, em janeiro de 1616. Em janeiro de 1617, aparece como humanista, na aldeia de S. João Batista. Onde fica esta aldeia de S. João Batista? Não me dirá você?”⁽¹⁰²⁾.

(100) “Eduardo Prado”, *Ensaio e Estudos*, 1a. série, Rio de Janeiro, 1931, pp. 345-347; reeditados, Rio de Janeiro, 1975, pp. 233-240.

(101) Primeiro publicado no *Jornal do Commercio* de 5 de setembro de 1901.

(102) *Correspondência*, ed. cit, vol. III, p. 179.

Onde pára esse livro, que devia estar entre os papéis da sua biblioteca, que uma família rica e poderosa permitiu fosse leiloada? O livro estava escrito, pronto, à procura de editor, e alguns anos depois Capistrano se lastimava a Guilherme Studart: “É pena que Eduardo não tenha escrito a história de Manoel de Moraes. A personagem, relativamente insignificante, evoluiu num quadro incomparável”⁽¹⁰³⁾.

Antônio Vieira é uma personalidade que enche o mundo luso-brasileiro colonial e sobre ele e sua ação política e evangelizadora se escreveu uma enorme bibliografia⁽¹⁰⁴⁾.

Eduardo Prado interessou-se muito pelo grande jesuíta, um homem extraordinário, complexo, de uma riqueza humana que dificultava escrever-lhe a vida e a ação. Disse Capistrano de Abreu, no artigo após a morte de Eduardo, que este estava tão preocupado com Vieira que lhe dedicou muitos anos de trabalho: “a história do célebre Antônio Vieira. Nem uma das biografias até ali escritas o satisfazia, a de André de Barros tão pouco como a de Alexandre Lobo ou João Lisboa⁽¹⁰⁵⁾, para elevar-se à altura do assunto julgava preciso conhecer minuciosa e exatamente a história do Brasil e de Portugal e pelo menos nas linhas fundamentais balizar as correntes que simultaneamente conjugavam as águas européias. Isso nenhum dos biógrafos do padre fizera, isto queria fazer.

“Até que ponto levou a obra? A isto respondia: está pronta ou quase; falta-lhe apenas demorar uns quinze dias na Bahia para passar para o livro um pouco da paisagem baiana. Então seria preciso ir também ao Maranhão e ao Pará — disse-lhe. Para o que quero não é preciso.

“Entretanto, pouco a pouco, desprende-se da convivência do grande jesuíta. Entre outros motivos, alegou a decepção de ter encontrado em Cornelio A. Lapede muita coisa que julgara original de seu herói. O motivo real foi talvez outro; aquele vulto complexo e complicado, altamente intelectual, mestre e senhor inexecdível da língua, hoje audaz de espantar, amanhã dócil até a contradição, até o ponto de deixar dúvidas sobre sua sinceridade, não podia ser bem

(103) *Op. cit.*, vol. I, p. 168; carta a Guilherme Studart de 12 de novembro de 1904. O Barão de Studart publicara trechos do processo in “Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará”, *RIC*, t. 24, pp. 215-239.

(104) Vide Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1949, t. IX, pp. 192-363; sobre ele escreveram muitos autores, mas se destacam João Francisco Lisboa, *Vida do Padre Antônio Vieira*, São Luís, 1864-1865, e João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, Lisboa, 2 tomos, 1918-1921; Hernani Cidade, *Padre Antônio Vieira. Estudo Biográfico e Crítico*, Lisboa, 1940, 4 vols. Sobre sua posição historiográfica, vide José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil* — 1a. parte, *Historiografia Colonial*, São Paulo, 1a. e 2a. edições, 1979, pp. 474-489.

(105) A de André de Barros é a *Vida do Apostólico Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, por Antonomásia o Grande ...*, Lisboa, 1746; e a de Francisco Alexandre Lobo é o *Discurso Histórico e Crítico Acerca do Padre Antônio Vieira e das Suas Obras*, Coimbra, 1897.

esculpido por um ortodoxo, porque a cada instante cai dos moldes, violenta-os ou quebra-os; pede um espírito cético, dúctil, desabusado e psicólogo, não um moralista ou um crente”⁽¹⁰⁶⁾.

Assim Capistrano considerava Eduardo inabilitado, pelas suas virtudes, a estudar o grande Vieira. Mas reconhecia que havia vantagens: “O livro de Eduardo Prado teria a vantagem do catolicismo restrito, a que levou também Nabuco e creio que até o Rui”⁽¹⁰⁷⁾. Noutra carta, como a anterior dirigida a João Lúcio de Azevedo, de 16 de abril de 1919, repetia que, para Eduardo concluir a obra, só faltava passar alguns dias na Bahia, para impregnar-se da paisagem baiana, e acrescenta que ele lhe dissera nada ter apurado quanto às missões diplomáticas. “Bem bom foi que desistisse da empresa, porque assim não achou o lugar ocupado”⁽¹⁰⁸⁾. Estranho é que não tenha aparecido o que fez.

6. 12. Outros estudos completados

“O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Novo Mundo, a Segunda das Conferências Preparatórias do Tricentenário do Padre Joseph de Anchieta, Realizada na Faculdade de Direito de São Paulo, em 20 de Agosto de 1896”⁽¹⁰⁹⁾ é um ensaio de grande erudição e rico de interpretação. Estuda os 100 anos que medeiam entre a descoberta da América (1492) e a data da morte de Anchieta (1597), quando, para Eduardo Prado, se decidiu que o cristianismo não desapareceria diante da Renascença pagã. Trata da revolta de Lutero, da situação mundial, e do aparecimento de Inácio de Loiola e da organização da Companhia de Jesus.

Nessa altura de sua vida, quando foi realmente um historiador combatente, lutando pela monarquia, contra a República, contra o militarismo e contra a preponderância americana, tornou-se Eduardo Prado profundamente católico, católico praticante. A conferência revela seus conhecimentos históricos, a força da sua fé cristã católica, seus seis primeiros companheiros, entre os quais Francisco Xavier e o fidalgo português Simão Rodrigues de Azevedo e a aprovação da Companhia pelo papa aos 27 de setembro de 1540.

Escreve que Inácio aprendera teologia e que “os estudos teológicos são uma admirável preparação para a política, pois dão ao espírito uma penetração e uma extraordinária percepção das diferentes gradações da escala da importância e da natureza das coisas na análise das paixões humanas”. O fim do novo Insti-

(106) Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 1a. série, ed. cit., pp. 344-345.

(107) *Correspondência*, Carta a João Lúcio de Azevedo, de 14 de agosto de 1916, ed. cit., vol. II, p. 14.

(108) *Op. cit.*, vol. II, p. 123.

(109) *Collectaneas*, São Paulo, 1906, vol. IV, pp. 93-101.

tuto era “a propagação e a defesa da religião católica, o progresso das almas na doutrina e na prática da vida cristã”.

Depois de mostrar como nasceu e se formou a Companhia de Jesus, Eduardo Prado estuda sua missão no Brasil, que não era outra senão manter no velho mundo as posições conservadas e ganhar a América. A obra da Igreja foi de civilização e humanidade e seus principais operários foram os jesuítas.

Reconhece a brutalidade dos chamados “civilizados” para com os índios: “A história nos ensina, e isso é uma coisa que muito deve diminuir o orgulho da nossa superioridade em relação ao selvagem, que uma razão civilizada, em contato com uma raça bárbara e inferior, revela singulares e inesperados instintos de ferocidade. (...) Já se tem aventado a hipótese de uma enfermidade mental explicadora de crimes praticados pelos civilizados contra os selvagens e absolutória da perversidade dos representantes das chamadas raças superiores contra os indivíduos das raças denominadas inferiores”.

Recrimina Eduardo Prado a crueldade da Espanha para com os indígenas e oculta os crimes dos portugueses, muito maiores, pois os grupos indígenas das nações hispânicas possuem uma sobrevivência, em proporção, muito superior à brasileira. Escreve com chocante parcialidade que os protestantes e os franceses desprezavam os indígenas, quando os franceses, como escreveu Capistrano de Abreu, pela sua boa aliança com as tribos tupis do litoral do Rio de Janeiro foram os únicos europeus que ameaçaram seriamente o domínio português.

Toda a parte sobre a metodologia do domínio colonial está inteiramente superada, além de injusta para com os espanhóis, aos quais acusa de destruírem os primeiros ocupadores da terra, não censurando a ferocidade portuguesa, não contida nem pelos jesuítas, antes por estes muitas vezes aceita, consentida ou desculpada.

Eduardo tem uma falsa colocação histórico-filosófica ao propor temas condicionais, como o de supor o que aconteceria se os holandeses tivessem dominado o Nordeste, e antevê como resultado “uma colônia em que uns poucos brancos seriam tiranos de milhões de índios e de negros”, enquanto que com a colonização portuguesa “vimos a ser nós mesmos, isto é, uma nação e um povo”, arrancando aplausos dos ouvintes, mas esquecendo que a colonização portuguesa matou milhões de índios e escravizou milhões de negros, grande parte deles brutalizados.

O Brasil continua a ser o resultado da vitória de uma minoria branca e educada sobre uma maioria de mestiços de vária espécie e de negros, porque os índios foram assassinados pela colonização portuguesa e pela dominação da minoria branca brasileira pós-Independência.

Já falava Eduardo Prado nessas fantasias de que os portugueses são os europeus que mais e melhor se aliam às diferentes raças e na força e vitalidade

que revelam nos climas mais ardentes. Mas as ex-colônias portuguesas, na década do 1970, libertadas, dirão a verdade dessas extravagâncias interpretativas.

O maior abuso de Eduardo Prado nessa conferência, que era parcialmente dirigida a louvar a ação jesuíta e a colonização portuguesa, foi a afirmação de que somos um povo que não deve sua existência à trucidação de uma raça inteira, devido à catequese dos jesuítas, ao catolicismo dos colonos, que ensinou e abençoou a união fecunda das raças. Ora, quem ler desde os escritos de Nóbrega e Anchieta até aos modernos sertanistas e antropólogos no Brasil, como nos Estados Unidos, verificará que trucidamos a população indígena, com vantagem para os Estados Unidos, que, em face do movimento dos Direitos Humanos, viram crescer de novo a população indígena. Na América Espanhola há países de predominância indígena, ou mestiça-indígena, falando suas línguas, enquanto no Brasil desapareceram povos, línguas, culturas, e o que sobra é um arremedo das antigas populações indígenas, reduzidas a um número insignificante.

Eduardo Prado critica Varnhagen, estranhamente chamando-o de “excêntrico”, e condena sua posição favorável à exterminação dos índios, quando o extermínio foi exercido sem o estímulo de Varnhagen, mas oficialmente e não-oficialmente por muitos desde 1500 até hoje (1980). E, para revelar patriotismo, condena a oposição de Varnhagen ao cabloco, exaltando suas virtudes. Ele é que é o Brasil, o Brasil real, e foi ele quem fez o Brasil — afirmava. O caboclo como “fator histórico não teria aparecido se não tivesse havido a catequese, a redução, o aldeamento, isto é, se a domesticação do índio não tivesse sido feita pelos jesuítas”.

Creio que essa visão deturpa inteiramente o processo histórico brasileiro, pois o caboclo não é filho nem da catequese, nem da redução, nem do aldeamento. Ele é filho natural das circunstâncias históricas e não dependeu nem da colonização portuguesa, nem do jesuíta, pois os dois fatores existiram na África e não criaram semelhante fruto, que só se deu no Brasil contra a política oficial portuguesa em geral e jesuítica em particular. O caboclo é um produto do próprio povo brasileiro, devido à multidão de mulheres índias e negras e à falta de mulheres brancas. A colonização portuguesa não se acompanhou de mulheres brancas senão raramente.

Outro equívoco da conferência é centralizar em São Paulo o movimento da irradiação da descoberta e colonização portuguesa no Brasil, pois desde muito se sabe — e Capistrano de Abreu acentuou — que os quatro centros irradiadores da colonização foram Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente, este depois substituído por São Paulo.

Não há desvirtuamento maior que repetir o erro de Oliveira Martins de que “de São Paulo pôde sair a raça que fez o Brasil; tivéssemos nós tido outro São Paulo, e criaríamos em África outro Brasil”. E, pior ainda, afirmar que “o Brasil foi feito pelos paulistas. Sem eles, a língua portuguesa seria falada apenas numa estreita faixa do território paralelo ao Atlântico”. E segue dizendo

que, se não fossem as invasões paulistas pelo Brasil, o domínio espanhol seria quase total na América do Sul.

Hoje sabemos que em São Paulo não se falava português até a segunda metade do século dezoito, pois era total o domínio da língua geral. Os bandeirantes que promoveram a expansão pelo interior do Brasil não falavam português, e o exemplo talvez melhor é o de Domingos Jorge Velho, que, ao visitar o bispo de Pernambuco, levou com ele um língua (intérprete), “porque não sabe nem se diferença do mais bárbaro Tapuia”, como escreveu o bispo ao rei.⁽¹¹⁰⁾

Essa conferência, apesar de sua erudição, é obra inteiramente superada diante do revisionismo antropológico e histórico, não só porque os conhecimentos históricos e etnográficos avançaram muito, mas também porque é escrita *non ad narrandum sed ad probandum*. Provando só os benefícios luso-jesuíticos.

Nem creio se possa afirmar com ênfase que Rio Branco era, naquela época (1896), “o homem que mais conhece a História do Brasil”, quando se sabe que o conhecimento de Rio Branco, enorme, fabuloso, reduzia-se às questões de limites, geográfico-históricos e militares. A prova é a *Esquisse de l’Histoire du Brésil*, que é meramente factual e político-administrativo-militar, sem nada econômico e social. Quem mais conhecia era Capistrano de Abreu.

A louvação do governo jesuítico do Paraguai merece muitas reservas e é valiosa a bibliografia sobre este aspecto. Seria também um exagero dizer-se que a expulsão dos jesuítas do Brasil fez recuar a civilização centenas de léguas.

Vem, ao fim, a glorificação de Anchieta, que significa a glorificação de nossa história e dos feitos dos nossos maiores. Termina dizendo que a história é feita de reparações salutares e de tardias justiça, mas o que fez Eduardo Prado nessa conferência foi o claro exemplo da história triunfalista, da história dos vencedores, dos dominadores, que é, afinal, a história conservadora, que era a sua.

“Os Espanhóis no Salto do Avanhandava no Século XVI”⁽¹¹¹⁾ é um estudo sobre a obra de D. Felix Azara, fidalgo espanhol que veio ter à América do Sul na qualidade de um dos comissários encarregados da delimitação territorial entre os domínios espanhóis e portugueses. Azara afirmara que os espanhóis penetraram no território hoje paulista até o Salto de Avanhandava e o ensaio de Eduardo Prado contesta alegação de Azara, que falseara o texto de suas fontes. Era um argumento mas não era a verdade, e daí tira uma lição: “A moralidade é que, na História e na Ciência, como na vida, as violências feitas à verdade são sempre seguidas de uma mais ou menos tardia reparação.”

(110) Ernesto Ennes, *As Guerras dos Palmares*, São Paulo, 1938, p. 127.

(111) *Collectaneas*, São Paulo, 1906, vol. III, pp. 145-171.

Seu discurso lido em comemoração à fundação do Instituto Histórico de São Paulo⁽¹¹²⁾ revela algumas de suas idéias sobre a História. Sua concepção da história é conservadora, moralista, tradicionalista. Começa condenando os que desprezam o estudo do passado e escreve que o povo que demonstra esse sentir “está ainda em estado de infantil selvageria, porque, diz Cícero, ignorar o sucedido antes de nós é a nossa condenação a sermos crianças perpetuamente. E de que vale, pergunta ainda o mesmo Cícero, a vida do homem, se a lembrança dos fatos anteriores não ligar o presente ao passado? Afirma mesmo que, entre as coisas incertas deste mundo, a coisa mais certa, com exclusão da morte, é o passado”. E cita Sêneca, que, diante da imutabilidade irrevogável do passado, que nem os deuses tinham o poder de destruir, disse que, “na grande turba inconstante das coisas, só é certo aquilo que já passou”.

Aconselha os homens de ação, dignos de governar e aprender a história, porque o melhor roteiro para a marcha da vida é o conhecimento desse passado. Para ele, não é possível conhecer o país sem saber e sem amar a sua história.

Louva o respeito à tradição e afirma que o “que nos desorganiza, nos avassala e nos barbariza é resultado da ruptura com o passado, dessa lamentável emancipação de sua autoridade”. Ele pensa que o presente é mudança e o patrimônio moral de um povo não pode estar sujeito a essas mudanças. Não lhe ocorre que a mudança é própria da história e não só do presente, nem que o patrimônio moral está sujeito às revisões reparadoras, que ele mesmo aceitou, como vimos.

Cita depois Schopenhauer para o qual sem o conhecimento da História, o homem não sairia da animalidade, estando a história para a espécie humana como a razão está para o indivíduo: “Graças à sua razão, o homem não fica, como o animal, fechado dentro dos limites estreitos do presente visível; conhece ainda o passado, que é infinitamente mais extenso e a fonte donde decorre o presente”⁽¹¹³⁾.

Tira, então, sua conclusão de que “tudo quanto no Brasil for um ato positivo de desprezo pelo passado, ou uma omissão negligente do amor desse mesmo passado, será uma mutilação da consciência nacional, será uma tentativa de barbarização. E, ao contrário, toda a ação, todo o esforço de natureza a estimular o passado será um ato civilizador”.

Depois afirma que, desde a descoberta, nenhum grande fato europeu deixou de ter a sua repercussão no Brasil ou de influir em nossos destinos; por isso defende o ensino da história do Brasil ligado aos acontecimentos da história européia, pois assim o estudante acabaria sabendo não somente a história

(112) *Id.*, pp. 114-144.

(113) A citação é extraída de *Le Monde comme Volonté et Comme Représentation*, Paris, 1890, vol. III, p. 256.

da sua pátria, mas também quase a história completa do velho mundo dos três últimos séculos.

É, portanto, uma história europeizante a que deseja seja ensinada, esquecendo nossos laços indígenas, africanos e asiáticos que, embora vencidos, sobretudo desde a chegada do príncipe regente, são os mais importantes na formação do nosso povo, embora não o sejam os da minoria dominadora.

Eduardo Prado fala na Independência ganha sem sacrifícios, tornando-se, deste modo, precursor da tese dos dois Oliveira, o Lima e o Viana, que sustentaram ter sido a nossa Independência um desquite amigável. Contra essa tese colonialista e aportuguesadora da história de nossa Independência escrevi meu livro *Independência: Revolução e Contra-Revolução*; no qual penso a tenha demolido⁽¹¹⁴⁾.

Seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é um panegírico ao trabalho do Instituto, a obra de patriotismo da instituição e de seus sócios. Sustenta que o feito mesmo do Instituto abrigar-se à época num convento tem um duplo símbolo: o de ter sido a sociedade brasileira uma obra do catolicismo e o do destino ter reservado às suas paredes, desde que se ergueram, a sorte de servir de asilo à paz e ao estudo. Na sala do Instituto havia um ensino perene de patriotismo e ele via na fisionomia das coisas e dos homens uma como que atitude de adoração perpétua da pátria.

E numa vergastada à República, que ele odiava, dizia que o Instituto não era só um templo de patriotismo: “Se a lealdade e a gratidão fossem de todo banidas deste país, deve-se dizer, para honra da raça humana, que encontrariam um abrigo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Eduardo prometia constante dedicação aos estudos de História Brasileira, que foram sempre a sedução do seu espírito. E vinha nova farpa à República: “Separado dos que, bem perto de nós, fazem, por atos, a História, mas não indiferente à angústia dos que sofrem com o mal feito dessa História, voltarei sempre os olhos para o passado longínquo da Pátria, passado que é glorioso e cujo estudo, a mim e a todos, dará sempre a força de que hoje carecemos: a de não desesperar do futuro”⁽¹¹⁵⁾.

6.13. O historiador combatente

Afonso Arinos, ao substituí-lo na Academia Brasileira de Letras, em seu discurso de recepção escreveu que “Eduardo, vivendo no tempo da enchente da democracia, quando a corrente, ou usando de uma frase muito repetida,

(114) Rio de Janeiro, 1976, 5 vols.

(115) *RIHGB*, 1901, t. 64, parte II, pp. 238-241.

outrora, no nosso parlamento, a 'pedra no alto da montanha' já rolava impetuosa; Eduardo, sentindo nesse excesso de liberalismo o perigo da destruição para os poucos elementos mal definidos ainda da nossa nacionalidade; sentindo o risco do naufrágio da tradição portuguesa; vendo de perto o perigo da absorção pela vaga anglo-saxônica; Eduardo, moço do século XX, agarrou-se às tradições do passado, sem temor de ser esmagado no caminho; segurou-se no rochedo da nossa história, viveu nela, morreu fiel a ela, defendendo-lhe as duas principais forças, as suas melhores expressões nos povos da Península Ibérica de que descendemos — a Monarquia e a Igreja.

“O seu monarquismo não era, assim, o que superficialmente, ou segundo os nossos hábitos, por indolência de indagar as causas, chamaram esnobismo, excentricidade elegante, originalidade literária; não era também político, segundo a acção da palavra nas palestras, nos parlamentos e nas gazetas; era mais alto, mais filosófico, mais fundamente social: era o amor da nacionalidade brasileira. Note-se que não digo 'amor ao Brasil' propriamente, porque este crescerá sem nós e a despeito de nós. Tomaram eles, os fortes, os grandes povos que assistem ao chamado desperdício de um continente por aglomerações de incapazes — tomaram eles que nós sejamos postos à margem do governo deste território! Por isso, eu emprego o vocábulo 'nacionalidade' para significar o culto que dedicava Eduardo à forma bruxuleante, ao tipo de formação do brasileiro no Brasil, o tipo que ele conheceu, que ele amou e que ele queria triunfasse na luta das raças ou das nacionalidades.”

Escreve ainda Afonso Arinos que seus escritos foram inquinados de anti-patrióticos, quantas vezes o acusaram de difamador do Brasil. Eduardo repelia seus detratores: “Esta pecha de antipatriotismo é das mais banais e a que com mais freqüência os homens da política atiram uns aos outros nas lutas dos partidos. (...) Antipatriotas nós? É uma injustiça! nós que exaltamos a coragem do nosso povo, a sua energia, a sua constância; nós que temos um imenso amor pela sua história, pelo drama da conquista desta terra; que, com reverência, amamos a nossa raça e tudo que a ela se refere — as lendas da sua vida primitiva, as tradições do seu passado”.

Remata Afonso Arinos ser compreensível que dado esse temperamento de Eduardo, dado esse amor pela história e a tradição brasileira, ele se revoltasse contra o desprezo da história e da tradição, contra o desprezo dos velhos costumes e contra a imitação das instituições anglo-saxônicas da América do Norte ao nosso país⁽¹¹⁶⁾.

Em 1935, Amoroso Lima sucedendo a Miguel Couto — em cujo discurso não fizera referência a Eduardo Prado, mas só ao seu antecessor Afonso Ari-

(116) “Discurso do Sr. Afonso Arinos e Resposta do Sr. Olavo Bilac”, 18 de setembro de 1903, in *Discursos Acadêmicos (1897-1919)*, Rio de Janeiro, 1965, vol. I, pp. 118-150, especialmente pp. 121-126.

nos — disse que “se Arinos foi, para nossa geração, não o romântico de um sertão embonecado, mas o revelador da sua fibra e da sua beleza natural e moral, tantas vezes rude e bárbara —, foi Eduardo Prado, para muitos, o revelador da nobreza e do passado brasileiro. Não tampouco em seu romantismo sentimental, que por tanto tempo vigorara oficialmente, e sim na sua dignidade. Começávamos já a ser invadidos pelo pessimismo histórico, que em Portugal matou o ânimo de uma geração, e que aqui no Brasil quase nos leva ao mesmo diletantismo nacional. Salvou-nos Eduardo Prado, dos dois males iguais e contrários, tanto do farisaísmo histórico como do niilismo do nosso passado. Ensinou-nos o abc do caráter nacional, que é o interesse pela linhagem pátria. E foi restaurar, em nós, o respeito pelos regimens caluniados ou pelos homens esquecidos. Colocou de novo a história de nossa terra em sua tradição católica autêntica, e lutou bravamente, contra todas as suas deturpações. Se Arinos defendia os nossos costumes, lutava Eduardo Prado pelas nossas tradições políticas. Se Arinos nos fez amar o povo rude do sertão, abriu-nos Eduardo Prado o peito aos rudes mestres da obra, portugueses e brasileiros, da nossa casa primitiva. Se Arinos pugnou pelas linhas mestras da alma brasileira, essencialmente cristã, revela-nos Eduardo Prado as diretivas mais autênticas das instituições brasileiras, nascidas da mesma espiritualidade cristã e da mesma tradição ibérica civilizadora, da Monarquia que politicamente erguera o Brasil e da Igreja, que moralmente a formou”.

Com sua sagaz capacidade generalizadora, Amoroso Lima fez um esboço feliz das afinidades de Arinos e Eduardo Prado, e, o que mais nos interessa, das características histórico-políticas de Prado.

Para ele, enquanto Afonso Arinos imortalizou o homem brasileiro nos seus contos sertanejos, Eduardo Prado valorizou ou pôs em brios, nos textos de sua historiografia militante e viva, o homem brasileiro que sofre hoje o que sofre todo homem moderno⁽¹¹⁷⁾.

Aí está a palavra-chave: historiografia militante e viva ou historiografia combatente, como a tenho chamado. E essa razão nos levaria a colocá-lo entre as figuras da historiografia combatente, mas seu combate não era geral, era específico, pela monarquia, contra a república, o militarismo e o americanismo.

Alceu Amoroso Lima, noutro estudo já referido⁽¹¹⁸⁾, acentuou que “foi preciso o choque da República para despertar em Eduardo Prado a fibra do polemista extraordinário, do escritor tão elegante e singelo de estilo, como poderoso em suas sentenças viris e agudo em suas observações psicológicas. Foi a luta contra a ditadura militar que deu firmeza inabalável a uma posição que, até então, se confundia com a atitude paradoxal de um moço rico e nobre que

(117) “Recepção do Sr. Alceu Amoroso Lima, 14 de Dezembro de 1935”, in *Discursos Acadêmicos (1935-1936)*, Rio de Janeiro, 1937, pp. 205-228.

(118) “Eduardo Prado Sempre Vivo”, “Autores & Livros”, suplemento literário de *A Manhã*, 13 de fevereiro de 1944, pp. 91-92, reproduzido in *Correio do Dia*, 23 de agosto de 1951.

defendia a sua casta e os seus privilégios ou, quando muito, pretendia ser um *original*.

“Eduardo Prado entrava, de uma vez e de corpo inteiro, para a luta das idéias e para a glória literária. É bem possível que, se não fossem os acontecimentos, tivesse perdido o seu tempo e o seu talento, em viagens sem rumo, pelos horizontes da terra e do passado.

“Veio a revolução republicana, porém, vieram os ‘bárbaros’. Veio o jacobinismo de vistas curtas. Veio o ianquismo. Vieram a impiedade e o positivismo. (...) No jovem diletante despertou, então, a fibra combativa do bandeirante. (...) E começou então sua carreira agitada de jornalista político e panfletário, sem que jamais perdesse a linha ou desertasse. Revigorou-se seu tradicionalismo. O passado foi, para ele, não um repositório morto de coisas idas, em que mergulhamos para ocupar as horas vagas e vazias, e sim um tesouro vivo de verdades que vão dar ao presente as soluções exatas que lhe escapam.”

Mostra então que, contra o ambiente laico que dominava e que o positivismo tentava oficializar, levantou Eduardo a bandeira de um catolicismo militante e varonil, que iria marcar o renascimento de uma fé que, durante o Império, se deixara invadir pelo sentimentalismo mais verboso e pelo sincretismo mais confuso.

Finalmente, afirma com toda razão Alceu Amoroso Lima que Eduardo Prado escreveu sempre ao calor das circunstâncias, nunca escreveu no ar ou por escrever, mas sempre teve em mira um propósito firme a realizar e um plano seguro a desenvolver: “E foi sempre em torno do Brasil, de seu passado, de seus problemas, de suas perspectivas futuras, que girou a preocupação maior de seu espírito”.

Um autor vivo, presente, nos dias de hoje, sobretudo nas suas páginas contra o militarismo.

6.14. A luta contra a República

Não creio, como Eça de Queirós, que a *qualité maîtresse* de Eduardo Prado tenha sido a curiosidade, idéia que foi sempre repetida pelos seus vários biógrafos e intérpretes.

O próprio Eça de Queirós reconheceu que “Prado concebeu e trabalhou todos os seus livros num momento de urgência, por impulsivo patriotismo, para atacar idéias ou homens de quem receava a desorganização pela força latente de alguma virtude social. Assim, a vitória do jacobinismo político e do fanatismo positivista determinou essas veementes crônicas de Frederico de S., os *Fatos da Dictadura*, que acompanharão, na História, a Ditadura com um silvar decerto amortecido, mas perenemente desagradável de látigo”⁽¹¹⁹⁾.

(119) *Collectaneas*, São Paulo, 1904, vol. I, pp. VII-XXXI.

E logo adiante afirma que todos os seus livros políticos (desde os *Destinos do Brasil*, perfeito estudo de psicologia social)⁽¹²⁰⁾ são, pois, panfletos. E como tal pertencem a um gênero nobre porque grandes homens dele se serviram para grandes feitos. Eduardo Prado é um incomparável mestre do panfleto, tirado com grande poder de dedução, que “quando combate, se torna aquela rede de ferro com que os gladiadores no Circo imobilizavam para a morte os contendores (...)”.

E caracterizava o panfletário político ao escrever que “todos os seus livros são guerras — e ele, intelectualmente — um guerrilheiro. Desde a primeira página ao primeiro frêmito, as idéias alçam seu pendão, as ironias despedem a sua flexa, os argumentos brandem a sua clava, as citações clamam, as cifras silvam — e, na pressa e excitação da lide, tudo rompe, um pouco tumultuariamente, num arranque para avante, contra a coisa detestada que urge demolir”.

Ao escrever que para tudo o faz servir, lutando ou doutrinando, segundo a necessidade da causa santa, e que seus livros são sempre atos intensamente vivos — ora uma hoste em marcha, ora um povo em prece, Eça de Queirós caracterizava Eduardo Prado como um combatente político, um guerilheiro, um lutador, e não um mero curioso.

Mas seus combates, suas guerras, suas lutas se baseiam no seu conhecimento histórico e então, nele, temos um exemplo singular de como a história serve à vida. Eça acentuou seu amor ao passado, sua devoção ao catolicismo; assim, seu horror à República e ao Positivismo tinha base histórica.

Como escreveu Eça, “sem estimar consideravelmente os métodos do Império, Prado amava o Trono Imperial pela antiguidade que lhe davam não os anos, mas a hereditariedade, a continuidade histórica, como ramo mais poderoso e mais frutífero do velho tronco colonial que apodrecera”.

Eduardo Prado abominava o jacobinismo, a violência iconoclasta, a tentativa de destruir a História — que é indestrutível — e tudo isso veio com a República e o militarismo, que ele também detestava. Assim, sua qualidade mestra é a capacidade de lutar por seus ideais, e ele lutou muito e com bravura contra a República pela Monarquia, contra o militarismo e o americanismo.

6.15. *A Revista de Portugal* e os artigos de Prado

Fundada a *Revista de Portugal*, Eça de Queirós, com a colaboração de grandes nomes portugueses, convidou vários escritores brasileiros, entre os quais

(120) Referência vaga de Eça a um artigo de Eduardo Prado na *Revista de Portugal*, antes da proclamação da República e dos seus *Fastos*. Vide, a propósito, Jorge Pacheco Chaves, “Destinos Políticos do Brasil”, monografia inédita apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1975.

Rio Branco, Eduardo Prado, Domicio da Gama, para colaborarem. Eduardo mandou seu primeiro artigo, “Destinos Políticos do Brasil”, que foi publicado no quarto número de outubro de 1889, não incluído nos *Fastos da Ditadura Militar* e, por isso, esquecido e relegado. O artigo foi citado por Eça como se fosse um panfleto autônomo, no famoso artigo sobre Eduardo publicado na *Revista Moderna*, em julho de 1898 e reproduzido nas *Coletâneas*⁽¹²¹⁾.

6.16. *Destinos Políticos do Brasil*

O ensaio de Eduardo Prado escrito em outubro de 1889, um mês antes da proclamação da República, é uma análise muito sólida e sagaz da política brasileira, uma compreensão viva e penetrante do caráter nacional e, mais ainda, um prognóstico realista do destino do Brasil naquelas vésperas de acontecimentos tão graves. Importa lembrar que sua visão é profundamente reacionária, mas como pensamento reacionário foi muito lúcido e significativo. Não conheço na literatura política brasileira obra de pensador, feita à época, com tanta acuidade.

Creio que, sentindo a gravidade da situação da monarquia no Brasil, Eduardo Prado quis, com seus conhecimentos históricos, fazer à minoria dirigente brasileira, monarquista ou republicana, uma séria advertência sobre os perigos que ameaçavam o Brasil na sua unidade e integridade. Este era o sentido do seu ensaio. Mas ele chegou tarde, quando a conspiração ia longe demais para fazê-la parar e os conservadores e liberais monarquistas estavam paralisados pela abolição da escravatura.

O que ele não disse e já havia, era a cisão da minoria dominante, a única capaz de fazer transformações formais de regime, que não atingem a estrutura básica do sistema. Esta tinha sido atingida pela abolição da escravatura do sistema de trabalho, que deixava de ser baseado no escravo para ser feito pelo homem livre. A transformação — o último país a realizá-la no mundo — revelou a lentidão do processo histórico brasileiro, aspecto muito acentuado pelo autor, o que tanto tenho tentado mostrar em meus estudos histórico-políticos.

O ensaio começa com a dupla interrogação a respeito da sobrevivência da monarquia e da unidade brasileira. Portanto, ele considerava que, extinta a monarquia, era provável que a unidade se desintegrasse. E seguia indagando sobre a questão republicana e federativa, as aspirações de parte da minoria, que buscava nos quartéis o apoio da força para decidir a questão. Falava, então, em traços controvertidos do caráter nacional, tais como “a inconsistência do moderno caráter nacional em terra tropical” — uma hipótese muito discutível, mas cara, atualmente, a Gilberto Freyre — e “na falta de persistência nervosa na massa da população brasileira e nas classes capazes de dirigi-la”.

Nenhuma das teses me parece válida, mas valiam para ele, que ligava esses traços às reações lentas do povo brasileiro. Achava que falar em pensamento

(121) São Paulo, 1904, vol. 1. Vide *Destinos Políticos do Brasil*, de Jorge Pacheco Chaves.

nacional era entrar no domínio da adivinhação, já que são grandes as contradições desse pensamento, ou então seria obrigado a negar a existência de todo e qualquer pensamento, o que não ousaria sustentar, embora fosse o reconhecimento de que a idéia conservadora e liberal no Brasil estava esgotada. Se assim fosse, ele deveria perceber que as correntes do opinião republicanas, federativas e positivas significavam uma renovação do pensamento de parte da minoria brasileira.

Para responder a essas perguntas seria necessário avaliar as forças ativas de destruição e as forças resistentes de conservação da sociedade brasileira naquela época. Essa questão lembra-me o famoso discurso de Nabuco de Araújo, quando em 1869 — trinta anos antes — lembrara, no Parlamento, que “diz a história política que há tempo em que o povo vê indiferente os seus Parلامentos caminharem para o exílio, como há tempo em que o povo, como acordando do letargo, arrasa as Bastilhas e o despotismo que elas significam”⁽¹²²⁾.

A idéia republicana resumia todas as idéias destrutivas e para estudá-las era necessário “conhecer os seus partidários e conhecer o seu fundamento na lógica da história brasileira”. O fato culminante da existência política brasileira, a anomalia inicial, a que se prendiam todas as inconseqüências da vida política brasileira, estava em que, desde a Independência, houve imensa desproporção entre o estado da civilização nacional e as aperfeiçoadas instituições dadas ao país.

Quer dizer, a minoria havia dado à maioria despreparada, deseducada, negra, índia, mestiça, doentia, instituições tão aperfeiçoadas que ela não podia compreender, nem sustentar. Para mim, isso é puro elitismo, sempre pisado e repisado pelos grandes reacionários brasileiros. O povo não está à altura da sua elite, quando o certo é o oposto: a minoria não compreende seu povo; e cabe ao povo repudiá-la, porque nenhum país pode subsistir sem povo, mas o povo pode mudar de dirigentes.

Eduardo Prado insistia neste ponto: as instituições são superiores ao povo. E, para reforçar seu argumento, afirmava este sofisma: “(...) nenhum país dotado de um governo livre apresenta tão grande número de qualidades moralmente negativas quantos são no Brasil os analfabetos, os rústicos isolados no interior e os representantes das raças inferiores ainda não extintas ou anuladas pela absorção da raça civilizada.

“E a prova mais forte que a das estatísticas estava em ter sido a sociedade brasileira a que foi mais tempo compatível com a escravidão, só por último abolida há apenas um ano.”

Ora, quem manteve essa instituição, tão nociva quanto o colonianismo, ambos responsáveis pelo nosso subdesenvolvimento, foi o povo brasileiro, contido sob a mais férrea repressão, a massa escrava, cujas aspirações eram consi-

(122) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo, São Paulo, 1936, t. II, p. 102.

deradas sinistras pelos responsáveis pelo governo, deseducado por uma administração que desprezou a educação e a saúde, e não lhe deu as prioridades devidas, ou pela minoria dominante, mesquinha, unicamente voltada para seus interesses pessoais.

Quem criou com seu trabalho esse país? Quem devia ter o necessário e não teve? O sofisma de Eduardo Prado não resiste à mais leve oposição, pois seus fundamentos históricos são resultado de uma seleção factual dos historiadores dos vitoriosos. O povo brasileiro não é responsável senão pelo trabalho e pela construção do Brasil, apesar de todas as adversidades, e a direção nacional coube sempre a uma minoria dominante que usufruiu o país.

Examinava, em seguida, a questão de que o desenvolvimento brasileiro não suporta mais a monarquia constitucional representativa — e tal é a opinião republicana. Combate esta idéia, sobretudo a tese da simetria geográfica republicana americana. Manifesta-se contrário à uniformização política do continente em face de um mero acidente geográfico. Rebateu todos os manifestos, circulares, discursos e outros documentos republicanos, dizendo que eles se resumem em afirmar que a República é uma forma mais adiantada de governo e a vantagem da americanização do país.

Voltou a usar o argumento da inação popular, declarando que o povo é estranho à agitação republicana e que, se por acaso ele vier a agitar-se, é de temer que seja num desvario inconsciente. Afirmou que a inação, a não-interferência do povo, das grandes camadas da população brasileira, fora sempre observada. E citava como exemplo o quadro de Pedro Américo, *A Proclamação da Independência do Brasil*, no qual se retraiu o fato com toda a verdade e toda a filosofia. Nele aparecem, num canto, um homem de cor guiando um carro de boi que arreda os animais da estrada e olha admirado o grupo militar ao longe, destacando-se no fundo iluminado de uma tarde que cai sobre a paisagem melancólica, um homem do campo, um *caipira*, que retém o passo à cavalgadura e, voltando tranqüilamente o rosto, vê, de longe, a cena que não compreende. E afirma, então, enfaticamente que “esses dois homens são o povo brasileiro, o povo real, a maioria da população que não participou da Independência e muitos menos tomou parte da agitação republicana promovida em nome dele”. Repetiu Eduardo Prado nesse trecho a tese da não participação do povo na Independência e nos grandes acontecimentos históricos. É uma tese elitista, que tem sido desmentida pela revisão histórica atual⁽¹²³⁾, e que se liga à tese da incruza do processo histórico brasileiro, que tentei também desmitificar⁽¹²⁴⁾.

Se em vez de citar Pedro Américo, Eduardo Prado tivesse consultado a História do Brasil não-oficial, teria sentido como nosso solo foi encharcado

(123) Vide José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Rio de Janeiro, 5 vols.

(124) Vide José Honório Rodrigues *Aspirações Nacionais*, 1a, ed., São Paulo, 1965; 4a. ed., Rio de Janeiro, 1970. Ver também *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965.

de sangue de patriotas que se revoltaram, somente no período nacional, desde 1822 a 1848-1849, e foram sempre derrotados. Nunca no Brasil nenhuma revolução de caráter popular foi vitoriosa e a própria Independência trazia, no seu bojo, a contra-revolução que, afinal, é a triunfante.

Reconheço apenas que nenhuma ideologia atraiu o povo, nem a republicana, e nisto, só nisto, Eduardo Prado estava certo. As revoltas do povo brasileiro, a ação revolucionária, existiram por motivos de repressão, de miséria, de carestia, na luta pela sobrevivência.

Atribuiu então a uma minoria de descontentes, de desclassificados e, sobretudo, culpa os bacharéis — os porta-vozes do escravista despeitado — como os responsáveis pela agitação republicana, o que também é uma visão excessivamente idealista, parcial e facciosa. Esqueceu que o poder era e é um círculo de ferro, e que mesmo os membros da classe dominante têm de recorrer à força para fazer parte dele e o usufruir.

Retratou bem o funcionamento do sistema parlamentar no Brasil e afirmou que nenhum partido conseguiu o poder ganhando eleições: “No Brasil — escreve Eduardo Prado — o sistema é mais simples. O Imperador designa o partido que tem de estar a governar o país até o mesmo Imperador dar de novo esse agradável encargo ao partido oposto. Até hoje, apesar das leis eleitorais as mais livres, de todos os protestos dos patriotas, ainda não foi possível a vitória eleitoral da oposição, às vezes até excluída da câmara dos deputados. A força das coisas e a fraqueza dos homens, mais do que a vontade do soberano, entregaram ao Imperador a missão singular e perigosa de fazer a opinião pública, desde que esta não existe”.

Sustentou que essa anomalia persistiu desde o começo do governo de D. Pedro II e tem poupado ao país as revoluções, mas tem originado males latentes e visíveis: “Os partidos estão convencidos da inutilidade de todos os seus esforços pela conquista do poder, se em socorro deles não vier a intervenção imperial”. O imperador é o único eixo do Estado.

Para ele, aí estava a força e a fraqueza do governo monárquico. Reconheceu que a maioria do eleitorado votava sempre com o governo, pois não foi educado na época própria. Achava que a imprensa tem uma influência muito superior ao seu merecimento.

Dizia ser temerário afirmar que a agitação republicana não seria capaz de chegar aos seus fins, sobretudo porque “o Brasil é na realidade um país disciplinado. Como Portugal, ele foi formado socialmente debaixo da disciplina da Igreja e teve dois séculos de ensino dos jesuítas. A Igreja perdeu a sua autoridade, os jesuítas desapareceram e ninguém os substituiu. No Brasil não houve nem a força das tradições, nem a disciplina do puritanismo, nem a militar, e além disso a escravidão tornou a idéia e o sentimento do dever social da obediência coisas semelhantes e repulsivas”.

Os republicanos, numa monarquia livre, estão buscando nas intrigas militares sua ação revolucionária, e ao Imperador, dizia ele, talvez repugne a repressão material.

Declara ter indicado as probabilidades de sucesso com que podia contar a causa republicana. “As forças dessa causa correspondem a grandes fraquezas nacionais. A indisciplina geral, a artificialidade da educação, a organização ainda caótica da economia social e a insubordinação do exército são os grandes elementos da esperança republicana e os fundamentos da sonhada nova ordem de coisas.”

A missão que a história e a fortuna destinaram ao Brasil é, em relação aos povos da América espanhola e meridional, ser predominante na vertente atlântica do continente e, em relação a si mesmo, o ideal da nacionalidade é o rápido povoamento do território, o da utilização imediata dos recursos naturais e o da criação de um grande meio para as futuras gerações.

Um *desideratum* de grandeza fundado numa população civilizada e forte, prosperando pelos recursos utilizados de um vasto território, ainda está longe de sua solução. Mesmo porque ele reconhece a lentidão do desenvolvimento brasileiro. O Brasil ainda era um país retardatário.

O dever dos conservadores, como ele, era o de fortalecer o organismo nacional robustecendo as articulações, dando liberdade às províncias, o que não significa destruir a unidade do Império, antes era a higiene política e social, era dar à vida do país plenitude, inteireza, vigor e duração.

Condenou o caudilhismo dos generais pró-república e declarou que o caudilhismo acabara na Argentina, sem ver que existia no Rio Grande do Sul e daí iria infectar o Brasil, como procurou mostrar mais tarde, em 1900, em seu inesquecível estudo, “Sobre a Colônia do Sacramento”, Capistrano de Abreu.⁽¹²⁵⁾

Um dos melhores trechos do seu estudo é quando retratou o caráter nacional: “O brasileiro, porém, tal qual ele começa a se desprender de sua formação etnográfica, tem a sensibilidade da raça africana, a paciência do índio temperando a força do português que ele mesmo é, um calmo ao lado do espanhol. Poderão exprobar-lhe o ser talvez incapaz de entusiasmo prolongado, avesso a todo fanatismo, mas o que ele é, na verdade, é um oportunista de instinto que, ao contrário do francês, não pretende a glória de bater-se por uma idéia. Faltou à nação brasileira uma idade heróica; a independência, a liberdade, ele não as conquistou na luta e no sofrimento e o brasileiro não tem por elas a ardente idolatria de outros povos, porque as coisas valem o preço do sacrifício que custaram. Um povo assim formado, ateito aos compromissos e às condescendências, tem, nesses mesmos defeitos aparentes, verdadeiras qualidades para uma expectativa e uma conformidade que o tornam capaz de vencer com o tempo dificuldades contra as quais outros se revoltariam inutilmente”.

Ao final, louvou a Monarquia, “isenta de funestas responsabilidades que hoje lhe dá o encargo inteiro da nação, e que será a representação suprema

(125) *Ensaios e Estudos*, 1ª série, 1ª ed., Rio de Janeiro, 1900. pp. 55-87

da pátria, a magistratura que ninguém disputará, será a ordem, a paz e a unidade, assentando sobre a base larga e firme da união de províncias fortes e não fracas ou descontentes como hoje”.

6.17. Os *Fastos* da Ditadura Militar

Já sabemos que os *Fastos* foram primeiro publicados na *Revista de Portugal* e já examinamos o artigo “Destinos Políticos do Brasil”, uma antevisão dos acontecimentos que nos mês seguinte ocorreriam, e que não foi incluído nos *Fastos*, editados em 1890. Estes continham seis artigos publicados na *Revista de Portugal* de dezembro de 1889 a junho de 1890. Os seis artigos denominavam-se “Os Acontecimentos do Brasil”, “Ainda os Acontecimentos do Brasil”, “Fastos da Ditadura”, “A Ditadura no Brasil”, “As Finanças e a Administração”, “A República Brasileira”, sem incluir um sétimo, cuja existência foi revelada pelo estudo de Jorge Pacheco Chaves, apresentado ao Instituto Histórico.

Na introdução, Eduardo Prado afirmou ter escrito seis artigos⁽¹²⁶⁾ na *Revista de Portugal* “contra as práticas adotadas pela ditadura militar e republicana no Brasil e em oposição às teorias liberticidas sustentadas pelos amigos da mesma ditadura”. Dizia-se aplaudido com as cartas vindas de todos os pontos do país e agradecia as aprovações numerosas que recebia, mas dizia não precisar de incentivo, “pois tinha a seu favor uma força muito alta e nobre: a da consciência ao serviço da Justiça”.

Refuta o argumento usado por todos os dominadores que, ao atacar a ditadura, ele difamava o Brasil. Eduardo Prado sabia que os ditadores não são o Brasil e nem sempre o governo se identifica com a nação e com a sociedade. Para ele, o Brasil monárquico “graças a sessenta e cinco anos de paz, de ordem e sobretudo de liberdade, abriu para si um grande crédito na opinião universal”. Chamava os republicanos de “usurpadores transitórios”, dizia defender o oprimido, acelerar a era da sua libertação, e estava convencido de que a História coroaria o nome dos amigos da liberdade. Finalizava a introdução escrevendo que ele, com suas linhas, “defendia a liberdade e a civilização do Brasil”.

No primeiro capítulo, “Os Acontecimentos do Brasil (Dezembro de 1889)”, comentava as notícias telegráficas sobre a queda da monarquia e a implantação da República, a posição do exército e o Partido Republicano, as prisões e deportações, o perigo da divisão nacional, os serviços de D. Pedro II e a incerteza do futuro.

(126) Foram oito, com os “Destinos” já referidos e o sétimo não incluído.

Investia contra o utilitarismo positivo que dominava todas as idealidades políticas, acentuava a infiltração republicana no exército, “esquecido, mal organizado, mal instruído, e mal pago”, e dizia que o acordo das duas forças, a ideológica republicana e a militar, fora fatal e lógico. Condenava as prisões de José do Patrocínio, João Alfredo, Gaspar Silveira Martins, o banqueiro Mayrink Veiga, o Conselheiro Cândido de Oliveira, Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Carlos Koseritz e vários outros, bem como censurava as adesões.

O governo provisório, dizia, pelo que anunciou se parecia até certo ponto com o governo imperial. Não alterou o regime financeiro, nem o econômico e social. Mantinha o funcionalismo, abençoava-se por um arcebispo, mantinha o sufrágio universal (sem os analfabetos) e só mudava o nome das províncias para estados. E “portava e prendia quem mostrasse opinião contrária à do povo, do exército e da marinha. Se não há mudanças, não há rutura, não há revolução. A República é, assim, o fruto de um golpe militar, que mudava apenas a parte formal do governo”.

Revelava grande temor pela quebra da unidade nacional e com sua paixão monarquista afirmava que “a única figura grande, a mais nobre personalidade é a do Imperador destronado, contra quem o manifesto revolucionário do governo provisório nem uma só acusação ousou formular e nem uma só queixa articulou”. “Caiu”, afirma, “pelo excesso de algumas virtudes que hão de imortalizá-lo”. Como se vê, desde José Bonifácio e D. Pedro II são as virtudes e não os pecados que derrubam.

Nesses estudos, Eduardo Prado mostrava como D. Pedro II cuidou que o Brasil fosse uma sociedade e não um quartel, e que a monarquia conseguiu evitar a brutalidade da desordem militar, formando e firmando a preponderância do elemento civil. Preservou a paz interna, restando a caudilhagem, que ressurgiu com o militarismo republicano.

Prado atacava as finanças republicanas de Rui Barbosa e descompunha o governo pela supressão da imprensa, sobretudo as comissões militares que reprimiam o delito de expressão. Como em todos os regimes militares, absolutos e ditatoriais, as comissões militares de exceção foram o recurso, desde a Independência aos nossos dias, para evitar os que escrevem contra os detentores do poder.

O uso imoderado de meios opressivos tornava a imprensa nesses tempos submissa, cortesã, cativa, e, na fortaleza de seus ataques, Eduardo Prado chamava os jornalistas de “rebanho encarcerável ou fuzilável à vontade, e que só se mantém livre e vivo, com a condição de elogiar, de elogiar ainda, de elogiar sempre”. A supressão da liberdade e o estabelecimento da censura⁽¹²⁷⁾ mereceram a repulsa de Eduardo Prado, que lembrou que D. Pedro sempre garantiu e sustentou a mais completa liberdade de imprensa.

(127) Eduardo Prado, *Anulação das Liberdades Políticas*, São Paulo, 1897.

Os *Fastos* constituem um livro forte, de grande inspiração imperial, contra os abusos do militarismo republicano, igual a todos os militarismos e a todas as formas arbitrárias de governo. Na hora da formação da República, eles descreviam com todo o rigor crítico a situação política:

“Todas as instituições representativas estão abolidas. A liberdade do cidadão está confiscada. Hoje no Brasil não há tribunais, não há leis que protejam o indivíduo contra a violência quando ela vem do governo. O cidadão é preso, deportado, sujeito a todas as agressões oficiais, sem ter recurso nenhum contra elas. O poder armado dos soldados e marinheiros não tem outro limite, além da sua vontade. É o regime da suspeita, da delação, as cenas de perseguição política, cidadãos eminentes transportados pelas ruas entre as baionetas, espetáculos desconhecidos da população brasileira, tudo mostra que está destruída a civilização política do país.”

O Brasil se inclinava, então, para o quadro político-militar-ditatorial da América. Para Eduardo Prado a destruição do regime constitucional representativo era uma vergonha que humilhava o país, à época com uma população de 14 milhões. Ridicularizava chamar ao Brasil de Estados Unidos e dizia: “(...) os únicos Estados Unidos que na história corresponderão sempre à idéia de liberdade, de dignidade e de força moral são os Estados Unidos da América do Norte. E por isso a imprensa daquele grande país tem mostrado o maior desprezo pela aventura jacobino-militar do Brasil”.

Sua argumentação era forte e repetitiva, sempre acentuando a usurpação do poder, a falta de representação e a tirania militar, e, a princípio, a necessidade de uma Assembléia Constituinte.

Dizia que separaram a Igreja do Estado, mas a positivista possuía todos os foros e privilégios da religião oficial. Afirmava que, se o Brasil não saísse da tirania militar, convenceria o mundo de que não era digno da liberdade que gozou durante 60 anos: “As instituições liberais, a segurança individual, a liberdade de pensamento, a paz, a tranqüilidade que o distinguiam na América do Sul parecerão então resultados fictícios e transitórios”.

No terceiro *Fastos* (fevereiro de 1890) continuava sua investida contra a República e o militarismo: “No Brasil não houve sangue nem haverá metralha; a anarquia não é popular, a revolta não saiu da população. Os revolucionários foram uns trezentos oficiais do exército e da armada, os anarquistas foram os generais e coronéis”⁽¹²⁸⁾.

Para ele, o soldado brasileiro que na Guerra do Paraguai mostrou uma bravura tão constante, uma abnegação tão comovente nos maiores sofrimentos, tinha ainda, àquela época, as mesmas qualidades; mas como não fora boa a direção dada a essas qualidades, o oficial novo é de um tipo bem diferente do antigo. Este sufocou revoltas, sustentou a honra brasileira e defendeu a ci-

(128) *Fastos*, ed. cit., p. 54.

vilização, destruindo as ditaduras militares de Rosas e Lopes. O oficial novo bacharelou-se, politizou-se; o grande erro de D. Pedro II foi ter permitido essa formação militar que o tirou do quartel e o levou à política.

Arremete contra a política externa de Quintino Bocaiúva, sobretudo na Questão de Palmas, na qual propôs ceder metade do território contestado, o que foi felizmente impedido e mais tarde conquistado todo o território pela competência e perícia do Barão do Rio Branco.

Mostrou ser uma fantasia a decantada fraternidade americana, com as agressões dos Estados Unidos aos países latino-americanos, as lutas entre Chile, Peru e Bolívia. Apontou os conflitos de interesse entre o Brasil e a Argentina, e afirmou que, quando esta se libertara do militarismo e progredia, o Brasil iniciava o militarismo: “O militarismo político é arbitrário, é despótico, é agitado, é destruidor da confiança e da liberdade e só existe quando o exército não possui disciplina. O militarismo é ruinoso e, quando não tem por fim defender a pátria contra o estrangeiro, mas só visa à conservação de uma tirania proveitosa, é o mais desmoralizador dos regimes”⁽¹²⁹⁾.

A ditadura republicana-militar foi tão forte que Deodoro quis nomear seu sucessor Rui Barbosa — prerrogativa que o papa não tem e o czar não tinha, mas que, tendo Deodoro fracassado, o Brasil veio a ter o mais forte e duro militarismo político que conheceu até 1964.

O quarto *Fastos* versa sobre os tratados diplomáticos e do crédito financeiro, e objeta ao regime, à lisonja, à degradação, ao nepotismo que o caracterizavam. Para ele, faltavam ao governo ditatorial-militar duas condições essenciais de vida normal dos povos civilizados: a liberdade para os cidadãos e a sanção popular para os atos do governo.

A ditadura não sabe governar no sentido civilizado da palavra; isto é, dirigir a mesma nação, facilitando-lhe a realização eficaz de seu destino — coisa que a ditadura jamais conseguirá.

Eduardo Prado é vigoroso, veemente, severo no julgamento: “A ditadura” — escreve ele — “é o enfraquecimento nacional porque é o regime em que o poder pode tudo e em que o cidadão nada vale. A certeza de que nada é impossível a quem tem o mando é a noção mais deprimente e corruptora que um povo pode aprender. Não há caráter nacional capaz de resistir à ação dissolvente desta idéia. A ditadura instalada é sempre a mestra do aviltamento, a escola da delação e da perfídia, a realização da imagem bíblica — cadeira de pestilência (...) E a geração criada sob a ditadura esquecerá para sempre os deveres da liberdade.

“O poder nos países civilizados tem a norma inviolável que é a lei, expressão da vontade geral: o poder nos países bárbaros não tem outro limite senão a própria vontade do mesmo poder, que pode ir até onde chegar a paciência

(129) *Id.*, p. 85.

ou a fraqueza passiva dos governados. A lei é a força harmonizadora das sociedades; o arbítrio é o desequilíbrio e a contradição”⁽¹³⁰⁾.

Prado denunciava fuzilamentos, tormentos, torturas na implantação da ditadura republicana-militar. Desenvolvia seu combate à diplomacia de Quintino Bocaiúva, realmente uma fase negra da política exterior brasileira⁽¹³¹⁾, enganando-se ao afirmar que os Estados Unidos foram os últimos a reconhecer a República, quando foram os primeiros, como o haviam sido em relação à independência⁽¹³²⁾.

Atacava muito a política financeira de Rui Barbosa e revelava a depreciação dos fundos brasileiros. Criticava a indisciplina militar que, segundo a lição de Benjamin Constant, se julgava no direito de mudar o governo à sua vontade e o povo, excluído do governo, não tinha nenhuma responsabilidade, senão a de pagar as despesas. Investia vigorosamente contra Benjamin Constant, examinando suas teorias e argumentos, e aponta seu proveito e vantagens, revelando sua pequenez diante dos grandes ministros da Guerra como Caxias, Osório, Porto Alegre.

Escrevia ter tomado a triste tarefa de escrever os fastos da ditadura brasileira julgando “prestar um serviço à causa da liberdade tão comprometida no Brasil. Esta causa não pode ser indiferente a nenhum pensador: todos que têm pelo Brasil o grande amor que a pátria inspira, e todos que nele admiravam o desenvolvimento da sua livre civilização, sofrem naturalmente com o eclipse atual que a liberdade lá sofre”⁽¹³³⁾.

Enfim, advertia ao militar unido aos revoltosos republicanos que pesasse bem suas responsabilidades perante a pátria, e a civilização, e clamava para que se restaurasse a liberdade, pois só ela poderia salvar a unidade, o crédito, a honra do Brasil.

No quinto *Fastos* cuidava das finanças e da administração, defendia a elaboração imediata de uma Constituição, revelava o descrédito financeiro brasileiro na Europa, discutia a criação do Banco dos Estados Unidos do Brasil, recriminava as violências que continuavam em prática e mantinha a crítica ao governo militar absoluto, sem nenhum controle, nem sequer o de um conselho de Estado. O governo absoluto-militar-ditatorial republicano era a desordem contra o progresso, era o domínio da opereta e não da História:

“Os homens públicos brasileiros” — escrevia Eduardo Prado — “aprendiam outrora nas instituições parlamentares inglesas e no regime livre dos Estados Unidos. Hoje, os ditadores brasileiros estudam na anarquia da Colômbia, nos anais revolucionários da Venezuela, nas crônicas lamentáveis dos maus

(130) *Id.*, p. 108.

(131) *Id.*, p. 144.

(132) José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, *op. cit.*, vol. V, pp. 161-174.

(133) *Id.* p. 160.

tempos da Espanha”.⁽¹³⁴⁾ E logo a seguir, defendendo a convocação da Assembléia Constituinte, ele sustentava: “O povo brasileiro só tem uma certeza: a de estar vivendo sob o domínio dos militares que não ouviram o povo para mudar o governo do país, e de jacobinos que insultam o povo *bestificado* (como disse o ex-ministro Aristides Lobo) ou que francamente declararam que o povo não é capaz de eleger uma constituinte decente, nem essa Assembléia será capaz de cumprir a sua missão”⁽¹³⁵⁾. Sempre os mesmos argumentos, ontem como hoje (1980).

Lembrando que a ditadura republicano-militar tem suas praxes e estilos idênticos, por toda a América, despreza o povo, constituído de ignorantes e indiferentes, e usa tribunais militares para julgar civis, e surgiu de pronunciamentos militares inexistentes no reinado de D. Pedro II, afirmava que a liberdade de imprensa tinha na República garantias menos seguras e menos eficazes do que lhe dava a Monarquia. Os jornais estavam ameaçados ou suprimidos e a primeira e mais eficaz garantia da liberdade das urnas era a liberdade de imprensa.

A ditadura militar é corrosiva, destrói o caráter, elimina a opinião pública, impede a crítica, sem a qual não há progresso, e ameaça a própria existência nacional pelo divisionismo que a singulariza: “Uma revolução do povo pode ser uma coisa nobre e grande; uma revolução exclusivamente militar é, para os países civilizados e livres, uma monstruosidade”.

Volta a examinar — o livro se repete muito pela feição jornalística de seus artigos — a posição dos capitalistas diante da situação financeira, o descrédito no estrangeiro, os abusos cometidos por Rui Barbosa, e compara a República com o Império: “Nos tempos da liberdade parlamentar no Brasil um ministro que tão caprichosamente dispusesse assim do dinheiro do Tesouro cairia debaixo da condenação inevitável da representação nacional. Hoje, suprimida a liberdade e instalado o absolutismo, não há recurso algum contra um ministro cujos atos, pela sua inconseqüência, seriam somente do domínio do teatro cômico, se alguns deles não roçassem pelo código criminal. A ditadura pode sustentar a execução das leis, deixar de lado o código. Não pode porém conter a risada universal”⁽¹³⁶⁾.

A República dos militares inovou muitos males. Desde a Colônia, o Senado da Câmara dispunha sobre impostos e a noção primordial de governo civilizado é a de que só o povo, por meio de seus representantes, tem a faculdade de criar impostos. Foi assim em 1889, até a constitucionalização do país. Veio a não ser assim na ditadura de Vargas, sustentada pelos militares, culminando com a contra-revolução de 1964, quando qualquer general ou coronel aumenta tarifas a seu gosto: “A ditadura não se limitou no Brasil a atacar a liberdade

(134) *Id.*, p. 182.

(135) *Id.*, pp. 202-203.

(136) *Id.*, p. 206.

de pensamento, e a apoderar-se da fazenda pública com detrimento do crédito e da fortuna nacional. A usurpação do poder, por meio da revolta da tropa, teve como consequência o desprestígio do direito e a insolência da força.⁽¹³⁷⁾

“A concentração de todos os poderes nas mãos de meia dúzia de indivíduos, renovando o absolutismo, num país que já teve durante 65 anos o governo constitucional representativo, é um retrocesso fatal na civilização política”⁽¹³⁸⁾. Que poderiam fazer os brasileiros, quando “uma parte do exército resolveu servir-se, contra a liberdade, das armas recebidas da nação para defesa da honra nacional e das livres instituições juradas?”⁽¹³⁹⁾.

O Brasil foi então uma nação conquistada por parte do seu próprio exército, e Eduardo Prado cita o exemplo do filho de Osório, Manuel Luís da Rocha Osório, que na ordem do dia entregue ao seu sucessor, em 18 de novembro de 1889, em Bagé, escreveu: “Se o exército e armada, no posto de honra em que se colocaram, em lugar de esperarem o santo e a senha dos nossos concidadãos, tiveram a anti patriótica pretensão de governar a pátria querida pela força de seus canhões, das suas baionetas e das suas lanças, o coronel do 5º Regimento de cavalaria deixará de ser soldado para ser cidadão”.⁽¹⁴⁰⁾

O sexto capítulo, “A República Brasileira”, repisa os fatos, repete argumentos, critica as atitudes e ataca, com a maior veemência, a ditadura militar-republicana, de inspiração positivista, e financeiramente tão mal dirigida por Rui Barbosa, desmoralizada pela ignorância do Marechal Deodoro e pelo “sábio inédito e militar pacífico” Benjamin Constant, que nunca escreveu um livro e jamais desembainhou a espada.

“Em todos os países cultos e livres aprende-se nas escolas que todos os poderes são delegações da nação, que o povo é soberano e governa-se a si mesmo por meio de seus representantes livremente eleitos. À geração nova no Brasil, a ditadura está ensinando que o exército e a armada têm o poder de destruir e de constituir governos, aviltante monstruosidade que envenenará por muitos anos a consciência nacional”⁽¹⁴¹⁾. Uma profecia exemplar, pois daí em diante o exército ou parte dele se intrometerá indevida e ilegalmente na vida política brasileira, e teremos as novas ditaduras abertas ou disfarçadas, cada uma pior que a outra. “No mundo civilizado” — acrescenta Eduardo Prado — “não há duas opiniões sobre a imoralidade clamorosa do militarismo político. Poderíamos fazer citações de trechos em que o escritores militares dos países cultos ensinam o que já está em todas as consciências, isto é, que o dever da obediência incondicional e a missão natural do exército vedam ao cidadão armado pela nação toda a intervenção na política”⁽¹⁴²⁾.

(137) *Id.*, p. 257.

(138) *Id.*, p. 260.

(139) *Id.*, p. 264.

(140) *Id.*, p. 265.

(141) *Id.*, pp.268-269.

(142) *Id.*, p. 297.

E mais adiante sustentava que “a ausência da obediência passiva nos exércitos significará sempre, cedo ou tarde, a escravização do povo à força armada. (...) Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar poder agarrados à cauda do cavalo de um general”⁽¹⁴³⁾.

E, nesse diapasão, Eduardo Prado tenta, no ensaio supra, revelar aos brasileiros os males do militarismo, quando o soldado faz o papel de árbitro supremo da nação, e a ditadura não conhece lei e despreza ou emudece a imprensa.

Depois de afirmar que só é nobre a espada desembainhada contra os inimigos da pátria e que não merece esse título quando é empregada contra a população desarmada, contra as leis, Eduardo Prado está convicto de que o que escreveu há de ser lido no futuro e que só escreveu essas linhas porque “aborrecu a traição, amou a liberdade e detestou a tirania”⁽¹⁴⁴⁾.

6.18. O Sétimo Fastos

Não foi incluído nos *Fastos* o sétimo, revelado recentemente por Jorge Pacheco Chaves no estudo já referido “Destinos Políticos do Brasil”⁽¹⁴⁵⁾. O ensaio de Eduardo Prado se denomina “Práticas e Teorias da Ditadura Republicana no Brasil”.⁽¹⁴⁵⁾

Eduardo Prado ironizou a entrega do projeto da Constituição feito por Rui Barbosa e entregue ao Marechal Deodoro, seguido de um jantar e acompanhado de brindes mútuos. Trata-se do Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, pelo qual se convocava para 15 de novembro de 1890 o Congresso Nacional dos representantes do povo brasileiro que seriam eleitos a 15 de setembro daquele ano. O Congresso teria poderes especiais para julgar a Constituição que se publicava naquela data e este seria o primeiro de seus objetos. Dizia ainda no Artigo 3º que a Constituição ora publicada vigoraria desde já unicamente no tocante à dualidade das duas Câmaras do Congresso, à sua composição e à função que são chamadas a exercer, de aprovar a dita Constituição e proceder em seguida de acordo com suas disposições.

Eduardo Prado acusou a ditadura de não ter posto em vigor a Constituição porque não quis cercear seu próprio poder e que os direitos humanos proclamados no Artigo 72 não estavam em vigor. A eleição seria, assim, feita sob regime ditatorial, sem liberdade de impensa e de reunião, sob um regime que permitia fosse banido qualquer cidadão. E mais: não contente em manter a ditadura, não pondo em vigor as disposições constitucionais que são a garantia da liberdade individual, o governo expediu um regulamento destinado a favo-

(143) *Id.*, p. 303.

(144) *Id.*, pp. 306-307.

(145) *Id.*, pp. 362-364.

recer a corrupção e a fraude oficiais, permitindo que os governadores, chefes de polícia, comandantes de armas e de corpos policiais pudessem ser eleitos.

Faz criteriosa comparação entre as garantias eleitorais do Império e as que iriam regular as futuras eleições para o Congresso — nome americanizado com que Rui Barbosa passou a chamar a Assembléia ou Parlamento, nomes usuais no Império. Para ele, o primeiro Congresso sairia do quartel, como do quartel saiu a República.

Como Rui Barbosa comparara Deodoro a Washington, Eduardo Prado faz um quadro comparativo, colocando lado a lado as duas figuras, enaltecendo Washington e aborrecendo Deodoro. O paralelo é impressionante e a figura menor de Deodoro sai ainda mais diminuída pela grandeza natural e histórica de Washington. O estudo é valioso pelo caráter comparativo do militarismo na América Latina.

Condenou novamente a política exterior da ditadura militar e investiu contra o progresso que tem feito no Brasil o espanholismo das repúblicas sul-americanas. As Câmaras municipais passaram a chamar-se Intendências, nome nunca usado no Brasil colonial e imperial.

Atacou muito, como já o fizera nos demais *Fastos*, a inexperiência, a insciência e insipiência de Quintino Bocaiúva, ministro do Exterior, campeão de *gaffes* diplomáticas e de erros contra os interesses nacionais.

Deu, depois, uma lição de história militar ao Marechal Deodoro, mostrando o que foram as guerras brasileiras no Sul, bem como criticou as concessões feitas pela ditadura às exigências norte-americanas. Ridicularizou os erros históricos que Benjamin Constant punha na cabeça vazia de Deodoro, revelando não só seus grandes conhecimentos históricos, como ter o auxílio do Barão do Rio Branco, seu amigo e o maior conhecedor de história militar do Brasil. Vergastou o sistema de presentes que se generalizara, quer ao próprio Deodoro, quer ao seu sobrinho Hermes da Fonseca, quer a Rui Barbosa.

“As violências, os crimes, os erros da Ditadura brasileira não deixarão de si outra memória senão a de uma fase de provações para o país. Será como uma tempestade que faz dos caminhos uns rios de lama, transforma os campos em charcos, curva até o chão as altas árvores, macula de lodo as flores, turva as fontes e os lagos. O sol acaba porém raiando afinal e ressuscitando a natureza. Faça a ditadura o que quiser: polua as consciências, destrua o direito, envileça os corações. A sua obra impura há de ser destruída, e até sobre os nomes dos culpados a generosidade dos pósteros estenderá um véu e, esquecendo-os, lhes dará quase um perdão. A justiça, sol impercível, há de aparecer e dominar”⁽¹⁴⁶⁾.

Essas belíssimas palavras, inspiradas certamente no sentimento cristão de Eduardo Prado, não foram uma profecia. Os vencedores, como Floriano Pei-

(146) *Revista de Portugal*, Porto, 1890, pp. 74-120.

xoto, banharam de sangue o solo brasileiro, banindo, deportando, prendendo, intimidando, assassinando, violentando seus adversários e o povo brasileiro. A crueza da história do Brasil se confirmou no governo de Floriano, e Prado só não foi sua vítima porque pôde fugir.

6.19. *A Ilusão Americana*

A Ilusão Americana foi o primeiro livro na historiografia brasileira escrito contra os Estados Unidos, como modelo a imitar, e criticando o que se estava fazendo no começo da República. Eduardo Prado escreveu um livro esplêndido, como o primeiro levantamento e interpretação das difíceis relações do Brasil com os Estados Unidos e com a América Latina, julgando-se superiores, o mais violento e agressivo povo do mundo, sob a falsa capa de idealismo, quando são absolutamente materialistas. Eduardo Prado, apesar de ter escrito um livro apressado, sem unidade elaborativa, indo e vindo, repetindo-se, enganando-se, escreveu a mais formidável crítica ao relacionamento brasileiro-americano, sobretudo na imitação de suas instituições políticas. Como escreveu Batista Pereira, *A Ilusão Americana* é um modelo de libelo político.

Posto à venda aos 4 de dezembro de 1893, em plena ditadura obscurantista desse odioso e malfazejo Floriano Peixoto, foi proibida a venda e apreendida a edição. Entrevistado, Eduardo Prado disse que escrevera o livro sustentando a doutrina política de que o Brasil devia ser livre e autônomo perante o estrangeiro e adotando o aforismo de que as repúblicas deveriam ter como fundamento a virtude.

Na verdade, Eduardo Prado queria sustentar alguns princípios fundamentais, como o da não-existência da fraternidade americana, o mau relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, desde o começo, a péssima convivência dos Estados Unidos com toda a América, o avanço e roubo do território mexicano, as agressões na América Central, o imperialismo americano, o desrespeito e o desprezo pelos governos e pelos povos da América, sua intensão de avassalá-los, a diplomacia invasora, absorvente e tirânica, o capitalismo selvagem norte-americano, o domínio do governo americano pelos milionários, a condenação à tendência a copiar tudo o que era ou vinha dos Estados Unidos⁽¹⁴⁷⁾.

Na verdade, Eduardo Prado tentou examinar alguns pontos essenciais nas relações norte e latino-americanas. E as questões eram estas: “Que auxílio prestou o governo americano à independência das colônias ibéricas? Qual tinha sido a atitude dos Estados Unidos quando esses países foram atacados pelos governos europeus? Como os tem tratado o governo de Washington? Qual tem sido o papel dos Estados Unidos nas lutas internacionais e civis da América Latina? Qual sua influência política, moral e econômica sobre esses países?”

(147) Artigo citado, p. 112.

O exame de quaisquer desses aspectos era negativo: não havia país latino-americano que não tivesse sofrido as insolências e, às vezes, a rapinagem dos Estados Unidos.

Mostrou que a doutrina de Monroe não serviu para impedir nenhuma agressão ou ameaça de agressão americana a qualquer país da América e, pelo contrário, serviu para que os Estados Unidos intervissem várias vezes em vários países americanos, inclusive o Brasil naquele mesmo ano de 1893, com a esquadra do almirante Benham, a pedido do ignóbil Floriano Peixoto, através do não menos ignóbil Salvador de Mendonça, como está hoje fartamente demonstrado por estudos documentados norte-americanos.

Enumera os vários casos e conflitos com o Brasil, um pouco desordenadamente, mas muito bem documentados, sobretudo com documentos parlamentares americanos. A desordem vem da falta de cronologia e do tratamento não-unificado da matéria. É preciso notar que Eduardo Prado escrevia matéria nova, inexistente na bibliografia de então.

Os estudos de Willian Manning, *The Independence of the Latin American Nations*⁽¹⁴⁸⁾, o de Lawrence Hill, *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*⁽¹⁴⁹⁾, e o de Alan K. Manchester, *British Pre-eminence in Brazil*⁽¹⁵⁰⁾, vieram comprovar tudo o que Eduardo Prado escreveu.

Mostrou ele como os Estados Unidos auxiliaram o tráfico escravo, também hoje amplamente provado. O que não queria — e exprimia uma corrente de opinião existente e atuante até hoje (1980), quando os perigos são gigantescos, com as multinacionais — era que o Brasil fosse vassalo dos Estados Unidos. Acentuou a posição antibrasileira dos Estados Unidos e, sobretudo, de seus ministros durante a Guerra do Paraguai.

Chamou a atenção do perigo que os Estados Unidos representavam com suas declaradas intenções na Amazônia e pensou que a duração da escravatura no Brasil se devia em grande parte à força danosa do exemplo americano, donde nos veio o incentivo e a notícia do que se dizia e se fazia nos Estados Unidos para defender a escravidão.

Eduardo Prado era muito bem informado, leu ou consultou os documentos oficiais americanos e sabia, assim, que o tráfico negreiro foi feito pelos portugueses e ajudado pelos americanos-do-norte, antes da publicação dos documentos editados por W. R. Manning⁽¹⁵¹⁾.

Ele chamava atenção contra a política absorvente, invasora e tirânica da diplomacia norte-americana. Uma política internacional egoística, arrogante às vezes, outra vezes submissa, segundo os interesses da ocasião.

(148) Vide José Honório Rodrigues, "As Relações Brasil-Estados Unidos", in *Interesse Nacional e Política Externa*, Rio de Janeiro, 1966.

(149) Nova York, 1925.

(150) Durham, 1932.

(151) Chapel Hill, 1933.

Temeu muito e denunciou as pretensões e intrigas norte-americanas no Amazonas; criticou o capitalismo selvagem americano, o predomínio dos milionários, cujos interesses o departamento de Estado defendia, e acentuou a gravidade da questão racial nos Estados Unidos.

Para ele, o capitalismo semita ou não-semita gozava de privilégios reais e efetivos muito mais vexatórios do que os privilégios antigos da nobreza e do clero⁽¹⁵²⁾. Condenou os abusos do capitalismo e a ferocidade burguesa contra os operários. Para contrastar a diferença, afirmou que a Monarquia é como uma firma solidária que responde com sua pessoa e com a totalidade de seus bens, enquanto a República é uma companhia anônima de responsabilidade limitada⁽¹⁵³⁾.

O propósito principal de seu livro está bem definido ao escrever que “quer-se apresentar o governo americano aos brasileiros como grande amigo das nações deste continente, como o seu protetor nato, e, no furor disso, demonstrar, há jornais brasileiros, de tão atrofiado patriotismo, que chegam a colocar o Brasil como que debaixo do protetorado americano, fazendo do Rio de Janeiro o vassalo e de Washington o suserano”⁽¹⁵⁴⁾.

O estudo mostrou como os Estados Unidos alimentavam a hostilidade brasileiro-argentina. Sua simpatia em matéria de relações diplomáticas e econômicas ia para a Inglaterra, que ele considerava velha aliada, que apesar de todos os percalços nos ajudara desde a Independência, cujo reconhecimento internacional a ela devíamos.

Suas conclusões são muito elucidativas e válidas até hoje. Os princípios são: 1) não devemos imitar os Estados Unidos porque sairíamos de nossa indole; 2) os pretendidos laços entre o Brasil e os Estados Unidos são fictícios, pois não temos afinidades de natureza real e duradoura; 3) a história da política internacional dos Estados Unidos não demonstrou benevolência alguma para com o Brasil ou qualquer república latino-americana; 4) a amizade americana é nula e interesseira; 5) a influência moral dos Estados Unidos sobre o Brasil tem sido perniciosa.

Relembrou então as famosas palavras de Washington escritas no *Farewell Address* de 1796: “Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma Nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua Independência. Não pode haver maior erro do que esperar favores de uma nação a outra”.

Finalmente há um ponto muito importante, que convém destacar: Eduardo Prado acreditava que a colonização ibérica da América foi um insucesso, uma desgraça. Para ele, não chegavam a ser nações os agrupamentos “em que gânglios de populações mestiças, oriundas de todas as inferioridades humanas,

(152) *A Ilusão Americana*, 1ª ed., São Paulo, 1893 (confiscada pelo Governo, não circulou); 2ª ed., Paris, 1896; várias edições posteriores.

(153) *Op. cit.*, p. 174.

(154) *Id.*, p. 170.

querem por força fingir de povos. O amálgama artificial chamado Brasil está desfeito, apesar de duas ou três gerações terem chegado a viver e morrer na ilusão do artifício, que agora vai findar”. Eis uma profecia ilusória.

6.20. A consagração

Morto aos 41 anos, muito bem preparado, Eduardo Prado escreveu pouco como historiador da arte, da imigração e da Companhia de Jesus. Mas esse pouco foi de excelente qualidade, pelo conhecimento revelado e pela construção modelar. Os *Fastos da Ditadura Militar e A Ilusão Americana*, bem como a série de artigos contra a república ditatorial militar aparecidos nas *Coletâneas*⁽¹⁵⁵⁾, são de um historiador combatente.

Alceu Amoroso Lima, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, aos 14 de dezembro de 1935, disse que ele “valorizou ou pôs em brios, nos textos de sua historiografia militante e viva”, o homem brasileiro⁽¹⁵⁶⁾.

Para Alceu Amoroso Lima, no artigo “Eduardo Prado, Sempre vivo”⁽¹⁵⁷⁾, o autor da *Ilusão Americana* é um homem sempre vivo. Sua obra é uma definição constante de rumos e de princípios que devemos aceitar, rejeitar ou distinguir, mas que não podemos apenas saborear com delícia ou considerar à distância (...) Seu estilo é de hoje. Suas idéias são de hoje. Suas preocupações e orientações continuam tão vivas hoje como há meio século. Temos muito que aprender com ele”.

E, se volvermos um pouco, veremos que o substituto de Eduardo Prado na Academia Brasileira de Letras, Afonso Arinos, no discurso de posse aos 18 de setembro de 1903 exaltou seu combate, seu nacionalismo, seu monarquismo, sua fé religiosa, e disse achar “que não podemos conhecer Eduardo só por suas obras, pois sua carreira foi interrompida pela morte quando em plena ascensão. Os seus livros são muitos, mas Eduardo era capaz de mais”⁽¹⁵⁸⁾.

Olavo Bilac, simpático à ditadura militar republicana, ao receber Afonso Arinos escreveu que “para quase todo o país, o fino artista que havia em Eduardo Prado viveu e morreu sem relevo; o que a multidão sabia é que ele era um homem elegante e um panfletário político. Dois motivos de suspeição”. A seguir, afirmava que “eram raros então os que podiam concordar com o violento escritor dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* e eram mais raros ainda os

(155) *Id.*, p. 88.

(156) *Collectaneas*, São Paulo, 1904, vols. II e III.

(157) *Discursos Acadêmicos, 1933-1936*, Rio de Janeiro, 1937, p. 226.

(158) In “Autores & Livros”, suplemento literário de *A Manhã*, 13 de fevereiro de 1944, pp. 91-92.

que podiam, sem concordar com ele, ter a calma precisa para reconhecer a sinceridade da sua intervenção e desculpar a aspereza de seus ataques. Por isso, essa intervenção foi irritante. E, mal compreendido em suas opiniões, mal julgado em seus atos, e absolutamente desconhecido no seu papel encantador de fino homem de letras, Eduardo Prado ficou sendo, para os energúmenos e para os superficiais, um moço rico e *chic*, monarquista por espírito de contradição, católico por elegância e motejador por índole”⁽¹⁵⁹⁾.

¶ Bilac era parcial para julgá-lo, pois estava do lado dos vitoriosos e não tolerava, como estes, os artigos temíveis que apareceram nos volumes 2 e 3 das *Coletâneas* citadas.

Para Eduardo Prado, nesses artigos memoráveis, pelo ardor do combate, pelo vigor das idéias, pela forma literária, pela ironia, os republicanos e os militares dominantes estavam fora da civilização, cometiam violências, liquidavam as liberdades, criavam ilusões, destruíam as finanças e mantinham uma filosofia de senzala. Ele sabia que “o povo não acreditava nas classes dirigentes e tomava todas as reivindicadas da dignidade nacional, como sendo o vão e odioso palanfrório de todos os tempos”⁽¹⁶⁰⁾.

O Commercio de São Paulo, adquirido por ele em 1895 e empastelado em 1897, defendia a causa monárquica e deu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1901, em seguida à sua morte, um grande noticiário, repleto de informações biográficas, assim como promoveu a publicação de uma verdadeira poliantéia, à qual compareceram, assinando artigos, Machado de Assis, Carlos de Laet, José Veríssimo, Vieira Fazenda, Pedro Lessa, Rocha Pombo, Garcia Redondo⁽¹⁶¹⁾.

Capistrano de Abreu escreveu um sentido artigo⁽¹⁶²⁾ e sugeriu a Paulo Prado que organizasse e financiasse a “Coleção Eduardo Prado”, na qual se publicaram em edição fac-similar alguns dos mais raros exemplares da “Brasiliana”.

“Em seu monarquismo” — escreveu Capistrano de Abreu — “entravam elementos muito diversos. Humilhava-o a inauguração de levantes e pronunciamentos militares vigentes na América espanhola, de que o Brasil se tinha mantido imune; chocava seus instintos de artista ver abolida uma instituição antiga, a única antiguidade americana, elo que prendia uma cadeia ininterrupta de nove séculos; indignava-o a indiferença, a bestialização dentro do país;

(159) *Discursos Acadêmicos (1897-1919)*, Rio de Janeiro, 1965, vol. I, pp. 124-127.

(160) *Id.*, pp. 142-143.

(161) O artigo de Machado de Assis foi reproduzido in *Relíquias da Casa Velha*, Rio de Janeiro, Paris, 1906, várias vezes reeditado e reproduzido in “Autores & Livros”, *A Manhã*, 13 de fevereiro de 1944, p. 88. O de José Veríssimo se encontra in “Autores & Livros”, ed. cit., p. 89. O de Pedro Lessa, *id.*, p. 90. O de Rocha Pombo, *id.*, p. 87. O de Carlos de Laet, *id.*, p. 90. No citado número de “Autores & Livros” se encontram, ainda, artigos de Coelho Neto, o famoso e já citado de Eça de Queiroz, o de Múcio Leão e o de Tristão de Athayde já citado.

(162) *Jornal do Commercio*, 5 de setembro de 1901, reproduzido in *Ensaios e Estudos*, 1ª série, pp. 337-348.

ofendia-o a ironia do estrangeiro; e em todos estes sentimentos confirmou-o o rumo que assumiam as coisas.”

Capistrano acrescentava que o animava “a convicção de que a monarquia podia servir de espantalho contra certas exorbitâncias, chamar os governantes ao menos ao decoro. No que, aliás, se enganou profundamente; os piores desmandos praticados de 89 para cá cobrem-se sempre do pretexto de que a forma de governo corre perigo”. Assim também dizia respeito ao militarismo e a tudo o que ocorreu da morte de Capistrano, em 1927, aos nossos dias.

Descrevendo Eduardo Prado como pessoa, diz Capistrano que “longe das animosidades irritantes e dos olhares malévolos, expandia-se todo, franco, cândido e até ingênuo, ele, que tantos acusavam de desabusado e cético”.

Teodoro Sampaio; outro grande amigo que lhe fez o necrológio, escreveu que, desde a queda da monarquia, a política passou a ser a paixão dominante em sua alma: “Tinha para si que estava empenhado na mais nobre, na mais generosa das campanhas patrióticas. Movia-o a crença arraigada de que a nação brasileira se tinha sacrificado deixando cair as instituições monárquicas que tinham vindo com ela desde o berço. E essa crença que o levava a enfrentar ou a opor-se à corrente então irresistível das idéias triunfantes, não era nele nem diletantismo como se julgou, ãem simples quimera afagada no prurido de se distinguir, era ao contrário uma convicção profunda e realíssima do seu espírito que a reflexão e o estudo tinham robustecido”⁽¹⁶³⁾.

Teodoro Sampaio acentuou que, desde então, o político sobreleva o literato e que as virtudes dominantes de Eduardo Prado eram o seu grande coração, sua bondade, a coragem e a firmeza nas suas idéias e sentimentos.⁽¹⁶⁴⁾

O Commercio de São Paulo⁽¹⁶⁵⁾ noticiou a repercussão de sua morte em Minas Gerais: “Agora que seus olhos tão vivos, tão maliciosos por vezes e penetrantes, apagaram-se para sempre no negrume da morte; agora que a agrura das lutas, as dores dos golpes e das feridas se acabaram com a inércia final do bravo lutador — a memória de Eduardo Prado será venerada, sem distinção de partidos, por todos os brasileiros e, sobretudo, pela geração nova, que sabe no fundo de nossas efêmeras lutas, descortinar quem deveras amou a pátria sobre todas as coisas”.

Ao prefaciá-la sétima edição dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, o Visconde de Ouro Preto, ministro decaído com a vitória da República, escreveu que Eduardo Prado não tinha motivo algum especial para assumir a atitude que tomou, a não ser o impulso do seu civismo: “As suas aptidões não haviam sido aproveitadas pela Monarquia, não ocupara cargos de que lhe adviessem

(163) “Discurso de Aniversário do Instituto Histórico de São Paulo”, 1.º de novembro de 1901, *RIHGSP*, 1901, vol. VI, pp. 578-579.

(164) *Op. cit.*, 588-589.

(165) 23 de setembro de 1901.

certos deveres; não contraíra compromissos com as instituições decaídas, via, ao invés disso, entre os membros da sua ilustre família representantes qualificados das idéias vitoriosas. Nada o obrigou a sair a campo. Era-lhe lícito aderir sem desar à República, levado, como tanta gente, das promessas falazes que ela prodigalizava. Não o permitiram, porém, a sua clarividência, as suas convicções esclarecidas. Longe de pactuar com os dominadores, ou pelo menos, de esperar que os horizontes se aclarassem, o colega espontâneo, decidido, desinteressado, cavalheiroso, pôs toda a sua inteligência e atividade em prol dos vencidos”⁽¹⁶⁶⁾.

Machado de Assis fez-lhe um retrato primoroso: “Eduardo Prado era dos que se deixam penetrar sem esforço e com prazer. (...) De resto, os seus escritos mostravam bem o homem. Apanhava-se o sentimento de harmonia que ajustava nele a vida moral, intelectual e social. Principalmente artista e pensador, possuía o divino horror à vulgaridade, ao lugar-comum e à declamação. Se entrasse na vida política, que apenas atravessou com a pena, em dias de luto, levaria para ela qualidades de primeira ordem, não contando o humor, tão diverso da chalaça e tão original nele. Mas a erudição e a história, não menos que a arte, eram agora o seu maior encanto. Sabia bem todas as coisas que sabia”⁽¹⁶⁷⁾.

Assim, sucessivamente, louvaram-lhe o espírito, a inteligência, a bravura, José Veríssimo, Carlos de Laet, Pedro Lessa, nas páginas de *O Commercio de São Paulo*. Veio depois a bibliografia sobre ele, que confirma que Eduardo Prado continua vivo e, sobretudo, atual. Especialmente em face da intromissão militar na política, o militarismo, as distorções republicanas, a mediocridade política, a corrupção, o predomínio do capitalismo americano, tudo o que ele viu no fim do século passado aí está agravado mil vezes. Lê-lo é necessário.

Mário Casassanta reuniu textos, deu dados biográficos e escreveu uma apresentação ao volume *Trechos Escolhidos*.⁽¹⁶⁸⁾ Sebastião Pagano, monarquista, escreveu *Eduardo Prado e sua Época*⁽¹⁶⁹⁾. Cândido Mota Filho fez-lhe a biografia no ensaio *A Vida de Eduardo Prado*⁽¹⁷⁰⁾. Uma tese de Darrell Erville Levi, impublicável nos Estados Unidos, foi traduzida e editada no Brasil: *A Família Prado*⁽¹⁷¹⁾.

Finalmente, Jorge Pacheco Chaves trouxe a contribuição mais original com seu estudo “Destinos Políticos do Brasil”, apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda inédito e já aqui referido.

(166) Assinado a 29 de novembro de 1896 e reproduzido em *O Commercio de São Paulo*, 20 de setembro de 1901.

(167) *O Commercio de São Paulo*, 30 de dezembro de 1901; reproduzido in *Relíquias da Casa Velha*, Rio de Janeiro, 1906, pp. 147-150.

(168) Eduardo Prado, *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1959.

(169) São Paulo, s.d. (1961).

(170) Rio, 1967.

(171) São Paulo, 1977.

7. Afonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de Afonso Celso

Afonso Celso (Ouro Preto, 1860 — Rio de Janeiro, 1938) não construiu uma interpretação monarquista da História do Brasil que justificasse sua entrada neste volume. Escreveu mais biografias que histórias e toda a sua obra não é verdadeiramente uma contribuição importante à História do Brasil. Seus estudos históricos, biográfico-históricos sobretudo, são elaborados essencialmente como artigos para jornal, sem maior aprofundamento quer na pesquisa, que não existe, quer na elaboração formal, feita com leveza e com intuitos de divulgação. Mas pouco a pouco e com brevidade foi construindo uma visão monarquista da História do Brasil, não completa, mas aos pedaços, na obra fragmentária e esparsa.

Sua inclusão se deve mais ao seu combate pela restauração da monarquia, no qual não só defende esta forma de governo, como concebe e forma uma visão monarquista da História brasileira, que ele vê em cores negras. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880, defendeu tese de Doutorado sobre *O Direito de Revolução*, na qual sustentava, primeiro, que a democracia era a única forma de governo compatível com o espírito do século; segundo, que havia direito de revolução; e terceiro, se a soberania reside no povo, este pode retirar sua delegação da autoridade constituída.

Nessa tese, Afonso Celso lembra que os maiores vultos do gênero humano foram revolucionários, como, por exemplo: Alexandre da Macedônia, fazendo a unidade da Grécia; Júlio César, fundando o Império Romano, cuja conversão ao cristianismo determinou a cristianização da Grécia; Carlos Magno, iniciando o feudalismo; São Luís, organizando as corporações de artes e ofícios; Luís XI e Richelieu, derrotando as oligarquias; e o maior de todos, Jesus, demolindo a filosofia e a moral antigas para remodelar o mundo.

Recordava ainda que, segundo Chateaubriand, a história do homem é uma escada, de que as revoluções formam os degraus. Com essa tese, era natural o caminho de Afonso Celso para a defesa do abolicionismo e da República. E assim foi.

Eleito deputado por Minas Gerais aos 31 de outubro de 1881, exerceu o mandato de 15 de dezembro de 1881 a 15 de novembro de 1889, quando a República foi criada por um golpe militar e ele ocupava a posição de primeiro-secretário da Câmara.

Sua atuação na Câmara revelava um jovem liberal de esquerda, digamos assim, pois, além de defender o abolicionismo e a República, defendia a liberdade de crítica, e critica sem temor.

Na sua estréia, aos 31 de janeiro de 1881, ele dava mostras de sua combatividade ao insurgir-se contra alusões de interferência ou pressão ministerial ou de incoerência da comissão de que fizera parte, e fora relator do parecer no exame dos resultados das eleições do segundo distrito de Santa Catarina.

Critica-o Alfredo d'Escagnolle Taunay, e Afonso Celso responde-lhe que “se o nobre deputado, não obstante a sua linhagem, está habituado à obediência passiva da disciplina militar, fique sabendo que nós outros, sobretudo os moços, temos a nossa autonomia, prezamos a nossa independência e, se há algum fulgor que nos ofusque, não é certamente, como S. Ex^a disse, o brilho efêmero da farda de militar, mas o clarão imortal da Justiça e da imparcialidade”.

Logo a seguir declara que “mercê de Deus, tenho conservado sempre em todos os atos de minha vida, não a falsa coerência que consiste no emperramento teimoso, mas a única que prezo e acato — a coerência da dignidade”.⁽¹⁷²⁾

Mas foi a 28 de fevereiro de 1882 que ocorreu sua definição política. Tinha então 22 anos. Depois de acentuar sua inexperiência, sua falta de prestígio próprio, com um passado definido, declara iniciar sua carreira parlamentar no seio de uma câmara filha legítima do sufrágio e onde não ocorria a anomalia da unanimidade, o que seria um absurdo político, uma inversão das leis naturais, “que em tudo apontam um princípio que age e outro que reage, uma corrente que impele e outra que sustém, uma atração e uma repulsão, um fluxo e um refluxo, dois elementos heterogêneos e fortes, a que a ciência moderna denominou — princípio estático e princípio dinâmico dos fatos (*apoiados gerais*)”.

Como se vê, uma posição dialética que ele só viu na política e não deu mostras de tê-la percebido na história.

Depois de referir-se aos dois únicos partidos políticos existentes no nosso Parlamento Imperial, de caracterizá-los pelos seus objetivos, vitórias e derrotas políticas, pergunta de que lado assentará sua tenda de campanha. E declara: “Nada de ilusões; representante da nova geração, com o espírito afeito ao culto das luminosas idéias que constelaram o progresso da humanidade, deixando o rastro glorioso que é a coluna de fogo guiadora dos povos, ardendo ainda do santo entusiasmo que alimentou a coragem dos fortes nas porfias da histórias, eu sou, tenho sido sempre e me prezo de ser republicano”.

A sensação causada por declaração tão decisiva e inesperada para o filho de um chefe liberal monarquista — como seu pai, o Visconde de Ouro Preto — fez com que o orador fosse interrompido e que o presidente mandasse ler o regimento, para que Afonso Celso se contivesse e não prosseguisse nesses termos que chocavam com o juramento feito ao diplomar-se deputado. Mas Afonso Celso afirmou que não o tolhia o juramento que prestara, porque era uma fórmula metafísica sem valor positivo e real e que, como condição imposta, pelo fato mesmo da sua imposição dispensava obrigatoriedade passiva aos que são forçados a se sujeitarem a ela; que não podia ser restritiva das atribuições dos

(172) Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; “Recordações do Conde de Afonso Celso”, *RIHGB*, 1960, vol. 247, pp. 201-227. Seguimos a pesquisa feita por Leão Teixeira nos *Anais da Câmara dos Deputados*.

representantes do povo, entre os quais avultam a escolha de nova dinastia e alteração, reforma ou reprovação de qualquer artigo constitucional; que não havia proibição de propaganda republicana e, finalmente, mesmo se atribuindo ao juramento um valor obrigatório, a sua síntese é zelar os direitos dos povos e promover, quanto couber, a prosperidade geral da nação, e que ele entendia que esses direitos e esta prosperidade eram zelados e promovidos com a propaganda republicana. Alguns deputados apartearam Afonso Celso e este replicou: “Republicano, eu adoto o Manifesto de 3 de dezembro de 1870, este manifesto tão sensato, tão lógico, tão moderado”.

Sintetiza criticamente o manifesto, seus ideais, e censura os que agregaram elementos deletérios à nova combinação e lhe desvirtuaram o efeito, “querendo precipitá-la na voragem do excesso”.

O defensor do direito de revolução e da soberania popular modera seu republicanismo, dizendo que alguns trouxeram para a propaganda republicana antigos ódios e velhos ressentimentos, e outros quiseram “explorar as paixões da turba, tornando-se seus cortesões, esquecidos de que esse mister é mais triste do que o dos aduladores dos reis (...)” porque “estes já quase nada podem dar, ao passo que aquela concede as vanglórias do amor-próprio e as satisfações da vaidade, não compreendendo que querem tirar a soberania absoluta dos monarcas para darem ao poviléu”.

Insistiu Afonso Celso em que suas idéias “são, pois, republicanas, mas republicanas do manifesto de 1870”; e, ainda mais restrito, esclareceu que “não aceito a posição de hostilizar a tudo e a todos, que não é este o modo de fazer propaganda, nem me filio aos clubes ora existentes, que não é esse o partido republicano, mas no dizer de Quintino Bocaiúva, um conjunto de assembléias tumultuárias, sem individualização, nem responsabilidade, e aspirando às reformas radicais, as quero conseguir legalmente por meio da luta pacífica. “Quando o partido republicano se organizar regularmente e se convencer de que, estando em minoria, não tem o direito de impor o seu programa, sendo por ora sua missão esclarecer e guiar a opinião, sem fomentar agitações, reformador radical, mas respeitador das contingências sociais, e tendo em grande conta a sua responsabilidade, e seus deveres perante os concidadãos; quando desdenhar a intransigência absoluta que o reduz a negar tudo isso, sem nada propor a bem do país; quando enfim entrar no terreno das idéias traçadas pelo Manifesto de 1870, eu me filiarei a seus clubes. Limite-me, por ora, a pugnar pelas suas idéias, auxiliando tudo o que for proveitoso à pátria, sabendo resistir aos meus próprios amigos com a coragem que dá a consciência tranqüila”.

Por esses excertos de sua definição política feita em 1882, se vê bem claramente que o republicanismo de Afonso Celso era desde o começo, desde sua mocidade, extremamente limitado, pois falava em explorações das “paixões da turba” e contra os que “querem tirar a soberania absoluta dos monarcas para darem ao poviléu”, combatendo o republicanismo radical, defendendo a luta pacífica, achando que a função do Partido Republicano era “esclarecer e guiar

a opinião, sem fomentar agitações”, respeitando as contingências sociais, e combatendo os que negam tudo, “sem nada propor a bem do país”.

Com o choque das afrontas e agravos recebidos por seu pai, último chefe do gabinete da Monarquia, parte dos militares que acabaram com a Monarquia com um golpe de força e com o exílio e a maior aproximação de D. Pedro II, e as próprias restrições que fazia desde jovem ao próprio republicanismo radical, a sua transformação em monarquista pós-República foi uma decisão lógica, coerente e compreensível.

Tem também o mesmo sentido sua declaração 50 anos depois, quando responde à questão de se conservava suas idéias de moço sobre a legitimidade das revoluções, disse que as conservava, sim, “mas a vida ensinou-lhe que as revoluções devem ser mutações regeneradoras, tendentes, sobretudo, ao progresso moral, ou, conforme as concebeu um pensador: legítimas no seu intuito, justas nos seus princípios, moderadas nos seus atos, felizes nos seus resultados, duradoras na sua obra”⁽¹⁷³⁾.

A imprecisão dessa definição, a moderação dos seus conceitos, mostram que Afonso Celso era o que se definia mal como um liberal conservador, daqueles que defendem as liberdades, desde que elas não ameacem as transformações do *statu quo* e conservem os privilégios da classe dominante.

Como tal era um republicano de meia-tigela, inteiramente sujeito a se transformar, como se transformou no monarquista convicto, tal como se comportou ao nascer da República, inconformado com seu processo de tomada do poder e de derrubada do imperador e, sobretudo, do seu pai, cuja figura é decisiva na sua concepção e no seu comportamento políticos.

Ele servia para participar de um gabinete como aquele com que sonhou o Visconde de Cruzeiro, Jerônimo Teixeira Júnior, que foi primeiro convidado a formar o gabinete que sucederia ao de João Alfredo antes do convite a Ouro Preto.

O neto, Leão Teixeira, escreveu ter encontrado entre os papéis do pai, que preparava um estudo sobre o Visconde de Cruzeiro, a nota esclarecedora da recusa à formação do gabinete, o que nos ajuda também a avaliar o conceito que dos jovens, como Afonso Celso, tinha o Visconde de Cruzeiro.

O filho do Visconde de Cruzeiro, avô de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho⁽¹⁷⁴⁾, encontrou entre os papéis de seu pai a seguinte nota: “Escusou-se [de formar o gabinete] pelo seu estado valetudinário, conforme disse da tribuna do Senado. Mas, na intimidade, confessou que tomaria a empreitada se o Imperador lhe desse a dissolução da Câmara e consentisse na organização de um ministério misto de conservadores e liberais. Chamaria então moços liberais, como Joaquim Nabuco, Afonso Celso Júnior e Rui Barbosa. Na apresen-

(173) “Afonso Celso”, in *Jornal do Commercio*, 7 de agosto de 1983, reproduzido in “Homenagem à Memória do Conde de Afonso Celso”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1939, pp. 146-160.

(174) “Recordação do Conde de Afonso Celso”, *RIHGB*, 1960, vol. 247, p. 219.

tação diria que os seus companheiros não se tinham sujeitado às opiniões do Presidente do Conselho e sim às dele. Se tal houvesse ocorrido — realizado o programa da *esquerda liberal* [grifo nosso], compreensivo da plena autonomia das províncias, completa descentralização administrativa e implante da federação no regime monárquico — talvez não se desse o advento da República”.

Os três jovens: Joaquim Nabuco, Afonso Celso e Rui Barbosa, pertenciam ao que o filho do Visconde de Cruzeiro chamou de esquerda liberal, porque defendiam a liberdade e combatiam a abolição, eram federalistas e não morriam de amores pela monarquia, sobretudo Rui Barbosa, pois Joaquim Nabuco era monarquista e só aderiu mais tarde, e acabou embaixador republicano, e Afonso Celso era um monarquista disfarçado num vago republicanismo.

A quartelada de 15 de novembro de 1889 e a dignidade e compostura com que se conduziu no episódio o Visconde de Ouro Preto diante daqueles generais insubordinados, e a derrubada das instituições monárquicas pelo conluio da traição de uns, do despeito de outros, e da indisciplina da tropa, bem como o comodismo e indiferença do povo, que a tudo assistiu bestificado, como disse Aristides Lobo, transtornaram Afonso Celso Júnior, que possuía uma concepção republicana muito fluida, num autêntico e coerente monarquista.

O exílio voluntário e a aproximação de D. Pedro II fortalecem seu escondido monarquismo, que desde então aflora com toda a claridade. Escrevendo uma carta em 1891 a D. Pedro II, considera-o — ele que nada tinha de cortesão — “como uma das mais nobres e santas individualidades deste século — dessas que em todos os tempos dignificaram a sua espécie — a mais elevada e pura personificação humana atualmente no planeta, o maior dos americanos, sem excetuar Washington, com o qual V. M. I. rivaliza nos predicados e a quem sobreleva no infortúnio, suportado com estoicismo sublime”⁽¹⁷⁵⁾.

Leão Teixeira conclui, diante dessa carta, que, *se a carta patente do republicanismo* de Afonso Celso era o discurso de 1882, essa missiva podia valer como brasão de seu monarquismo na República⁽¹⁷⁶⁾. Creio que o discurso de 1882 revela um republicanismo muito frágil, enquanto a carta demonstra a força quase desmedida do seu monarquismo.

Não acho excessivo comparar-se D. Pedro II a Washington, embora me pareça que José Bonifácio melhor se acomoda à comparação; mas creio que o exagero da apreciação geral revela que seu monarquismo era muito sólido, especialmente considerando-se que D. Pedro II era um imperador destituído de poder e, portanto, sua admiração é genuína e espontânea, sem nenhum laivo de cortesia ou adulação. É limpa e pura e se manifesta seguidamente desde então.

(175) Única carta de Afonso Celso Jr. a D. Pedro II, existente no Museu Imperial e publicada por Leão Teixeira Jr. nas “Recordações do Condé de Afonso Celso”, ed. cit., pp. 222-223.

(176) *Op. cit.*, p. 223.

Quando escreveu seu primeiro livro, *Vultos e Fatos*⁽¹⁷⁷⁾, conjunto de artigos publicados em vários jornais e revistas, na primeira parte trata dos chefes e ex-chefes de Estado, numa escolha muito desconexa, na qual se misturam figuras de primeiro e segundo planos ou até de terceiro. Entre as de primeiro plano está D. Pedro II, o maior, em número de páginas, dos retratos ali publicados (64 pp.) e dos fatos, excerto sobre Oberammergau (68 pp.), uma descrição turística, sem maior validade que os demais fatos, tão secundários quanto os vultos.

Mas é no retrato de D. Pedro II (pp. 117-181)⁽¹⁷⁸⁾, que é uma auto-recriminação pelos seus ataques ao imperador, quando deputado na Monarquia, e uma louvação dos méritos, da superioridade de D. Pedro II, que faz um trabalho impressionista, muito pessoal, mais o depoimento de um admirador que um estudo biográfico. Ele tenta mostrar que D. Pedro, na intimidade, é infinitamente superior ao D. Pedro oficial e sente-se na exaltação a sinceridade da sua admiração, que se criou no pesar do exílio, obrigatório para D. Pedro e voluntário para ele. Daí a convicção com que escreveu essas páginas, procurando caracterizar psicologicamente a figura do imperador. E são muitas e variadas as virtudes que assinala no retrato de D. Pedro II.

Há nesse estudo muita reprodução do pensamento e sentimento de D. Pedro II, relatado através de suas conversações com o imperador e da paixão de D. Pedro pelo Brasil, que não admite se conspire para a sua volta. A valorização da inteligência, da memória, da erudição, da bondade, da tolerância, da piedade, da serenidade olímpica de D. Pedro resulta da riqueza moral sua e do próprio Afonso Celso, que possuía muitas das virtudes que via no imperador. Termina fazendo a comparação de D. Pedro e Washington, que fizera em carta privada e que agora torna pública.

Quando diz a D. Pedro que sua individualidade se emparelha com a de Washington, sob o protesto do imperador, Afonso Celso arremata: “Pois a história colocará as duas figuras no mesmo pedestal, reconhecendo maiores virtudes talvez na brasileira, para orgulho nosso”. E, sob novos protestos de D. Pedro II, ele lembra que a Washington faltou a apoteose do infortúnio, nem se viu expelido do solo natal pela soldadesca, “como um bandido após cinquenta anos de honesto governo”. Finalmente declara ter “o doloroso pressentimento de que nunca mais lhe seria dado ver sobre este planeta aquela incomparável criatura — grande e bela entre as maiores e as mais belas da humanidade” (p. 181). Pois bem, é esse primeiro livro que lhe abre as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O monarquismo de Afonso Celso era muito centralizado na figura de D. Pedro II, que ele passou a admirar após a queda deste. Sempre ele louvou D. Pedro II e, no discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

(177) Rio de Janeiro, 1892.

(178) Vide especialmente pp. 145-147.

aos 17 de março de 1893, exprime novamente essa verdadeira veneração ao dizer: “significa que neste recinto vibra imortal a saudade do extraordinário espírito que tanto o amou [ao Instituto]. Feito de bondade, sabedoria e moderação, durante meio século presidiu gloriosamente esse espírito os destinos nacionais, emulando com o das figuras culminantes da humanidade na prática ininterrupta de todas as virtudes particulares e públicas. E, na desgraça — naufrágio de tantas altanarias —, soube mostrar-se superior ainda à grandeza passada (e era imensa) — mais majestoso, mais augusto, mais soberano do que quando transformava, perante o orbe atônito o único cetro da América no seu maior símbolo de paz e liberdade”⁽¹⁷⁹⁾.

Seu segundo livro, *O Imperador no Exílio*⁽¹⁸⁰⁾ cujo longo prefácio (88 pp.) é assinado aos 13 de maio de 1893, Afonso Celso escreve-o sob a inspiração de sua permanente dedicação ao imperador. O livro é dedicado à Princesa Isabel e, no prefácio, julga com a maior severidade o levante militar de 15 de novembro e reúne as opiniões de várias personalidades sobre os louváveis atributos de D. Pedro II, que para Afonso Celso constituem órgãos autorizados para basear seu louvor e censurar o golpe militar de 1889, e relembra a consternação que enlutou o Rio de Janeiro ao saber-se de sua morte aos 5 de dezembro de 1891, bem como a opressiva repressão dos chefes republicanos. Transcreve cartas, como a de Floriano Peixoto, para bem patentear-se sua traição, e as manifestações de câmaras e jornais sobre o capítulo relativo a D. Pedro II nos *Vultos e Fatos*. Lamenta o adesismo que dominou o país e condena o sentimento de subalternidade. Repete sempre e sempre o louvor à liberdade e à tolerância que reinaram durante o Império, esquecido de que a escravidão negra sobreviveu durante todo o reinado de D. Pedro II. Mostrou o retrocesso que a liberdade de imprensa sofreu durante a República, bem como denunciou a liberdade eleitoral republicana como uma farsa.

Nesse prefácio-ensaio, Afonso Celso revela, com perspicácia, características nacionais da minoria dirigente e do próprio povo brasileiro. Transcreve trechos do Manifesto do Pará, cujo primeiro signatário era Tito Franco de Almeida, protestando contra o militarismo. E, ao finalizar o prefácio, levanta uma tese que merece reflexão e debate: “Ninguém, à vista disto, ousará profetizar o porvir num país, em que descoberta, independência, abolição, mudanças de regime — todos os sucessos notáveis de sua história — sempre se operaram de modo mais ou menos imprevisto, inopinado e anormal” (LXXXVII).

Vem depois o capítulo sobre D. Pedro II, que é reprodução do publicado em *Vultos e Fatos*, e o mais que se reúne no livro são artigos, inclusive um projeto do imperador, publicado primeiro no *Almanac Garnier* de 1905.

O artigo sobre D. Pedro II, reproduzido de *O Século* (outubro de 1905), focaliza suas características morais e defende a reivindicação necessária, que

(179) *RIHGB*, 1894, t. LVI, parte II, pp. 149-150.

(180) Rio de Janeiro, 1893(?).

era a defesa da volta dos despojos de D. Pedro II ao território nacional. O noticiário sobre a estátua de D. Pedro II e seu discurso na inauguração da mesma mostram que esse livro não é um livro orgânico, mas reunião de artigos, o maior sobre D. Pedro II — reprodução, como vimos, de *Vultos e Fatos* — os demais artigos de jornais e o discurso na inauguração da estátua. O novo está no prefácio, que nas suas 88 páginas revela as virtudes do imperador, escritas por um admirador incondicional, sem nenhum espírito crítico, e a profunda dedicação de Afonso Celso a D. Pedro II.

O livro *Guerrilhas*⁽¹⁸¹⁾ se compõe também de artigos avulsos publicados em *O Commercio de São Paulo*, órgão monarquista. A unidade desta sua obra consiste na defesa da Monarquia e no ataque à República militarizada. Crítica o governo republicano, mostra sua fraqueza e deploráveis cincadas, insiste na traição ao imperador de Floriano Peixoto, defende Augusto de Castilho, que deu asilo aos revoltosos da Marinha, deplora a luta no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que ensanguentou o solo pátrio, a bancarrota financeira da República, louva a fidelidade de Carlos de Laet à Monarquia e o liberalismo monárquico, critica as diatribes violentas de Rui Barbosa contra a Monarquia e sua mudança, censurando a ditadura militar a que estava reduzida a República, exalta Saldanha da Gama, defende a restauração monárquica e convoca os monarquistas a se unirem num partido.

São artigos de combate à República e de fidelidade à Monarquia, contra os pedantocratas que a República criara, e insiste sempre na tese de que a República foi obra exclusiva do Exército e imposta pela força.

Nesses anos de 1895 e 1896, Afonso Celso se dedica a lutar com a pena a favor da restauração monárquica. *Aos Monarquistas*⁽¹⁸²⁾, reproduz os dois artigos finais publicados nas *Guerrilhas*: “Será Possível a Restauração da Monarquia?” e “A Postos”, repetindo o que fizera, como mostramos em *O Imperador no Exílio*, quando reproduz artigos de *Vultos e Fatos*.

Nas *Contraditas Monárquicas*⁽¹⁸³⁾, que se iniciam com uma resposta a Ferreira de Araújo, que impugnara seus artigos monárquicos publicados em *Guerrilhas*, são 86 páginas constituídas de 33 capítulos, respondendo uma a uma às contestações de Ferreira de Araújo. Começa reafirmando o que escrevera em *Guerrilhas*, as razões que o levaram a “ser republicano durante a monarquia e a tornar-se monarquista no dia em que a república se proclamou, isto é, a desligar-me dela no momento em que toda a gente a ela aderiu”. Para ele, “a monarquia parlamentar representa um sistema mais científico, mais liberal, mais disciplinador, mais adiantado que a República”. Ferreira de Araújo escrevera que o 15 de Novembro criara a opinião pública e Afonso Celso replica que “se tal força não existisse anteriormente, impossíveis haveriam sido a Independên-

(181) Rio de Janeiro, 1895.

(182) Rio de Janeiro, 1895.

(183) Rio de Janeiro, 1896.

cia, o 7 de Abril, a Maioridade, a Abolição, para só lembrar os movimentos culminantes”.

Ao correr das réplicas, Afonso Celso diz muita coisa de grande atualidade, pela capacidade de compreensão do povo e das forças sociais em evolução: “No dia em que a nossa massa social, mansa, econômica, compenetrar-se de quão sacrificada tem sido há seis anos; quando medir o alcance dos loucos esbanjamentos de sangue e dinheiro praticados; quando se imbuir do horror de certos crimes; quando avaliar o que foi em comparação com o que é; quando abrir os olhos, em suma; oh! em semelhante dia, a atmosfera política, saturada de indignação, agitar-se-á numa violenta tempestade purificadora” (pp. 10-11). Logo adiante escreve que “as nossas circunstâncias financeiras são tão críticas, que não temos recursos próprios e vemo-nos impossibilitados de contrair empréstimos no estrangeiro porque os capitais europeus já não têm confiança no nosso crédito, não confiam na solidez da nossa República, e os capitalistas, ou negam o seu dinheiro, ou exigem condições impossíveis de serem aceitas (p.12).

Relembra que em princípios de 1889 o Partido Liberal, reunido em congresso, repetira em peso a idéia da Federação como antagônica aos interesses coletivos e à unidade nacional. Reconhecia, porém, que a subordinação das províncias ao poder central, nos negócios a elas peculiares, derivava mais da subserviência e fraqueza dos seus delegados do que das prescrições do arrocho das leis conservadoras. Para ele, a Federação, chegará até as fronteiras do desmembramento, da autonomia administrativa, despojando a União do prestígio e força.

Para Ferreira de Araújo, fora o imperador que implantara a indisciplina militar e foi nas mãos da República que a bomba veio a arrebentar. Reconhece que o Império não soubera ou não quisera sopitar a indisciplina, por extrema tolerância, mas dizer que ele implantara a indisciplina de que fora vítima seria contrariar a realidade dos fatos.

O povo não assistiu bestializado ao 7 de Abril de 1831, como é acusado de ter assistido ao 15 de Novembro; nem se devera a maioria de D. Pedro II, em 1840, à força armada, antes a um golpe parlamentar.

O Império teve contra si — afirmava Afonso Celso — o não haver reprimido o espírito de insubordinação nas classes militares; mas foi a República que não só se constituiu pela rebeldia dessas classes, mas a tem animado, favorecido e premiado. O Império praticou erros e não podia deixar de praticá-los, mas assegurou a paz e a tranquilidade durante mais de meio século, respeitou a livre manifestação do pensamento e a liberdade do cidadão, manteve fora do país o crédito nacional e promoveu todos os melhoramentos morais e materiais compatíveis com os recursos de que dispunha. Escreveu Ferreira de Araújo que com a República é que o Brasil estava aprendendo a governar-se, ao que Afonso Celso replicou que a excelente escola republicana foi a das deposições de governadores, da destruição de tipografias, das prisões em massa, dos

exílios, das palmatoadas, dos fuzilamentos, que os militares ao arrepio das leis e ao abuso da força praticavam no poder, com raríssimas exceções. E conta com minúcia os vários casos acontecidos no Brasil, sobretudo durante a ditadura de Floriano Peixoto.

É porque a Monarquia não dispunha de um domínio absoluto, nem praticou os excessos do marechal Floriano Peixoto que se justifica sua estabilidade. Ao contrário do que sucedeu na República, no Império os homens públicos externavam suas opiniões com a máxima liberdade e segurança, sem que nunca seus conceitos mais duros, mais veementes ou mais injustos constituíssem embaraço a que ascendessem às culminantes posições políticas, dependentes do chefe do Estado ou dos governos que combatiam.

A República nenhum erro deixou de cometer (p. 45). Critica Ferreira de Araújo a política financeira do Império e os vários empreendimentos que contraiu, enquanto Afonso Celso replica que esses empréstimos eram impossíveis de se evitar, mas a República, em seis anos, aumentara essas dívidas em proporções maiores que as atingidas pela Monarquia nos seus 67 anos de existência (p. 51). Se foi um erro do Império a política dos empréstimos, a República, ao invés de corrigi-lo, agravou-o descomunalmente.

Dizia também Ferreira de Araújo que a semente da especulação da Bolsa fora lançada pelo Império, a qual a República não conseguiu conjurar. Afonso Celso replica que foi a República que deu um desenvolvimento exagerado, mórbido, febril, alucinado à Bolsa. E pergunta: “Que fez o governo provisório que se apossou da plenitude dos poderes públicos, e exercendo-os ditatorialmente, legislou como quis sobre o que lhe aprouve, sem dar contas a ninguém, e sem a mais ligeira crítica — que fez o governo provisório para coibir tais desmandos?!”. Defendeu sempre com grande dignidade o pai, Visconde de Ouro Preto, que governou apenas 160 dias, de 7 de junho a 15 de novembro de 1889. Além disso, sustentou que a República se arreceava das urnas e as eleições que fez foram farsas.

Ferreira de Araújo afirmou que os monarquistas, que tanto condenaram o 15 de Novembro, não podem pretender que a restauração venha de um levante de quartéis. Com o que concordou Afonso Celso: “Mal da monarquia se voltasse com escala pelas casernas, ou no passadio dos vasos de guerra”. E diz, mais, que “a missão da força armada não é organizar nem derrubar governos, mas assegurar o cumprimento da lei, obedecer às autoridades *legitimamente* [grifo do autor] instituídas, garantir a paz interna, defender a honra e a dignidade nacional contra os inimigos externos”. E relembra que desde o 15 de Novembro preponderavam as classes armadas. Elas estão mais expostas do que outrora às violências daqueles a quem entregaram o poder, saídos embora de suas fileiras: “A monarquia não privou arbitrariamente nenhum militar de seus postos, a nenhum exilou, a nenhum encerrou nos cubículos da Correção, a nenhum mandou barbaramente assassinar. Tais fatos estavam reservados ao domínio republicano dos marechais”.

Afonso Celso acreditou na índole pacífica das populações, o que é muito discutível. Ferreira de Araújo sustentou que a República não aceitou essa índole pacífica, mas preferiu estar alerta, e sabendo que os golpes de mão são possíveis previne-se contra eles. Ao que replicou Afonso Celso que essa é muito mais uma prova convincente da fraqueza das instituições do que essa vigilância permanente. E na República foi sempre a força que predominou, que criou os estados de sítio, os de guerra, até destruí-la, e inaugurara o generalismo, o domínio total do país, por sucessivos generais que se auto-escolhem.

E, numa demonstração do seu nacionalismo, que vai explodir no *Por que me Ufano do Meu País* (184), Afonso Celso afirma que “aventura perigosa é persistir no atual quadro de coisas em que nos vemos pobres, abatidos e humilhados pelo estrangeiro, o qual se julga com o direito de ir-se apoderando do nosso patrimônio, como se fôramos uma horda de cafres”.

Acentua que “a República tem vivido até hoje, exceto com ligeiros intervalos, livre da fiscalização da imprensa, quase permanentemente amordaçada, no estado de sítio pela imposição dos governantes, fora do sítio, pelas violências e ameaças do jacobinismo intransigente e feroz”.

E, respondendo à tese de Ferreira de Araújo que o 15 de Novembro conquistou o Brasil e sua liberdade política, constituindo a restauração um passo para trás, Afonso Celso declara: “Bonito progresso, o alcançado (...)”, pois “limpe tal progresso as mãos à parede”.

Seguem-se um artigo sobre “São Paulo na Frente”, isto é, formando o Partido Monarquista, e depois o manifesto do Partido Monarquista de São Paulo, a circular do Partido Monarquista de São Paulo, a ata da reunião do Partido Monarquista de São Paulo, Carta ao Diretório Monarquista de São Paulo e manifesto dos chefes monarquistas (Visconde de Ouro Preto, João Alfredo Correia de Oliveira, Lafayette Rodrigues Pereira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo)(185).

Afonso Celso escreveu também “O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro”, no qual trata de “um dos crimes mais revoltantes dos nossos fastos, de uma das nódoas mais vergonhosas do regime republicano no Brasil, contra o gerente de *A Liberdade* e o proprietário da *Gazeta da Tarde*, ambos monarquistas. Com ele, visava restabelecer a verdade, defender-se das arguições malévolas que se irrogaram em consequência do procedimento dele durante a execução do delito [Afonso Celso pai e filho estavam junto a Gentil de Castro quando de seu assassinato], render à memória da vítima a homenagem de respeito e admiração a que faz jus, fornecer ao historiador futuro alguns elementos para que ajuíze da maneira como o sistema republicano garantiu entre nós a propriedade, a liberdade e a vida dos cidadãos”(186).

(184) 1ª edição, Rio de Janeiro, 1901. Até hoje, mais de 35 edições.

(185) Paris, 1899 (?)

(186) A tudo isso junta Afonso Celso as versões do *Jornal do Commercio*, de *O Paiz*, da *Gazeta de Notícias*, da *República*, da *Cidade do Rio* e uma carta da viúva do coronel Gentil.

Na sua constante admiração por D. Pedro II e, desde então, pela monarquia parlamentar, Afonso Celso escreveu sobre o imperador uma página de louvor à sua figura e ao império que dirigiu⁽¹⁸⁷⁾.

Seu grande livro, obra orgânica e não coleção de artigos como a maioria que viemos anotando, é *Por que me Ufano de Meu País*. Esta é a visão mais otimista que se escreveu sobre o Brasil, retomando a tese de Simão de Vasconcelos de estar no Brasil o paraíso terrestre. Nada tem a ver com a concepção monarquista da história do Brasil e terá tratamento mais adequado noutro volume desta *História da História do Brasil*, quando tratarmos da historiografia nacional.

Vem, depois, os *Oito Anos de Parlamento, Poder Pessoal de D. Pedro II, Reminiscências e Notas*⁽¹⁸⁸⁾, um livro de memórias de sua eleição, suas impressões, os presidentes do Conselho de Ministros, os presidentes da Câmara, os ministros, os oradores, os deputados notáveis, traços psicológicos de alguns deputados, a fisionomia de uma sessão, a abolição, os pródromos da República, a última sessão da Câmara na monarquia, o parlamentarismo no Brasil, ao qual juntou a sexta tese por ele apresentada ao Congresso Nacional de 1914 sobre o poder pessoal do imperador, inversão das situações políticas, os programas dos partidos, agitação democrática⁽¹⁸⁹⁾.

Nessa segunda parte sobre o poder pessoal do imperador, a de maior interesse para esse livro, sustentou três proposições: 1.ª) D. Pedro exerceu poder pessoal; 2.ª) exerceu esse poder legitimamente, porque lho conferia a Constituição de 25 de março de 1824; 3.ª) do exercício do poder pessoal de D. Pedro II provieram benefícios para o país.

Afonso Celso concordou que as acusações ao poder pessoal do imperador foram sempre ditas e reeditas por várias personalidades do Império. Ferreira de Araújo sempre combateu o abuso das prerrogativas imperiais por parte de D. Pedro II. Cita o discurso de Ferreira de Araújo, em 31 de julho de 1884, justificando seu voto contrário à lei de meios (orçamento), e transcreve o seu protesto contra o príncipe conspirador: “Nenhum de vós desconhece a onipotência do chefe do poder executivo. Esta onipotência resulta não só do texto constitucional, como, principalmente, da longa prática de abusos e excessos que os poderes invadidos e usurpados não poderão reprimir (...) Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorganizada; quarenta anos de desfalecimentos, de sujeições, de murmurações de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem-sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão talvez animado

(187) “D. Pedro”, in Max Fleiuss, “Comentários do Brasil”, *RIHGB*, 1901, 1. LXIV, parte II, 125-132.

(188) Rio de Janeiro, 1a. ed., p. 239. Várias edições. Este livro teve uma contestação muito frágil no livro de Virgílio Cardoso de Oliveira, *Afonso Celso Contra Afonso Celso*, Belém, 1902.

(189) Vide *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1916, t. especial, parte IV, pp. 375-412.

o poder a afrontar a opinião do país e a desferir sobre a Câmara o golpe da dissolução” (p. 186-187).

Afirma Afonso Celso que Ferreira de Araújo em 1888, ministro da Coroa, teve ensejo de conviver com o imperador, donde resultou atenuar-se, senão desaparecer, a severidade de seus juízos (p. 187). Acrescenta que, vitoriosa a República, dela se afastou e morreu em retraimento político, apregoando suas convicções monárquicas e prestando homenagem ao imperador, a quem tanto atacava. Para louvar, o imperador e a Monarquia, lembra que esta chamava para funções públicas todas e quaisquer idoneidades intelectuais e morais (p. 190). Daí tira a conclusão inegável de que o poder pessoal de D. Pedro II existiu e eficazmente atuou na direção nacional. Mas esse poder derivava do pacto básico do Império e fundamentava-se em textos peremptórios, iniludíveis da Constituição: “Bem se argua de despótica a Constituição de 1824. Ao contrário, no tocante às garantias civis e políticas, à inviolabilidade das que têm por base a liberdade, a propriedade e a segurança individual é porventura superior à da República, promulgada 67 anos mais tarde”. A diferença capital entre a Constituição monárquica e a republicana — dizia Afonso Celso — consistia em que, sob aquela, se facultava à vontade nacional tudo alcançar, inclusive a República, pois segundo o artigo 188 só era constitucional o que dizia respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não era constitucional podia ser reformado. Sob a Constituição de 1899, nem mesmo a idéia da transformação do regime federalista em unitário ou a de uma composição do Senado diversa da estabelecida era possível.

Afonso Celso considerava o exame dos benefícios ou não do poder pessoal do imperador grandemente benéfico: “nenhum adversário do princípio monárquico, nenhum desafeto do Imperador poderia citar um fato de iniciativa particular deste que se inspirasse em sentimentos subalternos, em más intenções” (p. 204).

Ao lado do exame dos benefícios prestados à Nação por D. Pedro II, Afonso Celso, nos capítulos “A Inversão das Situações Políticas”, “Programas dos Partidos” e “Agitação Democrática”, acentua o equilíbrio e a harmonia com que se desenvolveu a história brasileira, com a alternância dos dois partidos, o Conservador e o Liberal, um sustentando a situação, outro impelindo para reformas, o que se chamou o princípio estático e dinâmico da sociedade política. Nos programas dos partidos, ele recompõe sempre sinteticamente os vários partidos que agitaram a vida pública brasileira, o Partido Liberal moderado ou monarquista, o Liberal exaltado, federalista e republicano, e o reacionário e restaurador na Regência, e com D. Pedro II os liberais e conservadores, a seguir a conciliação, a liga progressista, a divisão entre os liberais históricos e progressistas, e os radicais.

No capítulo final sobre a agitação democrática, quer sustentar que no Brasil sempre dominou o espírito democrático e cita os vários impulsos democráti-

cos, a começar pelas revoltas que ensangüentaram a história brasileira. Afirma, então, que Bartolomeu Mitre denominava o Brasil governado por D. Pedro II de “democracia coroada” (p. 235), título que serve à tese fundamental de João Camilo de Oliveira Torres, um dos principais defensores contemporâneos da restauração monárquica.

Mas, se por agitação monárquica se quer significar os pródromos da República, relembra seu discurso pronunciado em 22 de junho de 1886, quando perante o presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, afirmou que “a monarquia mantém-se por tolerância (*muitos não apoiados*), sem um único esteio ou ponto de apoio na alma nacional. Qual dos dois partidos militantes é convictamente monarquista? Nenhum. Quando está no poder qualquer deles, como a monarquia e seus interesses coincidem, em um ponto de intersecção, ele a defende” (p. 236).

Afonso Celso estava na sua pequena fase republicana, com o que disfarçava seus profundos sentimentos monarquistas, que percebia ameaçados de dissolução. Logo acrescentava nesse mesmo discurso: “Não há uma classe, um grupo de homens diretamente interessados na manutenção do regime monárquico”, e concluía que “qualquer agitação mais séria contra a monarquia encontrará as adesões gerais ou nenhuma resistência e triunfará necessariamente” (p. 236). Lembrou, ainda, ter Joaquim Nabuco observado que nos últimos anos do Império havia mais coragem em se dizer alguém monarquista, do que em ser republicano (p. 240).

Quando escreveu “A Eloquência Parlamentar desde a Assembléia Constituinte de 1823 à Maioridade”⁽¹⁹⁰⁾, mostrou que seus estudos sempre se concentraram na fase monárquica, que gozava da sua declarada simpatia.

Sua biografia do pai, Visconde de Ouro Preto, *Excertos Biográficos*⁽¹⁹¹⁾, consiste na reunião de artigos que vinha publicando na imprensa e de anexos, como “O Assassinato de Gentil de Castro”, publicado em livro, mais o “Advento da Ditadura Militar no Brasil”, também editado em livro e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o primeiro dele e o segundo do pai, e os discursos pronunciados pelo Visconde de Ouro Preto na Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 1889, a certidão de batismo e o testamento do visconde.

Na verdade, o *Visconde de Ouro Preto* não é um livro orgânico, uma composição biográfica, mas a reunião de artigos seus sobre o pai e peças suas e dele, visconde, de interesse para o estudo da vida de Ouro Preto. O livro nasceu de uma proposta apresentada na sessão do Instituto Histórico, a 18 de julho de 1927, por Otelo Reis, para que se reunissem os artigos por ele publica-

(190) RIHGB, *Anais do Segundo Congresso de História* (7-14 de abril de 1931), Rio de Janeiro, 1942, 5-75.

(191) Porto Alegre, 1936.

dos. Foi primeiramente publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁽¹⁹²⁾.

Na Academia Brasileira de Letras comemorou-se seu jubileu jurídico⁽¹⁹³⁾ e coube a Afonso Celso receber Lauro Müller aos 16 de agosto de 1917⁽¹⁹⁴⁾ e Otávio Mangabeira no dia 1º de setembro de 1934⁽¹⁹⁵⁾. Mesmo num discurso literário de recepção acadêmica, como no de Lauro Müller, Afonso Celso não perde a oportunidade de censurar a República e exaltar o Império; e proclama que “no discurso de mais de sessenta anos, as Câmaras do Império honraram a nação. De alguma sorte, todas se recomendaram. Nenhum grande talento ou grande caráter nacional se viu delas acinte excluído. Nos debates reinavam, em regra, elevação e patriotismo”⁽¹⁹⁶⁾.

Aproveitou a oportunidade para louvar as vantagens da Monarquia, citando o pensamento de Lord Salisbury: “Pensem o que pensarem — exclamava o célebre marquês — os partidários do Estado republicano, sobre a superioridade dessa forma abstrata. É excelente que a unidade nacional e as responsabilidades imperiais sejam corporizadas como na Inglaterra, em uma pessoa educada desde o berço para tal efeito e que, para chegar ao poder, não se veja levada a ter como inimiga a metade dos eleitores da Nação, e que, por outro lado, não devendo a sua magistratura à influência de quem quer que seja, nenhuma obrigação deva reconhecer” (p. 243).

E, na sua devoção por D. Pedro, escreveu que Otávio Mangabeira fora para o exílio, “penalidade inflingida no primeiro reinado aos Andradas e outros brasileiros ilustres, a ninguém sob o Magnânimo” (p. 219), quando em 3 de julho de 1842, no começo do reinado de D. Pedro II, foram feitas as únicas deportações do Segundo Reinado.

Quando faleceu, aos 11 de julho de 1938, Miguel Osório de Almeida⁽¹⁹⁷⁾ disse que “Afonso Celso era para todos nós como que a personificação da nobreza e das virtudes que procuramos desenvolver como ideal a atingir. Sua serenidade provinha do ânimo forte, temperado pelos embates sem conta que a vida lhe proporcionou”.

Alceu Amoroso Lima, na mesma ocasião, escreveu que “o Brasil teve em Afonso Celso um desses homens representativos, um desses exemplares típicos de sua raça, de sua história, de sua psicologia coletiva — como não vejo vivo nenhum mais em torno de nós. Outros o excederam nesta ou naquela qualidade — como escritores, como pensadores, como homens de ação. Nenhum, ve-

(192) RIHGB, Rio de Janeiro, 1929; 1. 103, vol. 157, 1ª parte, 1928.

(193) *RABL*, Rio de Janeiro, 1931, vol. XXXVI.

(194) *Discursos Acadêmicos (1914-1918)*, Rio de Janeiro, 1935, vol. III, pp. 221-246.

(195) *Discursos Acadêmicos (1933-1935)*, vol. VIII, Rio de Janeiro, pp. 200-221.

(196) *Op. cit.*, p. 240.

(197) “O Conde de Afonso Celso”. *RABL*, ano 31, vol. 56, pp. 31-78. Nestas páginas, além do discurso de Miguel Osório, publicaram-se o do presidente Antônio Austregésilo, de Ataulfo de Paiva, Ademar Tavares, Múcio Leão, Otávio Mangabeira, Oswaldo Orico, e os artigos de João Luso e Maria Eugênia Celso.

jo eu, que, como ele, representasse melhor aquilo que ele mesmo, com tanta justeza, chamou de brasilidade”⁽¹⁹⁸⁾.

Assis Chateaubriand escreveu que Pedro Lessa, colega de Afonso Celso na Faculdade de Direito de São Paulo, lhe dissera que ele era o aluno mais brilhante do seu tempo. Era o que mais prometia, declarou-lhe Alberto de Faria: “Entretanto Afonso Celso renunciou aos cumes, que colegas e amigos prognosticavam na sua carreira de homem público, a fim de guardar fidelidade a um Rei morto e a uma família banida. Tal a imarcescível realidade viva da existência de um dos derradeiros *gentlemen* do Império”⁽¹⁹⁹⁾.

Barboesa Lima Sobrinho não considerava integralmente exata a afirmação de que Afonso Celso fora republicano na Monarquia e monarquista na República. Para ele, “o motivo que para sempre afastou Afonso Celso do regime de 15 de novembro foi, por certo, o sentimento filial (...) O vigor do sentimento filial constituiria o apanágio desse grande brasileiro, que acabamos de perder. Ele sabia que podia aspirar a todos os postos; havia dentro dele um alto espírito público, desejoso de servir ao interesse coletivo. E de tudo ele abriu mão, e a tudo sopitou com energia e desprendimento absoluto. A sua renúncia é uma atitude afetiva”⁽²⁰⁰⁾.

San Tiago Dantas, em suas “Considerações Sobre o Morto”⁽²⁰¹⁾, sublinhou que lhe coube “trazer intacto, até os dias sombrios de hoje, o mais alto padrão de virtudes cívicas que já elaborou o país. Trazer não em palavras, em opiniões ou escritos, mas através de um exemplo singular: a sua vida — longa, discreta, homogênia, às vezes imperceptível durante anos, sempre bastante alta para que a pudessem ver e compreender todos os seus compatriotas”.

Costa Rego escreveu que “ele era, pois, o último sobrevivente da última Câmara da Monarquia, o último deputado que votara a abolição da escravatura, em cujo projeto colaborou como participante da comissão de cinco membros que emitiu parecer favorável à iniciativa do governo. (...) O que temos agora a celebrar não é, portanto, apenas o grande homem de letras que ele foi, e nisto bastante se esmerou sua alma; é também, acima de tudo, o homem em toda a dignidade de caráter, em toda a bela afirmação, que soube ostentar, dos atributos verdadeiramente simplesmente humanos”⁽²⁰²⁾.

Clementino Fraga, ao fazer-lhe o elogio na Academia Brasileira de Letras aos 10 de junho de 1939, escreveu: “Belo homem, esse Afonso Celso: beleza física, intelectual e moral. A proporção e a suavidade dos traços no adorno da fisionomia, o lume da inteligência que lhe permitiu acumular reservas de saber clássico e excelências de cultura moderna; a sensibilidade que no poeta

(198) *O Jornal*, 13 de julho de 1938, reproduzido em *Homenagem à Memória do Conde de Afonso Celso*, Rio de Janeiro, 1939, pp. 98-101.

(199) *O Jornal*, 16 de julho de 1938, reproduzido *in op. cit.*, pp. 137-139.

(200) *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1938, reproduzido *in op. cit.*, pp. 169-171.

(201) *O Jornal*, 20 de julho de 1938, reproduzido *in op. cit.*, pp. 227-230.

(202) *Correio da Manhã*, 13 de julho de 1938, reprod. *in op. cit.*, pp. 260-262.

exaltou o gosto, sempre atendido nos desvelos da estética; os dotes de coração que lhe sublinharam as manifestações do sentimento; a alma intemerata, serena, embevecida na conformidade com o sofrimento — a grande alma religiosa, sentidamente cristã; toda essa riqueza de dons, em singular harmonia, ele a teve, à prova de vaidades e tentações, contratempos e viscissitudes”⁽²⁰³⁾.

8. João Camilo de Oliveira Torres

Nenhum conservador, ainda que limitado ao conservadorismo monárquico, teve como João Camilo tanta capacidade de generalizar, de teorizar, de compreender os fatos nas suas origens e de ligá-los a fatos mais amplos de que dimanavam. João Camilo (Itabira do Mato Dentro, MG, 1915 — Belo Horizonte, MG, 1973) não escavou documentos, não desvendou na pesquisa, que não era do seu gosto, nada factual que determinasse nova visão compreensiva do processo histórico que estudava. Mas sua grande arte, sua grande contribuição consistiu em generalizar o factual, colhido e conhecido, transformando-o num processo orgânico; ele sabia formular dos fatos a teoria que os explicava. Representava os fatos como conseqüências lógicas de fatos anteriores, ligava-os, compreendia-os e formulava uma doutrina conservadora monarquista, representativa parlamentar, e ia ao máximo do desenvolvimento teórico ao pensar a possibilidade de haver no Brasil uma monarquia representativa socialista.

O conservador era mais monarquista que conservador e aceitava formas sociais avançadas desde que contidas num arcabouço político-teórico monarquista. Concordava que a Monarquia adquirisse formas trabalhistas ou social-democráticas, desde que conservasse sua essência monárquica. Daí a grande coerência de seu pensamento político e a exaustiva demonstração de seus livros, nos quais a compilação ou a repetição argumentativa não invalidava a defesa do monarquismo. Isso ele fez melhor que qualquer monarquista ou qualquer conservador. Por isso mesmo, seu pensamento é orgânico, apesar de derramado, quase sempre excessivo e repetitivo, no conjunto da obra. Mas é tal conjunto que revela sua força, sua capacidade doutrinária e a correta aplicação ao caso brasileiro.

Por isso ele não foi um conservador, em termos gerais, nem tampouco um monarquista fechado. Não. Ele admitiu a evolução da Monarquia e todos os seus livros, desde *O Positivismo no Brasil* ⁽²⁰⁴⁾, seguido de *A Democracia Coroada (Teoria Política do Império do Brasil)* ⁽²⁰⁵⁾, de *A História Imperial do Brasil e seus Problemas* ⁽²⁰⁶⁾, de *A Formação do Federalismo no Brasil* ⁽²⁰⁷⁾, de

(203) *Discursos Acadêmicos (1938-1943)*, Rio de Janeiro, 1944, vol. 11, pp. 121-152.

(204) Petrópolis, 1943.

(205) Rio de Janeiro, 1957.

(206) Rio de Janeiro, 1950.

(207) São Paulo, 1961.

Os Construtores do Império⁽²⁰⁸⁾, ou a *História das Idéias Religiosas no Brasil*⁽²⁰⁹⁾, constituem um conjunto orgânico, coerente, único, do desenvolvimento de uma doutrina baseada na concretude da História. Daí sua importância, sua preponderância como doutrinador do conservadorismo monárquico.

Eduardo Prado foi muito importante como combatente monarquista conservador, mas João Camilo tem uma obra maior, mais influente, mais duradoura. A tal ponto que existe um jornal monarquista, *Democracia Coroada*, que é o boletim do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos João Camilo de Oliveira, defensor, como ele, da restauração monárquica, tal como fez em sua época Eduardo Prado.

Não pretendo fazer comparações e creio ter dado ao estudo sobre Eduardo Prado o desenvolvimento que sua figura singular merecia. Mas creio que João Camilo tomou a lança deixada pelo primeiro, sobretudo, e a carregou com toda coerência e com o sentido de honra que sua vocação lhe impusera. Sua obra trata de grandes temas examinados, sem espírito de síntese, às vezes esparrramados, muitas vezes compilações longas, citações demasiadas, mas sempre unida pela linha interpretativa monarquista.

Sua obra é maior, incluindo livros como o *Governo Régio*⁽²¹⁰⁾, o *Presidencialismo no Brasil*⁽²¹¹⁾, a *Cartilha do Parlamentarismo*⁽²¹²⁾, a *História do Império*⁽²¹³⁾, *Instituições Políticas e Sociais do Brasil*⁽²¹⁴⁾, *Estratificação Social no Brasil, suas Origens Históricas e suas Relações com a Organização Política do País*⁽²¹⁵⁾, *Natureza e Fins da Sociedade Política — Visão Cristã do Estado*⁽²¹⁶⁾, *Interpretação da Realidade Brasileira — Introdução às Idéias Políticas no Brasil*⁽²¹⁷⁾, todos igualmente dominados pela linha interpretativa monarquista, porém menos conservadora que pareceu a muitos e sempre aberta ao exame das influências liberais.

João Camilo sempre repetiu que, no Império, conservadores e liberais muito se pareciam e que a grande sabedoria política do imperador D. Pedro II consistiu na alternância dos dois partidos no poder. No fundo, ele sabia que a sociedade não se move por bandeiras partidárias, mas pelos interesses da sociedade, que são os grandes trilhos do movimento.

Desde *O Positivismo e a República*, João Camilo afirmava que “no Brasil não havia teoria do regime monárquico”. “O Império” — esclareceu — “era

(208) São Paulo, 1968.

(209) São Paulo, 1968.

(210) Petrópolis, 1958.

(211) Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1962.

(212) Belo Horizonte, 1962.

(213) Rio de Janeiro, 1963.

(214) São Paulo, 1965.

(215) São Paulo, 1965.

(216) Petrópolis, 1968.

(217) Rio de Janeiro, 1969.

defendido apenas como coisa de utilidade no movimento. Ou então por sentimentos de fidelidade e de amizade pessoais ao soberano. Os políticos, ao cárem no ostracismo, desforravam-se no Imperador. Além disso todo mundo era mais ou menos liberal. E pode-se incluir neste número o Sr. D. Pedro II. Defendia-se, então, a necessidade de manter o Imperador”⁽²¹⁸⁾.

Não creio certo afirmar-se que não havia teoria do regime monárquico. O próprio João Camilo irá mostrar o equívoco dessa afirmação, sobretudo em *A Democracia Coroada e Os Construtores do Império*.

Toda uma construção teórica foi elaborada na Constituição de 1824, bem como nos debates parlamentares. Nestes, um dos mais frutíferos foi o que debateu a criação do Conselho de Estado, no qual as maiores figuras políticas do começo do Segundo Reinado manifestaram suas concepções políticas, tais como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Francisco de Paula Sousa e Melo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e vários outros, devendo-se destacar José Joaquim Carneiro de Campos, o provável autor da Constituição do Império. Nos 189 discursos pronunciados nesse debate, um dos maiores do Império, elaborou-se toda a doutrina monárquica brasileira sobre os poderes e as relações entre os poderes⁽²¹⁹⁾.

O que era verdadeiro era a semelhança teórica e prática, com raras exceções, entre conservadores e liberais. João Camilo, nos seus principais livros, acentua este aspecto partidário indistintivo. Essa indistinção não aparece apenas no começo do debate teórico sobre a Monarquia, mas em autores de grande prestígio e influência surgidos em fase posterior, como Paulino José Soares de Sousa, mais tarde Visconde do Uruguai, e José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, ou a geração última da Monarquia, como Saraiva.

Paranhos, em discurso aos 28 de julho de 1862, disse que “as palavras conservadores e liberais também não me parecem que tenham uma significação tão positiva que possa servir para estabelecer as balizas que devem separar-nos no empenho de melhor servir à causa pública.

“Creio que conservadores e liberais somos todos nós e é isto mesmo que muitas vezes se tem repetido de um e de outro lado. Somos conservadores, porque queremos conservar e defender as instituições juradas; todos reconhecemos que a monarquia é a mais preciosa herança dos nossos maiores (*apoiados*); que a integridade do Império é a condição essencial para o futuro grande e glorioso que desejamos para o nosso país. Também somos liberais porque todos queremos a monarquia, mas a monarquia no mais perfeito consórcio com as liberdades públicas (*muitos apoiados*); é esta a exigência do século em que vivemos, é esta a aspiração bem manifestada por todo o país”⁽²²⁰⁾.

(218) *O Positivismo*, ed. cit., p. 92.

(219) Vide José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Brasília, Senado Federal, 1978.

(220) *APB CD*, sessão de 1862, t. 1, pp. 258-259.

E Saraiva, o líder liberal, num discurso anterior, aos 21 de maio de 1862, dizia: “Felicito ainda o Brasil, porque essa situação se deriva do facto seguinte: desde o primeiro deputado da maioria até o último deputado da oposição, todos reconhecem que no Brasil não é possível senão a monarquia constitucional; desde o primeiro deputado da minoria até o último deputado da minoria, repito, todos reconhecem que a Coroa é o melhor abrigo de nossa constituição, a maior e a mais segura garantia dos nossos direitos (*apoiados prolongados*)”⁽²²¹⁾.

Havia, assim, uma convicção conservadora e liberal a favor do Governo e, como tentei mostrar em *O Conselho de Estado, Quinto Poder*?⁽²²²⁾. Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas, declarou que “o Poder Moderador não era senão uma espécie de ditadura, ditadura porém restringida a certos e poucos objetos, a certos e bem determinados atos particulares”. Por isso o liberal Sales Torres Homem, futuro Visconde de Inhomirim, transformado em conservador, declarou na Câmara: “Senhores, fundar um governo forte no meio de uma sociedade livre, eis o nosso *desideratum*”⁽²²³⁾.

A idéia é sempre a mesma, de que os partidos se assemelham e que nenhum dos dois desejava outro governo que não a monarquia. Rio Branco, aos 7 de junho de 1864, repete: “Tem-se dito e repetido um milhão de vezes; uns que entre nós não há partidos, outros que os partidos apenas se diferenciam, que o antagonismo político dificilmente pode ser definido”⁽²²⁴⁾.

A Democracia Coroada é, conforme o próprio autor, um livro de história das idéias, de análise dos “diferentes sistemas ideológicos que exerceram influência no Brasil, seja em seu desenvolvimento político, como no caso presente, seja na formação espiritual, seja ainda na vida religiosa ou social”.

O que João Camilo deseja é estudar “as origens, a estrutura e as transformações do complexo ideológico que estava na raiz da ação dos homens políticos do Império, a ideologia que impulsionou a nossa história no período imperial”. Parte, nesse livro, “do princípio de que existe uma determinada doutrina política subjacente do conjunto das instituições do Império brasileiro”. Ele tinha também por objetivo examinar as repercussões da ideologia constitucional do século XIX na vida brasileira, a grande invenção que fora a monarquia constitucional, o *cabinet government* (o governo de gabinete). Para ele, a monarquia constitucional teve por inventores homens que amavam a liberdade, desconfiavam das utopias e sabiam que a liberdade nasce da limitação do poder. Mais ainda, ele acreditava que “a doutrina constitucional reconhecia que a he-

(221) *Id.*, pp. 64-65. ,

(222) *Op. cit.*, p. 169.

(223) *ACD*, sessão de 1862, Rio de Janeiro, 1862, t. 1, p. 217, 1.^a col.

(224) *Anais do Senado*, 2.^a sessão de 1864, 12.^a legislatura, Rio de Janeiro, 1864, vol. II, pp. 55-62.

reditariedade da coroa é benéfica, pois possibilitará a existência de um árbitro neutro e relativamente imparcial e, o que importa mais, colocará o poder supremo fora do alcance das ambições dos estadistas e oferecerá ao povo um representante supremo da pátria que não pertence a partidos e simbolizará, encarnando-a numa pessoa viva e concreta, a sobrevivência da comunidade nacional, no tempo e no espaço. O rei, por seu lado, terá a vontade sujeita aos limites que a constituição estabelece a todos os poderes, enquanto o poder executivo se exercerá por intermédio de ministros responsáveis”⁽²²⁵⁾.

No estudo das raízes ideológicas e históricas da Monarquia, um dos capítulos básicos doutrinários desse livro, João Camilo sustentava a grande tese monarquista conservadora: “A grande novidade do movimento da Independência do Brasil, que o tornou radicalmente distinto e singular (mais por ausência de dinastias que por falta de vontade dos homens), consistiu no fato de já ser o Brasil um reino e como tal permanecer (...) Os brasileiros não conseguiram a Independência arrancando-a à força do Príncipe Regente; pelo contrário, tiveram nele um aliado e companheiro”.

Para ele, não houve solução de continuidade entre a Colônia e a Independência, em virtude da lenta, segura e suave evolução traçada por D. João VI. E, como as realezas são naturalmente tradicionalistas, temos que procurar a explicação do Grito do Ipiranga numa história que principia na Batalha de Ourique (1139)⁽²²⁶⁾. Essa tese ele a desenvolveu no principal capítulo doutrinário do livro, relativo às raízes ideológicas e históricas, mais importante que a segunda parte sobre as instituições imperiais e que a terceira, sobre as fases do desenvolvimento.

A tese acima exposta, base de todo o sentido do livro, é reafirmada na conclusão, quando, ao falar da missão histórica do Império, ele repete que “o Brasil como Estado separou-se de Portugal como Estado; o Império do Brasil passou a viver independente do Reino de Portugal. Culturalmente falando, não houve solução de continuidade”⁽²²⁷⁾.

Para João Camilo a Realeza veio para o Brasil e aqui se meteu no movimento da Independência. D. Pedro I, com suas preocupações de constitucionalismo, estava de fato restaurando a verdadeira tradição da família. O absolutismo em Portugal era tipicamente mercadoria importada. “D. Pedro I, porém, tirou a diferença e restabeleceu a tradição”⁽²²⁸⁾. Sustenta, a seguir, a crueza da independência nos Estados Unidos e na América Espanhola, ao contrário do que teria acontecido no Brasil, onde a passagem de um estado para outro foi pacífica. Tentei mostrar no meu livro *Independência, Revolução e Contra-*

(225) *Op. cit.* pp. 21-23.

(226) *Id.*, p. 21.

(227) *Id.*, p. 551.

(228) *Id.*, p. 34.

Revolução⁽²²⁹⁾ a falsidade dessa tese incruenta e acentuar que a ruptura foi evitada pela contra-revolução que existia no bojo da revolução, aparecerá com a dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 e se reforçará economicamente com o empréstimo em Londres de 1824.

João Camilo adere à tese do divórcio, afirmada e repetida por Oliveira Lima e Oliveira Viana. O divórcio político, para Camilo, contribuiu para os seguintes fenômenos: “a) permanência da legitimidade institucional, com a conservação da monarquia legítima e o reconhecimento da democracia legítima; b) a realização dos objetivos políticos da democracia liberal conforme o ideal próprio do século XIX, isto é, um governo destinado a garantir a vida, a liberdade, a igualdade e o direito à felicidade dos cidadãos”⁽²³⁰⁾. Veremos mais adiante, ao tratarmos das correntes liberais, que elas sempre sustentaram que a Monarquia se criou e sustentou porque assim o quis a soberania popular, tese que Timandro (Sales Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim) defendeu com o vigor de sua dialética liberal-radical.

João Camilo, no desenvolvimento de sua tese, levado pelo entusiasmo dialético, repetiu, concordando com a afirmação do filósofo peruano Alberto Wagner de Reyna, que a Monarquia sempre foi de esquerda: “O Império procurou resolver os conflitos do seu tempo no sentido ‘esquerdista’ de ampliação de liberdades, dentro de esquemas próprios do século: um esquerdismo liberal. E não o que teríamos por ‘esquerdismo’, isto é, socialista”. Ora, seria possível chamar de *esquerdismo liberal* a uma forma de governo que permitiu e conviveu com a escravidão negra? Nem creio que seja possível sustentar ser o Brasil uma sociedade sem classes — tese defendida por Oliveira Viana e arrasada por Astrogildo Pereira⁽²³¹⁾.

João Camilo insistiu muito na tese de que a Independência foi uma revolução legítima, “quando o hábito das revoluções não é outro senão o de destruir uma forma de legitimidade, para não dizer toda a legitimidade existente. As revoluções possuem dupla face: destroem uma ordem existente e estabelecem outra”. “A Independência do Brasil, porém, foi uma revolução legítima: nada quis destruir. O Brasil passou de monarquia absoluta para monarquia constitucional, de reino unido a nação soberana, tudo isto graças à ação de instrumentos de governo e instituições de governo vindas da situação anterior”⁽²³²⁾.

Logo adiante, ele acentua esse aspecto, que é um argumento muito usado pelos conservadores e completamente oposto à tese liberal, que, como veremos mais adiante, sustentou sempre que a soberania pertence ao povo, que esco-

(229) Rio de Janeiro, 1975. 5 vols.

(230) Id. p. 553.

(231) Ver, o primeiro, *Evolução do Povo Brasileiro*, São Paulo, 1933, e do segundo *Interpretações*, Rio de Janeiro, 1944.

(232) *Democracia Coroada*, ed. cit., p. 61.

lheu a Monarquia, como poderia ter escolhido a Democracia, tanto que D. Pedro I sempre se declarou escolhido “pela unânime aclamação dos povos”, como diz a carta de lei que precede a Constituição de 1824, embora para efeitos externos, no Tratado de Reconhecimento da Independência por Portugal, de 29 de agosto de 1825, se tenha evitado a expressão, que seria rejeitada pela Santa Aliança⁽²³³⁾.

João Camilo acentua esse aspecto conservador ao escrever que “o dado mais original, portanto, da Revolução que deu ao Brasil a sua independência política é o fato de haver sido uma revolução legítima, que teve como consequência o estabelecimento de um regime nascido da união de uma realza legítima com uma democracia legítima”⁽²³⁴⁾. E sustenta, finalmente, que o Brasil possuía, desde o seu nascimento, um regime democrático quanto às origens e monárquico quanto à execução: havia cargos elegíveis e cargos hereditários, umas funções eram democráticas e outras, aristocráticas. Daí advinha a unicidade da Independência brasileira, ao contrário de toda a América⁽²³⁵⁾.

A segunda parte da *Democracia Coroada* examina as várias teses, discutidas e indiscutíveis, sustentadas pelos políticos militantes que se constituíam ao mesmo tempo em seus teóricos: o imperador é irresponsável, reina, governa e administra; o regime é parlamentarista; a alternância dos dois partidos, cuja dualidade se rompe somente na década de 1860-1870, quando em 1862 aparece o Partido Progressista, ala do Liberal, o Liberal-Radical (1868), outro ramo do liberal, e o Partido Republicano (1870)⁽²³⁶⁾.

Nessa segunda parte do livro, ele começa examinando a teoria do estado imperial e depois estuda o parlamentarismo, o Poder Legislativo, o Moderador, a Monarquia hereditária, o Conselho de Estado, o Poder Executivo, a organização militar, o Poder Judicial, os direitos civis e políticos dos cidadãos, o sistema eleitoral, as reformas eleitorais, os órgãos de base da política (o quarteirão, o distrito, as paróquias e colégios), os partidos, os ideais do Partido Liberal, a província, os municípios, a aristocracia, a Igreja e o Estado.

Na terceira parte, intitulada “As Fases do Desenvolvimento”, examina a elaboração da Constituição, o papel de D. Pedro I até a Constituição e a Abdicação. Seguem-se o estudo do Ato Adicional, a figura e a obra de D. Pedro II, as causas da República, e termina escrevendo sobre a missão histórica do Império, cujas idéias centrais já foram aqui expostas.

O segundo livro mais importante como exposição e debate do monarquismo é *Os Construtores do Império — Ideais e Lutas do Partido Conservador*

(233) Vide sobre a matéria o vol. V. do meu *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, subintitulado *A Política Internacional*, Rio de Janeiro, 1976.

(234) *Democracia Coroada*, *op. cit.*, p. 62.

(235) *Id.* p. 65.

(236) Vide, sobre isso, Américo Brasiliense, *Os Programas dos Partidos e o 2.º Império*, primeira parte, “Exposição de Princípios”, São Paulo, 1878.

Brasileiro⁽²³⁷⁾. Nele João Camilo renova, amplia, conceitua o conservadorismo e seus fins no Brasil. Para ele, o conservadorismo é uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. Podemos dizer que o traço mais característico da psicologia conservadora consiste, exatamente, no fato de que não considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido da continuidade histórica.

Segundo ele, o conservador acha impraticável qualquer reforma sem respeito às condições preexistentes. Pode-se reformar com a cautelosa adaptação do existente às novas condições, mas nunca estabelecer algo inteiramente novo.

Distingue as várias formas de conservadorismo. Primeiro, o imobilismo, que não aceita qualquer espécie de mudança, pretende que a situação atual se mantenha sem qualquer modificação. Assim, por exemplo — ele não cita — o quarto Gabinete, de 2 de fevereiro de 1844, constituído essencialmente por baianos, foi, na sua época, denominado de “política da inércia”; o sexto Gabinete, de 5 de maio de 1846, era considerado “liberal regressista”. Os gabinetes não eram simplesmente conservadores ou liberais, mas houve vários gabinetes organizados de combinações de conservadores e liberais.

Em seguida, João Camilo trata do reacionarismo, caracterizado por negar o tempo, igualmente e de maneira mais extremada que o imobilismo, pois pretende que ele reflua. (A corrente reacionária-histórica será examinada, no presente livro, em capítulo especial.)

Acentua depois que ao conservadorismo se opunha o “espírito progressista, isto é, daqueles que acreditam, ao contrário, que a História é sempre um campo em que se realiza, automaticamente, um progresso continuado, e onde, pois, o novo é sempre bom, ao contrário dos imobilistas e reacionários, que admitem que o novo é sempre mau, e do verdadeiro conservador, que acha que o novo poderá ser bom, se não diferir do velho”⁽²³⁸⁾.

Depois de afirmar que o conservador não nega o passado, como os progressistas — o que me parece um equívoco —, afirma que o conservador não nega o futuro, como os reacionários. Para ele, o conservador tem como princípio central o de conservar, reformando: “As reformas em si mesmas são necessárias. Não convém precipitá-las, nem tomar a iniciativa delas. Os conservadores habitualmente não começam reformas. Em casos especiais, quando uma reforma se impõe para evitar a revolução, o conservador pode tomar a iniciativa”.

Para João Camilo, o estilo reformista dos conservadores pode ser definido por duas notas: primeiro, “que seja verdadeira a reforma, isto é, alterando um

(237) São Paulo, 1968.

(238) *Op. cit.*, pp. 1-3.

ser preexistente, sem modificá-lo em suas estruturas essenciais”; segundo, que “estas reformas devem obedecer fielmente aos princípios tradicionais, não quebrando a continuidade entre o passado, o presente e o futuro.

“O conservador tendo o sentido das realidades históricas e da condição temporal do homem, sabendo que nenhuma época foi a Idade de Ouro — e nenhuma o será — e tendo muito claramente em vista que o tempo é continuidade homogênea, não sendo possível separar as épocas, todas compenetrando-se mutuamente, não ignora esta verdade elementar — somente são viáveis as reformas feitas respeitando o passado; do contrário redundarão em completo malogro”⁽²³⁹⁾.

Afirmar que a idéia conservadora foi dignamente representada no Brasil imperial pelo Partido Conservador, cuja história é o objeto do livro, relembra ter sido ele chamado de “saquarema” e que soube, com dignidade e seriedade, defender os ideais do conservadorismo na melhor acepção do vocábulo. O nome “saquarema” advinha da fazenda que possuía em Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, José Rodrigues Torres Homem, Visconde de Itaboraí: “Os saquaremas tinham como dogma fundamental que a liberdade somente está devidamente protegida se encontra o apoio de uma autoridade forte e imparcial”.

“Os conservadores”, acrescentava, “não negavam os direitos do homem, mas dentro da ordem social e do corpo político. A liberdade para os conservadores só existia sob o império da lei.”

João Camilo acentua muito e repete sempre que o governo monárquico é representativo e parlamentar. Seu livro estudou como o conservadorismo monárquico floresceu na vida partidária, revelou as tendências conservadoras do Primeiro Reinado, a luta pelo Ato Adicional, o regresso, que era a contrarrevolução, já que a revolução ensangüentara o Primeiro Reinado e a Regência. Estuda, a seguir, os governos conservadores, a crise de julho de 1868, que marca a mudança do domínio do Partido Liberal pelo Conservador, tendo o primeiro a maioria parlamentar, feita pela força do Poder Moderador, e motivada por desentendimento entre o chefe do Gabinete, Zacarias Góis de Vasconcelos e o marquês, e, logo a seguir (1869), Duque de Caxias. Estuda os grandes livros conservadores, sobretudo o *Ensaio sobre o Direito Administrativo* de Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai (1862) e o *Direito Público Brasileiro* (1857), de José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente; discute os grandes temas conservadores, como o Poder Moderador, a centralização, o Senado e o Conselho de Estado. Mostra os paradoxos do conservadorismo, que promove a abolição e hostiliza a Igreja Católica oficial.

No seu estudo final sobre a grande tarefa dos conservadores no Brasil monárquico, mostra que a grande maioria dos políticos eram conservadores monarquistas, mesmo os que se filiaram ao Partido Liberal, igualmente monar-

(239) *Op. cit.*, pp. 2-5.

quista. Para João Camilo, a Monarquia fez a unidade nacional, apoiada no Partido Conservador, cuja base era constituída de fazendeiros, a classe mais poderosa do país, que sempre apoiou intransigentemente a supremacia da autoridade imperial. Afirma que o Império criou uma sociedade aberta num mundo agrário — afirmação com que não concordo, pois o poder foi e continua sendo um círculo de ferro de uma minoria dominante. Nem era possível o Império ser uma sociedade aberta se ela convivía com a escravidão negra. Seu livro se encerra com um apêndice que contém todos os gabinetes conservadores, 13 ao todo.

Os Construtores do Império é uma das melhores e maiores interpretações da história do Brasil numa visão conservadora monarquista. Outro livro doutrinário-prático é *A Formação do Federalismo no Brasil*⁽²⁴⁰⁾, no qual ele examina a questão se o Império do Brasil teria uma estrutura federal, sem chegar a uma conclusão definitiva. Lembra que Ouro Preto observou que, na organização das províncias, estas eram, simultaneamente, órgãos do Estado brasileiro e entidades autônomas, e o Ato Adicional (1834) deu às províncias uma situação perfeitamente caracterizada.

João Camilo acha que, apesar de haver uma estrutura jurídica unitária, especialmente depois da Lei de Interpretação (1840), havia também movimentos e aspirações federais visíveis em várias províncias. O princípio da União predominou, mas realmente houve uma ideologia federalista. E é neste caráter de ideologia que ele examina essas idas e vindas na história do Brasil. Reproduz o pensamento de Joaquim Nabuco⁽²⁴¹⁾ de que a “federação era um sinônimo de autonomia e a história brasileira, a história de todas as revoluções brasileiras podia ser interpretada como uma luta entre as províncias e o centro”. E dava Nabuco, segundo João Camilo, a filosofia federalista da história do Brasil: “Havia [antes da Independência] uma série de forças centrífugas que solicitavam as capitânias e províncias no seu desenvolvimento interno (...) Depois da Independência, porém, as províncias fundiram-se em uma massa compacta e não são outra coisa mais do que a vasta superfície com um centro único, não tendo outro movimento senão o de rotação em torno dele”⁽²⁴²⁾.

Para ele, a Federação cumpria, “entre nós, papel análogo, posto que em função diversa, da União das colônias inglesas. Lá, Estados separados que se uniram em nome da defesa comum. Aqui, províncias unidas que se separaram em busca de um ideal remoto de liberdade absoluta”⁽²⁴³⁾.

Depois de perguntar se seria o Império um Estado federal, isto é, um corpo político constituído de coletividades, lembra o artigo 1º da Constituição: “O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”,

(240) São Paulo, 1961.

(241) Incluído nos *Discursos Parlamentares*, Rio de Janeiro, 1949.

(242) *A Formação*, ed. cit., p. 29.

(243) *Id.*, p. 41.

e o 2º, que proclamava: “O seu território é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acham”.

“Quer dizer”, comenta João Camilo, que “foram reconhecidas como parte do Império aquelas províncias que já existiam e historicamente constituíam entidades definidas. Aliás, não é significativo que a independência tenha sido conquistada província por província?”.

Mas João Camilo não acentuou que o grande centro de unificação que ajudou a resistência do Norte ao Sul e contribuiu política e economicamente para a integridade territorial com que foi feita a Independência, foi o Rio de Janeiro, aliado a São Paulo, o foco convergente da unidade política.

Com a federação sonharam vários políticos e publicistas, mas foi Rui Barbosa quem formulou no papel a federação e João Camilo censurou-o porque “não nutria dúvida acerca da exequibilidade de tudo aquilo, já que desconhecia, por princípio e formação, a influência da história na formação dos regimes e tinha a lei unicamente como criação da vontade do legislador”⁽²⁴⁴⁾.

Além disso, a República apresentava — como escreveu Afonso Arinos — a singularidade de um regime de partido único e eleições fictícias: “A liberdade eleitoral era ilusória, a apuração entregue a manejos políticos, a indicação dos candidatos privativa das comissões parlamentares, elas próprias submissas aos inquilinos dos palácios de governo”. E acrescentava ser a impossibilidade de reeleição a única válvula contra a ditadura franca⁽²⁴⁵⁾.

João Camilo é explícito. Para ele, “um dos aspectos mais flagrantes do regime instituído em 1891 era a hostilidade aos partidos políticos, consideradas recordações funestas do malsão parlamentarismo do Império”⁽²⁴⁶⁾.

A seu ver, o poder político estava praticamente concentrado nas mãos dos presidentes dos Estados e o “governo federal somente dispunha de duas armas para manter a sua autoridade em todo o território brasileiro — o Exército e o telégrafo nacional”. Reconhece que a parte substancial cabia ao Exército e este, apesar de ter de enfrentar polícias estaduais tão bem aparelhadas quanto ele, era o Exército uma força nacional sob o comando da autoridade nacional.⁽²⁴⁷⁾

Escreveu João Camilo que “por ocasião do centenário da Independência adquiriram as classes cultas brasileiras a consciência da realidade nacional e de que o Brasil possuía um destino histórico definido e não era, apenas, vaga e indistinta porção da América”⁽²⁴⁸⁾. E acrescenta que “no plano puramente político, este movimento tomaria feições definidas, na tríplice formulação do na-

(244) *Id.* p. 154.

(245) Afonso Celso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República. Afrânio de Melo Franco e seu Tempo*, Rio de Janeiro, 1955, p. 478.

(246) *A Formação do Federalismo no Brasil*, ed. cit., p. 225.

(247) *Op. cit.*, p. 239.

(248) *Op. cit.*, p. 247.

cionalismo: defesa dos valores nacionais, defesa dos valores nacionais contra os estrangeiros, aumento do campo de ação e do poder do Estado: primazia da nação sobre os elementos locais”⁽²⁴⁹⁾. Para ele, como para a maioria dos historiadores, a Monarquia promoveu a unificação nacional, criou uma ordem jurídica única e una.

Lembra que Joaquim Nabuco afirmara que o federalismo fora uma constante na história política do Brasil. E documentava com o caráter localista, de hostilidades ao Governo central, de todas as nossas revoluções. Mas João Camilo achava que se devia inverter o problema e dizer que a constante da nossa história era a tendência unificadora e que o próprio Joaquim Nabuco defendera a tese da vocação unitarista que fundara o país. Num discurso na Câmara dos Deputados aos 21 de setembro de 1855⁽²⁵⁰⁾, Nabuco diria que, depois da Independência, as províncias fundiram-se em uma massa compacta e não são outra coisa mais do que a vasta superfície de um corpo com um centro único, não tendo outro movimento senão o da rotação em torno dele.

Para Joaquim Nabuco e para João Camilo, que lhe seguia os passos, a Monarquia devia ser federativa. A conclusão de João Camilo era que o “Brasil, pois, geográfica, histórica, social e politicamente é uma unidade a partir de uma variedade de situações em que elementos que, para outros países representam mundos completamente fechados, uniram-se fecundamente entre nós. Assim, esta unidade na variedade que define o federalismo, esta hibridização cultural e social, e racial, que é o Brasil, conspira para que façamos a síntese dos contrários, numa filosofia política efetiva, isto é, realista e objetiva, oriunda do consórcio de situações aparentemente contraditórias, a fundir raças, culturas, sistemas, regimes e regiões sem parentesco algum, e contraditórios entre si”⁽²⁵¹⁾.

João Camilo teve o mérito da coerência intelectual que se observa em todos os seus livros. Na *História das Idéias Religiosas no Brasil (A Igreja Brasileira)*⁽²⁵²⁾, ele vê com razão que a história do pensamento brasileiro é essencialmente política. Pessoalmente, creio que o pensamento político no Brasil se expressou menos nos publicistas que no Parlamento. Especificamente, a história das idéias religiosas será sempre uma história das relações entre a Igreja e o mundo e, assim, acentuava nesse ensaio que ele não tratava da história da Igreja ou da religião, mas das idéias, isto é, interpretações produzidas pela refração do pensamento religioso na vida social. E, mesmo nesse livro, sustenta que “a ideologia monárquica no Brasil está ligada a três princípios fundamentais: a) o caráter sacral da autoridade; b) o caráter indisputado da autoridade impe-

(249) *Op. cit.*, p. 347.

(250) *Discursos Parlamentares (1879-1889)*, São Paulo, 1949, pp. 260-285.

(251) *A Formação*, ed. cit., p. 365.

(252) São Paulo, 1968.

rial; c) a monarquia como condição de permanência dos valores sociais”. Desenvolve os três pontos básicos, tomando a luta contra Canudos como exemplo. Para os sertanejos — escreve ele — a República era a abominação, por ser um governo de herejes, e a Monarquia uma autoridade fundada em Deus. O imperador devia seu poder à graça de Deus, era coroado e sagrado numa bela cerimônia religiosa, ungido com os santos óleos pelos bispos, e a Igreja era unida ao Estado.

A república era o casamento civil, a ausência de símbolos religiosos. Além disso, a autoridade do rei não admitia contestação. Para João Camilo, isso explicava o êxito de D. Pedro II, após a Maioridade; embora um menino, foi logo respeitado, por não haver dúvidas nem divergências quanto à Monarquia, ligada ao princípio da autoridade paterna, havendo, portanto, uma espécie de identidade entre o rei e o pai. A monarquia significava a estabilidade da família e dos valores tradicionais⁽²⁵³⁾.

Considere-se ainda a questão do direito divino: “O mais difícil e importante do problema político, o da legitimidade, foi no século XVII colocado em termos de Direito Divino dos Reis”, e os portugueses simplificaram mais a questão com a famosa aparição de Cristo a D. Afonso Henriques na vigília de Ourique. Deus dera diretamente a D. Afonso o poder.

João Camilo não tomava conhecimento de toda a crítica de Alexandre Herculano, que destruíra a lenda, em polêmica famosa⁽²⁵⁴⁾. Ele tenta demonstrar a existência de uma geração que preconizou a aliança entre o trono e a Igreja, nos quadros da Monarquia liberal, uma forma democrática e brasileira de legitimismo. O iniciador do movimento seria Joaquim Nabuco, com *Um Estadista do Império*, no qual tentou a recuperação teórica e histórica da Monarquia brasileira. O ideal seria uma Monarquia constitucional e um catolicismo dentro das luzes do século. O grupo do monarquismo ligado à Igreja seria representado por Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, o Conde de Afonso Celso e Eduardo Prado.

Creio que Nabuco melhor se identifica com a dissidência liberal, embora reconheça que *Um Estadista do Império* tenta fixar uma imagem oficial da Monarquia ideal do Segundo Império. Laet não influiu com sua ideologia na formação ideológica da historiografia e Afonso Celso já foi páginas atrás examinado no seu papel de monarquista pós-monárquico.

Num estudo sobre *A História Imperial do Brasil e seus Problemas*⁽²⁵⁵⁾, João Camilo examinou as dificuldades da historiografia imperial, seu objeto, como o estudo de uma época histórica, um sistema político e uma civilização, as fontes da história e sobretudo o caráter biográfico da historiografia impe-

(253) *História das Idéias Religiosas no Brasil*, ed. cit., pp 96-98

(254) Vide José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 5ª ed., São Paulo, 1979, pp. 309 e seguintes.

(255) Rio de Janeiro, 1959.

rial, o que nos parece um equívoco, pois a historiografia republicana é também dominada pela biografia e as histórias republicanas pelos presidentes do Executivo.

João Camilo foi um monarquista muito convicto e talvez o maior ideólogo da Monarquia. Com isso, deu à história brasileira uma visão imperial teórica, complementar à prática e conceito que Joaquim Nabuco realizara. Curioso é que sua convicção monárquica era tão forte que ele aceitava a idéia de uma Monarquia social-democrata e até mesmo socialista⁽²⁵⁶⁾. Sua capacidade de generalizar e teorizar superou a de qualquer outro historiador monarquista.

Sua bibliografia é vasta e sempre baseada nos princípios monárquicos, de uma incomparável coerência e unidade orgânica. Sua bibliografia vasta e versátil pode ser examinada no estudo de Odilon Nogueira de Matos, “Vultos da Historiografia Brasileira — João Camilo de Oliveira Torres, 1915-1973”⁽²⁵⁷⁾.

Ele sempre soube escolher os grandes temas da historiografia imperial. Contudo, sua deficiência principal é a maneira esparramada, sem espírito de síntese, cheia de repetições, num livro e em quase todos os livros, sem pesquisa, pois baseava-se em fontes primárias impressas ou em autores contemporâneos. Sua grandeza está sempre na escolha temática e no tratamento elevado que deu aos seus estudos. Suas teses principais se encontram expostas sobretudo em dois livros: *A Democracia Coroada* e *Os Construtores do Império*.

Era um homem de formação filosófica e rígida fidelidade à filosofia católica⁽²⁵⁸⁾.

Foi sempre um dos mais importantes e atuantes defensores da restauração monárquica no Brasil, pois via a Monarquia como o regime ideal para o nosso país. E tudo isso defendendo-a antes de 1964, dos generais-presidentes, e dos príncipes herdeiros generais-presidentes, inegavelmente muito inferiores aos reis, preparados desde meninos não para as artes da guerra, mas para a administração do bem comum.

Seu livro *A Democracia Coroada* causou grande impacto nos meios culturais brasileiros, pela novidade da tese de que o Império era uma democracia coroada, e pela história e a teoria da constituição política do Império.

Foi uma vida dedicada ao estudo do Império e trouxe contribuição considerável ao exame da ideologia historiográfica brasileira. Sua defesa da Monarquia como regime modelar para o Brasil não o levou para um conservadorismo empedernido, nem se poderia classificá-lo como um direitista, pois admitia, como já acentuamos, uma Monarquia democrática-social e até socialista. Era um conservador consciente, lógico, inteligente, convicto e, por tudo isso, muito respeitável na defesa de suas idéias que julgava as melhores para o Brasil.

(256) Vide *Os Construtores do Império*, ed. cit., pp. 6-8.

(257) *Notícia Bibliográfica e Histórica*, maio de 1973, pp. 201-203; suplemento à nota de Francisco Iglesias no “Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1973.

(258) Veja seu artigo “Nominalismo Filosófico e Realismo Sociológico”, in *O Estado de S. Paulo*, 5 de setembro de 1971.

Ao morrer, aos 31 de janeiro de 1973, Carlos Drummond de Andrade dedicou-lhe bela crônica e descreveu seu primo de Itabira “como homem de interesses intelectuais múltiplos, esse nostálgico da Constituição do Império tanto procurou ensinar aos nossos políticos a boa regra de governar os povos com magnanimidade e justiça, como divertir as crianças narrando-lhes as aventuras de João Surrinha, personagem de sua invenção. Ao mesmo tempo, dirigia com zelo a previdência social em Minas, e ao menor reparo ou reclamação pública de beneficiário, acudia à imprensa dando esclarecimentos, ou, verificada a procedência do alegado, corrigia a falha e buscava melhorar o serviço”⁽²⁵⁹⁾.

Alceu Amoroso Lima, num artigo esplêndido, “A Utopia Camiliana”⁽²⁶⁰⁾, escreveu que “João Camilo não era um descobridor. Era um realizador. Lançava-se à história, não como simples registrador do passado, mas como seu intérprete e autor de uma filosofia dos fatos. Esbarrou, no seu caminho, com um grande tema. Encontrou, no século da nossa independência, um talvez insubstituível e mesmo incomparável, não só na América Latina, mas em todo o continente. Fez do *Império* a meta de sua meditação política. E mesmo o segredo, a seu ver, de nossa formação histórica típica. Procurou uma via média. Nem à esquerda, nem à direita. Idealizou com isso o passado imperial brasileiro, como capaz de fornecer o modelo político nacional. O Império, não apenas como volta ao passado, mas como uma nova partida para o futuro, numa linha típica, na qual a liberdade representava um papel político preponderante. Olhava nesse sentido, e nunca deixava de o invocar, para o exemplo das monarquias nórdicas, da Holanda à Noruega, modelos de um *socialismo monárquico* a seu ver possível no futuro. Foi essa a sua utopia (...) Fez do *imperialismo* brasileiro, de tipo liberal e já agora socialista, sua utopia particular”.

No Senado, Magalhães Pinto reverenciou a memória de João Camilo de Oliveira Torres, monarquista que manteve inalterável fidelidade ao patrimônio espiritual do regime monárquico⁽²⁶¹⁾.

Ao escrever a orelha do livro *História das Idéias Religiosas*, o padre H. C. Lima Vaz escreveu que sua obra representou sempre um enorme esforço de justificação teórica.

Francisco Iglesias, num artigo sobre sua morte acentuou que, embora defendesse princípios conservadores e até reacionários, nunca foi um escritor direitista, mantendo-se sempre fiel a uma ideologia política que supunha ver no século passado em certas monarquias. Concorde em afirmar que o “livro mais importante que escreveu foi o estudo das instituições do Brasil monárquico — *A Democracia Coroada*, de 1957. Contém passagens realmente notáveis, uma arquitetura bem trabalhada, ao lado de observações em que era

(259) “O Juiz de Paz”, *Jornal do Brasil*, 8 de fevereiro de 1973.

(260) *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1973.

(261) *Diário do Congresso*, seção II, 5 de março de 1973, p. 88.

conduzido pelo seu sentimento”. Diz ainda ter sido “seu aluno e muito lhe devo de ensinamento e estímulo. Embora distanciados ideologicamente, tínhamos diálogos abertos. Respeitava-o pela seriedade e limpidez de intenções, pela inteligência e imensa erudição, pela operosidade incansável. Se deixa ao país alguns livros valiosos, deixa-nos amigos por todos os títulos e já agora a mágoa profunda de uma ausência”⁽²⁶²⁾.

Belo estudo sobre a obra em geral de João Camilo foi feito no discurso de posse de Edgar de Godói da Mata Machado na Academia Mineira de Letras⁽²⁶³⁾. Mata Machado lembra as palavras de Milton Campos, que na orla feita para a *Interpretação da Realidade Brasileira*⁽²⁶⁴⁾ descreveu João Camilo como “um homem que pensa por conta própria e que exprime com liberdade e autonomia o seu pensamento”, despreocupado quanto à classificação que lhe queiram atribuir às idéias, preferindo “expô-las segundo seus critérios, suas pesquisas e suas observações”. E, quanto à obra, em preciosa síntese Milton Campos dissera: “Examinando as idéias que influíram na formação nacional, desde os tempos reinóis até nossos dias, este livro faz pensar, suscita divergências e provoca revisões; e é exatamente nisto que consiste o destino dos bons livros. Sobretudo dos bons livros de História, porque, como sustenta o autor, História é mudança”.

A missão ideológica de João Camilo, exercida com suavidade, afabilidade, convivência e convicção, permanece viva entre os jovens fundadores do jornal *Democracia Coroada*, boletim do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos João Camilo de Oliveira Torres já com vários números. Mas os dois livros de João Camilo são, indubitavelmente, *A Democracia Coroada* e *Os Construtores do Brasil*.

9. Os historiadores do monarquismo

Os monarquistas mais convictos eram contra a eleição direta, que julgavam ameaçar o trono. No gabinete conservador presidido pelo Duque de Caxias (1875-1877), o Ministro da Fazenda, Barão de Cotegipe, foi ao Parlamento fazer o elogio da Monarquia. Querendo exaltar a idéia monarquista, não recuou em atirar pedestal do trono à nação inteira, deturpando a história em honra da dinastia reinante. Como escrevia *A Reforma*, órgão liberal do Rio de Janeiro (10 de maio de 1877), este país, que desde o alvorecer prometia enér-

(262) “Suplemento Literário” de *O Estado de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1973.

(263) Discurso de posse de Edgar de Godói da Mata-Machado, Saudação de João Etienne Filho. Belo Horizonte, 24 de outubro de 1975.

(264) Rio de Janeiro, 1970.

gica vitalidade e amplos horizontes de liberdade, segundo os monarquistas nada devia a si; vivia pela misericórdia e pelo favor dos príncipes e, não fossem eles, estaria representando o triste espetáculo dos infinitos retalhamentos. A Monarquia criou a nacionalidade brasileira e a mantém, afirmavam os monarquistas. Reagia *A Reforma*: “Eis a grande verdade histórica que se atira a este povo, eis o culto do cesarismo, professado publicamente, em detrimento dos brios nacionais e da evidência dos fatos”:

“Não foram os cidadãos brasileiros que criaram esta pátria, hoje torturada pelos crimes dos seus governos, não foram eles que lhe conquistaram a independência e tantas vezes têm sacrificado a vida para libertá-lo dos inimigos externos; não foram eles que sustentaram o trono vazio pela abdicação, mantendo nas faixas imperiais um menino ainda no berço; tudo isto foi obra providencial, efeito da abnegação dos privilegiados.”

Essa era a visão histórica dos monarquistas mais fiéis. “A monarquia no Brasil só pode existir consorciada à liberdade e firmada na vontade popular” — replicavam os liberais, monarquistas mas cheios de reservas doutrinárias. E os liberais de *A Reforma* afirmavam que, assim como todas as formas de governo, a monarquia se corrompia e a extensão de suas forças e atribuições é o sinal de sua próxima decrepitude. Concluía advertindo o Barão de Cote-gipe de que ele devia sempre ter na memória as frases de Montesquieu, quando considerava criminosos de lesa-majestade os que tratam de ampliar a prerrogativa imperial e a ela filiam — acrescentava o redator do jornal — a história de uma nação, porque esses são os causadores das ruínas do próprio trono, tornando-se sem necessidade odiosos ao país.

10. D. Luís de Orléans e Bragança

D. Luís (1878-1920), segundo filho da princesa Isabel e do Conde d’Eu, num livro intitulado *Sous la Croix du Sud (Sob o Cruzeiro do Sul)*⁽²⁶⁵⁾, de descrição de viagens, contou sua versão monarquista da queda do Império. Viajava incógnito no vapor francês “Amazone”, sob o nome de Louis Gabriel, e incógnito deveria desembarcar no Rio de Janeiro, segundo o plano do conselheiro João Alfredo, que esperava, diante do fato consumado, se considerasse D. Luís apenas como mais um brasileiro no Brasil e não se falasse mais em banimento da família imperial⁽²⁶⁶⁾.

O banimento da família imperial provocou dois pedidos de *habeas-corpus*, solicitados pelos monarquistas, visando derrubar o impedimento à sua volta. Lêda Boechat Rodrigues mostrou, no seu estudo pioneiro sobre o Supremo Tri-

(265) Mantreux, 1913.

(266) Carta do Conselheiro João Alfredo à Princesa Isabel, de 8 de agosto de 1907, publicada na *RIHGB*, 1963, vol. 260, p. 360.

bunal Federal⁽²⁶⁷⁾, que a República continuava a temer o fantasma da Monarquia e que, em 1903 e 1907, o Supremo negou os pedidos de *habeas-corpus* visando a volta dos banidos. No primeiro, pedia-se a ordem em favor de Gastão de Orléans, Conde d'Eu, e mais membros da família imperial, para que cessasse o constrangimento ilegal que sofriam em suas liberdades de voltarem ao Brasil, visto que o decreto de banimento fora revogado pela Constituição de 1891, ao abolir tal pena.

Julga Lêda Boechat Rodrigues que o primeiro acórdão redigido por Alberto Torres como relator “é um dos marcos na história da evolução do *habeas-corpus* no Brasil”. Do segundo pedido, a favor de D. Luís de Orléans e Bragança, foi relator o Ministro Lúcio de Mendonça e em ambos os *habeas-corpus* negou-se a ordem, apesar de Alberto Torres, no seu magnífico voto, ter concedido a medida, sustentando que em face da Constituição o banimento não podia prevalecer.

D. Luís, em seu livro, descreve sua emoção ao entrar na baía do Rio de Janeiro e se põe a imaginar se o deixariam ou não desembarcar. Foi um jornalista quem lhe deu a notícia de ter o Governo proibido seu desembarque. Foi-lhe facultado apenas receber os inúmeros amigos, conhecidos e antigos servidores da família imperial no “Amazone”.

Tendo o “Amazone” ancorado perto da Ilha Fiscal, veio-lhe à mente a recordação histórica e a sedição militar que derrubou em algumas horas as instituições monárquicas. Revela, então, sua visão monarquista da história do Brasil, a única existente por um próprio membro da família imperial. Começa dizendo que essas instituições derruídas, “durante sessenta anos de calma e prosperidade, haviam majestosamente presidido ao desenvolvimento do Brasil”.

Disse tratar-se de extraordinária revolução de que não assumira o encargo de fazer a história, pois andava então com 11 anos e, nessa idade, o espírito não se detém senão sobre o aspecto exterior dos acontecimentos: “Ora, jamais mudança de regime se consumara de modo mais pacífico, e poder-se-ia dizer mais prosaicamente. Fomentado por alguns militares indisciplinados e descontentes, organizado com uma precipitação que parecia destiná-lo a um seguro insucesso, o movimento sedicioso, não obstante, triunfou desde a primeira hora, não tendo encontrado diante de si a mínima resistência. Uma simples parada de tropas bastou para fazer cair o Império. Não houve luta nem efusão de sangue. Só o Almirante Barão de Ladário recebeu ferimento gravíssimo”.

A revolta, continua D. Luís, explodiu às primeiras claridades da manhã e às nove eles ainda continuavam a ignorá-la. Seu pai e seu irmão, no habitual passeio a cavalo, não haviam notado nada de anormal. Quando vieram prevenilos, a partida estava perdida, sem ter sido jogada. Seus pais mal tiveram tempo

(267) *História do Supremo Tribunal Federal*, vol II: *Defesa do Federalismo (1899-1910)*, Rio de Janeiro, 1968, pp. 19-34.

de ganhar o Paço da cidade, a fim de se juntarem ao seu avô, chamado às presas de Petrópolis, e logo ficaram cercados e guardados à vista pelos mesmos esquadões que na véspera lhes faziam guarda de honra. Confiados a um preceptor, tomaram um escaler que os conduziu a bordo do “Riachuelo”, no qual os oficiais e a equipagem já haviam aderido ao movimento, mas nem por isso deixaram de dar-lhes encantadora acolhida. Foi uma revolução cheia de bonomia.

Foram, então, para Petrópolis e no trem sua presença passou quase despercebida: “Lembro-me perfeitamente que os nossos companheiros de viagem discutiam com pachorra as novidades do dia, sem lhe ligar, ao que parecia, grande importância. É provável que ainda então lhe não alcançassem toda a significação. Mas a verdade é que durante toda a revolução o povo brasileiro, inteiramente alheio ao movimento das classes armadas, permaneceu sob a impressão de um assombro que o impediu de manifestar sua opinião sobre os fatos consumados”⁽²⁶⁸⁾.

“Nos dois dias que passamos encerrados no palácio de Petrópolis, na mais completa ignorância do que se passava” — continua D. Luís — “vimos grupos de manifestantes percorrendo as ruas e testemunhando por meio de salvas e foguetes, uma alegria mais ou menos sincera”.

Foi somente no dia 17, de regresso ao Rio, que ele soube da proclamação da República e da instalação de um Governo Provisório. O Rio apresentava aspecto normal e, se “não fossem as numerosas patrulhas de cavalaria que percorriam as ruas, ter-se-ia dificuldade em acreditar na realidade da convulsão [!] que acabava de se dar”.

Conta, então, como foram conduzidos ao encontro da família imperial, já na canhoneira “Parnahyba” e reproduz a proclamação assinada pelo imperador aos 16 de novembro de 1889, na qual D. Pedro II dizia que se esforçara “para dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século em que desempenhei o cargo de chefe de Estado”⁽²⁶⁹⁾.

Foram, à noite, transferidos de bordo do “Parnahyba” para o “Alagoas”, paquete do Lloyd Brasileiro, que tinha ordem de conduzi-los a Lisboa. Partiram no dia seguinte e eis como descreveu sua visão da queda da Monarquia D. Luís: “Assim se desmoronou, como um castelo de cartas, aos piparotes de alguns soldados revoltados, o regime que havia mais de sessenta anos assegurava a unidade, a grandeza e a prosperidade do Brasil. Extraordinária queda, cujas causas, à primeira vista, não são fáceis de explicar. Na realidade, a monarquia brasileira, no momento da catástrofe, contava com um número ínfimo de adversários declarados. Ao contrário, os seus partidários e admiradores constituíam a quase totalidade da população do país. Grandiosa concepção po-

(268) *Sob o Cruzeiro do Sul*, Montreux, Centro Monarquista, 1913, p. 9.

(269) *Op. cit.*, p. 10.

lítica habilmente decalcada sobre o modelo das instituições britânicas, das quais assimilou logo a elasticidade e a largueza; sustentada por uma plêiade de homens de Estado eminentes e desinteressados; consubstanciada na pessoa de um soberano cuja vida pública e privada jamais ofereceu margem à crítica — esta Monarquia, ninguém o contesta, havia dado ao mundo o exemplo raro de um sistema parlamentar muito aproximado do ideal que os seus fundadores haviam entrevisto. Isolada no meio de um continente entregue por todos os lados à anarquia e ao despotismo, logo em seguida à criação da independência ela soube assegurar a harmonia, tão difícil de alcançar, entre a opinião pública e os seus mandatários. Graças a ela, um povo jovem, apenas liberto do jugo colonial, conheceu, a contar dos seus primeiros passos no caminho da autonomia, uma era de ordem e de liberdade que muitas nações da velha Europa lhe poderiam invejar. O delicado jogo da balança parlamentar, assegurado por dois grandes partidos que se revezavam no poder, atingiu, no reinado de meu Avô, uma perfeição que somente na Inglaterra encontrava seu equivalente.

“Como, pois, um tal regime, contra o qual os seus mais encarniçados detratores jamais puderam formular senão queixas ilusórias, acabou por sucumbir, sem resistência, ao primeiro assalto de que foi objeto? Eis aí o que somente se poderá atribuir ao menospreço, indispensável aos governos ainda os mais prudentes, do que iterativamente o Império deu provas no curso de sua história.

“O erro principal da Monarquia” — continua o príncipe-historiador — “foi preferir como base de sua autoridade as idéias abstratas aos fundamentos naturais, que os ensinamentos do passado lhe poderiam indicar. Por um prodígio inacreditável, ela logrou governar durante longos anos simplesmente apoiada em seu prestígio. Vieram, porém, horas difíceis, em que esse prodígio já não bastou para defender de inevitáveis tempestades — e então ela se encontrou desamparada em face das baionetas ameaçadoras.

“Pode-se dizer que a década compreendida entre os anos de 1860 a 1870 marca o apogeu do regime imperial. A partir desse momento, o enfraquecimento progressivo dos partidos [começado em 1853], provocado notadamente pela grande cisão do grupo conservador, acarretou uma rápida decadência das instituições parlamentares. (...) Ora, foi precisamente que sucessivas crises vieram abalar os alicerces da monarquia. Enquanto de uma parte antigas aspirações republicanas, por muito tempo adormecidas, despertavam pouco a pouco, por outro lado uma série de circunstâncias infelizes afastavam do trono as três grandes classes — o exército, o clero e a propriedade territorial — que deveriam ser os seus mais firmes sustentáculos.”

Examina, então, a posição do Exército, que depois dos cinco anos de guerra do Paraguai, onde pusera à prova sua resistência e seu valor, acabara de adquirir uma nova consciência do seu papel e dos seus deveres. Escreve que “nesse momento nada teria sido mais fácil que aproveitar os esforços realizados para incutir nos representantes das classes militares as idéias de ordem e disciplina em vigor nos exércitos europeus. As forças de terra e mar tornar-se-

iam, por esse modo, não somente o instrumento necessário à manutenção da integridade nacional, mas ainda a base essencial das instituições”.

Condena os políticos do Império que “não souberam tirar partido das circunstâncias e não cogitaram senão de reduzir ao mínimo, a pretexto de economia, os quadros e os efetivos existentes. Entregues a si próprios, insuficientemente ocupados pelos deveres do ofício, os oficiais lançaram-se na política, cujo acesso nenhuma disposição regulamentar lhes interdizia. As teorias positivistas, então muito na moda, espalharam-se nas fileiras, e, por uma interpretação defeituosa, levaram à negação da autoridade. (...) No fim do Império, o Clube Militar do Rio de Janeiro achava-se transformado em um dos focos mais ativos da propaganda revolucionária. A queda do Império foi ali preparada às escâncaras, sob as vistas indiferentes dos ministros — na maior parte civis — encarregados da pasta da guerra”.

Recorda, para dar uma idéia do estado de espírito da época, a profissão de fé republicana, feita em presença do imperador, num exame do Capitão Benjamim Constant, futuro membro do Governo Provisório.

Aponta a Questão Religiosa como consequência do exagero das doutrinas regalistas herdadas pelo Império da Coroa portuguesa. Tomando o partido dos franco-maçons, o Governo processou e condenou os dois bispos de Olinda e Pará a quatro anos de trabalhos forçados, dos quais foram dispensados e permaneceram na prisão por mais de um ano. Foram anistiados, após a queda do Gabinete Rio Branco, pelo Duque de Caxias, então chefe do Conselho de Ministros. Esse deplorável conflito levou o clero, sobretudo o alto clero, a se desinteressar pela sorte da Monarquia e sua queda passou a ser vista como uma libertação desejável. A separação chegou a tal ponto que, aos 19 de março de 1890, o episcopado brasileiro, em pastoral coletiva, regozijou-se por ver quebrada “a opressão do Estado regalista pombalino e josefista, devendo o regime de separação, decretado pelo governo provisório republicano assegurar à Igreja uma soma de liberdade que ela jamais conhecera”.

Finalmente escreve D. Luís que a classe dos proprietários de terras e fazendas retirou sua simpatia ao imperador, lesados em seus interesses pela supressão radical do elemento servil. Pensa que o Brasil teria obrado com prudência se, logo após a proclamação da Independência, houvesse decretado a abolição imediata desse regime, como fizeram as repúblicas hispano-americanas. José Bonifácio, em seu curto governo, teve essa idéia e informou aos ministros da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que pretendia fazer a abolição da escravidão dentro de cinco anos.

Relembra, então, o programa lento e gradual conduzido pelos políticos imperiais e seus passos dados pouco a pouco, como a suspensão do tráfico (1850) (esquece-se da Lei do Ventre Livre, de 1871), a alforria dos sexagenários (1885) e, finalmente, a lei definitiva da libertação total de 1888. Os conservadores consideraram-se lesados por terem sido privados da propriedade escrava sem indenização.

Assim, o Império acabou afastando de si as classes em que se deveria apoiar. Para resistir à propaganda republicana, só restava o prestígio do imperador, já enfraquecido pela idade e pela doença, “e a consciência da grande obra realizada em cinqüenta anos de uma paz e de uma prosperidade desconhecidas das repúblicas circundantes”. E isso não foi o bastante. Resume, então, os fatores militares que levaram à República:

“Meu Avô, cuja incontestável popularidade teria podido salvar a situação, não pôde nem quis dela se servir. Internado no Paço, guardado à vista pelas tropas rebeladas, permaneceu privado de toda a comunicação com o mundo exterior. Oposto por temperamento e por educação a toda violência inútil, resignou-se ao inevitável, e majestosamente, sem uma palavra de irritação, ou de cólera, tomou o caminho do exílio, onde devia morrer dois anos mais tarde.

“Seu pai, o Conde d’Eu, também prisioneiro, perdera a popularidade que adquirira na guerra do Paraguai, mas ele foi o único que teve a idéia de convidar o general Deodoro a uma conferência.”

Escreve não querer julgar a história republicana, mas os primeiros anos foram tempestuosos: o país conheceu desde então as revoluções periódicas e os “pronunciamentos”. Floriano Peixoto, de indomável energia, provocou inumeráveis perturbações no país, na Armada, e no Sul, onde federalistas e monarquistas fizeram causa comum. Floriano afogou as revoltas no sangue.

Reconhece os esforços dos presidentes civis pelo restabelecimento da ordem e para assegurar o funcionamento normal das novas instituições. Declara que, abolida a escravidão, organizou-se o trabalho livre, a agricultura, o comércio e a indústria tomaram novo impulso e a exportação aumentou em notáveis proporções. O Rio de Janeiro deixou de ser a Capital colonial e o prefeito Passos — o Haussmann brasileiro — modificou a cidade com ruas e avenidas novas.

“Tudo isso é inegável”, diz o príncipe. “Pode-se, entretanto, perguntar se com muito menos desordem e prodigalidade, não teria o Império, oportunamente, logrado resultados igualmente brilhantes. A República custou caro ao Brasil, com as flutuações cambiais, o aumento enorme da dívida pública, a multiplicação dos cargos públicos e sinecuras que trouxeram como consequência a agravação incessante dos impostos que oprimem não somente a parte da população que goza dos progressos realizados, mas os habitantes do interior que os desconhecem.”

Condena o peso que representam nos orçamentos os gastos com o Exército e a Marinha, sem que, com isso, lhes tenha proporcionado a força efetiva indispensável à manutenção do seu prestígio internacional e de sua unidade política. O desenvolvimento da rede ferroviária, que deveria ser uma das preocupações do Governo, marcha lentamente numa progressão pouco superior à da Monarquia.

Recorda, ainda, que sob o Império os republicanos se queixavam da pressão exercida pelo Governo nas eleições. Na comparação com as eleições repu-

blicas, as do Império levam vantagem: “No reinado de meu Avô, não obstante a insuficiente educação política das massas populares, a opinião nacional teve numerosas ocasiões de se manifestar e até alguns republicanos foram eleitos. Hoje [1913] as eleições não passam de uma comédia pejorativa. Por toda parte as oligarquias onipotentes que empolgaram os governos dos Estados, implantando no Brasil um verdadeiro regime feudal, nomeiam senadores e deputados a seu arbítrio, sem que reste aos adversários dos homens do poder outro recurso além da oposição à mão armada”.

Acusa a corrupção que domina os partidos e o Governo, e a irresponsabilidade que se manifesta por toda parte. E termina revelando sua esperança de recuperação, com os recursos que o país possui. As crises apenas retardam “o momento em que, pela força de seu desenvolvimento natural, caber-lhe-á tomar lugar entre as grandes potências do mundo”.

A LINHA REACIONÁRIA E CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

1. O pensamento reacionário ou contra-revolucionário

A linha reacionária e/ou contra-revolucionária constitui uma exacerbação conservadora. Ela almeja constituir um quadro histórico que mantenha e sustente os ideais já ultrapassados. É uma historiografia de retaguarda, antedemocrática, antiliberal e reacionária, tanto quanto possa reagir às tendências de renovação, sempre presentes na mudança histórica. Não é, assim, surpreendente que uma tendência inicialmente restauradora se transforme de conservadora em reacionária. Como todo conservador, seus princípios são os mesmos, agravados excessivamente pela visão deturpada e extremista. Seus princípios são o do direito natural, da prudência, da imperfectibilidade humana e aquele que Edmund Burke (1728-1797) apontou, o da prescrição.

O direito natural tem origem sobrenatural e toda sociedade deve a ele submeter-se, pensam os reacionários. Assim, deve-se apoiar uma sociedade na qual cada homem recebe as coisas que são adequadas à sua natureza; a igualdade e a uniformidade social são contrárias à natureza real do homem e basicamente injustas.

O argumento da prescrição dá ênfase aos antigos direitos, aos preconceitos e costumes morais. A sociedade é mais segura quando seus membros estão acostumados a recorrer à sabedoria herdada, ao legado da civilização, ao invés de buscar apoio nas questões efêmeras baseadas no julgamento e na sabedoria privados.

A política, desse modo, busca sempre o precedente, os preceitos e até os preconceitos para compreender “a grande incorporação misteriosa da humanidade”, que depende das verdades conhecidas sobre a alma e a comunidade viva, e não daquilo que o homem simples pode esperar alcançar nos seus breves anos de vida.

O princípio da prudência recomenda aos conservadores extremistas que toda ação deve ser julgada pelas suas conseqüências a longo prazo e não meramente pelas vantagens ou popularidade temporárias. Para eles, os liberais e tradicionais são imprudentes, porque se lançam aos seus objetivos sem considerar que os males que suas reformas podem trazer serão piores que aqueles que eles pretendiam abolir. A sociedade humana é complexa, os remédios para serem eficazes não são simples. Assim, recomendam a reflexão demorada e que se pesem sempre as conseqüências, pois as reformas rápidas são perigosas.

O princípio da imperfectibilidade sustenta que, sendo os homens imperfeitos, nenhuma ordem social perfeita pode ser criada. Devido à atividade incan-

sável do homem, a humanidade cresce impaciente diante de qualquer domínio utópico. A utopia termina sempre em desastre, raciocinam os conservadores, pois os homens não são feitos para as coisas perfeitas. Tudo o que se pode razoavelmente esperar é uma sociedade ordenada, na qual há sempre males, desajustamentos e sofrimentos. Assim, a prudência, a prescrição e a imperfectibilidade devem levar a sociedade a esperar e, no máximo, melhorar a ordem tolerável, evitando que os impulsos violentos e anárquicos levem a sociedade ao perigo. Essas são as premissas básicas do conservadorismo, que, exageradas, se transformam em reacionarismo ou ultraconservadorismo.

Daí o perigo da política da inércia: não fazer nada para ver como fica, que caracterizou fases da política imperial e republicana, e a reação a toda e qualquer mudança irrefletida, como dizem, mas na verdade menos lenta e gradual.

Quando essas idéias assumem caráter inviolável, não-flexível, elas passam a ser reatoras ou reacionárias, almejando constituir uma sociedade segundo modelos históricos considerados ideais, embora ultrapassados. Aí, então, a posição é anti-histórica, já que a história é sempre mudança.

A legitimação exaltada do *statu quo* torna reacionária a posição conservadora. Na concepção ultra-reacionária, é clara e evidente a oposição entre a tradição e a modernidade, entre a velha ordem moribunda e o nascimento da nova situação. A concepção reacionária e ultraconservadora é contra a realidade social e a ideologia liberal do industrialismo contra as presunções dos utilitaristas. Nela não há lugar para o povo, visto como a plebe e a canalha são incapazes de entrar na história. A posição reacionária é a degradação conservadora, escrava do *statu quo*.

Quando Bernardo Pereira de Vasconcelos se auto denominou partidário do regresso, abjurava todo o seu liberalismo anterior e regressava ao absolutismo da pré-independência. Ele fora um dos líderes no Parlamento do crescente movimento liberal que levou à abdicação de D. Pedro I e o seu regresso significava não uma normal posição conservadora, mas uma atitude de volta ao domínio absolutista, não-constitucional.

A imagem contra-revolucionária da história do Brasil, o pensamento reacionário, consiste no absoluto acatamento da autoridade e da hierarquia e na luta contra a “calamidade revolucionária existente no liberalismo e no socialismo”⁽¹⁾.

Há uma diferença entre o pensamento histórico reacionário e o tradicionalista e saudosista, que não foi bem distinguido por Francisco Iglesias. É lógico que todo reacionário é tradicionalista e que todo tradicionalista é reacionário, mas as duas posições divergem em muitos aspectos. O reacionário deseja a volta a todo o passado superado e que a ordem conservadora destruída ou ameaçada de destruição seja mantida.

(1) Francisco Iglesias, *Estudo Sobre o Pensamento Reacionário: Jackson de Figueiredo*, separata da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. II, nº 2, julho de 1962.

Examinaremos adiante a historiografia tradicionalista e saudosista, que, no fundo, é essencialmente romântica, crendo que todo o passado foi sempre superior ao presente. Já o reacionário não acredita na bondade do passado, mas tão-somente daquele passado ordeiro, hierarquizado, com o predomínio das classes, por ele chamadas de superiores. Seu horror é a ralé, as aspirações e intenções da gente mais modesta.

O reacionário é um liberticida. O tradicionalista não precisa ser liberticida, já que se satisfaz com o respeito à tradição em conjunto, boa ou má, valiosa ou maculada. O tradicionalista é anti-histórico, porque deseja restaurar a tradição atacada ou ameaçada, enquanto o reacionário não respeita apenas a tradição: ele deseja que se mantenha sobretudo o predomínio da classe dirigente.

Como escreveu Francisco Iglesias, “a ideologia da ordem conservadora quer perpetuar um estado de coisas que lhe parece encerrar toda a verdade; como o mundo em que vive já não apresenta esta situação, é reacionária, luta contra ele, quer voltar ao passado”.

O pensamento reacionário ou contra-revolucionário nasceu no combate à Revolução Francesa e busca apoio doutrinário e militante em Burke, sobretudo na atividade da *Action Française*, movimento político francês fundado em 1898 por Henri Veaugeois e Maurice Pujo, e nasceu das lutas da Questão Dreyfus. A *Action Française* reuniu intelectuais nacionalistas, opostos ao parlamentarismo, mas republicanos.

Foi por influência de Charles Maurras (1868-1952), que a ela se reuniu em 1899, que a *Action* evoluiu para um “nacionalismo integral”, isto é, a monarquia tradicional, autoritária, hereditária, antiparlamentar e descentralizada.

A pequena revista *Action Française*, publicada desde julho de 1899, foi substituída pelo jornal cotidiano *L’Action Française*, de que foram principais animadores Charles Maurras, Alphonse Daudet (1840-1897), Jacques Bainville (1879-1937). Proclamando sua intenção de transformar o regime democrático por um golpe de força, a *Action Française* formou grupos de ação — os *Camelots du Roi* — e se transformou na campeã do nacionalismo da direita francesa, preparou moralmente a guerra de revanche contra a Alemanha antes de 1914, lutou contra os partidários do acordo pacífico dos litígios europeus e se opôs em 1918 à política de reconciliação franco-alemã, inaugurada pelo político Aristides Briand (1862-1932).

O rigor doutrinário da *Action*, sua doutrina literária neoclássica, a energia de sua polêmica, as possibilidades de ação que ela abria à juventude (a violência a serviço da razão), enfim, a defesa da Igreja católica (se bem que Maurras fosse agnóstico), lhe valeram numerosas e ardentes simpatias nos meios dos estudantes e dos professores liberais. Entre os intelectuais da *Action*, simpatizantes e ativistas, destacaram-se Paul Bourget, H. Massis, Jacques Maritain, G. Bernanos, A. Rousseau, P. Gaxotte e Daniel Halévy. Eram germanófilos, mas simpatizavam com Hitler e Mussolini, puseram-se contra os Aliados na Segunda Guerra Mundial e saudaram com satisfação o regime de Pétain. Re-

fugiada desde 1940 em Lyon, a Action cessou de aparecer desde 1944, sendo Maurras condenado à prisão perpétua em janeiro de 1945. Deles somente Bernanos, realista e antidemocrático, foi contra o totalitarismo fascista.

A corrente reacionária e contra-revolucionária brasileira não buscou nesse movimento suas raízes ideológicas, exceto Oliveira Viana, que se inspirou em Frédéric le Play (1806-1882). Economista e sociólogo francês, ele havia chegado à conclusão de que o desaparecimento da paz social na Europa se devia aos falsos dogmas de 1789, como o da crença na perfeição original do homem e da igualdade original. Para ele, a ciência social devia fundar-se sobre a concepção cristã-pessimista do homem: a sociedade européia seria reorganizada sobre o tríptico fundamento da moral religiosa, da propriedade da família (a liberdade de testar), a “célula social” fundamental, a cuja imagem se deve modelar a organização profissional, na qual os grandes proprietários e patrões representam um papel patriarcal. Le Play exerceu, com suas tendências paternalistas, uma grande influência sobre certos católicos sociais e sobre a escola da Action Française. Além de sua obra principal, *La Reforme Sociale en France* (1864), Le Play publicou vários outros estudos.

A corrente reacionária e contra-revolucionária brasileira não nasceu com a Action Française, a qual é contemporânea de autores como Edmund Burke e Bonard que foram influentes na formação do reacionarismo e do contra-revolucionarismo de homens como José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. A corrente surge como reação à Revolução Francesa.

O pensamento conservador se manifesta não somente na direção monarquista, como no contra-revolucionário, e, ainda, no tradicionalista e saudosista, de que trataremos mais adiante, como na ação integralista, de origem fascista, que aqui, como em França, aproximou os contra-revolucionários dos fascistas de Mussolini, sobretudo na fase de pré e durante a guerra, com a ascensão provisória de Pétain na França.

Plínio Correa de Oliveira, em *Revolução e Contra-Revolução*⁽²⁾, examinou de um ponto de vista contra-revolucionário a revolução e a contra-revolução, chegando a defender a ditadura contra-revolucionária para a defesa da ordem, afirmando que “o fim precípua da ditadura legítima hoje em dia deve ser a contra-revolução”.

A contra-revolução é definida como a luta específica e direta contra a revolução. Plínio louva a *nobreza* da reação, a modernidade e integridade da contra-revolução e, além de afirmar que a contra-revolução é conservadora — o que é, óbvio — liga-a ao tradicionalismo e chega ao ridículo — que, aliás, está caracterizado nos uniformes e nas atividades da TFP (Tradição, Família e Propriedade). Para ele, a contra-revolução é condição essencial do verdadei-

(2) Plínio Correa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, in *Catolicismo*, n.100 (suplemento), Campos, 1959.

ro progresso e consiste, sobretudo, na prevalência dos aspectos espirituais sobre os materiais.

Plínio Correa de Oliveira tenta explicar, apesar do ridículo e da pobreza mental revelada na sua manifestação, o que é um contra-revolucionário, a tática da contra-revolução, os meios de ação, os obstáculos, o caráter processivo e o choque contra-revolucionário, acentuando como se deve destroçar o processo revolucionário. Seu livro é um amontoado de disparates, asneiras e incoerências, sobretudo quando tenta mostrar a força propulsora da contra-revolução e sua invencibilidade, ou quando revela desejar unir a Igreja à contra-revolução.

Ele insiste muito no papel contra-revolucionário da Igreja, aspecto hoje inteiramente falso, uma vez que a Igreja — com algumas exceções — não se coloca mais ao lado das forças reacionárias, mas ao lado das classes pobres e modestas. A imagem contra-revolucionária da História do Brasil foi melhor revelada pelo ex-governador biônico Abreu Sodré, de São Paulo, quando disse esse amontoado de tolices, como a de que “a independência foi conquistada com a compreensão da Metrópole; a monarquia extinta com o apoio dos seus representantes no Parlamento, e a libertação dos escravos outorgada pelos escravocratas, sem luta e sem sangue. Por isso o brasileiro é tido como o homem cordial”.

Maior coleção de sandices é difícil de se revelar em tão poucas palavras. Na verdade, não se produziu no Brasil um livro sério e importante sobre o conservadorismo, e muito menos sobre o reacionarismo. E os grandes reacionários brasileiros, um José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que foi bispo de Pernambuco e de Elvas, e foi o último inquisidor-mor, sobre o qual escrevemos na *História da História do Brasil* (1ª parte, vol. *Historiografia Colonial*)⁽³⁾, ou um José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, ou um Oliveira Viana, nunca escreveram nada de importante sobre suas próprias ideologias históricas e sociológicas. A resposta é que ele representa um e outro; há o conservadorismo que existe em todas as sociedades, e cujo motivo central é a consciência da limitação da política e a suspeita contra a mudança e o reacionarismo ideológico que surgiu como reação à Revolução Francesa.

É este último aspecto o que caracteriza o reacionarismo de Azeredo Coutinho, Cairu e Oliveira Viana — este horrorizado com as constantes rebeliões brasileiras que encheram a República desde a sua fundação até sua época.

Mas seria um erro desvalorizar a importância do reacionarismo como um movimento consciente a favor do *statu quo* ou do *regresso*, para usar a expressão de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ele não é somente defensivo e em oposição às transformações sociais e políticas. Ele é, sobretudo, uma filosofia da imperfeição, que acreditou ser impossível melhorar as coisas ou a humanidade.

(3) José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil, 1a. Parte, História Colonial, 2a. ed.*, São Paulo 1979, pp. 377-389.

Foi de Burke e de Maistre que surgiu a corrente de imperfeição moral da visão do mundo, uma ordem natural inacessível à razão humana. Há também o ceticismo que se baseia na incompatibilidade dos diferentes fins que o homem busca e que deriva de Benjamin Constant e de Alexis de Tocqueville.

2. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu

A bibliografia de José da Silva Lisboa tem sido muito estudada e escrita. Ele era um homem de reputação firmada, de modo que seu nome aparece já nos viajantes que nos visitaram. Nasceu em Salvador aos 16 de julho de 1756, filho do arquiteto Henrique da Silva Lisboa, natural de Lisboa, e de Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Neste capítulo de sua bibliografia seguimos Alfredo do Vale Cabral⁽⁴⁾, que lhe dedicou o melhor estudo, pela amplitude e segurança da pesquisa e pela correção da elaboração interpretativa. Vale Cabral se limitou aos estudos históricos e sociológicos. A resposta é que ele representa um e outro.

A biobibliografia que escreveu seu filho — o único de sua descendência que se distinguiu — foi uma tentativa primeira, ainda não valorizada por pesquisas posteriores, e feita, naturalmente, sob a pressão da morte de Cairu, desde então considerado como uma figura excepcional do pensamento econômico e político brasileiro. É discreto e natural nos elogios que faz ao pai, escrevendo que desde “os seus mais tenros anos distinguiu-se pelo seu ardente amor às letras, de maneira que entrou aos oito anos de idade para a gramática latina, estudando depois filosofia racional e moral no convento dos frades carmelitanos da mencionada cidade, tendo aprendido música e a tocar piano”.

Foi depois para Lisboa, onde estudou retórica e, em 1774, aos 18 anos, seguiu para Coimbra, matriculando-se nos cursos jurídicos e filosóficos. Conta que aplicou-se ao estudo do Hebraico e Grego, de tal modo que, submetido a exame, foi nomeado lente-substituto destas línguas no Real Colégio das Artes.

Como Alcides Bezerra anotou, parece ser lenda sua erudição hebraica. “Já não digo que Cairu não pudesse ombrear com nenhum hebraísta do seu tempo, o que seria exigir muito, mas, na verdade, não deixou em suas obras evidentes traços de conhecimentos da literatura israelita, a não ser referências a passos comuns do Velho Testamento e dos Evangelhos. Também não cita os gregos, que decerto quase nada influíram na sua formação cultural que é genuinamente inglesa”.

Em 1779 tomou os graus de bacharel formado em Direito Canônico e Filosofia, contando 23 anos. Voltou a Lisboa e pretendeu entrar no serviço da magistratura, mas obteve a cadeira de filosofia racional e moral na cidade do Sal-

(4) Alfredo do Vale Cabral, *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa*, Rio de Janeiro, 1881.

vador, nomeado pela Real Mesa Censória. Aí lecionou também grego durante cinco anos, até que esta cadeira foi ocupada por Luís dos Santos Vilhena, celebrado autor das *Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*⁽⁵⁾, que revelam a influência grega na própria escolha do título do livro, um dos maiores que sobre a Bahia e o Brasil se escreveu no século XVIII.

Casou-se José da Silva Lisboa com Ana Benedita de Figueiredo, de quem teve 14 filhos, sendo que somente cinco sobreviveram e um fez carreira pública, sendo o Segundo Barão de Cairu e ocupando a pasta dos Estrangeiros. Já na época (1881) em que Vale Cabral escreveu a biografia de Cairu, informava estar quase extinta a família Silva Lisboa.

Durante perto de 20 anos ensinou Cairu sua cadeira e voltou ao Reino em 1797, conseguindo sua jubilação pela Carta Régia de 18 de março de 1797. Foi então nomeado, pelo príncipe regente D. João, deputado e secretário da Mesa da Inspeção da cidade da Bahia (Carta Régia de 4 de setembro de 1797), lugar que inaugurou e no qual, segundo consta, com zelo e desinteresse prestou importantes serviços à indústria, à agricultura e ao comércio, e nele serviu até princípios de 1808.

Durante seu professorado de filosofia racional e moral devia vir estudando direito mercantil, pois um ano após sua jubilação (1798) publicou em Lisboa os *Princípios de Direito Mercantil*⁽⁶⁾, em dois tomos, que só contém as três primeiras partes. A obra completa, em seis tomos, editou-se também em Lisboa, 1801-1803⁽⁷⁾.

Passar da filosofia racional e moral para o direito mercantil e a economia política era um caminho natural nos estudos do fim do século XVIII e começos do XIX, tanto que Adam Smith⁽⁸⁾, de cujas idéias foi Silva Lisboa admirador e divulgador, foi professor de Lógica e de Filosofia Moral.

À medida que Silva Lisboa foi-se dedicando ao direito mercantil, publicou também os *Princípios de Economia Política*⁽⁹⁾ e foi abandonando a filosofia moral e racional. Com o tempo das mudanças históricas da Independência dedicou-se ao debate político das questões gerais.

Os *Princípios de Direito Mercantil* causaram, como escreveu Vale Cabral⁽¹⁰⁾, certo alvoroço em Portugal, pela novidade da matéria, exposta em forma prático-teórica, e pela inveja de ser seu autor um brasileiro, por tantos anos um simples professor de Filosofia, que somente um ano antes fora nomeado para um cargo de maior relevo. Ao sair a reedição de 1874, Cândido Mendes de Almeida observou que “depois de decorridos 19 anos, em que o nome de Silva Lisboa nem era talvez mais pronunciado na Universidade, teatro de seus

(5) Bahia, 1922-1924, 2 vols.; 2a. ed., Bahia, 1969, 2 vols.

(6) Lisboa, 1798, 2 vols.; 2a. ed., 1803, 6 vols.; ed. de Cândido Mendes, 1874, 2 vols.

(7) *Direito Mercantil*, ed. cit.

(8) Londres, 1776.

(9) Lisboa, 1804.

(10) Vale Cabral, *Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú*, Rio de Janeiro, 1881.

triunfos acadêmicos, contra a natural expectativa aparece figurando com a maior distinção no estudo de matérias que ninguém antes dele tratou com tanta proficiência e primordialidade. Como obra única em seu gênero, em língua vernácula, serviu na época de Código Comercial, de indisputável autoridade em todos os domínios da Monarquia Portuguesa”⁽¹¹⁾.

2.1. A influência de Adam Smith

Foi o lexicógrafo Antônio de Moraes e Silva, autor do *Dicionário de Língua Portuguesa*⁽¹²⁾, que, visitando José da Silva Lisboa na Bahia, ofereceu-lhe o novo livro de Adam Smith. Em carta de 26 de setembro de 1803, Moraes lembra ao amigo ter-lhe dado “a obra de Adam Smith que havia trazido de Londres, a qual excitara a sua ‘eletricidade luminosa, não menos que enérgica’, e isto, com a probidade e zelo de Silva Lisboa, havia produzido um trabalho de tanta utilidade para toda uma nação⁽¹³⁾. ‘Pelo que se vê’ — comenta Brás do Amaral, na magnífica conferência que sobre Silva Lisboa fez no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da qual estamos a reproduzir trechos decisivos — “o trato do moço estudioso com o eminente homem de letras, a animação que ele lhe inculcava, muito concorreram para produzir a centelha de ouro que havia de fulgir o *Direito Mercantil*, a obra máxima de José da Silva Lisboa, a primeira deste ramo de conhecimentos humanos oferecida em língua portuguesa”⁽¹⁴⁾.

Já era, portanto, do conhecimento de Silva Lisboa a obra de Adam Smith, *Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*⁽¹⁵⁾, na qual se expunham as vantagens da livre troca dos produtos, defendia-se a liberdade comercial, a abolição dos monopólios, provocando debates com os que não partilhavam de tais idéias, ou receavam suas conseqüências. Para estender, esclarecer e fundamentar suas opiniões foi que Silva Lisboa publicou, em 1804, os *Princípios de Economia Política*.

A influência de Adam Smith se operou sobre Silva Lisboa de modo completo, embora haja divergências bem acentuadas entre um e outro, devidas ao mau entendimento que Lisboa teve de Smith ou ao aulicismo do primeiro, de que era destituído o segundo. Smith foi o ideólogo da burguesia capitalista conservadora, o que seria difícil Lisboa representar, já que o Brasil era um país dependente, membro informal do Império Britânico. Em Smith, logo no primeiro livro revela-se a eficiência da distribuição do produto, como socialmente benéfica, o que não se vê em Lisboa, que corteja o Estado Real, a nobreza e a burguesia comercial.

Marx, como Ricardo, viu em Smith o primeiro exemplo do burguês científico. Ao denunciar os sofismas mercantilistas e seu interesse deturpado pelos

(11) *Op. cit.*, Rio de Janeiro, 1874. [Prefácio]

(12) 1ª ed., 1789. 2ª ed., 1813.

(13) *RIHGB*, Rio de Janeiro, 183.

(14) *RIHGB*, vol. 170 (1935), Rio de Janeiro, 1939, pp. 297-311.

(15) Londres, 1776.

estimulantes monetários, descobriu o fator real nos arranjos econômicos, ou seja, o trabalho.

No seu relato Smith fez também insinuações quanto à grosseira teoria da exploração, através da qual o proprietário e o capitalista levam uma participação das recompensas que, originalmente, deveriam caber àqueles que realizam o trabalho. Fala das economias de crescimento lento ou estacionário, em que “o lucro e a renda absorvem os salários e as duas classes superiores oprimem a inferior”.

E Smith foi claro ao escrever em *A Riqueza das Nações* que “num primitivo e rude estágio da sociedade”, antes da acumulação do capital e apropriação da terra, todo o produto do labor pertencia ao trabalhador, e a “quantidade de trabalho comumente empregada em adquirir ou produzir qualquer bem é a única circunstância que pode regular a quantidade de trabalho pelo qual aquele bem deve comumente ser trocado”.

É certo que faz parte essencial de Smith a insistência sobre o motivo — lucro individualista, contrário à ação do Estado. E defende e pleiteia o livre comércio, que reconhece ser elemento vital ao progresso da Inglaterra em confronto com a França. Importantes são seus poderosos e detalhados argumentos em defesa da liberdade de comércio internacional e seu combate aos tributos, monopólios, subvenções e companhias privilegiadas por cartas régias⁽¹⁶⁾.

Smith advoga o livre jogo do interesse próprio e representou o mais famoso expoente daquilo que se chamou “o mais perfeito sistema de liberdade e justiça natural”, que foi abreviado com o dito *laissez-faire, laissez-passer*, ou seja, a mínima intervenção estatal nos assuntos econômicos de agentes individuais.

Ralph Lindgren não concorda que se inclua Smith entre os defensores do que se vem chamando “Estado restrito”, cujas funções legítimas seriam as de proteger os cidadãos contra a violência, o roubo, a fraude e os descumprimentos dos contratos. Segundo essa concepção, Smith era vagaroso na concessão de funções aos governos por motivos bastante distintos daqueles que foram dados por seus admiradores do livre arbítrio e, em segundo lugar, que o governo autêntico, segundo a concepção de Smith, estava longe de ser tão restrito quanto o Estado policial e coercitivo.

Segundo Lindgren, as recomendações de Smith sobre política comercial não se limitavam a defender a descentralização total do poder de distribuição da fortuna através de mercados pequenos e receptivos. Pleiteou também a adoção de métodos destinados a elevar ao máximo a proporção da riqueza nacional que era distribuída através de tais mercados, isto é, no setor privado, como agora se costuma chamar⁽¹⁷⁾.

E Smith considerou um despropósito o fato de uma nação destinar parte substancial de seu próprio capital para satisfazer os caprichos de alguns, sem que a subsistência de todos estivesse ainda assegurada. Em segundo lugar, um maior número de pessoas será capaz de canalizar parte de seus rendimentos pa-

(16) *Adam Smith e o Seu Tempo*, Rio de Janeiro, 1978, pp. 17, 32 e 84.

(17) *Op. cit.*, p. 116-117.

ra fins de investimentos e, dessa forma, contribuir para o aumento da riqueza de uma nação, caso estejam todos supridos das necessidades essenciais da vida.

Ora, como se vê, se Smith defendia a liberdade de comércio, a não-intervenção estatal, o motivo-lucro, não deixava de ver os males sociais do sistema capitalista e, neste sentido, é um precursor de Marx. Além disso, ensinava “que os reis são servidores do povo, devendo ser obedecidos, resistindo, sendo depostos ou punidos, conforme exigirá a conveniência do povo”⁽¹⁸⁾.

Há em Silva Lisboa uma evidente ambivalência, que suas *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*⁽¹⁹⁾ não escondem, tanto quanto a defesa teórica e a colaboração prática contra a abolição dos monopólios e a favor da abertura dos portos.

Sua defesa da liberdade de comércio, sua atuação a favor da abertura dos portos não o impedem de, pelo seu desesperado aulicismo, estar sempre ao lado do Estado e do monarca, numa hora grave ou de crise, na qual a claridade da posição intrega o protagonista ou afasta o inatural.

Nas *Observações* ele tenta mostrar como os Estados Unidos curaram os males que a Guerra da Independência criou com a liberdade comercial, mas sua liberdade comercial não o leva à liberdade política, e depois de defender a união do Brasil com Portugal, enquanto não sabia se ficava com o pai ou com o filho, ou se este ficaria com aquele, torna-se defensor da independência com D. Pedro.

Sua adesão ao príncipe é incondicional, como o fora a D. João VI, e manifesta-se nos livros, nos panfletos e nos jornais, ou no ataque à Revolução Francesa e na defesa do conservadorismo inglês, sobretudo na divulgação da obra do seu mestre preferido Edmund Burke, no combate aos revolucionários brasileiros, e na sua transformação final em cronista-mor, o cronista oficial de D. Pedro I. Ele nunca opôs condições à política de D. Pedro I, como opôs, por exemplo, à política de José Bonifácio.

2.2. A abertura dos portos

Desde a primeira biografia que o filho sobre ele escreveu, atribui-se-lhe o ter-se aproveitado da amizade que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar, governador da Bahia, para sugerir-lhe que indicasse ao príncipe regente a abertura dos portos a todas as nações amigas da Coroa de Portugal.

Apesar da forte oposição que então se lhe fez, fora tal a força de seus argumentos, que D. Fernando cedeu as suas persuasões e insistiu com o príncipe regente [D. João VI] que publicasse a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

(18) *Op. cit.*, 71

(19) *Rio de Janeiro (1803-1809)*; 2ª ed., Lisboa, 1822. Ver a versão de Bento Silva Lisboa, “Biografia de José da Silva Lisboa”, RIHGB, 1838, vol. 1.

A medida mereceu a maior desaprovação da parte dos negociantes portugueses, acostumados ao monopólio, os quais não pouparam esforços para que se revogasse a mesma que aumentaria os males da nação e privaria o Estado de suas rendas. E escreveu seu filho que não faltaram pessoas influentes, e até estadistas, que esposavam a causa dos ditos negociantes, mas Silva Lisboa, que havia acompanhado o príncipe regente como professor da nova cadeira de Economia Política, por ele criada no Rio de Janeiro, procurou pulverizar seus argumentos no seu livro *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*⁽²⁰⁾.

Repetiu a versão de Vale Cabral, dizendo a mesmíssima coisa que dissera Bento, seu filho, acrescentando-lhe apenas as palavras que Silva Lisboa pusera nas *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*: “pôs aí o Príncipe sólido e profundo alicerce, ou, para melhor dizer, a Pedra Angular do edifício da civilização, o Novo Império, que declarou vir criar; pois estou convencido que a franqueza do comércio, regulado pela moral, retidão e bem comum é o princípio vivificante da ordem social e mais natural e seguro meio da prosperidade das nações. (...) Não dissimulo que as vantagens do comércio franco têm sido controvertidas por escritores de nota; e que as circunstâncias de cada país podem justificar algumas restrições, temporais ou permanentes, do tráfico estrangeiro compensando-se, por cálculo prudente, com o bem geral. Assim protesto que em nada intento deprimir o patriotismo e mérito dos que discordam de mim em tal assunto. Respeito o juízo de todos. Não presumo que o meu seja a medida da verdade; só desejo que prevaleça o que for realmente o mais útil ao Estado. Porém, sendo de presumir que os atos do Governo, e com especialidade em objeto de tanto momento, procedam da mais circunspecta deliberação; e a firmeza dos conselhos soberanos constitui uma das mais essenciais partes da reta administração e crédito público; não é o do decoro civil que encontre oposição ainda que só de pareceres, sem a evidência dos prejuízos, demonstrados por fatos decisivos, e não por conceitos arbitrários, e obstinado aferro a sistemas errôneos, caducos ou impertinentes na crise atual”.

Varnhagen, que escreveu antes de Vale Cabral, mas em obra geral e não especial, deu igual acolhida à versão que ele propusera: “reformas importantes, começando pela providência do franqueio do porto”⁽²¹⁾. Nesta interpretação não acreditou Capistrano de Abreu, já advertido pelo fechamento dos portos aos ingleses, que o príncipe regente impusera, atendendo à exigência de Napoleão, pois sabia que Portugal e seus reis ou príncipes sempre obedeceram às determinações dos mais fortes. Napoleão não acreditou na adesão de D. João ao sistema continental [união da Europa contra a ilha da Inglaterra] e desconfiou que o envio de D. Pedro ao Brasil era sugestão inglesa, e com a Inglaterra estava Portugal sempre sujeito e filiado.

(20) Rio de Janeiro, 2 partes, 1808; 3ª parte, 1809.

(21) Varnhagen, *História Geral do Brasil*, Madri, 1857, 1ª ed., 3ª integral, São Paulo, s.d. p. 15.

A invasão de Portugal pelas tropas de Junot, o tratado de Fontainebleau [estabelecendo a partilha de Portugal entre a Espanha, a França e o rei da Etrúria] incorporado ao Império francês em 1807 — este último reino criado por Napoleão em 1801 e incorporado ao Império Franco em 1808 — a 9 de outubro de 1807, a degradação da Casa de Bragança, a inutilidade em suma, de todos os esforços para satisfazer o insaciável imperador, escreveu Capistrano de Abreu⁽²²⁾ mostravam que o príncipe nada faria sem o apoio da Inglaterra e não simplesmente pela sugestão de um economista até então apenas provinciano.

A famosa Carta Régia foi publicada, acrescenta Capistrano, desconhecendo-se quase totalmente seus antecedentes. Relembrou Capistrano de Abreu que na convenção secreta relativa à transmigração da família real, assinada em Londres a 22 de outubro de 1807, pactuava-se que, no caso de se fecharem os portos de Portugal à bandeira inglesa, seria estabelecido um porto na ilha de Santa Catarina ou em outro lugar da costa do Brasil, por onde as mercadorias portuguesas e britânicas poderiam ser importadas em navios ingleses, pagando os mesmos direitos que pagavam atualmente em Portugal e durando esse acordo até novo ajuste. Tal seria então, para Capistrano de Abreu, o germe que se tem podido descobrir até hoje, do grande pensamento realizado no princípio do século XIX.

Acrescentou, mais, que tradições que remontam a Antônio da Vila Nova Portugal referem que Lord Strangford (ministro britânico no Brasil) foi ao encontro do Ministro Antônio de Araújo Azevedo, Conde de Barca, conselheiro e ministro de Estado, e juntamente com o almirante Sidney Smith, chefe do bloqueio do porto e da operação de proteção à fuga da família Bragança para o Brasil, permitida pelo Governo e a esquadra britânicos, propôs-lhe condições duras, uma das quais era a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reservada à Inglaterra, marcando-lhe desde então uma tarifa de direitos insignificantes, até que um dos portos do Brasil fosse entregue à Inglaterra. Apesar das palavras calorosas, concordaram todos que estavam conformes, já que a viagem era para o Brasil.

Enfim, acrescentou Capistrano de Abreu que num manuscrito com letra de Tomás Antônio, guardado na Biblioteca Nacional, contava-se que enquanto D. João esperava que se reunissem no porto da Bahia os ministros dispersos por vários portos, devido à tormenta que os transviara, e até que chegasse ao Rio de Janeiro a 7 de março (chegara à Bahia a 22 de janeiro), “D. Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa, a quem o Marquês fez nomear lente de Economia Política, e por Antônio da Silva Lisboa, que estava aí administrando o contrato de João Ferreiro de Solla, para fazer assinar por El-Rei (*sic*) o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras”.⁽²¹⁾

(22) Capistrano de Abreu, “28 de janeiro”, *Jornal do Commercio*, 28 de janeiro de 1908.

“Antônio de Araújo tinha falado com o ministro inglês, Lord Strangford, que se havia de abrir algum porto; mas, em consequência disto, não houve ocasião nem de negociar, nem de compensação inglesa e ficou aberta a porta. Parece que o Marquês de Bellas se capacitou também e conveio; porque ele é que tinha sido incumbido de redigir o decreto e instruções que El-Rei (*sic*) deixou em Lisboa para os governadores do Reino.”

Como se vê desse documento, não se pode inferir em definitivo tenha Cairu sido o instigador e autor da Carta Régia da abertura dos portos do Brasil às nações estrangeiras. É certo que capacitar naqueles dias, como hoje, significava fazer crer, persuadir, o que bem poderia ter sido o papel de Lisboa, colaborador na persuasão, tal como se diz que “o Marquês de Bellas se capacitou também e conveio; porque ele é que tinha sido incumbido de redigir o decreto e instruções que El-Rei (*sic*) deixou em Lisboa para os governadores do Reino”.

Não creio se possa dar maior valor às declarações desse documento, como o fez San Tiago Dantas⁽²³⁾. Para este, nesse documento ficam estabelecidas as circunstâncias que cercaram o grande acontecimento do franqueio do comércio colonial. Segundo San Tiago, o primeiro ponto em que se deve atentar “é o alcance da modificação trazida por Lisboa ao problema diplomático. A Inglaterra conseguira nas convenções anteriores a concessão à Grã-Bretanha de um porto brasileiro (talvez Santa Catarina) e a promessa de reconhecer aos ingleses o acesso aos portos brasileiros com uma tarifa especial”.⁽¹⁹⁾

“Essas medidas unilaterais em favor da Inglaterra poderiam ter tido consequências transcendentais no futuro da América e do Brasil. Quando o Príncipe chegou ao Brasil, o mérito de Silva Lisboa foi transformar a concessão a um aliado poderoso, em medida geral, adotada sem compensações, por ato do Império que a todos aproveitava igualmente.”

Diante desse documento, San Tiago Dantas pensava que não vindo a bordo nenhum ministro, mas conhecendo Silva Lisboa a D. Fernando José de Portugal, “junto a ele insistiu ‘capacitando-o’ da conveniência daquela medida, de acordo com o depoimento de Vila Nova Portugal”.

O documento não é explícito: *capacitar* não significa tivesse D. João sido convencido por ele e o tivesse autorizado a redigir o ato real. Tanto que Tobias Monteiro⁽²⁴⁾ resume esse mesmo documento que atribui parte da ação a José da Silva Lisboa e conclui, afirmando: “Desse modo, empurrados por Napoleão e pela Inglaterra, e guiados pela mão de um brasileiro”, o príncipe e seus ministros, embora sem compreender, “davam os primeiros passos para a Independência do Brasil”.

Em nota, Tobias Monteiro resume a argumentação dos artigos de Eunápio Deiró, publicados no *Jornal do Brasil*, contestando o papel de Silva Lisboa e

(23) San Tiago Dantas, “Visconde de Cairu, Protagonista de Sua Época”, *Jornal do Commercio*, 30 de março de 1968.

(24) *História do Império. A Elaboração da Independência*, Rio de Janeiro, 1927, pp. 64-69.

declarando que somente em 1856 apareceu “pela primeira vez” referência à sua iniciativa de abertura dos portos, num artigo de autoria de seu filho, Bento Lisboa. Segundo Barão de Cairu, reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁽²⁵⁾, opinião perfilhada por Varnhagen⁽²⁶⁾.

Tobias Monteiro argumenta que a tardança da revelação, sendo exata, não lhe diminuiria a importância. O depoimento do filho só podia ser baseado em informação do pai. A argumentação de Deiró consistia no fato de ter D. João tomado medida tão radical ainda na primeira semana de sua chegada à Bahia, sem esperar muitos dos seus conselheiros, atrasados na viagem em virtude de tempestade que separara os navios. Devia ser idéia amadurecida no seu espírito, procurando explicar a presença de Lisboa no Conselho do príncipe pelo fato de ser economista reputado e conhecedor de D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, décimo quinto vice-rei, futuro Marquês de Aguiar. Além disso, se fosse Lisboa quem aconselhasse, obteria a abertura definitiva e não interina, e não proclamaria ele próprio tudo ter sido devido a D. João.

San Tiago Dantas seguiu Tobias Monteiro na argumentação a favor da influência decisiva de Silva Lisboa, pois um soberano absoluto, que tivesse uma idéia amadurecida, não iria ouvir um simples professor da Colônia. Para ele, Deiró desconhecia o manuscrito de Tomás Antônio e até o primeiro livro de Silva Lisboa, *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*.

Silva Lisboa, acrescenta Tobias Monteiro, não ocultou sua participação. Nas *Observações* escreveu: “acresce que tendo participado da honra de concorrer para a dita resolução soberana (abertura dos portos), sendo ouvido em qualidade de meu emprego, a equidade exige a sustentação dos princípios que já havia indicado em minhas obras”.

Tobias Monteiro cita, depois, trecho de Oliveira Martins atribuindo à Inglaterra a influência decisiva na abertura, mas afirma que este o faz sem provar e ele próprio aprova a influência inglesa ao reproduzir a conversa de D. João com o secretário de Legação Mr. Hill.

Ao exprimir D. João a esperança de ter satisfeito ao governo de S.M.I. a abertura dos portos, ele respondeu que “esta medida não podia deixar de causar bom efeito na Inglaterra, mas necessariamente produziria maior satisfação se tivesse sido autorizada a admissão de navios e manufaturas britânicos em condições mais vantajosas que as concedidas aos navios e mercadorias de

(25) Vide José da Silva Lisboa, *Visconde de Cairu*, memória escrita pelo seu filho, o Conselheiro Bento da Silva Lisboa, e lida na sessão do Instituto Histórico em 24 de agosto de 1839, *RIHGB*, 1839; t. 1, 3a. ed., 1908, pp. 185-191. Reproduzida na coletânea organizada por Vilhena de Moraes, *Cairu*, Rio de Janeiro, 1958, Arquivo Nacional, pp. 1-9. Veja também *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João*; *Sinopse da Legislação do Senhor D. João VI pela Ordem dos Ramos da Economia do Estado*, Rio de Janeiro, Imp. Régia, 1818; *Legislação do Dia da Coroação de El-Rei Nosso Senhor*.

(26) *Op. cit.*, vol. 3, p. 15.

outras nações estrangeiras (*I answered it Would not fail to produce a good effect in England, but that had it authorized the admittance of British vessels and British manufactures, upon terms more advantageous than those granted to the ships and merchandize of other Nations, it would necessarily have afforded greater satisfaction*)”.

Cita ainda Tobias Monteiro o discurso de Pitt, onde se contêm trechos decisivos sobre a influência inglesa na medida da abertura: “Colocado no trono de Portugal na América, então a Grã-Bretanha, junto ao seu antigo aliado, aumentaria o Império”. E diz que, caso Portugal não anuisse às proposições da Inglaterra, esta faria desembarques e invasões, umas no Brasil, outra no Pará (*sic*), uma da parte do nascente e outra da parte do poente, naquele lugar mais oportuno para a manutenção do trono. E, continuando a revelar suas intenções, declarou: “Desde esse importantíssimo momento, os impérios da América do Sul e da Grã-Bretanha ficarão ligados eternamente fazendo estas duas potências um comércio exclusivo”⁽²⁷⁾.

Essa era a idéia a que já nos referimos, incluída na convenção secreta de 22 de outubro de 1807, quando se pactuou a concessão de um porto na Ilha de Santa Catarina ou em outro lugar da costa do Brasil, por onde as mercadorias portuguesas e britânicas poderiam ser importadas em navios ingleses, pagando os mesmos direitos que pagavam atualmente em Portugal. Já nos referimos também às exigências de Lord Strangford antes da partida de Lisboa, aos 28 de novembro de 1807, quando a família real estava embarcada para se fazer vela para o Brasil a 29 de novembro pela manhã.

Vê-se, assim, que a influência inglesa foi decisiva e não Cairu, que deve ter sido talvez o redator, o *ghost-writer* da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Os que escreveram sobre o fato sempre acentuaram os dois fatores: a influência pessoal de Silva Lisboa e a pressão britânica para comerciar e abrir um novo mercado.

José Teixeira de Barros, na monografia *Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio do Mundo Civilizado*, deu-se ao trabalho de reunir várias opiniões sobre a matéria, com o objetivo de esclarecer o assunto, sob a base do argumento da autoridade.

Lembrou Joaquim Manuel de Macedo, romancista, professor do Colégio Pedro II e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, embora admitisse que o conselho tivesse sido dado por Silva Lisboa, idéias anteriores “podem fazer supor que o príncipe regente D. João já trazia o ânimo preparado para a adoção de medida tão grandiosa”. Cita depois a opinião de Tavares Bastos (sem indicar a obra), que escrevera: “Foi a Inglaterra que obteve a abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo, em 1808, o maior fator da

(27) *RIHGB*, t. especial, *Congresso Internacional de História da América, 1922*, vol. IX, Rio de Janeiro, 1930, pp. 161-176.

nossã história colonial”. Além disso, acha que ela deveria provir do “grave prejuízo causado aos vassalos pela suspensão do comércio da capitania” e, ainda, que poderia resultar dos danos causados à real fazenda.

Cita depois a versão de Oliveira Lima⁽²⁸⁾, revelando que Lord Strangford, querendo aproveitar-se das angústias do momento — que porventura não antecipara tamanhas — aparentara “só querer consentir na retirada do Príncipe Regente se este promettesse abrir logo ao comércio os portos do Brasil, ceder um à Inglaterra e estabelecer uma tarifa aduaneira insignificante para as mercadorias inglesas”.

Relembra Teixeira de Barros outros trechos de Oliveira Lima sobre a pressão inglesa para a abertura dos portos. Já em 1801 escrevia D. Rodrigo de Sousa Coutinho que “os aliados [a Inglaterra sobretudo] tinham dilacerado o Príncipe” e se dispunham talvez agora a tirar para o futuro partido em qualquer caso da desgraça de V.A.R., propondo-se gozar da abertura dos portos do Brasil⁽²⁹⁾.

Oliveira Lima escreveu antes que “a mudança da família real portuguesa para o Brasil estava em princípio decidida havia tempo, mas pode-se dizer que foi Canning quem verdadeiramente a induziu na ocasião propícia”, e para isso mandara Strangford dizer ao Príncipe que só havia dois meios de fazer levantar o bloqueio: ou entregar a esquadra portuguesa à Inglaterra, ou utilizá-la para transportar a corte para o Rio de Janeiro. E era a segunda hipótese a que o governo britânico acolheria com maior gosto e a que se achava de antemão assegurado o apoio das suas forças navais⁽³⁰⁾. Pois, apesar dessas declarações formais, Oliveira Lima afirma que “foi o futuro Visconde de Cairu quem de fato na passagem do Príncipe Regente pela Bahia (...) obteve por intermédio de D. Fernando José de Portugal a decretação de uma tão revolucionária medida⁽³¹⁾”.

Afirmou Oliveira Lima que “a celebrada abertura dos portos nacionais constituiu em verdade uma medida altamente simpática e liberal, mas não se pode dizer que representasse uma desinteressada e intencional cortesia do Príncipe Regente aos seus súditos ultramarinos. Era antes uma precaução econômica necessária e inadiável, porquanto estando na ocasião fechados por motivo da invasão e ocupação francesa os portos de Portugal, que serviam de entrepostos e distribuidores dos produtos coloniais, pareceria simples loucura manter igualmente fechados os portos do Brasil e assim condenar a uma completa paralisia o movimento de exportação e importação na colônia”.

Mais adiante, Oliveira Lima diz que “quando em 1808 o Príncipe franqueou os portos brasileiros às *nações amigas* [grifo do autor], era outrossim

(28) Oliveira Lima, *O Movimento da Independência, 1821-1822*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

(29) *Id.*, p. 213.

(30) *Id.*, pp. 67-68.

(31) *Id.*, p. 209.

um privilégio que concedia à Inglaterra, não somente por ser a única então da Europa em estado de manter e proteger uma possante marinha mercante, como pela razão muito simples de estar quase todo o continente sob o jugo de Napoleão, quer como protegido, quer como aliado, o que não passava de um equivalente do primeiro termo”⁽³²⁾.

Finalmente, o próprio Silva Lisboa afasta de si a honra de haver defendido e conseguido do Príncipe Regente a abertura dos portos, ao escrever que “D. João resolveu fazer tanto bem, sem esperar pelos conselheiros que se tinham desvairado, em rumo, pela dispersão da tempestade na costa de Portugal”.

“É, pois, inteiramente obra sua, a carta régia, foral novo no Brasil, mui superior à Magna Carta do Rei João da Inglaterra, de que os ingleses tanto deviam a felicidade nacional, ainda que extorquida pela arrogância dos Barões”⁽³³⁾.

Alcides Bezerra, no seu estudo sobre o Visconde de Cairu, acha que fora “em virtude do seu cargo que Silva Lisboa teve de ser ouvido sobre a abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, opinando favoravelmente. Anda por aí a lenda que teria sido ele o principal fator dessa importante medida. Isso não se coaduna com a verdade histórica.

“O Príncipe já vinha com essa idéia, que lhe inculcaram os ingleses, no interesse do comércio britânico e porque estavam imbuídos do liberalismo dos seus economistas. Doutrina e interesse, entre eles, se conjugavam no caso em apreço.

“Só pelo confronto das datas da chegada do Príncipe e da abertura dos portos, entre os quais se medeiam seis dias, vê-se que essa alta medida não podia ser tomada de afogadilho, e muito menos por inspiração de um mero funcionário colonial, muito embora fosse este um Silva Lisboa”⁽³⁴⁾.

A última palavra coube a Carmen Valois Chagas no estudo “Um Documento Inédito Sobre a Abertura dos Portos”. Como se sabe, a Carta Régia começa dizendo que “atendendo à representação que fizestes à minha Real Presença (...)”. Não se sabia de quem era a representação, se dos elementos governamentais, se do comércio ou negociantes da Bahia. Mas a leitura atenta da Carta Régia fazia crer que a aludida Representação provinha do comércio. No Arquivo Público da Bahia, nas “Cartas do Governo à Sua Majestade (1808-1809)”⁽³⁵⁾, encontra-se essa Representação reproduzida na íntegra.

Escreve Wanderley Pinho parecer que esta era obra do corpo comercial, sendo o Conde da Ponte o intermediário a falar “em nome do comércio, da lavoura e benefício de todos estes habitantes a bem dos rendimentos reais”. Acentua haver “consonâncias que são quase identidade de conceito e forma

(32) *Op. cit.*, p. 71.

(33) Vide *Memória dos Benefícios*, na nota 25, p. 103.

(34) *O Visconde de Cairu. Vida e Obra*, Rio de Janeiro, 1937, pp. 4-5.

(35) “Um documento inédito sobre a abertura dos portos”, *Boletim* n° 1, Cadeira de História do Brasil, Bahia, junho de 1954.

entre a Representação e a Carta Régia”. Falara aquela “enquanto V.A.R. não ordenar um regimento geral pelo qual se dirija este importante objeto”; e a Carta Régia veio a dispor: “enquanto não consolidado um sistema geral que efetivamente regule semelhantes materiais”.

A Representação pedia em relação à abertura dos portos “que se levante o embargo sobre a saída livre dos navios (...) que se permita navegarem livremente para portos que ou as notícias públicas ou particulares de seus correspondentes lhes indicaram mais vantajosos às suas especialidades”. A Carta Régia admitia a importação de quaisquer mercadorias, “transportadas, ou em navios estrangeiros das Potências que se conservarem em paz e harmonia com minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassalos”. Aludia a impostos a serem fixados por uma comissão de altos elementos da administração e reclamava urgência nas medidas solicitadas, “ordens de V.A.R. que não podiam sofrer delongas sobre sua concessão, (...) sem prejuízo do comércio, perda iminente da lavoura, miséria e necessidade imediata dos habitantes e estagnação total dos rendimentos reais”. Recebendo-a, expediu o príncipe no dia seguinte a Carta Régia. A diferença mais acentuada está em que as providências na Representação são solicitadas com o caráter de permanentes e, na Carta Régia, as concessões eram interinas e provisórias.”

2.3. Vinda de Silva Lisboa para o Rio de Janeiro — sua carreira como magistrado e alto funcionário

Cumprindo o decreto de 23 de fevereiro de 1808, pelo qual o príncipe real o encarregava de ensinar os princípios da Economia Política no Rio de Janeiro, chegou José da Silva Lisboa a esta cidade com Sua Alteza aos 7 de março de 1808 e já aos 22 de abril desse mesmo ano era criada a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, e ele era nomeado desembargador. No mesmo ano, pelo alvará de 23 de agosto, criou-se a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil, sendo Silva Lisboa nomeado seu deputado.

O governo de D. João, minguido de faculdades criadoras, desconhecendo o país, parecia, como observou Varnhagen — que difisilmente censurava governos, pois era um áulico nato e resoluto, tal qual Silva Lisboa — que começou a organizar o Brasil consultando o *Almanaque de Lisboa*. E, à vista de ter-se proposto transportar “para o Brasil, com seus nomes e empregados, todas as instituições que havia em Lisboa, as quais se reduziam a muitas juntas e tribunais; que mais serviam de peias que de auxílio à administração, sem meter em conta o muito que aumentou as despesas públicas”, viu-se obrigado “a empregar um sem número de nulidades, pelas exigências da chusma de fidalgos, que haviam emigrado da metrópole, e que, não recebendo dali recursos, não tinham o que comer”.

Aos 29 de outubro de 1828, insaciável na busca de vantagens, foi Silva Lisboa nomeado desembargador da Relação da Bahia, tomando posse e vencendo antiguidade, mas com exercício como deputado da Real Junta. Em 1809 era encarregado da organização de um Código de Comércio, na qualidade de membro da Real Junta⁽³⁶⁾.

Serviçal do governo, bajulador, escrevendo muito mal, indigesto como escritor, Silva Lisboa é um dos mais perfeitos exemplares de aulicismo e de seu irmão ideológico, o autoritarismo. Seu liberalismo limitou-se aos princípios da escola da economia liberal, da fase econômica que se seguiu ao mercantilismo, e cujo principal arauto foi Adam Smith, cujas idéias ele divulgou no Brasil.

Ao lado de Adam Smith, cujos princípios, como vimos, reconheceu ser o trabalho e a força econômica, Silva Lisboa admirava o pensador mais conservador que a Inglaterra produziu e que muito influenciou nele e em outras figuras do pensamento conservador no Brasil, Edmund Burke.

Quanto à primeira tese, já acentuamos que ele falava da riqueza como um produto do trabalho e dos proveitos e rendas como deduções deste mesmo produto.

Mas, se por influência direta de Smith, ele combateu as restrições monopolistas do comércio, afirmando que elas só beneficiavam uma pequena minoria, por outro lado não fica muito clara sua posição — como era a de Adam Smith — sobre a criação de uma associação de comércio de parceiros politicamente independentes, na qual a mãe-pátria e as colônias seriam aliadas fiéis, afeiçoadas e generosas.

Ele foi pela União, sob a direção de D. João VI como soberano, depois com D. Pedro I, também como soberano, mas nunca deixou claro que poria de lado esses soberanos para ficar lado a lado dos patriotas da Independência, que punham esta acima de tudo.

Foi sua grande admiração por Edmund Burke que o levou a traduzir e publicar uma antologia desse pensador político, os *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*⁽³⁷⁾. Burke representou um papel preeminente em todas as principais questões durante 30 anos, desde 1765, e continua a ser considerado um escritor importante na história da teoria política.

Tal como no caso de Adam Smith, Silva Lisboa buscava em Burke somente sua inspiração conservadora, mas o que caracterizou Burke como parlamentar e pensador político foi que divergiu, enfrentou e quis reduzir os poderes da Coroa, exprimiu pensamento próprio na questão colonial [a liberdade dos Estados Unidos] e sempre reconheceu que a revolta de um povo provava a existência de um desgoverno. Silva Lisboa nunca reconheceu, nem reco-

(36) vide o “Plano de Comércio”, in Cairu, *op. cit.*, 79-88, e “Projeto do Código de Comércio”, *op. cit.*, pp. 91-98.

(37) Rio de Janeiro, 1812; 2ª ed. mais correta, Lisboa, 1822.

nhceria que um governo devesse ser cooperativo, restringindo mutuamente as relações entre o governo e os governados; nem que deveria haver sempre uma grande ligação com a tradição e os meios usados no passado, mas igualmente se deveria reconhecer a existência da mudança e a necessidade de uma resposta compreensiva e discriminadora, que reafirmasse os valores incorporados na tradição dentro das circunstâncias da época.

Silva Lisboa, como Burke, marcou sua posição política por grandes distorções e erros de julgamento, bem como pela responsabilidade de formar falsos julgamentos de personalidades e fatos, segundo revela sua carreira jornalística e panfletária.

Sua atividade parlamentar foi quase sempre facciosa e não equilibrada. Se nunca o auto-interesse ou os motivos indignos o conduziram, nem por isso foi capaz de iluminar a política prática pelos princípios gerais, numa síntese intelectual e emotiva. Nem, como Burke, lutou contra a injustiça e o sofrimento, ou revelou dedicação e constância na luta humanitária. Assim, apesar de admirá-lo e traduzir trechos da obra de Burke, Silva Lisboa não é seu discípulo. Burke foi o maior adversário no pensamento político contra a Revolução Francesa e seus pensadores e nisto Silva Lisboa, que também detestava os princípios liberais e os expositores de suas idéias, o acompanha. Se pudesse, Silva Lisboa criaria um sistema político que seria uma teodicéia, enquanto Burke não é um pensador político cristão no sentido de que as fases da fé cristã ou a unidade da devoção cristã fossem elementos integrais de seu pensamento político.

Na sua época, nos próprios dias de sua vida, Burke representou uma importante inspiração do pensamento contra-revolucionário alemão e francês, e Silva Lisboa não conseguiu, falando ou escrevendo, influir no pensamento político brasileiro. Zombavam e riam muito dele. como quando se ajoelhou e persignou-se num episódio parlamentar.

Ele foi um grande sipaio, como todos os liberais econômicos, servindo aos soberanos do Brasil D. João VI e D. Pedro I, e aos interesses econômicos da Inglaterra, tal como Azeredo Coutinho. Por isso foi sempre bem visto pelos ingleses que nos visitaram. John Mawe⁽³⁸⁾ elogia-o com fatura: “Um dos membros dessa Junta [a de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação], Dr. Lisboa, distinguiu-se muitíssimo, pelo seu zelo para com a nação britânica, demonstrado em diversas publicações sobre o comércio, principalmente um publicado em 1810, que contém sólida argumentação, baseada em princípios expostos e reconhecidos pelos nossos mais célebres estadistas e escritores públicos. Deve-se esperar que a propagação de princípios tão liberais, sob os auspícios dos ministros, venha a banir este princípio tacanho com que certos indivíduos opulentos da capital brasileira olham os comerciantes ingleses, estigmati-

(38) John Mawe, *Travels in the Interior of Brazil*, Londres, 1912.

zados como intrusos, e que os interesses comerciais, em geral, nesta próspera colônia, ganhem, pela competição honesta, o que perderam até aqui devido aos mercados superabarrotados”(39).

John Armitage⁽⁴⁰⁾ se refere também ao grande servidor dos soberanos e dos ingleses, o sipaio-mor da história do Brasil: “A lei abolindo os privilégios da primogenitura e dos vínculos, que passara na Câmara dos Deputados, na sessão antecedente, foi nesta rejeitada no Senado por uma maioria de um voto, o que foi principalmente devido aos esforços do Visconde de Cairu, de quem já se tratou sob o nome de José da Silva Lisboa. Era um magistrado que contava perto de oitenta anos de idade, de uma integridade sem mancha; pobre, podendo ter-se enriquecido, se se houvesse comportado como outros muitos; amável no trato privado, e de muita erudição; porém com idéias religiosas e políticas atrasadas de um século pelo menos, crescendo mais que quase sempre exprimia essas idéias com demasiada violência e fanatismo. Pode-se facilmente compreender a preponderância deste indivíduo em uma corporação cujos membros eram, pela maior parte, já de idade avançada, quando se estabeleceu o sistema representativo”.

Vale Cabral registrou, no seu estudo já citado⁽⁴¹⁾, a evolução da vida e da obra de Silva Lisboa. Como sempre, e ele consigna mais um outro emprego, numa cavação infernal e incurável. Era um cabide de empregos. Além dos que já acumulava, era, em 1815, nomeado censor do Desembargo do Paço, encarregado de examinar as obras para impressão; em 1819 era agraciado com o título de Conselheiro de S. M.; e em 1821, como deputado, nomeado para fazer parte da comissão que trataria das leis constitucionais que se discutiam em Lisboa e dos melhoramentos úteis e adequados ao Brasil; em 26 de fevereiro de 1821 foi nomeado inspetor-geral dos estabelecimentos literários por aclamação do povo (?), nomeação confirmada por D. João VI por decreto do mesmo dia e pelo príncipe regente proclamada na Praça da Constituição a sua nomeação régia. Este novo encargo obrigava-o a fazer a censura de todas as obras destinadas à imprensa, de que já se achava incumbido na qualidade de censor do Desembargo do Paço; em 4 de abril de 1821 foi nomeado desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, continuando no exercício de deputado da Real Junta de Comércio; na eleição para deputado pela Bahia, foi eleito quarto suplente e, como faltavam dois deputados ausentes, Cipriano José Barata de Almeida — o anti-Lisboa, pelo seu espírito radical e revolucionário — e Francisco Agostinho Gomes, foi convidado a tomar assento na Assembléia, o que fez aos 5 de maio de 1823.

(39) Em 1810, Lisboa publicou *Razões dos Lavradores do Vice-Reinado de Buenos Aires Para a Franquia do Comércio com os Ingleses Contra a Representação de Alguns Comerciantes e Resolução do Governo; Reflexões Sobre o Comércio de Seguros (publicadas a 4 de Maio); Observações Sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil.*

(40) John Armitage, *The History of Brazil*, Londres, 1912.

(41) Vale Cabral, *op. cit.* na nota 4.

Ainda deputado à Constituinte, aos 12 de setembro de 1823 fez-se-lhe mercê de fidalgo-cavaleiro da Imperial Casa com 1.600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia, e aos 24 de abril de 1824 foi confirmado no título de conselheiro, com o qual havia sido agraciado por D. João VI; em 12 de outubro de 1825 recebeu o título de Barão de Cairu e foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo; um ano depois, em 12 de outubro de 1826, foi elevado a Visconde de Cairu, com honras de grandeza.

Dissolvida a Constituinte, quando foi convocada a Assembléia Geral e Legislativa do Brasil, foi o Barão de Cairu, pela carta imperial de 22 de janeiro de 1826, escolhido senador pela província da Bahia. Apresentou-se desde a primeira sessão preparatória e, aos 6 de maio, quando se realizou a abertura, com a presença imperial, foi um dos nomeados por parte da Câmara vitalícia para o recebimento de S. M. o imperador.

Foi na qualidade de desembargador do Paço aposentado no Supremo Tribunal de Justiça e até o fim da vida exerceu o cargo de diretor geral dos estudos. Foi, assim, como já dissemos, um dos maiores cabides de emprego, na sua ou em qualquer época. Essa situação irregular de acumulação de cargos foi um dos males de Portugal e do Brasil.

Um dos nossos maiores livros, a *Arte de Furtar*⁽⁴²⁾, escrito por Antônio de Sousa de Macedo, segundo Afonso Pena Júnior⁽⁴³⁾, escreveu contra as acumulações de cargos de forma veemente: “E como há de haver no mundo quem coma e beba o sangue dos pobres e a fazenda d’el rei e substância da república, um homem secular ocupando dois postos e dois officios incompatíveis; e porque são mais de muitos, chamo também a isto ladrões que furtam e comem a dois carrilhos; e ainda mais que comem à três e quatro como monstros de duas cabeças. (...) Ver que faça dois officios e três e quatro, e sete occupações um só homem, que escassamente tem talento para um cargo, é ponto que faz fugir o lume dos olhos; e pouca vista é necessária para ver que não pode estar isto sem grandes ladroíces; a primeira é que come os ordenados com que se pudessem sustentar, satisfazer e ter contentes quatro ou cinco homens que merecem; a segunda, e maior de todas, que como é impossível assistir um só sujeito a tantas coisas diferentes, passam-lhe pela malha três obrigações, arrastadas muitos meses com gastos imensos fora da pátria; e no cabo despacham mil disparates por escrito, para serem mais notórios; porque não têm tempo para verem tantas coisas, nem memória para compreenderem a certeza que se lhes praticam; e quando vão a alinhar as resoluções escapam-lhes os pontos, embaraçam-se as linhas que tinham lançado uns aos outros; e perde-se o fiado, o comprado e o vendido”

(42) 1ª ed., 1652; 2ª ed., Paris/Rio de Janeiro, s.d.

(43) *A Arte de Furtar e o seu Autor.*, Rio de Janeiro, 1946, 2 vols.

2.4. Atuação constituinte e parlamentar

Já escrevi em *A Assembléia Constituinte de 1823*⁽⁴⁴⁾ que José da Silva Lisboa foi um dos maiores e mais cultos constituintes. Ele conseguiu conciliar seu liberalismo econômico com o conservadorismo político, o que não é nem será estranho à política brasileira. Na verdade, ele inicia uma corrente ideológica que casa o liberalismo imperialista com o conservadorismo interno. Ele é um dos primeiros sipaios brasileiros, defendendo com o liberalismo econômico os interesses britânicos no Brasil, sujeitando nossa economia ao quadro imperial dirigido pela Grã-Bretanha e lutando por uma política doméstica conservadora, que não busca apoio popular, mas prefere o caminho da moderação, que faz concessões mínimas para ficar com as máximas. Não foi uma aberração histórica essa união, mas foi um desserviço ao Brasil.

As pregações da economia liberal serviram para impor o segundo pacto colonial, quando o primeiro fora destruído pela ruptura com Portugal. Os grandes discursos de Silva Lisboa, na extensão e no conhecimento, são sempre coerentes. Ele não era temido como Antônio Carlos, antes provocava surpresa e riso. Quando se discutia, por exemplo, o preâmbulo do projeto da Constituição, ele criticou não se tivesse feito nenhum ato de culto externo, como lhe parecia indispensável; e, para dar força à afirmativa, ajoelhou-se no plenário.

Não se podem comparar os grandes discursos de Antônio Carlos aos de Silva Lisboa, pela simples razão de que os do primeiro ou foram apanhados em resumo ou pequenos trechos, pela rapidez com que falava, e, se servem para justificar o grande orador, nem sempre refletem a força da argumentação temática, enquanto o segundo devia falar pausadamente, baseado em notas, ou mesmo ler um texto escrito, pois suas palavras estão quase todas na íntegra e ele enchia suas orações de reflexões eruditas.

Silva Lisboa estreou aos 8 de agosto e, desde então, não houve matéria importante em que não opinasse com extraordinária desenvoltura. Sua colaboração ao projeto constitucional é incansável e seus discursos são ricos de reflexão, repletos de profundos conhecimentos, críticos, severos, conservadores e muitíssimas vezes os melhores de todos. Entre estes estão os que proferiu sobre o projeto de criação da Universidade, em que supera os provincialismos de grande parte da Assembléia e revela sua grande cultura universal, falando diversas vezes, sempre com superior categoria; relevantíssima é também a sua contribuição para a elaboração do projeto de lei que mantém em vigência as leis existentes, onde demonstra seus conhecimentos jurídicos; seu discurso sobre a federação (art. 2º do projeto) é notável pela defesa da centralização do poder e da união das províncias.

(44) Petrópolis, 1974.

Ele defendeu fossem os escravos libertos considerados brasileiros, embora não fosse partidário da liberdade para os escravos; mas, como bom conservador, adota medidas suavizadoras e antidiscriminatórias.

Grandes discursos doutrinários pronunciou sobre a liberdade religiosa, que combate com todas as suas forças, sem descanso nem concessões. Embora caiba ao Padre Antônio Rocha Franco a iniciativa de propor a liberdade para o exercício religioso pelos judeus, Silva Lisboa declarou ser inconseqüente limitá-la às comunhões cristãs e não estendê-la às religiões judaica e maometana.

Não manifesta temor na exposição de suas idéias, nem se exhibe como corajoso. Quando, no dia 12 de novembro, no auge da crise da Assembléia com D. Pedro I se pretendeu ouvir o Ministro da Guerra, depois de ouvido o do Império, Silva Lisboa chama a Assembléia ao chão da realidade, opondo-se à proposta de convocação e à de que a Assembléia nada deliberasse enquanto o Governo não fizesse retornar a tropa aos seus aquartelamentos: “Eu, não obstante os cabelos brancos da mirrada cabeça, não sei o que é temor, mas sei também qual é o perigo de ajuntamentos populares, que podem degenerar em tumultos, prezo-me de ser cauteloso, sem fantasiar de capoeira. Não é racional o pôr em contraste e menos em conflito o corpo do povo que o corpo militar”. E pergunta: “Estamos no mundo da lua? Andaremos de capa em co-lo em busca de pouso? A quem daremos ordens? Quem as executará?”

Na Assembléia, Lisboa defende sempre os princípios morais e religiosos e combate o liberalismo, a maçonaria e o agnosticismo. Nela elogia a castidade e cita Malthus com reservas. A religião “declara a castidade como virtude, do que só discordam os hereges e libertinos e os revolucionários legisladores da França, os quais declararam que a Nação não reconhecia votos contra a natureza, estando, aliás, hoje demonstrado em Inglaterra pelo grande economista Malthus, que a continência pública é que salva as nações do excesso de população proletária que ocasiona as revoluções, as pestes e a guerra, sendo ainda a que dá bons costumes e maneiras polidas à gente de educação”.

Manifesta-se também contra o federalismo, não deseja a imigração de gente de países revoltosos ou perturbados, não quer a entrada de liberais que trazem a desordem ao país, nem deseja que o Brasil “seja o enxurro do proletariado universal”. Dá grande colaboração no debate sobre a criação da Universidade e discute a dissolução da Assembléia recomendando prudência e aceitação dos fatos.

Eleito senador, já Visconde de Cairu, Silva Lisboa foi um político de grande atividade parlamentar. Pronunciou, entre 1826 e 1835, 522 discursos, afora indicações, emendas, proposições, intervenções, projetos, pareceres, apartes, questões de ordem, requerimentos, declarações de voto, eleição em comissões, resoluções, eleições. Trabalhou incansavelmente desde 1º de maio de 1826 até a véspera de sua morte aos 20 de agosto de 1835, embora entre 22 de agosto e 22 de outubro de 1835 ainda apareçam 12 pareceres de sua lavra.

Vilhena de Morais⁽⁴⁵⁾ fez um levantamento precário sobre a atividade parlamentar e constitucionalista de Silva Lisboa e nele se manifesta contra a votação promíscua (reunião das duas Câmaras), propõe a repressão contra os abusos da liberdade de pensamento e participa com energia a favor da repressão, manifestando-se contra o casamento como puro contrato civil. Apóia a rejeição do projeto que proíbe a admissão e residência de frades estrangeiros, propõe a criação do ensino da língua francesa e da história.

2.5. Bibliografia de José da Silva Lisboa

Sua bibliografia é vasta e, afora os *Princípios de Direito Mercantil*, os *Princípios de Economia Política* e as *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*, Vale Cabral registrou toda a sua produção bibliográfica⁽⁴⁶⁾, composta de 71 estudos, sem contar os jornais que editou, ainda que de vida passageira. Entre os livros, as *Reflexões sobre o Comércio de Seguros*, as *Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais* *Princípios da Nova Legislação do Brasil*, as *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimentos de Fábricas no Brasil*, a *Refutação das Declarações contra o Comércio Inglês Extraídas de Escritores Eminentes*, os *Extratos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*, a *Memória* e o *Apêndice da Vida Pública de Wellington*, a *Memória Econômica sobre a Franqueza do Comércio dos Vinhos do Porto*, o *Exame sobre o Estabelecimento de Barcos para o Progresso da Indústria e Riqueza Nacional*, bem como uma obra divulgando e defendendo os princípios do liberalismo econômico e as duas figuras inglesas de Burke, do qual já tratamos, e Wellington (Arthur Wellesley, Primeiro Duque de Wellington, 1769-1852), principal arquiteto da vitória da Grã-Bretanha sobre Napoleão.

Silva Lisboa escreveu ainda a *Sinopse da Legislação Principal do Senhor D. João VI pela Ordem dos Ramos da Economia do Estado*, os *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, e muitos panfletos políticos, que, além de registrados na bibliografia de Vale Cabral, a parte jornalística (1821-1828), panfletária (1821-1828) e as polêmicas jornalísticas e políticas (1822-1824) foram muito bem discutidas e comentadas por Hélio Viana⁽⁴⁷⁾.

Sua atuação jornalística e panfletária é indigna de seu nome e de sua reputação, quer quando aparece sob pseudônimo, quer quando a autoria é declarada. Nela aparece o bajulador contumaz que primeiro quer a união do Brasil com Portugal e que D. João VI permaneça no Brasil. Consumada a ida de D. João, agarra-se a D. Pedro, torna-se seu fiel e obediente vassalo, concorda tenha-

(45) *Perfil de Caxias*, Rio de Janeiro, 1958, pp. 49-59 e 60-93.

(46) *Op. cit.*, na nota 4, pp. 54-71.

(47) Hélio Viana faz referência passageira aos jornais da época, escreve: "Alguns folhetos isolados da pena do monarquista José da Silva Lisboa"; "O Visconde de Cairu — Jornalista e Panfletário (1821-1835)", in *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro, 1945.

se D. Pedro I declarado imperador. Desde então ataca a recolonização, os autores franceses revolucionários, divulga os conservadores ingleses. Nos folhetos defende a causa mais imperial que brasileira e chama Bernardo Pereira de Vasconcelos na sua fase liberal, começo de sua carreira política, de “fogososo deputado”. Manifesta-se sempre numa linguagem violenta, descontrolada contra tudo que representasse não um ataque, mas uma crítica a D. Pedro I. Manifesta-se sempre contra as revoluções e ataca com extrema rudeza e violência a Confederação do Equador (1824): “Queime-se de pólvora todo o cardume”, aconselhava referindo-se aos “anarquistas pernambucanos”. “Abaixo a Maldita Confederação do Equador”, escreveu no seu panfleto *Pesca de Tubarões do Recife em Três Revoluções dos Anarquistas de Pernambuco*⁽⁴⁸⁾. Vide também a indignidade dos versos contra os revolucionários de 1824, cujo crime era não aceitar uma constituição outorgada⁽⁴⁹⁾.

Todo o seu panfletarismo em geral é muito mal escrito, demasiado bajulador do soberano, sem nenhuma consideração com os vencidos, chamados por ele de demagogos e revolucionários. E dizia: “Uni-vos ao Imperador, confiai nele”. Não é, assim, estranho que fosse tão beneficiado por D. Pedro I e se transformasse num cabide de empregos.

2.6. Atividade histórica. Cronista-mor

Em 18 de outubro de 1781, aos 25 anos, José da Silva Lisboa escreveu uma carta de grande valor histórico a Domingos Vandelli (Pádua, 1730? — Lisboa, 1816). Este fora diretor do Real Jardim Botânico d’Ajuda e sócio da Academia das Ciências de Lisboa, naturalista e botânico que viera a Portugal convidado pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de reger a cadeira de Filosofia em Coimbra e que já estava em Portugal desde 1765. Gozou em Portugal de grandes honras e distinções, e sua bibliografia está registrada em Inocêncio Francisco da Silva⁽⁵⁰⁾. Descreve-lhe a cidade de Salvador, as ilhas e vilas da Capitania, o clima, as fortificações, a defesa militar, as tropas da guarnição, o comércio e a agricultura, especialmente a cultura da cana-de-açúcar, tabaco, mandioca e algodão. Dá também curiosas informações sobre a população, os usos e costumes, o luxo, a escravidão, a exportação, as construções navais, o comércio, a navegação para a Costa da Mina.

Silva Lisboa escreve que tem “mais de uma vez representado a V. S. a situação oprimida a que me reduziu nestas terras a dureza de minha sorte. Obrigado a ganhar a vida da mendiga advocacia, vida pouco análoga à constituição

(48) Hélio Viana, *op. cit.*, p. 423.

(49) *Jd.*, p. 425.

(50) Dicionário Bibliográfico Português, Lisboa, 1856, pp. 220-201.

de meu gênio, era preciso que desamparasse inteiramente os estudos filosóficos para me ir perder nos profundos abismos das minúcias e formulários das intrigas forenses, o que demandava muitas aplicações e prática de negócios deste gênero que faziam incompatíveis meditações sobre coisas de outro porte”.

E, modestamente, advertia Vandelli que sua descrição não era como devia ser, mas qual se pode esperar da tenuidade dos seus estudos, dos inconvenientes e falta de meios referidos e também da casualidade desse escrito, que como carta é mais uma notícia histórica e feita em grosso a um homem que quer ter idéias de um país novo, do que uma dissertação acadêmica.

Descreve então a Bahia (cidade), já então chamada Bahia de Todos os Santos, e a baía-porto, sua abertura, seus cabos, suas fortalezas, ilhas, enfim, os aspectos geográficos do porto da Bahia. Já então escrevia que a cidade era dividida em alta e baixa. Porém, na parte superior as ruas são comodamente espaçosas e alinhadas; outras muito irregulares e de uma largueza excessiva, ao mesmo tempo composta de casas a todo respeito “demasiadamente humildes”. Fala do clima, geralmente bom e sadio, dizendo que não há distinção entre verão e inverno. Descreve as fortificações da cidade, suas fortalezas, a força interior, os três regimentos pagos, e critica severamente a introdução de um luxo destrutor nos uniformes dos soldados, e que isso “pudesse prevalecer contra o grito da necessidade, miséria e consternação pública, obrigando-se cada um a fazer à sua custa fardas carregadas de galão fino d’ouro, ainda o mesmo regimento de mulatos e negros, composto de gente que não tinha pão para comer e que servia gratuitamente para a defesa do país. Na verdade um chefe de regimento em Portugal não se apresenta tão luzido em galões, como um alferes qualquer dos ditos regimentos. “É um pasmo ver o chamado regimento da nobreza de uniforme escarlate, cujos oficiais com suas fardas de berne agaloadas parecem outros tantos marechais de campo”. E ironiza tais excessos, escrevendo que “se se costumasse vencer inimigos com a riqueza luzida dos uniformes, não haveria no mundo tropa mais respeitável, nem mais invencível”.

A agricultura não está nem no grau de perfeição, nem de extensão, mas é superior a todas as cidades marítimas do Brasil. Descreve os dois gêneros preciosos que fazem a base sólida da economia baiana, a saber, o açúcar e o tabaco. Sua descrição do cultivo da cana, desde a terra de massapé até os menores detalhes sobre a produção, é das melhores feitas nessa época, pós-Antonil. Divide os lavradores em três espécies: os proprietários de suas terras, livres de moer suas canas no engenho que quiserem; outros proprietários, cujas terras têm servidão de fazerem moer suas canas em certos engenhos e, finalmente, os que lavram terras de senhores, pagando-lhes foro. Estes dois últimos estão na dependência do senhor de engenho, que os mantém numa opressão servil. Descreve os grandes, os médios e os pequenos engenhos, e louva os jesuítas, “os melhores proprietários da Bahia”.

“Este nosso século é o século da agricultura” — uma afirmação de grande valor, já que as minas estavam esgotadas. Os trabalhadores eram escravos e

todos os dias se recebiam notícias de um preto morto, outro doente, outro fugitivo, outro rebelde, outro que deixou corromper os pés de bichos, por preguiça.

Defende o casamento dos escravos, pois assim nasce uma prole viçosa para substituir o lugar dos que vão perecendo. Mas este meio não era praticado com universalidade, “porque pela vantagem mais decidida do serviço dos negros sobre os das negras, sempre o número dos escravos é triplicado a respeito das escravas; coisa esta que perpetua o inconveniente de se não propagarem, nem se aumentarem as gerações nascentes”.

Afirma que a Bahia somente no seu recôncavo tem terras capazes de quadruplicar a lavoura do açúcar. Descreve depois o tabaco, que constitui o segundo ramo da agricultura da Bahia, sobretudo em Cachoeira e Moritiba; acentua que a cultura da mandioca forma a base da subsistência dos povos do Brasil e que somente a cidade consome por ano um milhão de alqueires, contando ter a cidade cerca de 50 mil habitantes, sendo grande exportação feita para Angola e a Costa da Mina para sustentação dos escravos que se vão comprar e da equipagem do navio.

A cultura do algodão não era de consequência. As artes se reduziam aos ofícios mecânicos de pura necessidade; o comércio de exportação era muito importante. Acrescenta o autor que o comércio para a África era de grande consequência para a Bahia, sendo dirigido para o que se denominava de resgate de escravos. A base dele é o tabaco, ordinariamente de refugo ou segunda folha, e a aguardente do país. A Bahia expedia todos os anos mais de 50 embarcações entre corvetas e sumacas; 8 ou 10 iam para Angola, para onde levavam também muita fazenda da Europa. As demais vão correr a Costa da Guiné a comprar escravos.

Ao falar dos escravos trazidos ao Brasil, Silva Lisboa escreve que “há embarcação que traz 600 escravos metidos no porão, pelo receio de que se subletem ou se lancem ao mar, à força da desesperação infinita que os oprime”. Afirma ainda que da Costa da Mina trazem os nossos navios muita fazenda que compram aos ingleses e franceses em troca de tabaco. Este era um comércio clandestino que danificava o que vinha de Portugal.

A carta é longa, curiosa, e mostra uma faceta pouco conhecida de Silva Lisboa. Assim declara que esse comércio dá para a cultura do Brasil para cima de 25 mil escravos e somente em 1981 haviam entrado, até outubro 15 mil, e dizia saber que tinham ido para o Rio de Janeiro mais 10 mil.

A capitania da Bahia compreendia 240 mil habitantes e somente a cidade 50 mil, e que só a quarta parte é composta de brancos: “Esta população não se aumenta, porque o número de casamentos é muito diminuto. A dos escravos é impraticável e contra a decência das famílias; porém, os senhores toleram facilmente o comércio ilegítimo pelo fruto do aumento dos escravos, que disso lhe resulta. A maior parte é bem inútil ao público e só destinada para servir aos caprichos e voluptosa satisfação de seus senhores. É prova de mendicidade extrema o não ter um escravo; ter-se-ão todos os incômodos domésti-

cos, mas um escravo a toda lei. É indispensável ter ao menos dois negros para carregarem uma cadeira ricamente, um criado para acompanhar este trem. Quem saísse à rua sem esta corte de africanos, está seguro de passar por um abjecto e de economia sórdida. E quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a ridicularia deste aparato romântico ou ainda desumanidade de se fazer por deleite puro, carregar por homens seus semelhantes, estava na certeza de ser apedrejado como um visionário e inovador. (...) Nenhuma mulher, a não concorrerem simultaneamente as qualidades de ser extremamente pobre e de tal idade que não tenha já esperança de tirar partido deste mundo, não se resolve a sair de pé de dia. (...) O luxo exterior dos vestidos em nada cede aos nossos europeus; a seda é vulgaríssima até em negros forros.

“Sobre a constituição do governo público algumas reflexões se me oferecem, mas a moderação não permite dizer todas. Em, geral as colônias mais favorecidas pela Metrópole, não é fácil achar, como são as nossas. A nossa agricultura não é oprimida com Impostos. O subsídio literário imposto sobre as aguardentes e as carnes não danifica os povos.

“O povo da Bahia é de um caráter pacífico e dócil; as desgraças públicas o fazem gemer, mas não blasfema. Inclinado aos prazeres são enervados em o corpo e o espírito. Dele se não podem presumir nem confiar empresas, que necessitem de assiduidades penosas e esforços do braço. Havendo carne barata no açougue, farinha abundante no cais e liberdade nos seus divertimentos e das suas favorecidas danças, o magistrado pode bem descansar e qualquer ronda de polícia à noite previne as desordens que na Bahia não são muitas.”⁽⁵¹⁾

A carta de 18 de outubro de 1781⁽⁵²⁾, em grande parte transcrita nos *Anais da Biblioteca Nacional*, tem caráter histórico e já revela as qualidades e os defeitos de Silva Lisboa. Sua capacidade de observação e descrição, sua visão econômica e social, já notando que a época das minas passara e a volta à agricultura, pelo fim do século XVIII. Sua moderação na crítica, especialmente às autoridades públicas, sua aceitação do colonialismo e sua conformação com os impostos revelam o futuro político, o economista liberal, o servidor do governo sempre a favor do governo. E bem se pode ver noutra carta da Bahia, aos 11 de fevereiro de 1784, dirigida a Martinho de Melo e Castro, ministro, sua vontade de colaboração com o governo e nunca de crítica à administração⁽⁵³⁾.

2.7. O cronista da História dos Principais Sucessos — debates no Senado

Escolhido por D. Pedro I para escrever tudo quanto se referisse à história da nacionalidade brasileira, a contar de 26 de fevereiro de 1826, Silva Lisboa

(51) *ABN*, vol XXXII, pp. 494 - 506, Rio de Janeiro, 1914.

(52) *Id. id.*

(53) *ABN*, vol. cit., p. 552.

se torna o primeiro cronista-mor do Império. Ele teria como colaboradores Frei Francisco de Santa Teresa Sampaio e o Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Mas não teve tal colaboração e traçou um plano vasto, que deixou inacabado. A Câmara dos Deputados criou dificuldades para o pagamento dos seus auxiliares.

Na sessão de 7 de julho de 1830, Lino Coutinho, deputado pela Bahia, declarou que “não se pode diminuir a despesa com o escriturário do Visconde de Cairu: o Visconde de Cairu é um homem muito sábio, homem que honra muito nossa nação por suas luzes e nenhum seria mais capaz de desempenhar (*sic*) a história do Brasil que ele. Ora, nós temos visto que os nossos não escrevem a história, enquanto os estrangeiros estão escrevendo; os franceses mesmo no tempo da sua revolução mandaram escrever toda a história; se deixarmos para o futuro então há de ser muito mal feita, se tem por um lado a imparcialidade, tem por outro a falta de documentos; fora disso o Visconde de Cairu não leva nada por fazer esta história; é trabalho seu que está empregado, não se deve dizer a este homem que ponha a limpo a sua própria letra; não se pode dizer que o Visconde de Cairu está encarregado da história e não faz; tomara eu ter tanta vontade de trabalhar com a pena na mão como ele, e já apresentou uma parte. Ele tem seus prejuízos, é verdade, porém qual a história que não tem alguns prejuízos?”⁽⁵⁴⁾.

Também o Senador-Visconde de Alcântara, João Inácio da Cunha, num discurso aos 10 de setembro de 1830, considera injusta a supressão do escriturário do Visconde de Cairu: “Isto é injusto, pois um homem a quem a Nação escolhe para escrever a sua história; um homem tão vetudinarío (*sic*), há de ele de mais a mais escrever (*sic*). É o mesmo que dizer, não haja História do Brasil. Não posso convir que fique à Nação o labeu de que querendo esta história, e encarregando de a escrever a um homem que considerou capaz disso, não lhe dê um escriturário, que o ajude, achando-se ele já tão cansado. Portanto estas duas supressões (outra para o Conselho) de Estado e Gabinete do Imperador), acho-as sobre injustas, a primeira indecente, e a segunda até iníqua”.

O Visconde de Cairu, usando da palavra, declara que não pode deixar de submeter ao Senado algumas reflexões sobre o 1º artigo da Lei de Orçamento, pela supressão que ali se faz das despesas da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, “em que sou assoalhado, não sei se por singularidade ou distinção, pela quantia de trezentos e sessenta e cinco mil réis, que se diz ser de meu escrevente. Pelo que me toca, devo declarar que a enunciação do artigo em discussão não é exata, pois a quantia de trezentos e sessenta e cinco mil réis se paga não a escrevente de meu particular serviço, mas pela incumbência do serviço público de escriturar a História do Brasil de que fui encarregado por ordem de S. M. o Imperador. Eu o não escolhi, e nem o conhecia; ele se me apresentou com o título da Secretaria dos Negócios do Império, e que continha a

(54) ACD. Sessão de 07 de julho de 1830, p. 67.

nomeação em nome de S. M. o Imperador. (...) Referirei circunstanciadamente o caso. Fui chamado pelo Conde de Valença [Estevão Ribeiro de Rezende, estando no Ministério, foi Ministro do Império no terceiro gabinete de 1823]; ele propôs-me se queria encarregar-me de escrever a História do Brasil. Representei-lhe a minha insuficiência, e idade septuagenária, dizendo, porém, que aceitava o encargo, e faria esforços em seu desempenho, mas que isso era impossível sem o adjutório de um escrevente.

“O resultado foi expedir-se-me o Aviso, no qual se me encarregava, em nome de S. M. o Imperador, de escrever a História do Brasil, principalmente a do último Império, e incumbir-se a Estanislau de Souza Caldas a escrituração. Este era um natural do Rio de Janeiro, que achando-se em Lisboa na época da Independência do Brasil, havendo aí casado e tendo filhos, veio logo para o Império, em obediência à proclamação do Imperador a todos os Brasileiros existentes fora do Império. Ele pela sua boa letra, expedição, prontidão exemplar, e excelente caráter, tem me prestado um adjutório que dificilmente eu acharia em qualquer outro.

“Com que justiça, ou equidade, se lhe privará de uma diária tão tênue nas atuais circunstâncias? Excuso alegar mais razões depois das que ponderou o Exm^o. Ministro Interino dos Negócios do Império, e a quem agradeço as expressões com que me honrou. Concluirei notando em minha apologia, que dividi a história em dez partes; pela correspondência de suas grandes épocas, terminando no estabelecimento da Constituição, como anunciei ao público. Sendo a obra longa, já saíram à luz duas partes, e brevemente sairão à luz mais duas, que se acham na tipografia nacional. Continuo na tarefa quanto posso, e permitem minhas enfermidades, ocupação. Podia com decência não aceitar o encargo, e o benefício da Imperial Munificência, que reconheceu a necessidade do auxílio, que mandou prestar a um servidor inválido, que quase já está à sombra da morte? Pedia a delicadeza que nada dissesse sobre mim, mas posto que não deva votar, achei conveniente fazer estas observações que o Senado avaliará na sua sabedoria.”

Logo diz o Presidente do Senado que presume que o senador, ainda que não vote, pode discutir, até nisso mesmo dará muito esclarecimento à discussão.

Fala depois Vergueiro e, após acentuar que há necessidade de economia e não estando essa despesa estabelecida por lei, não pode continuar: “Mas diz-se a Nação se negará a escrever a História do Brasil? Ora, as histórias de todas as Nações estão escritas sem as Nações as mandarem escrever, e não se pode mesmo esperar uma história imparcial, escrita debaixo da proteção do Governo. A posteridade é que corrige. Comparando os diversos escritos, que se escreveram para formar o seu juízo; não o do escritor no tempo em que a história foi escrita, nem é de supor que seja escrita com toda a verdade, e imparcialmente; porque os homens sempre são arrastados pelas paixões que o rodeiam, sem eles mesmos o sentirem. Portanto isto é especulação do homem de letras, não do Governo, e por isso deve suprimir-se”.

Liberal, adversário do governo, Vergueiro — que não devia admirar Cairu, sobretudo porque, ao contrário deste, sempre submisso aos poderosos, era um caráter independente — quer simplesmente suprimir a elaboração dessa História, cuja parcialidade ele prevê. Volta, então, à carga, mandando suprimir do orçamento a despesa com o escriturário e acrescenta, para suavizar sua oposição: “Não é preciso para a sustentar fazer o elogio do nobre Senador, que escreve a história; ele tem por si mesmo este elogio”. Diz ainda que, não querendo entrar na questão da conveniência de mandar escrever a história do País, concorda haja um escriturário para o escritor da História. Propõe não se faça despesa extraordinária, mas se escolha, com a concordância do historiador, um funcionário “destes que foram das repartições que se aboliram e estão em casa descansando”.

Cairu retoma a palavra e declara vexar-lhe “a urgência de falar de mim em resposta à impugnação do Sr. Vergueiro (...) Prezando eu, quanto devo à honra que me fez o Governo de encarregar-me da História do Brasil, não posso ser indiferente à contradita, que ele fez ao estipêndio do escriturário, não só pela economia do Tesouro, mas também, e principalmente, pelo motivo que inculcou de que não pode ser verdadeira a história contemporânea. Assim conceitua a minha veracidade, e a dos escritores, que têm dado à luz a história dos grandes sucessos políticos da Europa, e América neste século, que aliás fundaram suas narrativas nos principais fatos notórios, e constantes de autênticos documentos. Já publiquei há tempos partes da obra incumbida, e até agora não apareceu censura no prelo, havendo tantos periódicos e escritores na Corte. O Senador oponente não apontou nela falsidade e nem ainda dissimulação, ou reticências de coisas essenciais, mas de um golpe deu corte ao ato do Governo e ao trabalho empreendido. Espero que o Brasil fará justo juízo. Responderei com a serenidade possível, bem que é difícil pelo ataque pessoal. A fé histórica tem critério de verdade fundada em razão diversa da do contraditor.

“Tácito desacreditou as histórias contemporâneas no estabelecimento do Império de Augusto, pela razão de serem falsas, pelo medo ou compostas com recentes ódios. Mas ora os tempos são outros. A comunicação das Nações, o sem número de tipografias em ambos os hemisférios, impossibilitam calúnias, adulteração, ou omissão dos sucessos os mais decisivos e interessantes, com a especialidade em País de liberal Constituição. Atualmente nenhuma impostura se pode constituir por considerável tempo, sem ser logo desmentida, por muitos competidores e jornalistas. Em Londres, hoje centro do comércio do mundo e dos negócios dos estados cultos, às vezes nem vinte e quatro horas dura notícia falsa. Eu não me propus examinar, e referir as ocultas molas, e clandestinas manobras de gabinetes, e conciliábulos, que sempre, mais ou menos, foram causas dos sucessos proeminentes, isto é fora da província da história verdadeira, e realmente instrutiva. Prescindo de conjecturas suspeitas e maledicências do vulgo. Além de que meu cargo foi escrever a História Geral do Brasil e não só a história particular de sua revolução.

“A História do Brasil do estabelecimento de sua Independência se acha, nos pontos capitais, consignada no *Anual Registro ou História Política da Europa*, que todos os anos se publica em Londres.” Cita a saída da obra do Rev. R. Walsh, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*⁽⁵⁵⁾ e afirma: “Narrativa dos fatos políticos mais interessantes foi o objeto do meu trabalho. Coligi o disperso. Não aspirei ao ambicioso projeto da intitulada História Filosófica do País, mas também não emiti o exemplo dos arengueiros de contos malignos, escuras anedotas, e matérias duvidosas. Disso só o público é o juiz competente”.

Comenta e critica a falta de historiadores contemporâneos da Antiguidade e, por isso, “a notícia dos sucessos de maior conseqüência passaram (*sic*) os séculos apenas fundados em tradições e fragmentos. (...) O poder das trevas impediu uns escritos, e destruiu outros. (...) Nos tempos modernos tem havido Soberanos previdentes, que ordenaram ou patrocinaram composições das histórias contemporâneas de seus reinados, como o Imperador Carlos V, que também escreveu comentários da guerra da Alemanha. Em Portugal até havia o ofício de cronista-mor. El-Rei D. Manoel encomendou a João de Barros a história dos descobrimentos do Oriente e Ocidente pelos portugueses. Como pois se pode censurar com razão que o Governo do Brasil seguisse este exemplo? É livre a todos corrigir minhas faltas e fazer melhor história”.

Vergueiro volta à censura e declara que é bem conhecido o inconveniente da discussão em causa própria: “O nobre senador scandalizou-se por eu dizer aquilo que todos dizem. Eu não lhe fiz injúria nenhuma, antes o respeito muito; porém, por mais elevados que eu considere os seus conhecimentos, sempre o considero como homem, e como tal sujeito à fraqueza humana. O que não posso admitir é o princípio que não se deve olhar a economias e é por isso que o Brasil estava no estado em que se achava”; sendo assim, “é necessário cuidar de evitar despesas supérfluas, que se podem evitar”. No fundo, Vergueiro, liberal, não tinha admiração por Cairu, e não queria fosse a História do Brasil escrita por um ultraconservador, ainda mais demasiado servil ao poder.

Entra na discussão o Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes, limitando-se, no momento, a emitir juízo sobre a supressão da ajuda ao escriturário, e diz: “Ou deve cessar o cronista de escrever a História do Brasil, ou continuando forçoso é dar-lhe quem escreva. Para copiar certa letra não serve qualquer pessoa, e suposta a economia seja louvável, e até indispensável, nem toda a despesa que se evitar é uma economia. Concedo que o escritor contemporâneo pode ser influído por um partido, mas quando há liberdade os diferentes partidos se atacam, e é só por este choque que a posteridade pode descobrir a verdade. Convém, portanto, que se escreva a história e que haja copista”.

O Senador José Inácio Borges, dizendo que não pretendia falar, viu-se na necessidade de responder ao Marquês de Barbacena, que sustentara se devesse

(55) Londres, 1830, 2 vols.

manter o copista; achava que se devia aproveitar outro empregado público que estava sendo pago sem fazer nada. Barbacena replica que na prática essa medida é inexequível: “Eu fiz chamar todos quantos estão desempregados para trabalhar no Tesouro, e todos aqueles a quem não aumentei alguma coisa nos ordenados não compareceram, adoeceram (...) A dificuldade de achar entre tais empregados quem possa e queira copiar, corresponde a deixar o escritor sem copista”.

Borges se surpreende ao saber que se pagam aos que serviam em repartições extintas e estes não querem trabalhar noutros serviços. E o Marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, diz que, quanto à questão em debate, achava que a história devia continuar: “O nobre Senador, encarregado da História, há de escrever nas horas, e ocasiões, que julgar convenientes, e há de chamar o seu escrevente nas horas que lhe parecer, e havemos de impor a obrigação a empregado que trabalhava tempo certo, a estar à disposição do Sr. Visconde de Cairu? Ele não é obrigado a estar por isso. Esta consideração faz ver que o remédio não serve. Portanto. voto contra a supressão”.

Borges replica ao marquês, insistindo na obrigação de chamar empregados desocupados, e Cairu volta à tribuna para declarar: “A veemência do Sr. Borges força-me a replicar. Não impugnando ele diretamente a Comissão do Governo, que me encarregou a História do Brasil, indiretamente impossibilita sua execução, recorrendo de se me dar por escriturário algum dos empregados que ficaram sem seus ofícios nas repartições, que se têm abolido, sempre insistindo na falta de autoridade do Governo de criar empregos e estabelecer salários que é só atribuição da Assembléia Geral. Quis reduzir-me a mestre de escola para escolha de escriturários. Tenho má letra; já sou muito idoso para aprender caligrafia, a fim de serem bem entendidos os meus manuscritos. Apelo para ele mesmo, que com dificuldade lê na Comissão de Comércio as minhas minutas. O escriturário, que foi nomeado para me ajudar na História do Brasil já bem decifra os meus hieroglifos e as multiplicadas emendas. Estou habituado com seus préstimos, por favor que me faz, até às vezes trabalho com ele de noite. Corrijo muito os meus escritos.(...) Não me envergonho de dizer que Bacon disse no seu *Novum Organum Scientiarum*, que o havia recomposto doze vezes. Que escriturário se sujeitaria a copiar, recopiar e às minhas impertinências? Teria que lutar (como tem acontecido) com a ortografia que não adoto. (...) Já disse e repito que o encargo de escriturário nomeado não é ofício, mas simples incumbência. As circunstâncias do tempo ocasionaram que ele sendo digno de superior emprego, aceitasse tão penoso encargo. Para mim nada requiro. Continua-se, ou se me retire, o adjutório do Governo, enquanto me durar o espírito, farei o possível esforço para corresponder à Imperial confiança. Suplico, porém, à equidade do Senado, a benefício de um patriota benemérito, que tanto me tem ajudado, para que se não lhe tire o concedido subsídio de vida”.

Toma a palavra o Marquês de Baependi, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, e declara ser contrário à supressão do dinheiro que se dá ao escriturário

da História do Brasil. Já se mostrou não ser possível o remédio de suprir o lugar com indivíduos dos tribunais extintos e o Visconde de Cairu demonstrou ser a maior parte desses empregados inábeis, já porque não se querem sujeitar a um trabalho irregular: “Por este trabalho vence um indivíduo que segundo afirma o mesmo escritor satisfaz otimamente esta incumbência. É brasileiro, casado, e vive disto. Voto contra a supressão”

Logo Visconde de Alcântara, João Inácio da Cunha apresenta a seguinte emenda: “Proponho que se suprima a supressão da quantia de 365\$000 que percebe o escriturário”. Julgando-se a matéria discutida, o presidente pôs em votação essa emenda, que foi aprovada⁽⁵⁶⁾.

2.8. A História dos Principais Sucessos

Fora a portaria de 7 de janeiro de 1825 que dispunha: “Desejando S. M. o Imperador perpetuar a memória dos sucessos do Brasil, principalmente desde o memorável dia 26 de fevereiro de 1821 (Juramento da Constituição que se preparava em Lisboa e reconhecendo que serão dignamente transmitidos à posteridade pela história, se desta se encarregar o Conselheiro José da Silva Lisboa, por nele concorrerem com distintos talentos e copiosas luzes todas as qualidades que constituem um verdadeiro historiador, há por bem incumbi-lo de escrever a referida História, servindo de seguros guias os verídicos documentos extraídos de todos os arquivos da Nação que para esse fim lhe serão remetidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império à medida que forem chegando das diferentes autoridades a que são pedidos, sem demora, sendo ajudado nesta laboriosa tarefa por Frei Francisco de Sampaio, cuja esclarecida erudição e superior engenho contribuirão para o feliz complemento de tão importante trabalho”⁽⁵⁷⁾.

Pela portaria de 1º de fevereiro de 1825 dispõe-se que seria ajudado “nesta laboriosa tarefa pelo benemérito Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto com a subministração das memórias e apontamentos que tiver, e que possam servir de ilustração à história”⁽⁵⁸⁾.

Pelo que se lê, tanto Frei Francisco de Sampaio como o Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto foram nomeados colaboradores na elaboração da obra. Como na segunda portaria se informa que o conselheiro José da Silva Lisboa fora participado da portaria, isso parece revelar que o conselheiro não solicitou tal colaboração, infere-se que deve ter sido solicitada pelos

(56) *Anais do Senado do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1914. Sessão extraordinária, 04.09.1830 a 30.11.1830, t. 3, pp. 9-16.

(57) *RIHGB*, t. 66, parte 1, p. 179. Na mesma conformidade e data se expediu a portaria a Fr. Francisco Sampaio.

(58) *RIHGB*, t. 66, 1a. parte, p. 180. Esta e a primeira são assinadas por Estêvão Ribeiro de Rezende e acrescenta-se nesta que se comunicou ao Conselheiro José da Silva Lisboa.

dois, o frei e o brigadeiro, ao imperador. Nenhum dos dois serviu a José da Silva Lisboa, que se viu, então, na necessidade de solicitar a ajuda de um escritor que conseguiu a duras penas do Senado.

2.9. A obra — seu plano

Sustentou Hélio Viana que a primeira versão da introdução à *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* foi publicada em 1825 em folheto de 31 páginas, trazendo em anexo de mais de 10 páginas a *Análise da Nova Obra na Língua Francesa Sobre o Brasil — O Brasil, ou História, Costumes & dos Habitantes Deste Reino, por Hipólito Taunay e Fernando Dinis (sic)*, conforme exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis, mas não segundo o da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que não contém esse acréscimo.

No exemplar do Arquivo Nacional da *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, parte I⁽⁵⁹⁾, aparece essa introdução antecedida apenas de uma dedicatória, de um índice e de erratas, com a folha de rosto igual à que Hélio Viana viu em folheto e, embora a primeira folha de rosto seja datada de 1826, a segunda, que corresponde ao folheto, é de 1825.

A primeira versão existe em manuscrito no Arquivo da Família Imperial e a segunda é a publicada no folheto e na parte I da *História*, ambas com a data de 27 de setembro de 1825.

Como escreveu acertadamente Hélio Viana, trata-se do primeiro ensaio historiográfico brasileiro. Começa dizendo que o autor fora encarregado de escrever essa *História dos Principais Sucessos Políticos do Império* por S. M. e declara que, com o ajuste feito entre pai e filho, ela recobrou ânimo para continuar a empresa e, assim, submetia “à indulgência pública esta introdução na esperança de ser ajudado com socorros das luzes gerais, e oficiais, para a decente exposição dos fatos mais notáveis, e que tenham o caráter de certeza histórica. Esperançou-se, também, diz em nota no adjutório de seu irmão Baltasar da Silva Lisboa.” Esta parte não aparece na primeira versão. ta-

Afirma que o Tratado de Utrecht de 1713, por acordo das potências ultramarinas, estabeleceu o sistema colonial e proibiu que estrangeiros, ainda que sábios, demorassem aqui, podendo os navios apenas fazer arribada forçada, para consertos de avarias e provisões.

Lembra a fundação da Academia Portuguesa da História e as palavras que Alexandre de Gusmão, membro da Academia e conselheiro do rei D. João V, proferira: “Para de todos os modos engrandecer a nação portuguesa, procura S. M. ressuscitar as Memórias da Pátria da indigna escuridade em que jazem até agora; é a lição da História um fecundo seminário de heróis.” Crítica

(59) Rio de Janeiro, 1826.

que tantos literatos da Academia mais se desvelassem em panegíricos uns dos outros e não nos objetos do Instituto. Esta parte consta da versão manuscrita.

Fala depois da *História Geral de Portugal* de Mr. de la Clade, na História de Portugal composta por uma sociedade de homens de letras na Inglaterra, traduzida por Antônio de Moraes e Silva, ambas desconhecidas nas bibliografias atuais. Cita Raynal, sem dar-lhe o nome no original, *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes* (1770).

Assim, escreve Silva Lisboa, “a Terra de Santa Cruz permaneceu reclusa por mais de três séculos aos olhos da Ciência, quase continuando a ser a Terra incógnita”. Cita depois Vieira, Berredo, Gaspar Madre de Deus, as obras de Antônio Rodrigues Veloso, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, a *Corografia Histórica* de Ayres do Casal, as *Memórias Históricas* de Pizarro, todas referidas sem precisão bibliográfica e ligeiramente comentadas.

Diz não ter-se desorientado nessa pesquisa sobre antigas épocas, “que tanto se têm controvertido por escritores nacionais e estrangeiros. Não sou competente a compor tantas lides. Não podendo entrar em dúvida os fatos capitais da História do Brasil, isto nos basta”; e diz ter seguido a História da Inglaterra de Hume. Este trecho não consta da primeira versão. Mas, nesta e na publicada em folheto, retoma-se a crítica historiográfica citando Thomas Lindley e retirando-se na versão da parte I a referência a Lord Macartney, retomando-se a mesma linha com relação a Robert Southey, sendo mais extenso o tratamento dado nesta do que na primeira versão.

Seguem-se, nessa segunda versão, as citações de John Mawe, Henry Koster, do Príncipe Maximiliano Wied Newied (*sic*), Maria Graham, ao *Patriota*, à primeira revista fundada por Manuel Ferreira de Araújo, os *Júbilos da América*⁽⁶⁰⁾, José Mariano da Conceição Veloso, uma *Nova Enciclopédia de Edimburgo*, onde se encontra considerável artigo sobre a História do Brasil, com instrutiva e sucinta notícia dos principais sucessos do Brasil, até o Tratado do Comércio com a Grã-Bretanha, de 1810, que diz ser de autoria de José Joaquim de Azeredo Coutinho, o autor de vasta bibliografia e, sobretudo, do *Ensaio Econômico sobre Portugal e suas Colônias*⁽⁶¹⁾.

Volta o estudo publicado a se igualar à primeira versão, quando se retomam as citações de Beauchamp e La Beaumelle. Os autores ingleses antes citados são mencionados na versão manuscrita em trecho mais adiante. Não deixam de ser citados. É, assim, uma questão de forma de apresentação e não de maior ou menor conhecimento dos livros de que se servirá para escrever sua *História*:

“Eis as obras, de que me aproveitei, tendo em vista remetidos documentos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e os *Diários das Cortes de*

(60) José Antônio Freire de Andrada, *Júbilos da América*, Lisboa, 1754.

(61) Lisboa, 1794.

Lisboa e da Assembléia do Rio de Janeiro. (...) Prescindi de papeladas corriqueiras, inferiores, ou incertas, e ainda mais de conjeturas, fantasias, e intrigas dos cabalistas do tempo, e não menos de tediosas digressões, com que os vários historiadores, ainda de crédito, têm sobrecarregado as suas narrações com frívolos ornatos de flores retóricas, que mais servem de escurecer do que de esclarecer os quadros. Assaz farei de narrar fielmente os sucessos de transcendente importância à Civilização e Independência do Império.

“Cumpra à fé incorrupta expor a verdade nua e pura como requer a História, para ser a Mestra da Vida.

“Os historiadores são comumente prolixos em referir batalhas, expor intrigas, e circunstanciar desordens de Estado; sendo muito menos curiosos e exatos no exame e relatório do que mais interessa ao progresso da civilização e à prosperidade das Nações pelos seus institutos e regulamentos, ou pelos respectivos desgovernos e infortúnios, que os degradaram no Teatro Político. Não darei tédio aos leitores quanto ao primeiro ponto; espero vênia ao desvelo quanto ao segundo. Por isso com especialidade recorri, como fonte subsidiária, à legislação relativa ao Brasil, tendo em vista não menos a Dedução Cronológica e Analítica do célebre Ministro de Estado, que tanto promoveu o extermínio dos jesuítas, a quem a América Antártica muito deve o aldeamento e cristianismo dos indígenas do Novo Mundo, e o Brasil a Educação Literária, bem que a vários respeitos fosse pior que inútil.

“Não sou Tácito, que (segundo Montesquieu diz) abreviava tudo, porque via tudo. Os sucessos de mais de três séculos desde o descobrimento do Brasil até o presente são, por sua natureza e conseqüências, de superior importância aos do século descrito por aquele grande pintor de homens e eventos, que ainda está sem rival na concisão e instrução. Se o Autor da vida me conceder tempo e vigor, apenas me será possível, compilando fatos dignos de memória, aspirar ao empenho de Floro, abreviador da história romana⁽⁶²⁾, de Mariana⁽⁶³⁾, compilador da *História de Espanha*, de Cordova⁽⁶⁴⁾, recopilador da História do Sul d'América.

“Não é possível dissimular o quanto ainda me turba o empenho de relatar os sucessos da Regeneração do Brasil desde o ano de 1821, por me expor à inexorável censura, que se tem feito de Deputados do Brasil na Corte do Rio de Janeiro. Ele desejava, se fosse possível, continuar a fazer parte da grande família portuguesa, na conformidade da nova constituição política e assim fez o manifesto do seu voto de esperar que o Corpo Legislativo nos fizesse a devida justiça [Reclamação XIX, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1822].”

(62) Lucius A. Florus (séculos 1 e 11) deixou um *Epítome* ou *Abragé de l'Histoire Romaine*.

(63) Juan de Mariana, Talavera (Toledo, 1536, 1624), *Historiae Rebus Hispaniae - Libri XX*, 1592.

(64) *Dr. Fumes de Córdoba, Ensayode de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Ayres y Tucuman*, Buenos Aires, 1817.

Relembra aos cidadãos brasileiros que sentem com ele “a doce intimidade das anteriores relações indestrutíveis de sangue, língua e religião, não duvidarão de dizer a respeito da Lusitânia, o que dizem alguns americanos sobre a Grã-Bretanha” e cita os louvores de Robertson, na sua *História da América*, aos descobridores portugueses.

E, depois de afirmar que a glória de abrir o Novo Império estava reservada ao Brasil com a declaração de sua Independência e aclamação do legítimo herdeiro da Casa do Brasil, o que susteve a queda da monarquia lusitana, refere-se à obra de Pradt (Dominique Georges Fourt de Pradt, 1759-1837), que faz cáustica censura à extinção da Assembléia Constituinte no Brasil (no seu *A Europa e a América em 1822 e 1823*) e foi um ídolo dos revolucionários de toda a América, merecendo de Silva Lisboa as mais severas críticas porque não aceitou a dissolução da Assembléia.

“A Verdade é a estrela polar da História, e a circunstância que principalmente a distingue da ficção. Integridade, candura, e moderação são as partes do historiador. Informação e fidelidade são indispensáveis para o complemento do seu dever.” Declara que se ele não foi autor nas cenas que relata, seu conhecimento é em muitos casos circunscrito e raras vezes pode ser perfeito. As razões de Estado, os interesses da Nação fazem inacessível autêntica inteligência do Arquivo do gabinete:

“Era impossível escrever a história do estabelecimento do Novo Império sem depor um grande incenso no Altar da Pátria, e fazer sem espírito de adulação (feito crime de servilidade), devido elogio ao Príncipe do Brasil, que na sua juventude se mostrou ser um Gênio de Harmonia, e mais que prodígio da política; pois na mais crítica situação, sem exemplo nos *Anais Históricos*, ostentou a mais extraordinária prudência e capacidade na Arte das Artes de governar povos afogeados com os entusiasmos de um século revoltoso contra as legítimas autoridades estabelecidas.”

Faz ainda Silva Lisboa a “Analyse da nova obra na língua francesa sobre o Brasil”, criticando *O Brasil, ou História, Costumes dos Habitantes deste Reino, por Hypolito Taunay e Fernando Diniz*⁽⁶⁵⁾. É uma crítica (pp. 33-42) que nega muitas das afirmações dos autores franceses, contrapondo a eles os autores ingleses e alemães sobre os quadros desagradáveis de alguns usos do Rio, repleto de insetos e vermes, o que prejudica a imagem do Brasil no estrangeiro.

Censuram Taunay e Denis o louvor à “vingança exemplar” de Duguay-Trouin bombardeando a cidade do Rio de Janeiro. Acha Silva Lisboa má vontade considerarem os autores obstinação de Ayres de Casal sustentar que Montevideu pertencia ao Brasil, quando o grande processo das relações entre as possessões espanholas e o Brasil ainda não se havia definido.

(65) Hippolite Taunay et Ferdinand Denis, *Le Brésil, en Histoire, Moeurs, Usages et Costumes des Habitants de ce Royaume...*, Paris, 1822, 6 vols.

Não lhe agrada seja citado o amor ao jogo no Rio de Janeiro, quando sabemos que na Colônia sempre se jogou no Brasil, nem tampouco digam que todo vício tem no Rio toda a sua deformidade.

Agrada-lhe que achem mais vantajoso pense o Brasil não nas Minas, mas na agricultura. Condenam os autores o quase extermínio dos indígenas, o sistema de cativo e o tráfico da escravatura da África, “que tanto obstou a moralidade, civilização e prosperidade do Novo Mundo”. Condena os suplícios “que revoltam a humanidade, principalmente no campo, e que causam desesperação aos escravos, tornando-os fugitivos, malvados, ou suicidas, o louvor que os brasileiros atendam, quando castigam um escravo as palavras *basta, basta* pronunciadas pelos estrangeiros”. Acha incivil dizer que “o governo do Brasil é uma extravagante mistura de Poder Militar e Judiciário” — o que não parece ter sido assim tão extraordinário da Colônia não só àqueles dias, como aos atuais.

Recorda as palavras de frei Gaspar Madre de Deus ao dizer: “desenganjem-se os portugueses, e tenham por certo, que nunca hão de saber a verdadeira história do Brasil se a estudarem por livros compostos em países estrangeiros”. Louva Rocha Pita, de quem Robert Southey fez juízo desfavorável, como os dois franceses; e como, afinal, faz a moderna historiografia brasileira.

Logo nesse volume começa a *História dos Principais Sucessos*, na parte I, com o capítulo I que é sobre o estabelecimento do Império do Brasil; já no II, começa com os sucessos preparatórios do descobrimento das partes do mundo e, assim, segue os descobrimentos até a achada do Brasil (cap. VIII) e do IX ao XXI trata desde o paralelo dos achados de Porto Santo e Porto Seguro até os primeiros e principais donatários (XX) e as observações sob o título “Conquista do Brasil” (XXI).

Já a parte X da *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, a segunda em ordem cronológica pela data (Rio de Janeiro, 1827), se inicia com um prefácio, no qual desenvolve Silva Lisboa suas idéias sobre a história contemporânea, escrevendo que ela “jamais satisfaz aos leitores e escritores, porque respeitos humanos, interesses distintos, paixões exaltadas, contemplações políticas, implicâncias com indivíduos, impossibilitam completa e inofensiva narração dos fatos, e, ainda mais, o critério exato de suas qualificações”.

Alega que David Hume não se animou a tratar do período mais importante da Monarquia, mas ele não pôde seguir tão prudente exemplo, “porque a ordem superior, que me incumbiu o encargo de escrever a História do Brasil, impôs-me também o dever de expor *principalmente* o seu último período, que começou em 1821”. A ordem tinha por objeto “a exposição dos sucessos *dig-nos de memória*”.

Louva a cautela do Padre Luís Gonçalves dos Santos, que escrevera, nas suas *Menórias para Servir à História do Brasil*, que ia suspender sua história no dia 26 de fevereiro de 1821, porque nela começava nova época para o Reino

do Brasil, pela solene proclamação da Constituição Geral da Monarquia Portuguesa, desde que seria infalivelmente necessário que da nova ordem de coisas se seguiriam grandes e extraordinários acontecimentos. Suspendia “não tanto por lhe faltarem as forças do espírito e corpo, quanto por conhecer a dificuldade de comemorar sucessos acontecidos no meio da agitação de ânimos, e de interesses difíceis de conciliar”.

Diz oferecer “estas reflexões à candura do público, implorando vênias à presente descrição do tempestuoso e portentoso quinquênio decorrido depois da dita época.” Lembra o dito que a opinião é a rainha do Mundo, mas “neste período tem havido, e ainda continua a haver *Doutrina Armada* para sustentar tão contraditórias opiniões, reinantes na Europa e América, sobre o melhor sistema de Governo (o que tem produzido calamidades nunca vistas em estados cultos, e dado movimento retrógrado à civilização brasileira), que não só é muito difícil, mas quase impossível, conciliar os partidos antagonistas, que têm complicado questões de religião, moral e política, na série dos sucessos, que remataram no feliz êxito da conciliação dos interesses dos Estados Pai e Filho, pela sua absoluta Independência e saudável adoção da monarquia constitucional, única tábua de salvação para Portugal e Brasil ressurgirem do abismo em que se arriscaram a precipitar-se pela anarquia dos revolucionários”.

Sua conceituação ultraconservadora não impede que obedeça a critérios metódicos de pesquisa: “Como em estabelecimentos de novo governo sempre houverão escuridades e anomalia, de que nenhum historiador pode dar boa conta, para evitar erros e escândalos, regular-me-ei, não por contos do vulgo, e juizes temerários, mas por monumentos autênticos e fatos notórios. Ainda que soubesse dos segredos do gabinete no curso dos sucessos (o que está fora de meu alcance), devia conformar-me à regra de Tácito — *ne revelaret arcana imperii*”.

Comenta com simpatia a obra de Ferdinand Denis, *Resumé de l'Histoire du Brésil*, concisa, com votos pela grande prosperidade do país, com recomendações de harmonia e fraternidade. Cita alguns trechos e escreve que *A História da Independência do Brasil*, quanto aos sucessos proeminentes, já se incluiu na coleção dos principais fatos e documentos que todos os anos se publica na capital da Inglaterra e que, pelo seu crédito, se pode considerar exata, bem que sucinta crônica do século; ela se intitula *Annual Register* ou *História da Europa*.

Não surpreende que Cairu, historiador improvisado, considerasse o *Annual Register* como uma história, quando ele não passa de um simples e mero registro dos acontecimentos mundiais sucedidos naquele ano. *O Annual Register* existe hoje e não tem pretensões de constituir uma história ânua do mundo, mas sim um simples registro anual dos acontecimentos mais aparentes nela sucedidos. Transcreve um trecho muito significativo da espécie de informação que

o registro dava, na sua discreta interpretação: “O mais importante resultado da Revolução de Portugal foi a mudança que produziu nas relações entre a Mãe-Pátria e o Brasil. Se este resultado fosse previsto, provavelmente se teria resfriado a raiva popular da aniquilação do antigo governo. A prova de não ter sido previsto é que os patriotas portugueses não estenderam as suas vistas além das considerações do momento; pois não se precisava de grande sagacidade para convencer-se, que a Independência do Brasil seria a provável conseqüência da Revolução de Portugal. Se a nova Constituição de Portugal não fosse adotada no Brasil, a conseqüência seria a separação destes países. Se, ao contrário, a Constituição fosse abraçada pelos brasileiros, era verossímil, que, depois de se libertarem do jugo da antiga Autoridade, não continuassem voluntariamente no estado de submissão colonial”.

Esta parte X é rica de opiniões de Cairu sobre a história e o historiador: “Não é dever do historiador transformar-se em publicista, fazendo contestações polêmicas”. Mais adiante, falando dos sentimentos cívicos do príncipe regente, afirma que até “os tiranos temem incorrer no ódio da posteridade, e aspiram a merecer favorável juízo da própria Nação, e dos povos civilizados. Mas assim como é desonra do historiador ampalidar os atos atrozes dos Déspotas, é também do seu dever exarar os monumentos autênticos, que justificam a conduta regular dos Príncipes, que aspiram à imortalidade do seu nome, contra asperções e calúnias dos atraíçoados cabalistas”.

Recorda ainda, citando Fox na sua *History of James II*, ao historiador David Hume, por extenuar a maldade deste déspota na injusta sentença contra o célebre patriota Sidney: “O medo da censura dos contemporâneos raras vezes reprime os Príncipes de autoridade limitada; eles muito mais vezes se lisonjeam, de que o mesmo poder que lhe facilita cometer crimes, os segurará de reproche. O medo da infâmia póstuma é a única restrição (exceto o da consciência) sobre as paixões de tais pessoas; ele não deve ser, ainda no menor grau, deteriorado, ou distraído por historiadores de integridade, benevolência e solidez de entendimento”. Como todo conservador, ele crê que “pouco a pouco se fazem as cousas grandes”.

No final, na “Satisfação ao Público”, Silva Lisboa reconheceu a dificuldade de sua tarefa: “dificílima se deve considerar a História Geral de um grande País, que envolve a crônica de muitos reinados, o espaço de mais de três séculos, e o estabelecimento da Nova Ordem Política, e do Novo Império, e muito mais sendo empreendida por quem já era quase septuagenário, quando se encarregou da árdua escritura por Ordem do Governo. Animou-o o exemplo de Tácito, que na esperança da vida, reservou para a velhice a escritura da Neiva e do Império de Trajano (...) Os Céus concedão ao Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, um semelhante cronista. ”

“Reconhecendo a minha insuficiência e quase impossibilidade de executar a tarefa empreendida, meti mãos à obra da História Geral do Brasil até o Reconhecimento da Independência do Império pelas Potências do Antigo e Novo

Mundo, que têm procurado por Tratados de Comércio e Amizade consolidar e promover a sua prosperidade atual e futura.”

Declara que Southey, na sua *História do Brasil*, que intitulou “grande empresa”, não compreendeu o período decorrido depois do estabelecimento da Corte de Portugal no Brasil: “Homens ignóbeis fizeram aos naturais do Brasil guerra obscura, mas as suas conseqüências foram maiores que as produzidas pelas conquistas de Alexandre e de Carlos Magno, e serão muito mais duradouras. Os progressos do Brasil, desde os seus fracos princípios até a importância que agora possui, são objeto de não ordinário interesse”.

O plano de sua História dividiu os períodos em 10 partes, segundo as principais épocas dos anais do País: I) Achada do Brasil; II) Divisão do Brasil; III) Conquista do Brasil; IV) Restauração do Brasil; V) Invasões do Brasil; VI) Minas do Brasil; VII) Vice-Reinado do Brasil; VIII) Corte do Brasil; IX) Estados do Brasil; e X) Constituição do Brasil.

Como logo se verifica, o plano tinha excessivo caráter político-administrativo e, ademais, “o autor se preocupava em que fossem dignamente transmitidos a posteridade pela história os feitos e fatos de caráter heróico”.

Escreve Silva Lisboa que, tendo entrado em 1827 na Tipografia Nacional essa parte X, como a parte I, que saiu em 1826, descontinuou-se pelo concurso de papéis do governo, especialmente os *Diários da Assembléia Legislativa*, e só depois de finda a legislatura no corrente ano de 1829 se pôde acelerar a edição.

Diz apressar-se a publicar o que se acha impresso pelo receio de que lhe falte a vida, estando já nos restos dos seus dias: “Imploro a benignidade do público pela falta de apuramento, e complemento (em que todavia trabalharei)”, e se vale da escusa que Fox dera a Hume quando este empreendia a crônica do reinado de James II, declarando que era um “escritor tardo, mas prometia perseverar”. Afirma ter tomado pausa na época do Tratado de 1826 (*sic*; 1825) do reconhecimento da Independência do Império do Brasil, e, mais, que sendo “impossível satisfazer inteiramente aos Partidos (que ainda existem), bem que muito prepondera o do cordial amor à Constituição do Império e à sagrada pessoa do nosso imperador”, os que estranharem não achar nesta história “o ídolo de suas fantasias do apelidado sistema americano, e a narrativa de fatos anômalos, rumores plebeus, escuras andotas”, saibam que ele se conformou com a regra exposta por Walter Scott na *Revolta da França*: “A credulidade popular recebe com avidez tudo que lhe parece horrível e espantoso, mas a história imparcial exige provas evidentes, e motivos ponderosos, antes de dar fé ao que ultrapassa os limites da verossimilhança.

“Espírito de partido não dirigiu a minha pena; ainda o espírito de gratidão não obstou ao espírito de liberdade, porém era da minha obrigação prestar ao Imperial Benfeitor o tributo do elogio, com que até escritores estrangeiros já têm imortalizado a sua Memória. Coube-me em sorte ser eu o primeiro brasileiro, que fosse encarregado por Imperial Ordem da escritura de um sucesso político, que não tem paralelo na História Social, isto é, o estabelecimento na

América por um príncipe da Europa, criado como os princípios da monarquia absoluta”.

Lembra a crítica de De Pradt contra o ato da dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 e diz: “Ele mesmo se fez constituinte. Mas reconhece a difícil posição em que foi colocado, e que só a um homem extraordinário é dado sustentar-se. Pode-se dizer que é mais singular a situação deste imperador, posto entre seu pai e sua Terra nativa, um Trono tão recente d’América, entre todas as Repúblicas da América e todos os descontentamentos de seu País. De certo é preciso ter um bom e belo gênio para triunfar dos conflitos.

“Felizmente nove anos têm decorrido de seu liberal Governo, e ora se acha consolidado o sólio imperial, pela liberalíssima Constituição, que ofertou à sua Pátria adotiva, cuja Independência tem sido reconhecida pelas Potências da Europa e América; havendo até o Ditador da Terra Firme — Bolívar enviado um Embaixador para felicitá-lo pela sua elevação à dignidade de Imperador Constitucional do Brasil. Tudo isto forma demonstração apodítica do juízo dos Governos de um e de outro hemisfério sobre o inclito caráter do Libertador do Brasil, e a estabilidade de seu Trono.”

Reproduz o pensamento de Beauchamp, na sua *Refutação do Escrito Intitulado Vista d’Olhos sobre o Estado Político do Brasil*, onde escreve que “a separação do Brasil é uma consequência de seu estado de virilidade, das luzes espalhadas no país, das injustiças das Cortes de Lisboa, e do abandono do Rei”.

Também não dissimula o desgosto pelas infaustas consequências das hostilidades entre Buenos Aires e o Brasil, e ainda mais da “final pacificação que o Partido da Oposição contraditoriamente lamenta”.

Mais adiante diz reconhecer que sua história é a mais imperfeita, e exigia outra capacidade: “Fiz o que devia e podia, abri a estrada não plana”. Resta, diz ele, “fazer uma ponderação, prevenindo a censura, que talvez se faça por ter preterido, ou não circunstanciado alguns fatos, que até constam de papéis impressos, e que alguns consideram de importância, para cabal narrativa dos sucessos do último período da história do Brasil. Tive para isso as seguintes razões: evitar prolixidade, e nada dizer sobre o que não tem cunho de autenticidade, ou que era de natureza particular, e ignominiosa, sem alguma vantagem à causa pública. (...) A minha obra é necessariamente incompleta”.

Declara ter adotado e se conformado à opinião de João de Barros, que assim doutrinou: “A primeira e mais principal parte da história é a verdade dela; porém em algumas cousas não deve ser tanta, que se diga por ela o dito da muita justiça, que fica em crueldade, principalmente nas cousas, que tratam da infâmia de alguém, ainda que verdade seja. Nas cousas dos Reis e Príncipes se deve falar com toda reverência, por a dignidade real, que Deus lhe deu, e encobrir os casos e infortúnios acontecidos ao Príncipe, ou ao Povo, em cujo louvor se escreve, por lhe não derogar o poder, e retorcer as causas de tal dano em outrem com infâmia de nome e não de feito”.

Reproduz elogios feitos por outras pessoas a D. Pedro I, a começar pelo

prefeito da Biblioteca Pontifícia, Angelo Maio, que nas exéquias de D. João VI, no Vaticano, na presença do papa, referindo-se a D. Pedro I, disse: “Augusta Cabeça e Suma Honra da Família de Bragança, jovem admirável, por cuja prudência, sabedoria, e legislação, estão ordenadas todas as partes do Império amplíssimo, de que foi fundador”. Reúne elogios contemporâneos de Monglave, na *Notícia Histórica*, de Bavoux na sua obra *Conflitos de Autoridades* e, sobretudo, as palavras do Ministro Canning no Parlamento Britânico, traduzidas e publicadas no *Diário Fluminense*: “Bem sabido é que o resultado da residência de El-Rei de Portugal no Brasil elevou esta colônia a Metrópole, e desde a época em que ele fixou a sua partida deste continente, cresceu no Brasil progressivo desejo de independência, que ameaçou a paz da Europa. Sabe-se mais, que El-Rei da Grã-Bretanha foi o mediano entre aquele soberano e seus súditos no Brasil, quando ele se resolveu a reconhecer a sua existência independente, e consentiu na divisão das duas Coroas, deixando uma na cabeça de seu filho mais velho. (...) A prematura e inesperada morte do mesmo soberano produziu um estado de cousas inteiramente novo; porque reuniu em uma cabeça essas coroas, que era da Política da Grã-Bretanha, de Portugal e do Brasil conservar separadas. Neste estado de cousas, o Governo Britânico, de acordo com as mais Potências, que se interessam pelo Brasil, deu conselho ao aclamado Imperador, que renunciasse à Coroa de Portugal. Devo acrescentar que esse conselho não foi a origem das disposições, a que ele inevitavelmente tendia, pois antes de chegar ao Brasil, o Imperador se havia determinado a tal renúncia em favor de sua filha mais velha; o que não se havia aconselhado, e nem ainda se tinha previsto, e o que era da competência de algum Governo aconselhar. O mesmo Imperador igualmente determinou a cessão da Coroa portuguesa a favor dessa sua Primogênita Filha, acompanhada com a dádiva de uma livre Constituição do Reino de Portugal. Supõe-se que este ato do Imperador foi nascido de influência inglesa. Não há tal. Eu não sou crítico, nem o campeão desta Constituição, mas considero que emanou daquela autoridade legítima: circunstância que pode reconciliar com ela as Potências do Continente. Sei que ela é mais fortemente recomendada à nossa aprovação, como uma Constituição semelhante à nossa em princípios, ainda que diferente em suas modificações. Tal Constituição é impossível que um inglês não admire e não deseje ver florescer”.

Escreve, então, que Eugênio de Monglave havia publicado a correspondência epistolar do príncipe com seu pai, a qual deu conta dos sucessos da regência, e por isso pareceu-lhe justo e necessário oferecer ao público as cartas do regente, a fim de plenamente dissipar sinistras impressões que se têm dado das causas do governo revolucionário da Metrópole com a melhor justificativa dos povos que resistiram à cabala predominante que lhes negou a igualdade de direitos.

Resume a circular dos imperadores da Áustria e Rússia, dos reis da França e Prússia, expedida no Congresso de Verona, em 14 de dezembro de 1822,

em que essas potências principais da Santa Aliança publicaram o seu juízo sobre as inovações da que apelidaram Península Ocidental da Europa. Nela declaram que “toda a Europa há de reconhecer afinal, que o sistema que os monarcas seguem está em perfeita harmonia com os bem entendidos interesses do povo, assim como com a independência e força do governo”.

Essas declarações se enviaram diretamente ao governo revolucionário de Espanha, mas compreendiam indiretamente ao de Portugal, sendo as Cortes de Lisboa pantomimas das Cortes de Madri.

Acha que, embora não tivessem mencionado os manifestos de 1º e 6 de agosto de 1822, nos quais D. Pedro fez a declaração da Independência do Brasil, é certo que deles tiveram conhecimento. Em 1825, reconheceram a Independência e também o título de imperador do Brasil no príncipe presuntivo herdeiro da monarquia lusitana, pela mediação de S. M. Britânica, cujos diplomas ele transcreve. E termina dizendo que “chegou o período do grande Movimento do Novo Mundo, e também o Brasil tomar o competente posto no teatro político, e sob os auspícios do seu Príncipe Natural adotar um sistema de governo que conciliasse o princípio da legitimidade com o liberal espírito do século, resistindo à cabala antibrasílica do Congresso e Governo de Lisboa, que à força d’armas e tramas, se obstinou em ressuscitar monopólio da Metrópole”.

É interessante observar que no apêndice, entre os 11 documentos principais que reúne e transcreve relativos à Independência, não haja nada sobre o 7 de Setembro, sobre o qual não existe documento escrito nos depoimentos dos que o assistiram.

2.10. Os benefícios políticos

A Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI, quase sempre acompanhada da *Sinopse da Legislação do Senhor D. João VI*, é uma obra de louvação do governo de D. João VI, despida inteiramente de qualquer espírito de análise crítica. Nela, Silva Lisboa combate o tráfico, ou seja, a importação da escravatura, e, para demonstrar que D. João VI se empenhara nessa obra humanitária, cita o tratado com a Grã-Bretanha de 1810 que, como todos sabem, foi inteiramente desrespeitado pelas autoridades e súditos portugueses; cita o alvará de 24 de novembro de 1813, que regulamentou o bom trato dos africanos, que também nunca foi respeitado pelos portugueses; lembra o tratado com a Grã-Bretanha de 21 de fevereiro de 1815, novo convênio para a abolição do tráfico ao norte do Equador, e a ordem régia de 17 de fevereiro de 1817, que recomendava providências contra as transgressões do tratado.

Apesar da falta total de respeito aos tratados assinados e às leis nacionais, os portugueses não tomaram conhecimento da proibição e continuaram praticando a escravidão, trazendo para o Brasil os escravos negros. Sem haver o

que louvar, mas o que censurar, Silva Lisboa bajula e lisonjeia o “piedoso” rei que encheu o Brasil não de pretos, nem de africanos, mas de escravos. E, com uma desfaçatez sem nome, nega que o tráfico se deva praticar e declara não desejar que o Brasil se transforme numa cabraria.

Revela seu receio de que, crescendo a progênie dos africanos, preponderem em força física e desproporcionado número à raça dos colonizadores. Critica os que, querendo viver à custa do suor alheio, afirmam ser a zona tórrida hostil à constituição dos europeus e “que sem africanos não pode florescer o Brasil”.

Assim, sua crítica se dirige não ao rei e seus prepostos, que permitiam e abusavam do tráfico e da escravatura, não a D. João VI que, sem energia, como seus continuadores Bragança, permitiu o tráfico e o trabalho escravo.

Diz que se tem caluniado o imperador como animador da Independência dessa região e, depois de citar o *Annual Register*, declara que o espírito de subtrair-se a toda dependência da mãe-pátria era animado pelo mesmo príncipe regente e ele. Afirma que, diante da correspondência de 1821 entre pai e filho, se evidencia que o “Príncipe Regente não só animou o projeto da Independência, como ao contrário desanimou, enquanto se persuadiu que as Cortes procediam em boa fé, e não premeditavam espezinhar o Principado Titular, que seu Pai elevara à categoria de Reino. A sinopse de tais cartas é a melhor refutação das censuras da malignidade ou ignorância”.

Essa parte X da *História* trata desde o princípio da vida pública do príncipe, do estado político do Brasil em 1821, da Revolução de Portugal de 1820, descreve toda a agitação política de 1821, resume as discussões nas Cortes sobre a política no Brasil até a incorporação do Estado Cisplatino em 18 de julho de 1821.

A parte X, seção II, da *História dos Principais Sucessos* compreende o “mais momentoso período da Independência do Brasil, que envolve grandes sucessos, em que houverão coisas misteriosas que, só escrevendo-se à distância de tempos e lugares, e depois de mais exatas averiguações de futuros escritores, se poderão assaz esclarecer”.

Reproduz o que escreveu o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, no Suplemento do nº 18, de 9 de janeiro de 1822, noticiando o sucesso que maculou (*sic*) os Anais Militares do Brasil: “Quem refletir sobre as diferentes maneiras com que se tem anunciado a revolta da Divisão Auxiliadora, e sua obstinada resistência às Ordens de S.A.R., conhecerá por certo a dificuldade que tem de arrostar, quem se propõe escrever a história; pois que os fatos acontecidos com tal estrondo no meio de nós, tanto custava a classificar, e achar-se o princípio eficiente de seu desenvolvimento e progresso. O redator particularizou algumas circunstâncias incógnitas. Mas, na presente narrativa, cingi-me precisamente ao que foi patente aos olhos de todos os fluminenses e consta das proclamações e cartas do Príncipe Regente sobre esse e outros fatos, bem como de impressos e principais monumentos históricos”.

E, para finalizar, recorre de novo a João de Barros, seu historiador clássico predileto, e lembra o que diz na *Década IV*, que, por morte, deixou imperfeita: “Porque não queríamos dar, nem receber escândalo de alguém, nem menos ouvir queixumes de alguns, que em nossa estrutura demos muitos louvores a uns, e não tanto a outros, que em uma parte fomos largo, e em outras estreito, e não os males etc. — pedimos por mercê a quem o nosso trabalho não aprouve, que lhe apraza de nos perdoar, e que não nos hajam por homem que não cumpre com sua palavra”.

Esse volume compreende desde as notícias sobre as ordens das Cortes para a volta do príncipe e todos os acontecimentos das disputas com as tropas portuguesas de Avilez até a viagem de D. Pedro a São Paulo e a proclamação da Independência. Silva Lisboa, que dificilmente faz críticas políticas aos senhores do poder, considera um erro não tenha a Espanha enviado às colônias americanas príncipes de sua Casa Real que evitassem o surgimento do movimento de independência e a divisão política, como a imitação do exemplo norte-americano. Critica as Cortes de Portugal que, podendo segurar o Brasil com a presença do príncipe real, tentaram arrancá-lo do Brasil, o que foi um “máximo erro político”. “Era, portanto, impossível que os patriotas brasileiros, vendo que as Cortes Constituintes de Lisboa se tenham arrogado o despotismo o mais absoluto, reunindo em si todos os poderes, dessem ao Universo o ignominioso espetáculo de não defenderem a honra e a dignidade a que seu país havia sido elevado por mercê da Providência.”

Protesta ter sempre distinguido a Nação portuguesa da cabala antibrasílica, que fez a “legislação fratricida contra o Estado Co-Irmão. Só desta, não da-quele, falo”.

Finalmente, a parte X, seção III, vem desde a decretação da convocação da Assembléia Constituinte até a aclamação do imperador em Mato Grosso.

Na carta que escreveu em 1º de abril de 1830 ao Marquês de Barbacena, José Bonifácio afirmou: “Não abandonarei, pois, minha pátria nas presentes circunstâncias por muitos motivos ponderosos, que calo por ora e reservo para a *história do meu tempo* [grifo do autor], que trago entre mãos, e que não será por certo a história do Brasil do capitão-mor dos moleques, o sapientíssimo visconde do Caruru”⁽⁶⁷⁾.

José Bonifácio, um espírito altaneiro, independente, corajoso, não podia apreciar a sordidez da bajulação, os rapapés com que Cairu lisonjeava D. Pedro e os poderosos do dia:

“O mesmo quer fazer Sylvio o Carcunda
Fração de gente, charlatão idoso,
Que abocanha no grego, no inglês, hebraico
Mas sabe bem a língua de cabinde
E o pátrio Bororô e mais o moiro

(67) Antonio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquez do Barbacena*, Rio de Janeiro, 1896, p. 747.

Que escreve folheto a milhares
Que ninguém lê porque ninguém o entende
Por mais que lhe dê títulos diversos”(68).

Tal como José Bonifácio era forte no ataque aos desafetos e ninguém representa na época mais o anti-José Bonifácio que Cairu, assim também Abreu e Lima, outro homem livre, bravo, inteligente e destemeroso tinha grande despreço por Cairu e dele disse: “Um dos brasileiros que mais têm escrito, é, sem dúvida, o Visconde de Cairu, assim mesmo é tão pesado, indigesto, e de mau gosto, que apenas há um ou outro brasileiro que conheça ou leia seus escritos”(69).

Quando se organizou a Exposição de História do Brasil em 1881, inaugurada por D. Pedro II, e a cujo *Catálogo* já nos referimos, era tal o seu prestígio que, ao referir-se à quinta sala, encimada com o seu nome, “Sala Silva Lisboa”, os jornais da época escreveram que era uma homenagem “àquele a quem o Brasil devia o primeiro passo para a sua emancipação, a abertura dos portos a todas as nações amigas”. Traçam-lhe rápida biografia e declaram que “Vale Cabral acaba de publicar desenvolvida biografia deste brasileiro ilustre por tantos e valiosos títulos”(70).

Alfredo do Vale Cabral, que escreveu-lhe a biografia e organizou-lhe a melhor bibliografia, termina sua obra, que é apologética, dizendo: “Foi incontestavelmente o Visconde de Cairu um dos homens mais notáveis e eruditos lidos por poucos no Brasil do XVIII século. De talento robusto, de instrução variadíssima, figura José da Silva Lisboa, não na história do Império, mas na de todos os países, não na memória de um povo, mas na da humanidade”(71).

Assim pensou também Sílvio Romero, que o considera um dos espíritos mais significativos do Brasil entre 1730 a 180-?. Ele foi o teorista político e acha que, entre os conservadores e os mais avançados em que se dividia o Brasil, a distância não era demasiado grande, pois no Brasil nunca houve partidos perfeitamente extremados e ele seria uma média das agitações, “mas tanto os absolutistas como os revolucionários tiveram-no por inimigo. Ele dominou a língua inglesa e foi o primeiro a pregar as teorias inglesas sobre comércio livre, indústria livre, sobre economia política”.

Sílvio Romero afirma ainda que seus méritos capitais “como escritor são a simplicidade da forma e o conhecimento exato que mostrava das doutrinas que adotava e expunha. O defeito principal é certa falta de ordem e de gosto na confecção dos volumes. (...) A leitura de Cairu é hoje em grande parte fatigante”(72).

(68) “Anotações de A.M.V. de Drummond à sua Biografia”, in *AANB*, vol. XIII, p. 115.

(69) *Bosquejo Histórico e Político e Literário do Brasil*, Niterói, 1835, p. 70.

(70) *Cruzeiro*, 14 de dezembro de 1881.

(71) *Op. cit* na nota 4, p. 52.

(72) *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1949, 4ª ed., t. II, pp. 320 - 327.

Oliveira Lima, que foi um admirador de D. João VI, escrevendo-lhe a maior e melhor biografia, reconheceu que ele “fazia história de pronunciado sabor cortezão”⁽⁷³⁾.

José Teixeira de Barros, na *Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio do Mundo Civilizado*, escreveu que “se a abertura dos portos do Brasil se deve de fato ao Visconde de Cairu, de direito se deve à Inglaterra”; e finaliza dizendo que “somos inclinados a admitir, e de fato admitimos, a decisiva colaboração de José da Silva Lisboa, na assinatura da citada Carta régia”⁽⁷⁴⁾.

Brás do Amaral, na conferência que pronunciou em 1935 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no centenário de sua morte, escreveu que “como político foi um conservador ancorado nos princípios mais fortificantes do seu credo”⁽⁷⁵⁾.

Na primeira vez que dele tratou, Alcides Bezerra já revelou seu menor apreço por Silva Lisboa: “Economista, jurista, pensador, político, moralista. Tudo versou a sua inteligência privilegiada. Na febre de produzir, pouco cuidava do plano arquitetural dos seus livros”. Lembra que José Veríssimo dizia contar-se que Monte Alverne, mais que seu adversário teórico, seu inimigo rancoroso, como sóia ser, entrando em sua aula de Filosofia do Seminário São José no dia da morte de Cairu, com um gesto desabrido, com que acaso escondia o sentimento, declarara não dar aula “porque morrera um grande homem, apesar de que à sua cabeça não passava de uma gaveta de sapateiro”. A frase atribuída ao soberbo frade traduz, na sua vulgaridade, uma impressão exata da copiosa, desigual e disforme obra do douto e laboriosíssimo escritor que foi Cairu. Como composição, fatura, estilo, essa produção é irregular, desigual e ainda extravagante e disparatada, revendo à pressa e até à precipitação o trabalho, a excitação ou a paixão do momento, o produto da ocasião.

Mais-tarde, num trabalho especial, Alcides Bezerra escreveria que não precisava “notar que evidentemente [Cairu] não fora um homem de letras. Na história de uma grande literatura não apareceria por lhe faltar os predicados de escritor e bom gosto literário”. Escreveu ainda que Cairu “era um homem feito, maduro, com idéias consolidadas, quando a atmosfera do século XIX o envolveu, e quando a política da época da Independência o arrastou em seu torvelinho. O áulico da Corte de D. João VI teve de desvestir os velhos trajes, renegar as suas simpatias pelo governo patriarcal e enfileirar-se entre os liberais constitucionalistas. Educado à inglesa, com horror às revoluções, teve que viver num meio saturado de idéias francesas, e até que também se mostrar revolucionário”⁽⁷⁶⁾.

(73) *O Movimento da Independência, 1821-1822*. São Paulo. 1922, p. 57.

(74) *RIHGB*, t. especial Congresso Internacional de História da América, 1922; Ri de Janeiro, 1930, pp. 173 e 176.

(75) *RIHGB*, vol. 170; 1935; Rio de Janeiro, 1939, p. 310.

(76) *O Visconde de Cairu, Vida e Obra*, Rio de Janeiro, 1937.

Afonso Arinos de Melo Franco, rebatendo as opiniões dos que o encaram como retrógrado ou simples bajulador bragantino, disse que “para localizar com justiça a Cairu devemos (como é aliás elementar nessas revisões de valores pretéritos) colocar-nos dentro do seu tempo e de suas condições culturais”. E logo pôs em foco a inabalável predileção de Cairu pelos economistas britânicos: “Conhecia-os bem Silva Lisboa, que também lia os franceses de merecimento real, como revelou em seus escritos; aceitou e pregou sempre a doutrina de Adam Smith, a quem não poupou encômios entusiásticos e efusivos”⁽⁷⁷⁾.

Basílio de Magalhães lembrou que o nuncio da Santa Fé no Brasil, Cardeal Scipione Fabbrini, encarregado de traçar o epitáfio de Silva Lisboa, não vacilou em proclamar que fora “devotado defensor da religião da monarquia e da constituição da pátria, quer por escrito, quer da tribuna pública”. Encampa a opinião de Afonso Arinos e diz que ele conseguiu conciliar os princípios do *free-trade* britânico com a realidade brasileira do seu tempo, obteve a abertura dos portos e em seus diversos ensaios, grandes e pequenos, apostolou os mais elevados princípios, defendendo não somente a franquia do comércio, da indústria e da agricultura, como também a dignidade da labuta humana.

E. Vilhena de Moraes, seu maior admirador atual, publicou um *Perfil de Cairu* no qual, na nota liminar, depois de reproduzir o pensamento de Eduardo Prado, afirma que Silva Lisboa fora o mais fecundo dos publicistas brasileiros, de lembrar que 1958 era o ano do sesquicentenário da abertura dos portos, e o pouco que se fizera para lembrar o Visconde de Cairu, traça seu perfil, acentua vários aspectos de sua figura como jurisconsulto, magistrado, professor, educador, jornalista, historiador, parlamentar, administrador, dá seus traços biográficos, invoca a escola de Le Play, que Cairu antecederia, sua sociologia, suas primazias intelectuais, e oferece o inventário da “Documentação Geral de Cayru Existente no Arquivo Nacional”, seus títulos e diplomas, “Cayru parlamentar com assento na Assembléia Constituinte”, “Cayru parlamentar e constituinte”, apontando toda a sua atividade parlamentar, especialmente contra as reformas constitucionais.

Por fim, desejamos chamar atenção para os artigos de duas grandes figuras intelectuais contemporâneas: Sérgio Buarque de Holanda e San Tiago Dantas, que se chocam na apreciação crítica. Para Sérgio Buarque de Holanda, o prestígio excepcional que desfrutou o Visconde de Cairu no Brasil datava de 1935, quando se comemorou o centenário de seu falecimento: “Para os apologistas, que logo conquistou, sua grandeza não provinha do fato de ter importado as doutrinas de Adam Smith, tornando-se o arauto entre nós da economia liberal, mas, ao contrário, no de ter hesitado, por ocasiões, em aceitar a lição do mestre com todas as suas conseqüências lógicas. E foi nessas hesita-

(77) “Cairu”, *Digesto Económico*, março de 1947.

ções que procuraram pressurosamente a novidade, a originalidade e, mais que tudo, a atualidade de Cairu.” E chama atenção ao fato de que um pensador respeitável como Alceu Amoroso Lima descobriria, nas vagas alusões de Silva Lisboa à inteligência como fator de produção econômica, a verdadeira medida de sua importância para a época presente. Alceu Amoroso Lima arrisca — diz Sérgio — esta afirmação surpreendente: “Cairu é o precursor de Ford, de Taylor, de Stakhanoff há um século de distância”. Sérgio acentua, ao contrário: “Não é provável que tais opiniões acerca do valor da obra de Cairu para o pensamento brasileiro venham a subsistir por muito tempo, quando estiverem impressas e mais largamente acessíveis as suas obras. Creio mesmo que uma investigação atenta do desenvolvimento das nossas idéias políticas há de mostrar como foi pouco fecunda a contribuição de Silva Lisboa em confronto com alguns de seus contemporâneos”.

Sérgio Buarque de Holanda acha que a importância de Cairu parece relacionar-se com o surto, pela primeira vez, no Brasil, ao tempo em que redigiu sua obra, de uma classe média de formação puramente burguesa: “Essa classe pouco numerosa e mal aparelhada para impor seus ideais não podia aceitar os da burguesia européia então em ascendência. Adotava, assim, padrões de vida e de conduta social que eram os dos potentados rurais. Nascido na cidade de Salvador, filho de modesto arquiteto reinol, Silva Lisboa torna-se um representante dessa raça citadina. (...) Assim como seu contemporâneo e rival, o bispo Azeredo Coutinho — antigo proprietário de engenho em Campos e defensor exaltado do comércio de escravos — é o representante natural da casta dos senhores rurais”.

As frases não são claras, mas, se a classe média de formação urbana adota os padrões dos elementos privilegiados que eram os potentados rurais e Azeredo Coutinho é também o representante natural da casta dos senhores do campo, ambos representam interesses rurais, já que esses interesses rurais se mesclam aos comerciais, e, se Silva Lisboa é o homem da abertura dos portos, da franquia do comércio, da agricultura e das fábricas, Azeredo Coutinho defende, no *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias*⁽⁷⁸⁾, as idéias dos comerciantes portugueses, o monopólio comercial da Metrópole sobre as colônias. Mas ambos são ultraconservadores, defensores dos interesses rurais-comerciais, com a diferença de que Azeredo Coutinho mantém o monopólio da Metrópole e Silva Lisboa defende a abertura comercial, que significava o domínio do comércio inglês. Nenhum dos dois defendeu interesses brasileiros.

Sérgio Buarque de Holanda acha que Silva Lisboa, confusamente apoiado em Adam Smith, parece dar maior valor à qualidade da inteligência posta no trabalho que à sua quantidade, a fim de “terem os homens mais riqueza possível com o menor trabalho possível”. Nunca lhe ocorre que a qualidade parti-

(78) Lisboa, 1794.

cular dessa famosa “inteligência” é ser simplesmente decorativa, que ela existe em função do próprio contraste com o trabalho físico e, finalmente, que corresponde, em uma sociedade de fundo aristocrático e personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos demais por alguma virtude aparentemente congênita e intransferível: “A inteligência, que haveria de constituir o alicerce do sistema sugerido por Silva Lisboa é, assim, um princípio essencialmente antimoderno. Nada com efeito mais oposto ao sentido de todo o pensamento econômico oriundo da Revolução Industrial e orientado para o emprego progressivo da máquina, do que essa primazia conferida a certos fatores subjetivos, irredutíveis a leis da mecânica e a termos da matemática”.

Por tudo isso, acha Sérgio Buarque de Holanda que, apesar de seu trato com os economistas britânicos, não contribuiu Silva Lisboa para a reforma das nossas idéias econômicas. Às vésperas da Independência, ainda andava comprometido na tarefa de frustrar a qualquer preço a liquidação das concepções e formas originadas de nosso passado rural e colonial, que, à falta de outras igualmente poderosas, tenham sido perfilhadas por nossa nascente burguesia⁽⁷⁹⁾.

Já San Tiago Dantas oferece opinião inteiramente contrária à de Sérgio Buarque de Holanda. Silva Lisboa não é inatual; é contemporâneo. Começa San Tiago dizendo que o que geralmente impressiona os biógrafos de Silva Lisboa é a seriedade da sua cultura, que o distinguia na sociedade brasileira do seu tempo. Os seus conhecimentos atestavam uma formação cultural de um universitário de qualidade e que não era uma exceção: “O que caracterizou a sociedade brasileira na passagem do século XVIII para o XIX foi justamente a presença de uma elite pequena mas dotada de invulgar capacidade, que apenas dependia para liderar o país de conseguir levar sua influência até o trono e ter acesso aos círculos supremos da administração. (...) O que se via, então, era uma sociedade rarefeita, formada por um proletariado escravo, uma classe de pauperada e escassa de assalariados livres, funcionários coloniais, comerciantes portugueses e retalhos de uma classe agrária, em que residia a maior força econômica e social do país.

“Todos os brasileiros ilustrados do fim do século XVIII e começo do XIX vinham da Universidade de Coimbra, onde haviam completado sua formação na época da reforma pombalina. Cairu pertenceu a essa elite de formação européia, mas de raízes brasileiras, que iria formar, no início do século, desde a transferência do soberano para a América, a primeira classe dirigente do nosso país.”

Diz San Tiago Dantas que se a fase foi de mediocridade literária, entre o classicismo arcádico da Escola Mineira e a eclosão do Romantismo, “em compensação foi dominada por espíritos construtivos que receberam uma sociedade co-

(79) Sérgio Buarque de Holanda, “Inatualidade de Cairu”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1946, p. 4.

lonial, administrada pela metrópole, sem instituições, sem leis próprias, com uma economia enclausurada no monopólio, e improvisam, em poucos anos, um Estado, enfrentando dificuldades internas e externas, e criando os quadros de um regime político estável e coerente, dentro do qual passou a processar-se o desenvolvimento da nação”.

Escreve ser fácil apontar a grandeza dos serviços de Silva Lisboa: “Ele nos aparecerá na galeria dos nossos patriarcas como o espírito mais consciente dos problemas econômicos do seu tempo, e como arquiteto de algumas de suas mais felizes soluções. Essa clarividência durante uma vida de quase 80 anos, esteve envolvida, e por assim dizer por um caráter de traços singulares. (...) Silva Lisboa ostentava uma intransigência sem falhas e uma combatividade sem esmoecimento. Tornou-se difícil, tornou-se árido, teve contra si a ojeriza de um José Bonifácio e inspirou muita oposição ou temor; ficou algumas vezes só, na defesa de seus pontos de vista e teve a coragem tranqüila de abandoná-los. (...) E afinal, sem ter sido ministro de Estado ou político militante, sem ter conferido cargos que lhe conferissem uma parcela de poder, acabou deixando na sua época os sinais de sua passagem, que as gerações seguintes estudam e comemoram”.

Escreve ainda que está fora do alcance da vontade humana o que permite ao homem transfundir na história a força operativa do seu pensamento. E lembra seu papel na abolição do monopólio, “tardanho produto do mercantilismo colonialista em que Portugal se deixaria ficar em face de suas colônias, quando as idéias do progresso — as de Adam Smith — já apontavam aos povos o caminho da liberdade de comércio e da concorrência de mercados”. Enumera depois San Tiago Dantas as suas iniciativas no campo do governo como membro da Junta de Comércio e como escritor sempre escrevendo ao calor dos acontecimentos, nos quais de muitos participa: “Se eram as questões do dia as que solicitavam inteligência daquele *autêntico protagonista* [grifo nosso], nem por isso deixava ele de atualizar-se, lendo as obras de economia à medida que se iam publicando nos centros europeus”.

À medida que se aproxima a Independência, a atividade política de Cairu vai-se tornando mais política e menos econômica e administrativa. Exerce, então, grande atividade jornalística e panfletária, sobre a qual já registramos a contribuição inigualável de Hélio Viana.

Os últimos anos de sua vida foram cercados do respeito distante que convém ao oráculo — escreveu San Tiago Dantas. O que me parece um desacerto, já que Silva Lisboa era muito criticado e até mesmo ridicularizado pelo excesso de suas atitudes conservadoras e realmente não sei de quem era ele oráculo. Cairu combateu o projeto de reforma da Constituição, defendendo a vitaliciedade do Senado — uma coerência conservadora — e foi acusado de partidário da restauração de D. Pedro I.

Segundo San Tiago Dantas, “Cairu se constituiu, no fim de sua vida pública até a morte, ocorrida em 1835, num símbolo da antiga austeridade política contra a qual se exerciam as pressões crescentes da evolução da sociedade

e do regime". Quem divergiu de suas idéias, acrescentamos nós, nunca divergiu de que ele fosse um símbolo de austeridade pública, antiga, moderna ou contemporânea.

Finalmente afirma San Tiago que a mais fecunda lição de sua vida e de sua carreira foi a de que o homem só se realiza pela mobilização de suas energias e faculdades quando entra em equação com a sua época e exprime na peripécia de sua própria vida a trama dos problemas em que se debate a sociedade a que pertence: "Foi o caso de José da Silva Lisboa, um humanista que soube entender a sociedade a que pertencia, e tornar-se exemplarmente o protagonista de sua época"⁽⁸⁰⁾.

Não creio nesse julgamento de San Tiago Dantas. Primeiro, se é exato que Cairu combateu o monopólio colonial — não foi o autor, muito mais agiram as pressões inglesas a que a medida servia e era indispensável. Silva Lisboa se tornou com esse combate, um combatente do predomínio inglês no Brasil, incluindo-o no império informal britânico. Nunca combateu os tratados com a Grã-Bretanha de 1810 e 1827, máquinas infernais de opressão econômica. Não se lembrou nunca de que Adam Smith era um patriota inglês.

Foi sempre defensor primeiro da união com Portugal e depois dos reis e dos poderosos da Corte, aos quais serviu, como viram vários historiadores, especialmente Oliveira Lima, que foi um dos brasileiros mais portugueses, e não deixou de afirmar que Cairu foi um escritor cortesão, que nunca se pôs ao lado de seu povo.

Tudo isso empequenece a sua obra, embora não diminua o valor da sua inextinguível capacidade de trabalho, nem o reconhecimento da sua integridade e austeridade.

3. A historiografia de extrema direita

A dissidência conservadora, muito consciente de seus princípios, aliada incondicional das forças dominadoras da sociedade, adversária exaltada das tendências rebeldes, louvadora dos grandes homens, ou melhor ainda, das elites e lideranças, e escarnecedora da plebe, da canalha, constitui um grupo à parte, que tem produzido não só intérpretes da categoria de Oliveira Viana, como aqueles que possuem o fetichismo do fato, do documento, pensando que só a tradição deve guiá-la como fundamento central. Deus nos livre de inovações; elas só servem para perder-nos nos descaminhos históricos.

O íntimo da gênese historiográfica dos regressistas é o tradicionalismo, a volta ao passado, a seu ver tão superior ao presente. A tradição, como escrevia T. S. Eliot⁽¹⁾, que resumimos livremente e adaptando-o à nossa posição, é uma

(80) "Visconde de Cairu, Protagonista de Sua Época", jornal do Comércio, 30 de março de 1968.

(1) *Selected Essays*, Londres, 1949.

questão de muita significação. Ela não é herdada e, se nós a desejamos, devemos obtê-la com grande trabalho. Ela envolve, em primeiro lugar, o senso histórico e este envolve a percepção do passadismo do passado, mas também sua presença. Os tradicionalistas não vêem o passado no presente, mas só o passado no passado. Daí o seu desligamento do atual. Uma simultânea existência, compondo uma ordem coexistente. Este senso histórico, que é o sendo da intemporalidade e da temporalidade, é que transforma um historiador não-tradicionalista e ao mesmo tempo o torna agudamente consciente do seu lugar no tempo, de sua própria contemporaneidade. O verdadeiro historiador é o que aprecia e julga o passado ligado ao presente, comparando-os e contrastando-os. Isto é um princípio histórico que os tradicionalistas, na sua vesguice, desconhecem. *Viva o passado, morra o presente* parece ser a base dos tradicionalistas. A necessidade de confirmá-los, passado e presente, de torná-los coerentes é para eles desnecessária e incoerente. Nunca percebem que o que se escreve hoje de história está ligado a tudo que o precedeu.

A eficácia das tradições se contrapõe à ineficácia das tradições. As coisas passadas e as presentes se unem como corpo e alma. E Alexandre Herculano, no auge da campanha que lhe moviam a Igreja reacionária lusitana e os tradicionalistas, escrevia: “O que conta verdade e censura os erros — o papel dos realistas — é para aqueles um mau cidadão”. E por quê, perguntava em *Solemnia Verba*⁽²⁾ Alexandre Herculano. “Porque, afirmam eles, o povo há de moralizar-se, elevar-se pelas tradições de sua grandeza e glória. O povo! Pois o povo que tantas vezes trata de perto a fome e a nudez; cuja vida desde o berço de farrapos até a enxerga rota em que perece, vai travado de receios, de sobressaltos, de desalentos, e de agonias, pensa lá nas cutiladas que se deram há três ou quatro séculos por mãos de uns homens, cujos nomes e cujas façanhas se memoram nuns livros que ele nunca leu, porque não sabe ler, nem tem dinheiro para pão, quanto mais para livros. Que são essas palavras retumbantes de regeneração pelas tradições, senão sons ociosos, que não correspondem a nenhuma idéia”. Trata-se da indivisibilidade dos dois aspectos de uma única ação histórica, que são a da conservação da inovação ou progresso, como ensinava Croce⁽³⁾.

É preciso salientar que os historicistas não preconizam qualquer forma de restauração do passado ou de regresso ao passado. Preconizam, pelo contrário, a vinda do passado até ao presente, o desenvolvimento do que nele se continha embrionariamente e a sua complementação com os produtos do discurso humano e da dialética da História⁽⁴⁾.

(2) *Opúsculos*, Lisboa, 1850, pp. 34-37.

(3) Benedito Croce, *Filosofia e Storiografia*, Bari, 1949, p. 85.

(4) *Idéologie Allemande, in Oeuvres Philosophiques*, Paris, 1953, p. 159.

3.1. Hélio Viana

A historiografia de Hélio Viana como a de Gustavo Barroso se igualam — se não na forma e no conteúdo, mas no objetivo. Ambos são dois pequenos reacionários, destituídos de filosofia, de teoria, mas não de objetivo ideológico. São ambos subprodutos do conservadorismo e estão longe de seguirem uma linha reacionária coerente e lógica como a de Oliveira Viana.

Hélio Viana, mais que Gustavo Barroso, escreveu uma história formal, que aceita o quadro imposto pelas classes dominantes. Ele escreve sempre uma história formal, que aceita o quadro imposto pelas classes dominantes e uma história convencional, que aparenta um ar de respeitável antiguidade e aceita os arranjos legais e econômicos que favorecem as mesmas classes. E cuida mais dos fatos mais miúdos que grandes e, como são cronologicamente corretos, compõe um quadro destituído de significação. A história que apresenta ensina somente a lição do conformismo. Não critica, nem censura os mortos — a menos que sejam rebeldes — pois isto significaria um incentivo à desapropriação dos vivos poderosos, o que resultaria numa subversão. Ela é responsável pela visão rósea e galante como a de um viajante que vê o panorama do pára-brisa de um carro de passeio. Suaviza os receios presentes, apóia as esperanças. Justifica as crenças e se recusa sempre a julgar as responsabilidades das classes dominantes. E procura estar sempre bem com os presentes. A consequência mais grave desse ensino é que ele representa uma tentativa de colonização da juventude brasileira. Tal historiografia conservadora e colonialista conta com o apoio oficial e pré-oficial que com ela se identificam. Hélio Viana é insípido, destituído de idéias, e de uma monotonia macabra. Sua história é um fantasma.

A historiografia conservadora que Hélio Viana representou é muito consciente de seus princípios, aliada incondicional das forças dominadoras da sociedade, adversária exaltada das tendências rebeldes, louvadoras dos grandes homens, ou melhor, das elites e lideranças e escarnecedora da plebe, da canalha. Ela possui o fetichismo dos fatos e dos dados. Embora pretenda usar o passado para orientação política do presente, é saudosista, inveja o bom passado, admira a tradição. É uma historiografia de picuinha e de meia-pataca. Sua *História do Brasil*⁽⁵⁾ é a degradação da História Geral, pela falta de sentido, de construção histórica e de elaboração interpretativa. Não há idéia, não há compreensão. Há idealização, especialmente para quem o viu de camisa verde, como um convicto integralista. Hélio Viana foi o exemplar mais eminente da historiografia antiquária e daí o ter ocupado a cátedra da História do Brasil na chamada Universidade do Brasil, antes e depois de um concurso lastimável. Vivia a catar os fatos mortos — não sabia o que era fato histórico, como um lixeiro da historiografia nacional.

(5) Para os Cursos Comerciais Técnicos. São Paulo, 1951.

Contudo, tanto a *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (1812-1869)⁽⁶⁾ como o livro didático *História Administrativa e Econômica do Brasil*⁽⁷⁾ são merecedores de atenção e apreço. O primeiro constitui uma contribuição para a história da imprensa no Brasil pelo acerto de sua factualidade e o segundo é um livro didático de acerto expositivo, correto, bem-feito e com a divulgação do conhecimento indispensável. Tanto *Estudos de História Imperial*⁽⁸⁾ como *Vultos do Império*⁽⁹⁾ são merecedores de louvor, pela pesquisa original e a exposição convencional, mas com acerto. No primeiro, como no segundo, dominam a biografia e a história militar, história de guerras e campanhas platinas. São sempre factuais e as poucas interpretações que existem são sempre conservadoras. A exceção não-militar e biográfica é o capítulo “Da Maioridade à Conciliação”, uma exposição corrente dos fatos ocorridos neste período, que serviu de tese de concurso dez anos depois de nomeado. Hélio Viana era cuidadoso e correto na exposição factual sempre conservadora e aceitando sempre as versões oficiais. Nos *Vultos do Império* não surpreende que entre eles esteja Francisco Sales Torres Homem, o antigo radical Timandro do *Libelo do Povo*, depois conservador Visconde de Inhomirim. Esse livro, como o anterior citado, merece ser lido, pois traz contribuição factual inédita, em quase todos os seus estudos. Sofre da mesma esclerose que envelhece os seus livros, isto é, o conservadorismo, a posição oficial que lhe tira a liberdade e independência de crítica, de censura a atos criticáveis e censuráveis. Mas a contribuição inédita factual, neste caso, supera a deficiência geral. Deve ser lembrado, neste quadro, a edição do *Livro que Dá a Razão do Estado do Brasil*, documento já publicado em inglês por Engel Sluiter, *Report on the State of Brazil* (1612)⁽¹⁰⁾.

Nascido em 5 de novembro de 1908 em Belo Horizonte, faleceu a 6 de janeiro de 1972. Hélio Viana dedicou sua vida à história do Brasil e, se não fez melhor, fez o que pôde, como de Rocha Pombo disse Rodolfo Garcia. Sua *História Diplomática do Brasil*⁽¹¹⁾ é simplesmente lastimável, tanto quanto a sua *História das Fronteiras do Brasil*⁽¹²⁾ da qual resultou a primeira. Melhor é consultar Alexander Marchant, *Boundaries of the Latin American Republic. An Annotated List of Documents 1493-1943*, que dá o título do documento, a data e a bibliografia onde encontrá-lo nas línguas originais⁽¹³⁾.

A parte descritiva tanto da *História das Fronteiras* como da *Diplomática* tem um tratamento factual e simplista, sempre em forma didática, e não crítico-

(6) Rio de Janeiro, 1945.

(7) São Paulo, 1950.

(8) São Paulo, 1968.

(9) Arquivo Público de Pernambuco.

(10) Reprinted from *The Hispanic American Historical Review*, v. 29, n. 4, nov. 1949.

(11) Rio de Janeiro, 1968.

(12) Rio de Janeiro, s.d./1947/.

(13) United States Government Printing Office, Washington, 1944.

erudita. Hélio Viana, como Gustavo Barroso, filia-se a uma concepção conservadora de extrema direita. Ambos foram integralistas, isto é, pertenceram ao fascismo nacional. Seu modelo historiográfico é responsável pela omissão do povo na história e pela nostalgia do passado. Tentam suavizar os receios presentes, apóiam as esperanças, justificam as crenças e se recusam sempre a julgar as responsabilidades das classes dominantes. Na verdade, ajudam a colonizar a juventude brasileira. Convencionais, oficiais, aplaudindo sempre a classe dominante, coloniais, apoloéticos dos poderosos, do uso do terror contra os rebeldes, contra os direitos da maioria.

Hélio Viana teve uma polêmica com Basílio de Magalhães⁽¹⁴⁾ sobre a *História do Brasil — Para a Terceira Série Colegial*, na qual Basílio de Magalhães acusa-o de “uma extensa farândola de descuidos e equívocos, heurísticos e filológicos”, e analisa de fio a pavio o último compêndio de Hélio Viana em dois artigos; o primeiro respeitante aos deslises vernáculos e o segundo às questões de ciência social, que aparecem a ele aventadas ou tratadas mal. Logo ao final do primeiro artigo, escreve: “Estou convencido de que o Sr. Hélio Viana escreve mal, por ser, além de prosélito do mistagogo Plínio Salgado, ferrenho Partidário da língua brasileira”. E acrescenta: “Em outro qualquer país cultural, que tome a sério, o distinto jovem ainda estaria a adquirir mais sólido preparo em escolas propedêuticas, mas nesta terra de estupefacientes maravilhas — (...) a qual acode ao nome de Brasil, já o Sr. Hélio Viana rege aulas em institutos universitários”. Aqui tocou Basílio de Magalhães em dois pontos capitais: primeiro, a falta de preparo metodológico, teórico e filosófico de Hélio Viana, e segundo o que são os professores universitários brasileiros e as teses de mestrado e doutorado que escrevem, com raras exceções, impublicáveis.

No segundo artigo enumera os erros e equívocos do livro da 3.^a série do curso colegial cometidos por Hélio Viana. E por ele se vê se ele podia, como não pôde, escrever um livro superior de História do Brasil. Sua inteligência era menor e sua obra reflete a pequenez de suas poucas e breves interpretações ou críticas, pois no conjunto sua obra é totalmente factual, ultrapassada, velha, papel velho que nunca mais se deverá voltar a ler, pois é perda de tempo. A bibliografia de Hélio Viana se encontra em várias publicações⁽¹⁵⁾.

(14) Basílio Magalhães, *Jornal do Commercio*, 5 e 12 de janeiro de 1947.

(15) *RIHGB*, 1972, nota bibliográfica, v. 294, p. 323, e *RIHGB*, v. 297, “Elogio dos sócios falecidos”, pp. 282-288; Odilon Nogueira de Matos, “Vultos da historiografia brasileira”; Hélio Viana (1908-1972), in *Revista de História*, n.º 13, 1973, pp. 201-203, reproduzido in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n.º 25, janeiro 1972, p. 64-68; e *Revista Interamericana de Bibliografia*, n.º 58, abri.-jun. 1972, p. 185.

3.2. Gustavo Dodt Barroso

Gustavo Barroso, nascido em Fortaleza a 29 de dezembro de 1888 e falecido no Rio de Janeiro a 3 de dezembro de 1959, foi mais escritor, político, jornalista e funcionário público que historiador. Foi secretário do Interior e Justiça no Ceará, deputado pelo mesmo Estado (1915-1918) e secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de 1919. Sugeriu ao presidente Epitácio Pessoa a criação do Museu Histórico Nacional (1922) e foi seu diretor até falecer, à exceção de 1930 a 1932. Foi demitido pela Revolução de 1930 e substituído por Rodolfo Garcia, mas voltou ao cargo em 1933. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras (cadeira n.º 19), cujo patrono foi Joaquim Caetano da Silva, um dos maiores sabedores da História do Brasil, autor de *L'Oyapoc et l'Amazone-Question Brésilienne et Française*⁽¹⁶⁾, fez parte de numerosas associações históricas e entidades culturais⁽¹⁷⁾, foi muito condecorado, mas como historiador sua obra é de plano secundário. Os livros valiosos ficaram sendo sempre *Terra do Sol* (1912) e *Heróis e Bandidos* (1917; 2.ª ed., 1936), contribuições para o estudo do homem do Nordeste e do meio em que ele vive, analisando a natureza, os costumes e os cangaceiros do Nordeste.

O próprio orador oficial do Instituto Histórico, Pedro Calmon, no discurso de elogio dos sócios do Instituto falecidos, seu ex-secretário no Museu Histórico e muito seu amigo, disse que ele era um escritor dos mais fecundos da história literária do país e que no Museu Barroso deixou a marca do seu temperamento “com o militarismo inato de sua vocação histórica voltada para o patriotismo cheio de respeitáveis agressividades. Para sua concepção individual da nossa evolução com ênfase no que se referia ao passado das nossas armas, sendo ele um dos poucos historiadores brasileiros, a que as classes armadas dedicaram o interesse analítico dos livros que hoje consultamos como essenciais para a compreensão na vida de Tamandaré, na história militar do Brasil do ciclo de nossas guerras externas”. Tudo isso, tão mal dito, quer dizer que, tendo-se ele dedicado à história das guerras platinas e à vida de Tamandaré, foi bem apreciado pelas Forças Armadas. Realmente ele escreveu uma *História Militar do Brasil*⁽¹⁸⁾, *Uniformes do Exército*⁽¹⁹⁾, *A Guerra de Lopes*⁽²⁰⁾, *A Guerra de Flores*⁽²¹⁾, *A Guerra de Rosas*⁽²²⁾, *A Guerra de Vidés*⁽²³⁾, *A Guerra de Arti-*

(16) Rio de Janeiro, 1893, 2 tomos.

(17) Vide *Anuário da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, 1943, pp. 90-94.

(18) São Paulo, 1935 ; 3a. ed., 1949.

(19) Paris, 1922.

(20) São Paulo, 1928; 5a. ed., Rio de Janeiro, 1939.

(21) São Paulo, 1929; 3a. ed., 1939.

(22) São Paulo, 1929; 2a. ed, Rio de Janeiro, 1930.

(23) São Paulo, 1930; 2a. ed., 1939.

gas⁽²⁴⁾, *Osório e o Centenário dos Pampas*⁽²⁵⁾, *Tamandaré, o Nelson Brasileiro*⁽²⁶⁾, — todos, sem exceção, livros de compilação, secundários, hoje e desde o nascimento completamente mortos, porque sem pesquisa, sem crítica, sem metodologia e sem contribuição original. Obras de divulgação e muitas vezes infidedignas. Gustavo Barroso nunca fez pesquisas originais e dedicou-se a difundir, em forma fácil e acessível, os resultados dos trabalhos de vários pesquisadores, e era — como mostraram Guilherme Auler, José Lessa Waldeck⁽²⁷⁾ e Augusto de Lima Júnior em “O Seu a Seu Dono”, *Tribuna da Imprensa*, 01.06.1954 — acusado de plagiário de pesquisadores menores. A grande maioria de sua obra histórica, parte considerável de sua enorme produção bibliográfica, é dessa qualidade. *Brasil, Colônia de Banqueiros* (1934) é uma história popular dos empréstimos brasileiros de 1824 a 1934, recheada de um conteúdo emocional e despreparada de documentação autêntica. Foi seu livro de maior tiragem, quando já ocupava a primeira fila dos fundadores e dirigentes, uma espécie de condestável do movimento da Ação Integralista, uma contrafação do fascismo na América Latina. Membro da Câmara dos 40, da Ação Integralista, tornou-se, com Plínio Salgado, divulgador da doutrina fascista no Brasil. Usando de processos comuns a todos os escritos dessa corrente, divulgou documentos sabidamente falsos, como *Os Protocolos dos Sábios do Sião*⁽²⁸⁾, e iniciou a literatura antijudaica⁽²⁹⁾.

Sua *História Secreta do Brasil*⁽³⁰⁾ liga o antijudaico ao nacional-facista. Seu nacionalismo de direita teve, como todo nacionalismo, o mérito de despertar a consciência nacional de parte do povo brasileiro para a luta contra o domínio econômico do país pelos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Além disso, fica como sua contribuição maior *Terra do Sol, Heróis e Bandidos*, que é mais história formal, “mas é principalmente a evolução dos costumes, as tradições religiosas, a alma do povo, que se manifesta em suas esperanças, em seus hábitos, poesia de cantadores e violeiros e é o fio que prende e identifica as gerações sucessivas e lhes dá feição e intimidade”, como disse Austregésilo de Athayde em discurso de despedida quando de sua morte⁽³¹⁾.

Assim como seus livros históricos são compilações de segunda ordem, as obras políticas fascistas de Gustavo Barroso são simples propaganda popular

(24) São Paulo, 1930; 2a. ed., Rio de Janeiro, 1939.

(25) 1932; 2a. ed., Rio de Janeiro, 1939.

(26) 1933; 2a. ed., Rio de Janeiro, 1939.

(27) *Diário do Paraná*, Curitiba, 6 de outubro de 1955.

(28) 1936. Sobre sua falsidade ver José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 5ª. ed. São Paulo, Comp. Edit. Nac., 1978. p. 326.

(29) *A Maçonaria, Seita Judaica*, 1937; *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*, 1937; *A Sinagoga Paulista*, 1937.

(30) 1936-1938, 3 vols.

(31) *O Jornal*, 4 de dezembro de 1959.

e destituídas de caráter doutrinário. Nunca foi um pensador de direita como Oliveira Viana e tanto a história como a política tiveram nele tratamento não teórico, de interpretação doutrinária, mas factual e secundária. No discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, que segundo sua declaração foi uma das maiores alegrias de sua vida⁽³²⁾ (vencendo Rocha Pombo por 27 votos contra 7), é estranho que seja mais literário que histórico, e superficialmente faça o elogio de Joaquim Caetano da Silva, o patrono, sobre quem diz num parágrafo que termina assim: “Seu admirável livro *L’Oyapoc et l’Amazone* foi a fonte principal em que se abeberou um dos nossos maiores estadistas na ultimação da luta secular de fronteiras iniciada na epopéia ardente das moções e das bandeiras. Soberano atestado da esplêndida erudição e alto patriotismo, esse livro prolongou ao presente a ação de Joaquim Caetano no passado”. As referências a Alcindo Guanabara e D. Silvério Gomes Pimenta são todas muito ligeiras e superficiais. Não se dignou a estudá-los ou os considerou não merecedores de maiores julgamentos.

Alberto de Faria, que o recebeu, foi mais prolixo e deu sobre seus antecessores maiores informações e julgamentos superiores, sobretudo sobre Alcindo Guanabara. Afirma, com toda razão, que a obra de Gustavo Barroso é caracteristicamente tradicionalista, isto é, defensora do conservadorismo e de outros aspectos de que trato em minha *Filosofia e História*⁽³³⁾, e traça-lhe brevemente a biografia e louva-lhe, sobretudo, *Terra do Sol*, “que trazia em si lume de vida, bastante a fazer-vos desde logo vitorioso (...) destes a prelo *Heróis e Bandidos* (1917) e *Ao Som da Viola* (1921), desdobramentos da *Terra do Sol*, indubitavelmente de muita valia literária e científica. Ambos representam estudos psicológicos, tendo por objeto o homem naquela zona de assombros”. Ao finalizar, disse que “os poderosos do mundo, culminantes na política de Monarcas e Repúblicas, houveram por bem enfeitar-vos, para o doce sacrifício da vaidade, colorido de fitas e reluzindo metais, que não de raro matizam e iluminam peitos vácuos, ambulando insatisfeitos, ou insaciáveis, na mendicância diplomática de tafalâncias farfalhosas”.

Foi realmente singular que seu maior livro seja seu primeiro livro, *Terra do Sol*, e que aos 70 anos, quando morreu, não tenha conseguido superá-lo na sua enorme bagagem. Nos últimos anos têm aparecido, nos estudos sobre o Brasil feitos pelos brasilianistas, acusações bem documentadas de suas ligações com os nazistas e fascistas no período de sua atuação integralista e na pré-Segunda Guerra Mundial⁽³⁴⁾.

Como já disse, repito para maior clareza: Gustavo Barroso não tinha idéia do que era história. No discurso de posse de Pedro Calmon, saudando-o, Bar-

(32) *Jornal do Brasil* 27 de dezembro de 1958.

(33) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, capítulo “A Tradição, a Memória e a História”, pp. 33-48.

(34) Vide Stanley Hilton, *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro, 1983.

roso escreve⁽³⁵⁾. “Panoramas. Homens. Coisas. Almas. Será somente isso a história? Não. Há alguma coisa mais e alguma coisa muito séria”. Aí cita Emanuel Malynski através de Leon de Poncins, ambos autores sem reputação de historiadores e filósofos, ou pensadores, já em 1936, e hoje totalmente desconhecidos, para acrescentar esta simplória regra: “Existem sempre centenas de milhares de homens bastante ingênuos para acreditar que as coisas acontecem por si mesmas e que saem do nada sem que ninguém se mova”. Suas reflexões são ingênuas e revelam que não tinha nenhuma formação, não digo metodológica, mas sobretudo filosófica, falando em leis abstratas da natureza, dizendo que a história é a humanidade no tempo, usando terminologia imprópria, médica, declarando que bacilos e toxinas provocam febres, decrepitudes e decomposição, paralisia que o historiador ignorou ou finge ignorar, mas que “um de vossos [de Pedro Calmon] grandes méritos como historiador é justamente serdes dos raros que se atrevem a denunciar alguns desses bacilos. Mostrais em vossos livros alguns dos micróbios secretos, produzindo nas sombras, o que vai aparecer à luz (...)” “Mostrais o judeu internacional e o pedreiro livre, seu aliado oculto, agindo no sentido da mesma obra demoníaca de destruição dos fundamentos da civilização cristã. Levantastes algumas pontas do espesso véu que cobre a *História Secreta do Brasil* (...) Nunca os micróbios, bacilos e toxinas, que vós bem conheceis como bacteriologista da história que sois, Sr. Pedro Calmon, trabalharam tanto nos fundos dos metabolismos sociais como hoje.”

Neste trecho acima, as impropriedades são várias: primeiro, a comparação e uso indevido da história e da natureza, tão bem distintas na obra do filósofo inglês R. G. Collingwood, *The Idea of Nature*⁽³⁶⁾ e *The Idea of History*⁽³⁷⁾; segundo, considerar o Sr. Pedro Calmon como um bacteriologista da história que trabalha tanto no fundo dos metabolismos sociais, quando nem à época, nem à sua morte o Sr. Pedro Calmon foi um historiador de boa formação metodológica e filosófica que pudesse penetrar a fundo nos problemas sociais que a História enfrenta.

Finalmente, confirmando sua posição ideológica, Gustavo Barroso termina o discurso declarando a Academia uma casa tradicionalista e ordeira, por princípio e instinto de conservação. Ela somente pode viver à sombra de ordem e de estabilidade. Como se após as revoluções as mais radicais não existissem mais Academia e Associações literárias ou científicas, e que sua ideologia é regulada pela tradição, conservação, regressismo. É um historiador — será? — aliado às forças do regresso, do fascismo e nazismo de sua época, como os documentos vieram provar que serviu à espionagem alemã nas vésperas da guer-

(35) Vide *Discursos Acadêmicos*, v. 9, 1935-1936, 10 de outubro de 1936, pp. 303-304.

(36) Oxford, 1945.

(37) Oxford, 1946.

ra⁽³⁸⁾. Seus livros sobre integralismo são simples retórica, com as disfarçadas panacéias com que se queria enganar o povo brasileiro.

Sua grande contribuição consistiu, como já escrevera na revelação, em *Terra do Sol*, *Heróis e Bandidos*, da natureza, do meio, da gente, dos cangaceiros, bandidos, nas lutas de família que tanto encharcaram nossa terra de sangue...

(38) Stanley Hilton, *op. cit.* e *Suástica sobre o Brasil. A História da Espionagem Alemã no Brasil, 1939-1944*, Rio de Janeiro, 1977; "Ação Integralista no Brasil", Fascim in Brazil, 1932-1938, in *Luso-Brazilian*, Dec. 1972, pp. 3-29.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- ABDIÇÃO de Pedro I, 7-8
ABERTURA dos portos, 146-154
ABOLIÇÃO da escravatura, 2, 45, 113, 134
ABREU, Capistrano de, 5, 6, 14, 15, 22, 30, 52n, 53, 54, 55, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 81, 95, 96, 147
ACADEMIA Brasileira de Letras, 72, 112, 113, 197, 19; de Belas-Artes, 129; Portuguesa da História, 172
AÇÃO Integralista, 196-197
AFONSO CELSO, Conde de. Afonso Celso de Assis Figueiredo, 4, 43-49, 83, 98-114; concepção histórica de, 98; definição política, 99
AFONSO Henriques, d., aparição de Cristo a, 126
AGITAÇÃO democrática, 110-111
AGUIAR, Marquês de, 24
ALBUQUERQUE, Visconde de. Holanda Cavalcanti, 40
ALCÂNTARA, Visconde de. João Inácio da Cunha, 166, 171
ALEMÃES no Brasil em 1889, 57
ALENCAR, José de, 13, 53
ALEXANDRE, o Grande, 98, 179
ALEXANDRE VI, Papa, 4
ALFREDO, João. Vide OLIVEIRA, João Alfredo de
ALMANAQUE de Lisboa, 154
ALMEIDA, Cândido Mendes de, 143
ALMEIDA, Cipriano José Barata, 157
ALMEIDA, Miguel Osório de, 112
ALMEIDA, Tito Franco de, 37, 47-48, 104
ALVES, Rodrigues, 52
AMARAL, Brás do, 144, 186
AMÉRICO, Pedro, 79
ANARQUISTA, tradição, 4
ANCHIETA, José de, padre, 67, 68, 70
ANDRADA, Antônio Carlos Machado e Silva de, 159
ANDRADA, José Antônio Freire de, 173n
ANDRADA, José Bonifácio de, 2, 6, 7, 16, 17, 83, 102, 146, 184, 185
ANDRADAS, exílio dos, 112
ANDRADE, Carlos Drummond de, 120
ANTIGUIDADE, 4, 5
ANTONIL, 163
ANTONIO, Tomás, 148
ARINOS, Afonso, 72-74
ARMITAGE, J., 157
ASPIRAÇÕES Nacionais, 1

ASSEMBLÉIA Constituinte de 1823, 111, 114
ASSEMBLÉIA Constituinte Republicana, 84, 87
ASSIS Brasil, 52
ASSIS, Machado de, 95, 97
ATA da reunião do Partido Monarquista de São Paulo, 108
ATHAYDE, Tristão de. Vide LIMA, Alceu Amoroso
ATHAYDE, Austregésilo de, 197
ATO Adicional (1834), 38, 100, 122, 123
AUTONOMIA das províncias, 102
AULER, Guilherme, 196
AVEZAC, D', 21
AVILEZ, Jorge, general, 184
AZEVEDO, João Lúcio de, 66n, 69
AZEVEDO, Simão Rodrigues de, 67

B

BACON, 170
BAEPENDI, marquês de. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, 170-171
BARBACENA, marquês de. Felisberto Caldeira Brant Pontes, 169, 170, 184
BARCA, conde da. Antônio de Araújo Azevedo, 148, 149
BARMAN, Roderick J., 13
BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz, brigadeiro, 166, 171
BARROS, André de, 66
BARROS, João de, 169, 180, 184
BARROS, José Teixeira de, 151, 152, 186
BARROSO, Gustavo Dodt, 192, 194, 195-200
BASTOS, Tavares, 151-152
BAVOUX, historiador, 181
BEAUMELLE, La, 173
BEAUCHAMP, 173, 180

BELLAS, marquês de, 149
BENHAM, almirante, 98
BERARDINELLI, R., 56
BERNANOS, G., 139, 140
BERREDO, Bernardo Pereira de, 173
BEZERRA, Alcides, 186
BILAC, Olavo, 29n, 73n, 94, 95
BISMARCK, 4
BOBADELA, conde de, 19, 21
BOCAIUVA, Quintino, 85, 86, 90
BOLIVAR, 180
BONAPARTE, Napoleão, 38, 149, 153, 161
BONARD, L. G. A., 140
BONFIM, Manuel, 6
BORGES, José Inácio, senador, 169-170
BOURGET, Paul, 139
BRAGANÇA, D. Luís de Orléans e, 130-156
BRAGANTISMO, defesa do, 6, 14
BRANCO, Alves, 35, 36, 38, 40
BRASILIENSE, Américo, 120
BRIAND, Aristides, 139
BURKE, Edmund, 137, 139, 140, 141, 146, 155, 156

C

CABOCLO ou mameluco, nacionalismo, 69
CABRAL, Alfredo do Vale, 142, 143, 185
CAIRU, visconde de. José da Silva Lisboa, 141-191; a influência de Adam Smith, 144-46; abertura dos portos, 146-154; vinda de Silva Lisboa para o Rio de Janeiro — sua carreira como magistrado e alto funcionário, 154-161; bibliografia de, 161-162; atividade histórica, cronista-mor, 162-165; cronista da *História dos Principais Sucessos* (...), 171-172; a Obra. Seu plano,

- 172-182; os *Benefícios Políticos*,
182-184; opiniões sobre o Vis-
conde de Cairu, 184-191
CAIRU, 2.º barão de. Bento da
Silva Lisboa, 142, 146n, 150
CAL, Ernesto da, 61
CALMON, Pedro, 196
CÂMARA dos Deputados, 80
CAMARÃO, Antônio Filipe, 18,
65
CAMÕES, Luís de, 62
CAMPOS, Milton, 129
CANECA, frei, 22
CANNING, ministro, 152, 181
CANUDOS, 6, 126
CARÁTER Nacional, 74, 77, 81,
85, 104
CARAVELAS, marquês de. José
Joaquim Carneiro de Campos,
37, 116, 117
CARLOS Magno, 98
CARLOS V, Imperador, 168
CARTA ao Diretório Monarquista
de São Paulo, 108
CARVALHO, Antônio Alves de
Sousa, 44
CASA de Bragança, 17, 43
CASASSANTA, Mário, 97
CASTILHO, Augusto de, 105
CASTILHO, Júlio de, 52, 53
CASTRO, Gentil de, 108, 111
CASTRO, Gomes de, 44, 45
CAXIAS, duque de. Luís Alves de
Lima e Silva, 56, 86, 122, 129;
gabinete Caxias, 134
CAZAL, Ayres de, 173, 175
CÉSAR, 6, 98
CHAGAS, Carmen Valois, 153
CHATEAUBRIAND, Assis, 113
CHAVES Filho, Pacheco, 52n
CHAVES, Jorge Pacheco, 82, 89
CÍCERO, 71
CIDADE, Hernani, 66n
CIRCULAR do Partido Monar-
quista de São Paulo, 105
CLADE, Mr. de la, 173
CLASSE, posição de, 2
CLASSES dominantes, defesa das, 5
CLUBE Militar do Rio de Janeiro,
134
COLLINGWOOD, R. G., 199
COLÔNIA, ondas portuguesas na, 1
COLONIALISMO, 13, 14, 15, 22,
50, 78
COLONIZAÇÃO, centros irradia-
dores da, 69
COMPANHIA de Jesus, 67, 68, 94
COMISSÕES Militares, 16, 83
CONCEPÇÃO conservadora da
História, 1-2
CONCILIAÇÃO, 9, 10, 12, 110; e
Reforma, 1, 8
CONFEDERAÇÃO do Equador,
162
CONJURAÇÃO Mineira, 15, 17n,
22, 30
CONSELHO de Estado, 116, 117,
122
CONSERVADORES na História
do Brasil, 1-31, 113, 120, 192
CONSTANT, Benjamin, 38, 46,
86, 88, 90
CONSTITUIÇÃO de 1824, 33-34,
35, 37, 39, 40, 109, 110, 116,
120, 123
CONSTITUIÇÃO republicana de
1891, 86, 89, 110
CONTRA-REVOLUÇÃO, 80, 140-
141
CORRENTE conservadora brasilei-
ra, 2-7
COTEGIPE, barão de. João Mau-
rício Wanderley, 111, 129, 130
COUTINHO, J. J. de Azeredo,
bispo, 17, 141, 156, 173, 188
COUTINHO, Lino, 166
COUTINHO, Rodrigo de Sousa,
152
COUTO, Miguel, 73
CROCE, Benedetto, 193 e 193n

CRUZEIRO, visconde de. Jerônimo Teixeira Junior, 101

D

DANTAS, Manuel Pinto de Sousa, 47
DANTAS, San Tiago, 113, 149, 150, 189-190
DANTE, 2
DAUDET, Alphonse, 139
DAVATZ, Thomas, 57
DEIRO, Eunápio, 149-150
DEMOCRACIA, 98
"DEMOCRACIA Coroada", 111, 129
DIÁLOGOS das Grandezas do Brasil, 65
DIAS, Henrique, 19
DINIZ, Fernando (Denis, Ferdinand), 172
DIREITO de revolução, 98
DIREITO Natural, 137
DITADURA militar no Brasil, 85, 86, 88, 90, 105, 111
DUGUAY-TROUIN, 175
DUQUE, Gonzaga, 53

E

ELIOT, T. S., 141
EMPRÉSTIMO de 1824 (Londres), 119
ENNES, Ernesto, 70n
ESCRavidão negra, 19, 27, 28, 58, 68; abolição da, 77, 78, 80, 123, 182
ESPOLIAÇÃO inglesa do Brasil, 49
ESTADOS Unidos da América do Norte, 86
ETIENNE Filho, João, 124n
EU, Conde D'. Gastão de Orléans, 27, 28, 130, 131, 135
EXÍLIO, 2, 41, 112, 135

F

FABBRINI, Scipione, cardeal, 187
FAGUNDES, Seabra, 34n
FARIA, Alberto de, 113, 197-198
FAZENDA, Vieira, 30, 95
FEDERAÇÃO, defesa da, 46, 77, 106, 110
FIGUEIRA, Domingos Andrade, 7, 49-51
FIGUEREDO, Ana Benedita de, 142
FLAUBERT, Gustave, 82
FLEIUSS, Max, 47, 109
FLORO, Lucius A., 174
FONSECA, Antônio Augusto da, 52
FONSECA, Deodoro da, 85, 88, 89, 90, 135
FONSECA, Hermes da, 90
FOX, historiador, 178, 179
FRAGA, Clementino, 113-114
FRANCO, Afonso Arinos de Melo, 124, 186
FRANCO, Antônio Rocha, padre, 160
FREDERICO o Grande, 3, 4, 5
FREYRE, Gilberto, 52n, 77
FURTADO, Francisco José, 47

G

GABINETE da Conciliação, 11
GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz, 116
GAMA, Domício da, 54
GAMA, Saldanha da, 105
GARCIA, José Maurício Nunes, 56
GARCIA, Rodolfo, 194, 195
GARRET, 27, 62
GAXOTTE, P., 139
GOLPE de Estado, 38-39
GOMES, Antônio Carlos, 56
GOMES, Francisco Agostinho, 56, 157
GONZAGA, Tomás Antônio, 22

GRAHAM, Maria, 173
GUANABARA, Alcindo, 197
GUERRA do Paraguai, 43, 84, 98,
133, 135
GUARDA Nacional, 10
GUSMÃO, Alexandre de, 172

H

HALÉVY, Daniel, 139
HANDELMANN, H., 14, 26
HEINE, 2
HERCULANO, Alexandre, 20, 21,
27, 62, 126, 192
HERNDON, 14
HILL, Laurence, 92
HISTÓRIA cruenta do Brasil, 80
HISTÓRIA da História do Brasil,
Plano da, I
HISTÓRIA do Brasil, 1, 98, 110,
138, 141
HISTORIADORES conservadores,
4, 5, 6
HISTORIADORES do monar-
quismo, 124-130, 150-151
HISTORIADORES têm o dever
de julgar, 191
HISTORICISTAS, 192
HISTORIOGRAFIA: de extrema
direita, 191-199; monarquista,
33-136
HITLER, Adolf, 139
HOLANDA, Sérgio Buarque de,
52n, 187-189
HUME, David, 173, 175, 178,
179

I

IGLÉSIAS, Francisco, 127n, 128-
129, 135, 139
IGREJA, 4, 50, 53, 73, 74, 80,
141; separação da — do Estado,
84; católica oficial, 122, 134;
positivista, 84
IGUALITARISMO, 1

IMIGRAÇÃO, 57-59
IMOBILISMO, 80, 83, 121
IMPERADOR, 38, 46, 101, 104
“IMPERIALISMO” de D. Pedro
II, 37, 47
IMPÉRIO do Brasil, 49, 50, 51,
57, 76, 81, 118
IMPrensa, 46, 80, 83, 84, 87,
89, 101, 104
ÍNDIOS, 14, 15, 59, 68
INHOMIRIM, visconde de. Sales
Torres Homem, 119, 122, 193
INQUISIÇÃO, 64
INSTITUTO Histórico e Geográ-
fico Brasileiro, 72, 103
INSTITUTO Histórico e Geográ-
fico de São Paulo, fundação do,
71
ISABEL, Princesa, 30, 104, 130
ITABORAÍ, VISCONDE DE. Joa-
quim José Rodrigues Torres, 13

J

JESUÍTAS no Brasil, 17, 69, 80
JESUS, 98
JESUS, Helena Nunes de, 142
JOÃO IV, D., 65
JOÃO V, D., 30, 172
JOÃO VI (Príncipe Regente e
Rei) D., 15, 16, 20, 23, 56, 72,
143, 148, 150, 151, 152, 153,
154, 155, 156, 157, 158, 181,
182, 183, 185, 186
JORNAL monarquista, 115
JOSÉ I, D., 30
JUNOT, general, 148

K

KOSERITZ, Carlos, 83
KOSTER, Henry, 173

L

LADÁRIO, barão de. José da
Costa Azevedo, 131

- LAET, Carlos de, 95, 97, 105, 126
- LAPIDE, Comelio A., 66
- LATIFÚNDIOS, 25
- LEÃO, Carneiro. Vide Teixeira Filho, HENRIQUE Carneiro Leão
- LEÃO, Múcio, 95n
- LEI: de Interpretação (1840), 123; de responsabilidade dos ministros, 39; do Ventre Livre (1871), 58; dos círculos (1855), 11, 13
- LEITE, Serafim, padre, 66n
- LESSA, Pedro, 52, 95, 97, 113
- LEVASSEUR, E., 55
- LEVI, D. E., 97
- LIBERALISMO monárquico, 105
- LIBERDADE eleitoral republicana, 100
- LIGA Progressista, 110
- LIMA, Abreu e, 135
- LIMA, Alceu Amoroso, 53, 73-76, 94, 95n, 112, 128, 187-188
- LIMA, Oliveira, 64, 72, 118, 152-153, 185, 190-191
- LIMA Sobrinho, A. Barbosa, 113
- LINDGREEN, Ralph, 145
- LINHA reacionária e contra-revolucionária, 137-199
- LISBOA, Antônio da Silva, 148
- LISBOA, João Francisco, 15, 66
- "LUZIAS", 10
- M**
- MACARTNEY, Lord, 173
- MACEDO, Antônio de Sousa-de, 158
- MACEDO, Joaquim Manoel de, 27-31, 53, 151-152
- MACHADO, Edgar de Godoi da Mata, 129
- MADRE DE DEUS, Gaspar, frei, 173, 175
- MAGALHÃES, Basílio de, 186, 194-195
- MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de, 21
- MAGALHÃES, Valentim, 52
- MAISTRE, Valentim, 141
- MALTHUS, 160
- MALYNSKI, Emanuel, 198
- MANCHESTER, Alan K., 92
- MANGABEIRA, Otávio, 112
- MANIFESTO: do Pará, 104; do Partido Monarquista de São Paulo, 108; dos chefes monarquistas, 108; Republicano (1870), 101
- MANNING, William, 92
- MAGNA Carta, 193
- MAIO, Angelo, 181
- MANOEL, rei d., 169
- MAQUIAVEL, 3, 4
- MARCGRAVE, Jorge, 65
- MARCHANT, Alexander, 194
- MARIA I, d., 15
- MARIANA, Juan de, 174
- MARITAIN, Jacques, 139
- MARTINS, Gaspar Silveira, 83
- MARTINS, Oliveira, 55, 69, 150
- MARTIUS, C. F. F. von, 40-41
- MARX, Karl, 2, 144, 145
- MASSIS, H., 139
- MATOS, Luís de Carvalho Melo, 47
- MATOS, Odilon Nogueira de, 127
- MAURRAS, Charles, 139, 140
- MAWE, John, 156-157, 173
- MEINECKE, Friedrich, 3, 4
- MELO, Figueira de, 10
- MELO, Francisco de Paula Sousa e, 116
- MENDONÇA, Lúcio de, 131
- MENDONÇA, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de, 17
- MENDONÇA, Salvador de, 31, 98
- MESQUITA, Júlio de, 52

MILITARISMO: na América Latina, 90; político, 88, 89; republicano, 53, 58, 76, 83, 84, 85, 96, 104

MINORIA DOMINANTE, 1, 79

MINORIAS militares (generais), 2

MISSÃO histórica do Império, 120

MITRE, Bartolomeu, 111

MOLTKE, general, 60-61

MONARQUIA no Brasil, 2, 8, 28,

38, 40, 41, 43, 45, 46, 53, 73,

74, 77, 81, 82, 93, 98, 105,

112, 114; é parlamentar, 104;

debate teórico sobre a, 116;

liberdades públicas durante a,

116; esquerdista liberal, 119

MONARQUISTAS, características

dos historiadores, 33; partidos,

46

MONGLAVE, Eugênio de, 181

MONROE, Doutrina de, 92

MONTEIRO, Rafael, 27

MONTEIRO, Tobias, 149-150, 151

MONTENEGRO, Caetano Pinto

de Miranda, 16

MONTESQUIEU, 130, 174

MORAIS, Manoel de, padre, 64

MORAIS, Vilhena de, 150n, 161,

187

MORENO, Martim Soares, 64, 65

MOTA FILHO, Cândido, 4, 51,

52n, 97

MOVIMENTO republicano, 44

MÜLLER, Lauro, 112

MUSSOLINI, 139, 140

N

NABUCO de Araújo, 11, 27, 78

NABUCO, Joaquim, 11, 27, 31, 33,

67, 78, 101, 102, 111, 123, 124,

126, 177

“**NACIONALIDADE**”, 73

NACIONALISMO, 124-125

NACIONALISMO caboclo, 19, 21,

22

NERY, F. J. de Sant’Anna, 55

NEUWIED, Wied, 173

NÓBREGA, Manuel da, padre, 68

NOGUEIRA, Almeida, 52

O

OIAPOQUE, Questão do, 21

OLIGARQUIAS republicanas, 136

OLINDA, marquês de. Pedro de Araújo Lima, 13

OLIVEIRA, Cândido de, 83

OLIVEIRA, João Alfredo Correia de, 47, 83, 101, 108, 130

OLIVEIRA, Plínio Correa de, 140-141

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de, 109n

ORLÉANS e Bragança, d. Luís de, 130-136

ORTIGÃO, Ramalho, 55, 62

OSÓRIO, marquês de Erva. Manuel Luís Osório, 56, 86, 88

OSÓRIO, Manuel Luís da Rocha, 88

OTAVIANO, Francisco, 27

OTTONI, Teófilo, 38-39

OURIQUE, batalha de (1139), 7, 33, 118, 126

OURO PRETO, visconde de. Afonso Celso de Assis Figueiredo

4, 43-49, 96-97, 99, 101, 102,

107, 108, 111, 123

OVÍDIO, 2

P

PAGANO, Sebastião, 97

PALMAS, questão de, 85

PARAGUAI, guerra do, 46, 58

PARANÁ, marquês de. Honório Hermeto Carneiro Leão, 10, 11-

12, 13

PARANAGUÁ, marquês de. Francisco Vilela Barbosa, 170

PARCERIA, sistema de, 57

- PARLAMENTARISMO no Brasil, 109
- PARLAMENTO, princípios monárquicos debatidos no, 33-40
- PARTIDO: Conservador, 2, 28, 44, 45, 58, 110, 122; Democrático, 10; Liberal, 27, 28, 45, 52, 106, 110, 120, 122; Monarquista, 108; Progressista (dissidência do Partido Liberal), 108; Republicano, 82, 120; Liberal Radical, 120
- PARTIDOS políticos, alternância no poder dos, 80, 89, 115, 133
- PATROCÍNIO, José do, 83
- PAULA SOUSA, Francisco de, 33, 35, 36, 37
- PEDRO I, D., 7, 16, 30, 31, 38, 42, 50, 118, 120, 146, 155, 156, 160, 161, 162, 165, 166, 178, 180, 181; abdicação de, 120, 138, 183
- PEDRO II, D., 2, 13-14, 16, 17, 20, 21, 27, 28, 38, 42, 46, 47, 50, 80, 82, 83, 85, 87, 101, 102, 104-105, 106, 109, 111, 112, 115, 116, 126, 132, 134, 135, 146; obras de, 120, 132, 133, 184; poder pessoal de, 110
- PEIXOTO, Floriano, 46, 90-91, 98, 104, 105, 107, 135
- PENA JR., Afonso, 158
- PENEDO, barão de. Francisco Inácio de Carvalho Moreira, 54
- PENSAMENTO reacionário ou contra-revolucionário, 137-141
- PEREIRA, Astrogildo, 29, 119
- PEREIRA, Batista, 64n, 91
- PEREIRA, José Clemente, 41
- PERES, David, 56
- PESSOA, Epirácio, 195
- PÉTAÏN, 139, 140
- PIMENTA, D. Silvério Gomes, 197
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, 173
- PINHO, Wanderley, 52n, 153-154
- PINTO, Magalhães, 128
- PIRATINIM, governo de, 33, 39
- PISO, Guilherme, 65
- PITANGA, Sousa, 51-52, 53
- PITT, William, 151
- PITTA, Rocha, 176
- PIZARRO, 173
- PLAY, Frédéric Le, 140
- PODER irresponsável, 44; é um círculo de ferro, 80, 123
- PODER MODERADOR, 35-36, 37, 38, 39, 47, 117, 122
- POMBAL, marquês de, 162
- POMBO, Rocha, 29n, 75, 144
- POMPÉIA, Raul, 52
- PORTÕ Alegre, 86
- PORTO, Costa, 46
- PORTUGAL, Marcos Antônio, 56
- PORTUGAL, Antônio da Vila Nova, 148
- POVO brasileiro, 2, 6, 9, 40, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 87, 89, 91, 104, 106, 197
- PRADO, Antônio da Silva, 1.º barão de Iguape, 51, 52, 53
- PRADO, Caio, 52, 53
- PRADO, Eduardo, 51-97, 115, 126; artigos na *Revista de Portugal*, 76, 77, 82; estudos sobre a arte brasileira, 56; Barão do Rio Branco e, 59-61; biblioteca brasileira de, 55, 59-60, 64, 66; colegas de, 52; concepção histórica de, 71; *Destinos Políticos do Brasil*, 77-82, 97; *Eça de Queirós* e, 61-63; espírito crítico de, 52; estudos completados, 67-68; estudos não completados, 64-67; pseudônimo Frederico de S. usado nas crônicas de, 75; *Fastos da Ditadura Militar*, 77, 82-94; formação de, 51-52; geração de, 53; historiador combatente, 67, 72-75, 94; *Ilusão*

Americana, 54, 91-94; influência materna em, 51; influência de Rio Branco em, 55; luta contra a República, 75-76, 94; pesquisa histórica de, 63-64; seus amigos, 55; sétimo *Fasto*, 89-94
PRADO, Martinho da Silva, 51, 53
PRADO, Martinho Junior, 58
PRADO, Paulo, 95
PRADO, Veridiana da Silva, 51
PRADO, Yan de Almeida, 52n
PRÍNCIPE (0), 3
PRADT, De, 175, 180
PRATA, questões do, 30
PROGRAMAS dos partidos políticos, 110
PROGRESSISTAS no Império, 14
PROPRIEDADE, direito sagrado de, 8

Q

QUEIRÓS, Eça de, 55, 60, 61-63, 75, 76, 95n
QUEIRÓS, Eusébio de, 13
QUESTÃO religiosa, 134

R

RADICAIS, 110
RAYNAL, 173
RAZÃO de Estado, defesa da, 3-5, 27, 33, 175
REACIONARISMO, 121
RECLUS, Elisé, 55
REDONDO, Garcia, 95
REFORMA agrária, necessidade da, 25
REFORMA Judiciária, projeto de, 11
REFORMAS liberais, necessidade de, 44, 54, 72, 82
REGIME unitário, 110
REGO, Costa, 43

REPÚBLICA, 45, 49, 50, 51, 53, 54, 74, 83, 84, 92; criada por um golpe militar, 95, 105, 126
RESTAURAÇÃO da Monarquia, 98, 105
REVISÃO histórica atual, 79
REVOLTAS do povo brasileiro, 80
REVOLUÇÃO de 1817 em Pernambuco, 15, 16
REVOLUÇÃO Francesa, reação à, 140, 141
REYNA, Alberto W. de, 119
RIBEIRO, João, 21
RICARDO, 144
RICHELIEU, 98
RIO BRANCO, Barão do, 30, 41, 54, 55, 59-61, 85, 90
RIO BRANCO, visconde de. José Maria da Silva Paranhos, 23, 60, 116, 117; Gabinete Rio Branco, 134
RIO Grande do Sul, rebelião do, 40
ROBERTSON, 175
ROCHA, Justiniano José da, 8-13
RODRIGUES, Dutra, 52
RODRIGUES, José Carlos, 22, 66n
RODRIGUES, José Honório, 37n, 41n, 64, 72, 77, 79, 92, 113, 116, 118-119, 126n, 141, 159
RODRIGUES, Lêda Boechat, 130-131
ROMERO, Sílvio, 185
ROSAS, Juan Manoel, d., 85
ROTHSCHILD, casa, 49
ROUSSEAU, A., 139

S

SALGADO, Plínio, 197
SALISBURY, Lord, 112
SALLES, Herberto, I
SALLES, Manuel de Campos, 50
SAMPAIO, Francisco, frei, 166, 171

SAMPAIO, Teodoro, 52n, 53, 54n, 96
 SANTA Aliança, 120, 182
 SÃO VICENTE, marquês de. José Antônio Pimenta Bueno, 34, 122
 "SAQUAREMA", 10, 122
 SARAIVA, 116, 117
 SCHOPENHAUER, 71
 SCOTT, Walter, 27, 179
 SEGURANÇA nacional, 5
 SENADO, 44, 122
 SÊNECA, 71
 SENNA, Ernesto, 31n
 SILVA, Antônio de Morais, 144
 SILVA, Francisco de Lima e, 16
 SILVA, Francisco Manuel da, 56
 SILVA, Inocêncio Francisco da, 162, 173
 SILVA, Joaquim Caetano da, 195, 197
 SINIMBU, João Luís Vieira Cansção de, 43
 SISTEMA de governo monárquico no Brasil, 120
 SLUITER, Engel, 194
 SMITH, Adam, 143, 144-146, 155
 SMITH, Sidney, 178
 SOARES, Gabriel, 65
 SOLLA, João Ferreira de, 148
 SOUTHEY, Robert, 26, 173, 175, 179
 STRANGFORD, Lord, 148, 149, 151
 STUDART, Guilherme, 66

T

TÁCITO, 168, 174, 177, 178
 TAUNAY, Afonso d'E., 5, 64, 99
 TAUNAY, Hipólito, 172, 175
 TÁVORA, Franklin, 27
 TEIXEIRA Filho, Henrique Carneiro Leão, 38, 39, 101, 102
 TEMOR das grandes mudanças, 2

TIMANDRO. Pseudônimo de Sales Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim, 194
 TIRADENTES, 15
 TITO Franco. Vide Almeida, Tito Franco de
 TOCQUEVILLE, Alexis de, 141
 TORRES, João Camilo de Oliveira, 7, 51, 111, 114-129; *História das Idéias Religiosas no Brasil*, 125
 TRAJANO, 178
 TRATADO de reconhecimento da Independência por Portugal, 120
 TRATADO de Utrecht (1713), 172
 TRADIÇÃO, 191
 TRADICIONALISMO, 1, 191
 TRONO Imperial, 42, 76
 TUCÍDIDES, 2

U

UNIÃO Conservadora, 52
 UNIDADE Nacional, 46, 77, 82, 83, 106, 122
 UNIFICAÇÃO, o grande centro da, 124
 URUGUAI, visconde de. Paulino José Soares de Sousa, 13, 116, 122
 UTOPIA, 138

V

VALENÇA, conde de. Estêvão Ribeiro de Rezende, 167, 171n
 VAMPRÉ, Spencer, 52n
 VANDELLI, Domingos, 162, 163
 VARGAS, Getúlio, 87
 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, 6, 13-27, 30, 69, 154
 VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, 33, 34-35, 36, 116, 162
 VASCONCELOS, Simão de, 109

VASCONCELOS, Zacarias de Góis
e, 43, 47, 122, 138
VAZ, H. C. Lima, padre, 128
VEAUGEUIS, Henri, 139
VEIGA, Evaristo da, 29
VEIGA, Mayrink, 85
VELHO, Diogo, 47
VELHO, Domingos Jorge, 70
VELOSO, Antônio Rodrigues, 173
VELOSO, José Mariano da Con-
ceição, 173
VERGUEIRO, Nicolau Pereira de
Campos, 35, 36, 57, 116, 167,
168, 169
VERÍSSIMO, José, 95, 97
VIANA, Ferreira, 17
VIANA, Hélio, 161, 172, 190,
192-195
VIANÁ, Oliveira, I, 72, 119, 140,
141, 187, 191

VIEIRA, Antônio, padre, 64-67,
173
VIEIRA, João Fernandes, 29
VILHENA, Luís dos Santos, 142
VISÃO monarquista da História
do Brasil, 98

X

XAVIER, Francisco, 67

W

WALDECK, José Lessa, 196
WALSH, R, reverendo, 169
WASHINGTON, George, 90, 93,
102
WELLINGTON, Arthur W. 1.º
duque de Wellington, 161

Y

YUNES, Jorge A. M., I

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Em 1979 iniciou José Honório Rodrigues a publicação de uma extensa obra que seria como uma coroação de sua vasta produção: a *História da História do Brasil*. A primeira parte, *Historiografia Colonial*, tem, no mesmo ano, segunda edição. A segunda parte, *Historiografia Nacional, séculos XIX e XX*, desdobrou-se em mais de um tomo e ficou inacabada pela inclemência da morte prematura.

Num substancioso prefácio, sua exímia colaboradora e esposa Lêda Boechat Rodrigues fornece importantes elementos para compreensão desta obra e acerca do método de trabalho do Autor. Revela igualmente o conceito em que era tido por historiadores estrangeiros e nacionais.

"Em 1967, no volume "Perspectivas da História Brasileira, com uma Introdução e Ensaio Bibliográfico" por E. Bradford Burns, foram incluídos nove ensaios, sendo três de José Honório Rodrigues.

"Na Introdução, o Professor Burns escreve: "José Honório Rodrigues, o historiador contemporâneo que contribuiu mais que qualquer pessoa para o estudo da historiografia brasileira (...) também ressaltou (ao lado de Viana Moog) a necessidade de "uma história interpretativa" (p. 2). A seu ver, "a variabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis os dois pólos do trabalho histórico. Mas, para distinguir as sombras e obscuridades, as teorias são indispensáveis" (p. 2 e p. 254 da *Teoria da História do Brasil*, 1ª ed., 1946). Ambos concordam com o eminente historiador britânico E. H. Carr, segundo o qual a "interpretação é o sangue vital da história".

"Na nota introdutória ao primeiro ensaio de José Honório Rodrigues (1913-1987), o Professor Burns declara que a bibliografia do Autor "é extensa e sua quantidade equivale à sua qualidade" (p. 102). Enumera seus principais livros, fala da preocupação do historiador brasileiro com a historiografia e prossegue: "Ele escreveu mais que qualquer outro brasileiro — na verdade, possivelmente mais do que todos os outros brasileiros reunidos — sobre este assunto. É autor de três dos nove ensaios incluídos neste livro, e senti a constante tentação de incluir outros ensaios seus. Estes, no entanto, serão mais que suficientes para demonstrar a profundidade e proeminência de sua contribuição ao estudo da historiografia brasileira."

Em nenhum trabalho do Autor se revela tão nitidamente seu estilo e seu temperamento. Mas como tantas obras de alto valor, ficará esta como uma coluna partida.

A HISTORIOGRAFIA CONSERVADORA

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Em artigo recente sobre JHR, o Professor Neill Macaulay fez um excelente resumo das principais idéias históricas de seu ex-professor. Entre elas estão a de que "a História é sempre contemporânea, é sempre presente" e se distingue das ciências sociais pela *longue durée* (seguindo Braudel); para conceber a causalidade a longo termo, o historiador deve estudar tanto o presente como o passado; a História "é a arte de revelar a dignidade e os valores da vida humana"; exige, assim, a observação da cena contemporânea, porque, como disse Toynbee, "os contemporâneos são as únicas pessoas que podemos captar vivos"; a História deve servir ao presente e aos vivos; em suma, deve ter um propósito social.

Macaulay lembra a declaração de JHR de nunca ter sido Marxista e diz que sua posição política e ideológica foi antititular, democrática, liberal — do ponto de vista político, social e econômico. Acrescenta ter ele servido à causa da democracia liberal no Brasil não como político e sim como historiador e escritor.

Segundo JHR nenhuma revolução no Brasil foi vitoriosa, "só as contra-revoluções, desde a Independência aos nossos dias". A seu ver, existem na História do Brasil três correntes: "o consentimento, a apatia e a violência". (Neill Macaulay, *review de Tempo e Sociedade* (Vozes, 1986) in *Hispanic American Historical Review*, November 1987, pp. 743-744.)

O segundo volume desta Obra foi escrito de acordo com essas idéias e a historiografia conservadora é estudada do ponto de vista de um historiador liberal.

JHR pensava que uma das principais funções do historiador era julgar. Sua morte o impediu de deixar-nos sua visão liberal de toda historiografia brasileira.

L. B. R.

PADRÃO
LIVRARIA EDITORA
R. Miguel Couto, 40 - Rio
T. 221-1784 - 221-1756